

39 pós-

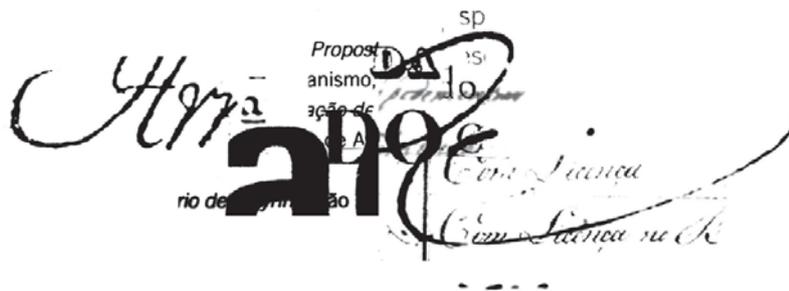
revista do
programa de
pós-graduação
em arquitetura e
urbanismo
da fausp

junho – 2016

ISSN: 1518-9554 impresa

ISSN: 2317-2762 online





PÓS V. 23, N. 39
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM ARQUITETURA e URBANISMO DA FAUUSP

MISSÃO / MISSION

A revista **Pós** é um periódico científico quadrimestral do Programa de Pós-Graduação da FAUUSP, cujo objetivo é publicar os resultados das pesquisas, com a divulgação de artigos inéditos, revisados sigilosamente por pares, contribuindo, assim, para a comunicação ampla entre essa comunidade científica, bem como entre os pesquisadores das diversas áreas acadêmicas que se relacionam com o universo da arquitetura e da cidade, de modo a fomentar o avanço do conhecimento no campo da arquitetura e do urbanismo.

Pós is the School of Architecture and Urbanism (FAUUSP) graduate-program journal, published every four months during the academic year. The journal aims at publishing recent research work into original peer-reviewed scholarly articles and to foster and advance the intellectual exchange among scholars in our scientific community as well as among researchers from related fields such as urban studies, architecture, and the city.

JUNHO 2016

ISSN: 1518-9554 IMPRESSA

ISSN: 2317-2762 ONLINE

PÓS v. 23, n. 39

Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo (Mestrado e Doutorado)

ISSN: 1518-9554 (impresa) – ISSN: 2317-2762 (online)

Rua Maranhão, 88 – Higienópolis – 01240-000 – São Paulo - SP

Tel/Fax (55 11) 3017-3164

rvposfau@usp.br

Ficha Catalográfica

720

P84

PÓS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP/Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-Graduação – São Paulo: FAUUSP, v. 1 (1990-)

Semestral

v. 23, n. 39, jun. 2016

Issn: 1518-9554
2317-2762 (online)

1. Arquitetura - Periódicos I. Universidade de São Paulo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Comissão de Pós-graduação. III. Título

Serviço de Biblioteca e Informação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP

Versão Eletrônica

<http://www.revistas.usp.br/posfau>

<http://www.fau.usp.br/cursos/pos/>

Normas Editoriais

<http://revistas.usp.br/posfau/about/submissions#authorGuidelines>

Indexação

Latindex

Qualis B1 – Capes

Índice de arquitetura brasileira

Associada

Asociación de Revistas Latinoamericanas de Arquitectura (ARLA)

www.arlared.org

Assistência Editorial

Paola De Marco Lopes dos Santos

Auxiliares de Edição

Katrin Rappl (doutoranda FAUUSP)

Raphael Grazziano (doutorando FAUUSP)

Projeto gráfico e imagens de abertura –

Rodrigo Sommer

Produção Gráfica

Seção Técnica de Produção Editorial

Coordenação Didática – Profa. Dra. Clíce de Toledo Sanjar Mazzilli

Supervisão Técnica – André Luis Ferreira

APOIO



CRENCIAMENTO E APOIO FINANCEIRO DO:
PROGRAMA DE APOIO ÀS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS PERIÓDICAS DA USP
COMISSÃO DE CRENCIAMENTO

Universidade de São Paulo

Marco Antonio Zago – Reitor

Vahan Agopyan – Vice-Reitor

Bernadette Dora Gombossy de Melo Franco – Pró-Reitora de Pós-Graduação

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Maria Angela Faggin Pereira Leite – Diretora

Ricardo Marques de Azevedo – Vice-Diretor

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

Maria Lucia Caira Gitahy – Presidente da Comissão de Pós-Graduação

Helena Aparecida Ayoub Silva – Vice-Presidente

Conselho Editorial Científico

LEANDRO MEDRANO

Editor-Chefe - Universidade de São Paulo – USP – Brasil

ABÍLIO DA SILVA GUERRA

Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM – Brasil

ADRIÁN GORELIK

Universidade Nacional de Quilmes, Argentina

ANA LUIZA NOBRE

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro –PUC-RJ –
Brasil

ANA VAZ MILHEIRO

Instituto Superior de Coimbra - Portugal

ANDRÉ AUGUSTO DE ALMEIDA ALVES

Universidade Estadual de Maringá - UEM – Brasil

ANGELA LÚCIA DE ARAÚJO FERREIRA

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN – Brasil

ANGÉLICA TANUS B. ALVIM

Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM – Brasil

ANTÓNIO BAPTISTA COELHO

Universidade da Beira Interior, UBI - Covilhã – Portugal

ANTÔNIO CARLOS ZANI

Universidade Estadual de Londrina - UEL – Brasil

CARLOS ANTÔNIO LEITE BRANDÃO

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Brasil

CARLOS A. DE MATTOS

Pontifícia Universidade Católica do Chile - Chile

CLAUDIA PIANTÁ COSTA CABRAL

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Brasil

CRISTINA MENEGUELLO

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP - Brasil

DANIELE PISANI

Università IUAV de Veneza – Itália

DARIO GAMBONI

Universidade de Genebra - Suíça

DULCE GARCIA

Universidad Autónoma Metropolitana Unidad Xochimilco -
México

FERNANDO ATIQUE

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP – Brasil

FERNANDO LUIZ LARA

University of Texas at Austin - EUA

HELDER DA CONCEIÇÃO JOSÉ

O Instituto do Planeamento e Gestão Urbana de Luanda
(IPGUL) – Angola

HENRIQUE PESSOA

Politécnico de Milão - Itália

ISABEL MARTINS

Faculdade de Engenharia na Universidade Agostinho Neto –
Angola

IVONE SALGADO

Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUCCamp –
Brasil

JOÃO GUALBERTO DE AZEVEDO BARING

Universidade de São Paulo, USP – Brasil

JUPIRA GOMES DE MENDONÇA

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG – Brasil

LUDMILA BRANDÃO

Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT– Brasil

LUIS MARQUES

Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP - Brasil

LUIZ AMORIM
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE – Brasil

LUIZ CARLOS SOARES
Universidade Federal Fluminense - UFF– Brasil

MANUELA RAPOSO MAGALHÃES
Instituto Superior de Agronomia, ISA - Portugal

MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Universidade Federal do Rio de Janeiro – Brasil

MARIA MANUELA DA FONTE
Faculdade de Arquitectura UTL – Portugal

MARK GOTTDIENER
University of California - USA

MASSIMO CANEVACCI
Università La Sapienza, Roma - Itália

MIGUEL BUZZAR
Instituto de Arquitetura e Urbanismo, IAU-USP – Brasil

PERCIVAL TIRAPELLI
Universidade Estadual Paulista – UNESP – Brasil

RICARDO TEÑA NUÑES
Escuela Superior de Ingeniería y Arquitectura – ESIA - México

ROBERTO ZANCAN
University of Québec in Montréal – UQÀM - Canadá

SIMONA SALVO
La Sapienza University of Rome - Itália

SILVIA ARANGO DE JARAMILLO
Universidade Nacional de Colômbia - Colômbia

SYLVIA FISCHER
Universidade de Brasília – UnB – Brasil

Conselho Editorial Executivo

LEANDRO MEDRANO
Editor-Chefe

ANA CLÁUDIA CASTILHO BARONE
(Projeto, Espaço e Cultura)

CARLOS AUGUSTO MATTEI FAGGIN
(Projeto)

DENISE HELENA DUARTE
(Tecnologia)

EDUARDO ALBERTO C. NOBRE
(Planejamento)

FÁBIO MARIZ GONÇALVES
(Paisagem)

HUGO SEGAWA
(História)

LARA LEITE BARBOSA
(Design)

MARIA CAMILA LOFFREDO D'OTTAVIANO
(Habitat)

SUMÁRIO

I EDITORIAL

- 008 URBANIDADE E CRISE
URBANITY AND CRISIS
Leandro Medrano

2 ARTIGOS

- 012 NEXOS ENTRE A REDISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL E A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL NOS DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
NEXOS ENTRE REDISTRIBUCIÓN DE LA POBLACIÓN Y LA PRODUCCIÓN INMOBILIARIA RESIDENCIAL EN LOS DISTRITOS DE SÃO PAULO
NEXUS BETWEEN POPULATION REDISTRIBUTION AND REAL ESTATE RESIDENTIAL PRODUCTION IN DISTRICTS OF THE MUNICIPALITY OF SÃO PAULO
Anderson Kazuo Nakano
- 036 TRÂNSITO DE IDEIAS E CONFORMAÇÃO DE PRÁTICAS: ARQUITETURA E URBANISMO NA AÇÃO HABITACIONAL DO IAPI
TRÁNSITO DE IDEAS Y FORMACIÓN DE PRÁCTICAS: ARQUITECTURA Y URBANISMO EN LA PRODUCCIÓN DE VIVIENDAS DEL IAPI
TRAFFIC OF IDEAS AND FORMING PRACTICES: ARCHITECTURE AND URBANISM IN HOUSING ACTION OF IAPI
Nilce Aravecchia Botas
- 054 CONJUNTO RESIDENCIAL SANTA CRUZ: DA ORIGEM AOS DIAS ATUAIS
SANTA CRUZ HOUSING COMPLEX: FROM THE BEGINNING TO THE PRESENT
CONJUNTO RESIDENCIAL SANTA CRUZ DESDE EL ORIGEN HASTA LA ACTUALIDAD
Maria Isabel Imbronito
- 072 DOIS PROJETOS: OS ANOS DE FORMAÇÃO DE MANFREDO TAFURI
DOS PROYETOS: LOS AÑOS DE FORMACIÓN DE MANFREDO TAFURI
TWO PROJECTS: THE FORMATIVE YEARS OF MANFREDO TAFURI
Rafael Urano Frajndlich
- 090 TÉCNICA, ARTE E QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA EXISTÊNCIA. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO DE PAULO MENDES DA ROCHA
TÉCNICA, ARTE Y TEMAS FUNDAMENTALES DE LA EXISTENCIA. CONSIDERACIONES SOBRE EL DISCURSO DE PAULO MENDES DA ROCHA
TECHNIQUE, ART AND FUNDAMENTAL ISSUES OF EXISTENCE. THOUGHTS ON PAULO MENDES DA ROCHA'S DISCOURSE
Maria Isabel Villac
- 102 NOVOS OLHARES E DESAFIOS DA COMPLEXIDADE NA EPISTEMOLOGIA PROJETOAL
NUEVAS MIRADAS Y DESAFÍOS DE LA COMPLEJIDAD EN LA EPISTEMOLOGÍA PROYECTOAL
NEW PERSPECTIVES AND COMPLEX CHALLENGES IN DESIGN EPISTEMOLOGY
Bruno Massara Rocha

120 PATRICK GEDDES E A ESCOLA TERRITORIALISTA ITALIANA: APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS. REFLEXÕES A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS NA REPRESENTAÇÃO DE VALORES PATRIMONIAIS DA CIDADE DE SANTA LEOPOLDINA – ES / BRASIL

PATRICK GEDDES Y LA ESCUELA TERRITORIALISTA ITALIANA: ENFOQUES CONCEPTUALES Y METODOLÓGICOS. REFLEXIONES DESDE LA PARTICIPACIÓN DE NIÑOS EN LA REPRESENTACIÓN DE LOS VALORES PATRIMONIALES DE LA CIUDAD DE SANTA LEOPOLDINA – ES / BRASIL

PATRICK GEDDES AND THE ITALIAN TERRITORIALIST SCHOOL: CONCEPTUAL AND METHODOLOGICAL APPROACHES. REFLECTIONS ON THE PARTICIPATION OF CHILDREN IN THE REPRESENTATION OF HERITAGE VALUES AT SANTA LEOPOLDINA CITY – ESPÍRITO SANTO STATE /BRAZIL

Bruno Amaral de Andrade, Renata Hermanny de Almeida

3 RESENHAS

140 A NECESSIDADE DE UM CONCEITO AMPLIADO DE ESPAÇO PÚBLICO DENTRO DE UM SISTEMA DE VALORES COLETIVOS
Tomás Antonio Moreira

I | *e*EDITORIAL

URBANIDADE E CRISE

Leandro Medrano

No decorrer do século 20, a questão da habitação fundamentou grande parte dos movimentos disciplinares da Arquitetura, do Urbanismo e do Design, e fez que seus limites fossem ampliados às estratégias econômicas e políticas que determinaram o espaço social da maioria dos países ocidentais. Não foram triviais os problemas engendrados nesse percurso: o setor habitacional, sobretudo o da habitação coletiva, teve de responder à crescente demanda dos grandes centros industrializados, ou em processo de industrialização, por meio da busca de novas formas de expressão técnica, concepção espacial e representatividade – arautos do Movimento Moderno difundido em escala mundial. Dessa história recente, não se esgotaram as explicações dadas aos entraves sociais, técnicos e culturais, que dificultaram a resolução dos conflitos relacionados à necessidade de moradias por meio dos métodos de produção em massa, mesmo quando associados ao desenho moderno e/ou às inovadoras diretrizes de governança. O mesmo se pode dizer da crítica à racionalização do espaço da casa, pois a unidade residencial, ao aceitar sua autonomia como núcleo doméstico (formal, legal e social), tratou de endossar a hipótese de uma antiurbanidade generalizada.

Nas últimas décadas do século passado, em paralelo ao avanço das políticas econômicas neoliberais, países que não lograram dos primeiros ciclos da industrialização tiveram, na falta de moradias, um de seus maiores problemas urbanos, principalmente nas grandes cidades. Se *assiedlungen* ou os *grands ensembles* criaram problemas estruturais, por representaram os limites estéticos e técnicos da arquitetura racional – bem como os limites da própria Modernidade –, nos países ditos periféricos os ciclos econômicos e as políticas de Estado não permitiram nem mesmo que os instrumentos da disciplina fossem exercidos, em grande escala, como atenuadores da precária situação das moradias destinadas à população de baixa renda. Ademais, a financeirização do sistema produtivo em geral e do setor habitacional em particular, acelerada a partir dos anos 1980, acentuou a distância entre as necessidades urbanas do *habitar* e a simples produção de habitação como mercadoria desterritorializada – um ativo precário, como bem demonstrou a crise mundial que teve início com o *crash* de setembro de 2008.

No caso brasileiro, desde as experiências pioneiras dos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs), até o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), os avanços relacionados à provisão de moradia para os trabalhadores com pouca ou nenhuma renda foram insuficientes para equacionar o déficit habitacional nacional, atualmente estimado em aproximadamente 5 milhões de domicílios. Por um lado, constatam-se as limitações das políticas urbanas vinculadas às demandas estratégicas de setores privados, como o da construção civil, especialmente quando os instrumentos de regulamentação restringem-se ao gerenciamento de uma equação financeira dedicada a articular recursos públicos e privados, com vistas a desempenhos meramente quantitativos. Sem a demarcação clara de um objetivo comum às cidades – como o de uma *virtualidade* urbana desejada em seu valor de uso –, pouco se poderia esperar de instrumentos econômicos sofisticados e bem intencionados, sobretudo quando consideradas as relações patrimoniais que conformam a estrutura fundiária urbana nacional. Por outro lado, sem a atuação da disciplina em direção à reformulação de suas teorias e métodos, estreitam-se os avanços, no que diz respeito à projeção de espacialidades atentas às especificidades contemporâneas nacionais e locais. Ou seja, sem o projeto de uma articulação mínima entre forma e *espaço social*, a simulação de

modernidade que cotejava o desejo real de transformação radical do território e da sociedade foi abalada pela aceitação de modelos *genéricos*, impostos pelas grandes incorporadoras ligadas ao capital transnacional.

Nessa equação, que agrega os interesses do mercado imobiliário aos dos agentes financeiros, resultaram os novos *standards* habitacionais dedicados ao mercado popular, bem como os vastos territórios de ocupações informais que definiram o que já foi chamado de um “Planeta Favela”, onde grande parte da população vive em estado de precariedade extrema.

A reação a esse processo é evidente. Nos últimos anos, os temas relacionados à Arquitetura, ao Urbanismo e ao Design procuram compreender as possibilidades desses setores, em ambiente de crise econômica mundial–agravada com o esmaecimento de valores pactuados pelas sociedades modernas, como a democracia, a liberdade, os direitos civis e trabalhistas. Os temas espetaculares dos tempos de dinheiro fácil perderam o protagonismo, e a comunidade acadêmica, setores governamentais e colegiados profissionais posicionam-se em direção à conciliação de nossas estruturas sociais com sua maior conquista espacial: a *cidade*.

Como exemplo, o artigo *Nexos entre a redistribuição populacional e a produção imobiliária residencial nos distritos do município de São Paulo*, de Anderson Kazuo Nakano, busca compreender as mudanças na estrutura demográfica da região metropolitana de São Paulo, advindas do ciclo de expansão imobiliária que se deu entre 1998 e 2008. O autor analisa dados censitários e do mercado, para identificar as alterações populacionais ocorridas em relação às moradias verticais coletivas, em determinados bairros de São Paulo. O resultado corrobora a hipótese recorrente de que as regiões centrais, portadoras de serviços, empregos, atividades culturais e infraestrutura, adensaram-se nos últimos anos, revertendo um ciclo de esvaziamento que perdurou por décadas seguidas, enquanto as regiões periféricas permaneceram com indicadores populacionais pouco alterados, apesar da verticalização ter se intensificado nessas regiões.

O interesse pela história e pela crítica dedicada à produção habitacional brasileira, em específico à experiência dos IAPs, são destaques nos textos das autoras Nilce Aravecchia Botas e Maria Isabel Imbronito.

O artigo *Trânsito de ideias e conformação de práticas: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI*, de Nilce Aravecchia Botas, procura ressaltar as singularidades dos projetos dos IAPIs e das bases formativas que fundamentaram essa experiência de arquitetura moderna pioneira no cenário nacional. Nesse sentido, relata que os técnicos, empenhados na construção de novas hipóteses de ocupação territorial para a moradia dedicada à classe trabalhadora, buscaram tanto alinhar as particularidades desse projeto nacional aos modelos centro-europeus, quanto identificar outras matrizes teóricas úteis às especificidades do Brasil. Sobretudo quando considerados os desafios insertos no desejo de transformação social evocados pela Revolução liderada por Getúlio Vargas – como a possibilidade do surgimento de uma espacialidade operária original, matizada pela intenção de renovação da ordem política e social.

Já a autora Maria Isabel Imbronito, no artigo *Conjunto Residencial Santa Cruz: da origem aos dias atuais*, procura destacar o processo de desarticulação da estrutura urbana original do IAPB Conjunto Residencial Santa Cruz, projetado em 1947, pelo engenheiro-arquiteto Marcial Fleury de Oliveira. A pesquisa contempla dados históricos e análise do projeto, que sistematizam o processo de formulação dessa experiência singular e suas transformações decorrentes de novas ordens políticas, sociais e fundiárias. Nota-se que o sentido urbano modernizador, almejado por esses e outros

conjuntos habitacionais da época, não resistiu à realidade espacial adotada pela cidade de São Paulo, a partir da segunda metade do século 20, quando as forças do mercado e o excepcional crescimento de sua população impuseram ordens e demandas até hoje não equacionadas pela disciplina.

Manfredo Tafuri é um dos maiores historiadores e críticos da arquitetura do século 20, e sua obra permanece vibrante e atual para a compreensão dos entraves recentes da disciplina. No artigo *Dois projetos: os anos de formação de Manfredo Tafuri*, Rafael Urano Frajndlich procura problematizar a relação do autor de *Teorias e História da Arquitetura* (1968) com sua curta e intensa carreira como arquiteto projetista. Os dilemas que envolveram sua opção profissional definitiva parecem ter sido fundamentais para a formação desse intelectual singular, que via na crítica uma possibilidade de transformação e, na história, os valores que dariam complexidade, significado e relevância às contradições que permeiam a arquitetura.

Por outro lado, não é a história, mas sim a técnica, o ponto de partida do ensaio *Técnica, arte e questões fundamentais da existência. Considerações sobre o discurso de Paulo Mendes da Rocha*, de Maria Isabel Villac. A autora procura revelar, por meio da análise de textos do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, os fundamentos de uma racionalidade reflexiva, que faz, do projeto, ensaio e discurso sobre o conhecimento humano e sua dimensão estética. Nesse sentido, a obra do vencedor do Leão de Ouro da Bienal de Veneza de 2016 revelaria, em suas soluções formais, uma consciência social e ética amparada na universalidade de sua racionalidade técnica – que, por sua vez, mostra-se simétrica às suas ambições artísticas.

Conceitos e metodologias relacionados ao processo de projeto na arquitetura e no design são temas do artigo *Novos olhares e desafios da complexidade na epistemologia projetual*, de Bruno Massa Rocha. O autor resgata argumentos de teóricos referenciais, como Donald Schön, Herbert A. Simon, Christopher Alexander, Nicholas Negroponte, entre outros, para refletir sobre o papel da improvisação nas práticas projetuais. Ressalta que o conhecimento, potencializado pelo tensionamento entre o saber teórico e a experiência cotidiana, pode estimular a aproximação entre o abstrato universo do *design process* e seus objetivos empíricos.

Por fim, o artigo *Patrick Geddes e a escola territorialista italiana: aproximações conceituais e metodológicas. Reflexões a partir da participação de crianças na representação de valores patrimoniais da cidade de Santa Leopoldina*, dos autores Bruno Amaral de Andrade e Renata Hermann de Almeida, relata a atualidade dos conceitos do biólogo e filósofo escocês Patrick Geddes, quanto às questões relacionadas à educação ambiental e urbana. Por meio de uma experiência pedagógica singular, os autores procuram ressaltar a importância da construção de uma consciência crítica em relação à paisagem e ao território, como elementos essenciais ao espaço de vida dos homens.

Os textos selecionados para esta edição da Revista Pós, embora não estejam propriamente interligados por meio de uma estrutura editorial temática, demonstram que pensar sobre o que se faz, em tempos de crise, tornou-se uma complexa tarefa para os que se dedicam a produzir conhecimento, nos campos relacionados à Arquitetura, ao Urbanismo e ao Design. Dessa reflexão continuada e sistematizada, deverão surgir alternativas às adversidades urbanas cotidianas dos tempos atuais. Boa leitura.

Leandro Medrano
Editor-Chefe
medrano@usp.br

2 | ARTIGOS

Anderson Kazuo
Nakano

N

EXOS ENTRE A REDISTRIBUIÇÃO
POPULACIONAL e A PRODUÇÃO
IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL NOS
DISTRITOS DO MUNICÍPIO DE
SÃO PAULO

012

RESUMO

Este artigo discute a relação entre as mudanças na distribuição espacial da população e a produção de empreendimentos imobiliários residenciais verticais nos distritos do Município de São Paulo. Para desenvolver essa discussão, utilizam-se dados censitários de 1991, 2000 e 2010 articulados com dados relativos à produção de prédios de apartamentos lançados durante o período entre 1998 e 2008. Esses bancos de dados serviram como base para a elaboração de metodologia que permitiu a construção da Taxa de Absorção Populacional pela Produção Imobiliária (TAPPI). A TAPPI procura estimar o quanto do Incremento Populacional (IP) ocorrido nos distritos paulistanos entre 2000 e 2010 foi absorvido pelos apartamentos lançados pelos agentes do mercado de incorporação entre 1998 e 2008. Para isso estimou-se o Incremento Populacional Potencial Promovido pelos Empreendimentos Imobiliários Residenciais Verticais (IPPPEIRV) calculado com base no número de moradores por apartamento extraído do Censo Demográfico de 2010. Concluiu-se que, de fato, o segmento da produção imobiliária voltado para a construção de prédios de apartamentos condicionou fortemente a distribuição espacial da população paulistana nos distritos centrais que tiveram uma inversão demográfica de perda para ganhos populacionais na passagem da década de 1990 para a de 2000. Não se percebeu o mesmo fenômeno nos distritos periféricos.

PALAVRAS-CHAVE

Distribuição espacial populacional. Produção imobiliária.

NEXOS ENTRE REDISTRIBUCIÓN
DE LA POBLACIÓN Y LA
PRODUCCIÓN INMOBILIARIA
RESIDENCIAL EN LOS DISTRITOS DE
SÃO PAULO

NEXUS BETWEEN POPULATION
REDISTRIBUTION AND REAL ESTATE
RESIDENTIAL PRODUCTION IN
DISTRICTS OF THE MUNICIPALITY
OF SÃO PAULO

RESUMEN

En este artículo se analiza la relación entre los cambios en la distribución espacial de la población y la producción de edificios residenciales verticales en los distritos de São Paulo. Para desarrollar este análisis, utilizamos los datos del censo de 1991, 2000 y 2010 articulados con datos sobre la producción de edificios nuevos de apartamentos colocados a la venta durante el período entre 1998 y 2008. Estas bases de datos fueron utilizadas para el desarrollo de una metodología que permitió la construcción de la Tasa de Absorción de la Población por la Producción de Apartamentos (TAPPA). El TAPPA intenta estimar cuánto del Crecimiento de la Población (CP) en los distritos de São Paulo ocurrido entre 2000 y 2010 fue absorbido en los apartamentos colocados a la venta entre 1998 y 2008 por agentes del mercado inmobiliario. Para calcular la TAPPA se calculó el Crecimiento de la Población Potencial que ha sido Absorbida por la Producción de Apartamentos (CPPAPA), calculado en base al número de residentes por apartamento extraído del Censo de 2010. Se concluyó que, de hecho, el segmento de la producción de edificios de apartamentos condiciona en gran medida a la distribución espacial de la población de São Paulo en los distritos centrales que tenían una inversión demográfica de pérdida para aumentos de población en la transición de los años 1990 a 2000. No se notó el mismo fenómeno en las periferias de la ciudad.

PALABRAS CLAVE

Distribución espacial de la población. Producción de edificios de apartamentos.

ABSTRACT

This article discusses the relationship between changes in the population spatial distribution and the production of high-rise residential buildings in the districts of São Paulo. To develop this discussion, census data from 1991, 2000, and 2010 was combined with data on the production and release of apartment buildings in the period between 1998 and 2008. These databases were the basis of a methodology used to formulate the Rate of Population Absorption by Apartment Buildings (RPAAB). The RPAAB attempts to estimate how much of the Population Growth (PG) of São Paulo districts between 2000 and 2010 was absorbed by the apartments released between 1998 and 2008 by the real estate market. To that end, the Potential Population Increments Promoted by Vertical Residential Real Estate Developments (PPIPVRRED) was estimated based on the number of residents per apartment extracted from the 2010 Census. It was concluded that, in fact, the segment of the real estate market aimed towards the production of apartment buildings heavily conditioned the population spatial distribution in the central districts of São Paulo that underwent the phenomenon of demographic inversion, going from population loss to population gain, during the years of transition from the 1990s to 2000s. Similar phenomenon was not observed in peripheral districts.

KEYWORDS

Population spatial distribution. Real estate market production.

INTRODUÇÃO

Na primeira década do século XXI, marcada pela presença do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal brasileiro, ocorreram dois fenômenos importantes no Município de São Paulo.

O primeiro fenômeno foi de natureza demográfica. As áreas do centro antigo e expandido daquele município que perderam populações nas décadas de 1980 e 1990 passaram a ganhar novos moradores entre os anos 2000 e 2010 gerando um novo quadro na distribuição espacial da população paulistana.

O segundo fenômeno é relativo à produção imobiliária. Naquela primeira década do século XXI ocorreu, junto com a redistribuição espacial dessa população paulistana, o chamado “boom” imobiliário. Conforme demonstrou Sígolo (2014), esse fenômeno imobiliário ocorreu com maior intensidade na segunda metade daquela década de 2000. Tratou-se de um aquecimento ocorrido no mercado imobiliário e fundiário caracterizado pelo aumento nos preços de imóveis e pela construção de grande quantidade de empreendimentos dos mais diversos tipos, com destaque para os empreendimentos imobiliários residenciais verticais, os conhecidos prédios de apartamentos. Para que tal aquecimento ocorresse, segundo Sígolo (2014) e outros pesquisadores¹, a instituição de “*um arcabouço jurídico e institucional que garantisse segurança jurídica e financeira aos agentes promotores privados, bem como um sistema de financiamento habitacional com recursos perenes e de grande monta, que ampliasse a solvabilidade da demanda*” (SÍGOLO, 2014, p. 59) se fez necessário. Aquela pesquisadora se refere, dentre outros elementos:

¹ Para compreensão mais aprofundada sobre os funcionamentos e as influências dos mecanismos de financiamento imobiliário, baseados em recursos públicos e privados e operados tanto por instituições financeiras públicas quanto privadas, sobre o aquecimento recente do mercado imobiliário brasileiro, ver Fix (2011), Rufino (2012), Shimbo (2012) e Royer (2014).

- à instituição de mecanismos que fazem parte do Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI), como a alienação fiduciária (Lei Federal 9.514/1997) e o patrimônio de afetação (Lei Federal 10.931/2004);

- à financeirização da produção imobiliária através da abertura de capitais de grandes incorporadoras imobiliárias no mercado de ações e da utilização de instrumentos do mercado financeiro como os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI), Debêntures, Letras Hipotecárias, Cédulas de Créditos Bancários (CCB) e Fundos de Investimento Imobiliário (FII). Esses instrumentos serviram principalmente para ampliar os montantes de recursos destinados ao financiamento da produção imobiliária;

- ao aumento na quantidade de recursos para a produção e aquisição imobiliária, em especial no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), oriundos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) e Orçamento Geral da União (OGU).

Não faz parte dos objetivos do presente artigo analisar os processos políticos, econômicos, jurídicos, empresariais e institucionais que intensificaram a produção dos empreendimentos imobiliários residenciais verticais lançados nos distritos paulistanos que sofreram a inversão de perda para ganho populacional na passagem da década de 1990 para a de 2000. Como já mencionado, esses

processos foram descritos, analisados e discutidos criticamente nos estudos elaborados por Fix (2011), Rufino (2012), Shimbo (2012) e Royer (2014). O presente artigo se debruça sobre os produtos imobiliários desses processos para examinar os nexos entre aqueles empreendimentos imobiliários residenciais verticais e a redistribuição espacial das populações daqueles distritos. Assim, a discussão gira em torno, principalmente, das relações entre os fenômenos demográficos e imobiliários mencionados anteriormente.

Na primeira parte que se segue à presente introdução apresentam-se as mudanças nas taxas médias de crescimento anual das populações que habitavam os 96 distritos² do Município de São Paulo ocorridas na passagem da última década do século XX para a primeira década do século XXI. Nessa virada de século quatro tendências demográficas podem ser identificadas nos distritos do Município de São Paulo:

- perda populacional persistente;
- inversão de perda para ganho populacional;
- ganho populacional persistente;
- inversão de ganho para perda populacional.

Essas tendências demográficas serviram como critérios para a definição de agrupamentos distritais a partir dos quais se analisou a produção de empreendimentos imobiliários residenciais verticais.

Na segunda parte apresenta-se um quadro geral sobre a produção de empreendimentos imobiliários residenciais verticais nos grupos de distritos que sofreram, de um lado, a inversão de perda para ganho populacional e, de outro lado, ganho populacional persistente. Vale dizer que essa produção imobiliária se insere em um quadro mais amplo de mudanças na produção desses tipos de empreendimentos na Região Metropolitana de São Paulo. Sígolo (2014) mostra, com base no banco de dados organizado pela Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (EMBRAESP) relativo aos lançamentos imobiliários realizados pelo mercado formal de incorporação, o *“aumento progressivo no número de lançamentos residenciais, a partir de 2004, tanto na Capital quanto nos demais municípios da região”* (SÍGOLO, 2014, p. 24). De acordo com essa autora, *“entre 2007 e 2010, a média anual de unidades (UHs) lançadas, de 57.712, foi quase o dobro da média de lançamentos dos quatro anos anteriores (2003-2006), de 29 mil UHs (...). Sendo que somente em 2010 foram lançadas 65.520 UHs”* (SÍGOLO, 2014, p. 24).

Na terceira e última parte analisou-se os nexos entre os elementos descritos na primeira e na segunda parte. Ou seja, analisaram-se as relações entre as tendências demográficas ocorridas naqueles dois grupos distritais – da inversão de perda para ganho populacional e de ganho populacional persistente - e a produção de empreendimentos imobiliários residenciais verticais. Até que ponto a produção desses empreendimentos absorveu os ganhos populacionais ocorridos nos distritos centrais que sofreram a inversão de perdas para ganhos populacionais? Até que ponto essa produção imobiliária absorveu os ganhos populacionais persistentes nos distritos periféricos?

² Os 96 distritos do Município de São Paulo foram instituídos pela Lei Municipal nº 11.220/1992. Essa oficialização dos limites distritais possibilitou compatibilização com os limites de setores censitários e das áreas de ponderação definidos pelo IBGE para a realização dos Censos Demográficos. Tal compatibilização foi implementada pela primeira vez na realização do Censo Demográfico de 1991. Assim, os dados referentes aos setores censitários e às áreas de ponderação podem ser agregados segundo esses distritos oficiais. Isso tem permitido importantes análises sobre o Município de São Paulo a partir de diferentes porções de seu território e espaços intraurbanos.

ENTRE O ESVAZIAMENTO E O REPOVOAMENTO DAS ÁREAS CENTRAIS DE SÃO PAULO

³ As taxas geométricas de crescimento anuais eram: (i) Município de São Paulo (MSP) – 1,2% na década de 1980 e 0,9% na década de 1990; (ii) Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) – 1,9% na década de 1980 e 1,6% na década de 1990. Vale dizer que essa tendência de queda nessas taxas continua na década de 2000 quando o MSP registrou taxa de 0,7% e a RMSP de 0,9%.

⁴ Água Rasa, Alto de Pinheiros, Aricanduva, Artur Alvim, Campo Belo, Freguesia do Ó, Jaguaré, Limão, Ponte Rasa, Santana, São Miguel, Socorro, Tucuruvi e Vila Medeiros.

⁵ Barra Funda, Bela Vista, Belém, Bom Retiro, Brás, Butantã, Cambuci, Carrão, Casa Verde, Consolação, Cursino, Ipiranga, Itaim Bibi, Jabaquara, Jaguaré, Jardim Paulista, Lapa, Liberdade, Mandaqui, Moema, Mooca, Morumbi, Pari, Penha, Perdizes, Pinheiros, República, Santa Cecília, Santo Amaro, São Lucas, Saúde, Sé, Tatuapé, Vila Formosa, Vila Guilherme, Vila Mariana, Vila Matilde e Vila Prudente.

⁶ Anhanguera, Brasilândia, Campo Grande, Campo Limpo, Capão Redondo, Cidade Ademar, Cidade Dutra, Cidade Líder, Cidade Tiradentes, Ermelino Matarazzo, Grajaú, Guaianases, Iguatemi, Itaim Paulista, Itaquera, Jaçanã, Jaraguá, Jardim Ângela, Jardim São Luís, José Bonifácio, Lajeado, Parelheiros, Parque do Carmo, Pedreira, Perus, Pirituba, Raposo Tavares, Rio Pequeno, Sacomã, São Domingos, São Mateus, São Rafael, Sapopemba, Tremembé, Vila Andrade, Vila Curuçá, Vila Jacuí, Vila Leopoldina e Vila Sônia

Para comprovar a mudança das tendências de “esvaziamento” populacional para a de “repopoamento” nos distritos centrais do Município de São Paulo, basta observar as taxas médias de crescimento anual dos 96 distritos oficiais calculadas a partir de dados censitários para os períodos entre 1991 e 2000 e entre 2000 e 2010.

O esvaziamento populacional nas áreas centrais e o crescimento periférico de São Paulo ocorrido nas décadas de 1980 e 1990 já foram discutidos por Januzzi e Januzzi (2002) no Município de São Paulo, e por Torres (2005) na Região Metropolitana de São Paulo. Esses autores mostraram que as baixas taxas médias de crescimentos anuais registradas no Município de São Paulo e na Região Metropolitana de São Paulo³ encobriam a heterogeneidade das tendências demográficas em curso nas diferentes porções desses territórios.

A Figura 1 mostra o esvaziamento populacional ocorrido nos distritos das porções centrais e intermediárias do Município de São Paulo, no período entre 1991 e 2000, em contraste com o crescimento nos distritos periféricos. Vale dizer que, naquele período, o crescimento periférico correspondeu a praticamente todo o crescimento municipal.

Essas tendências mudaram significativamente no período entre 2000 e 2010, quando se observou acentuação no arrefecimento do crescimento populacional paulistano, com taxa média de crescimento anual de 0,8% para o Município de São Paulo como um todo. Nesse período, dos 52 distritos que estavam perdendo população na década de 1990, 38 passaram a ganhar moradores na década de 2000, conforme se pode observar na Figura 2. Trata-se de distritos localizados nas áreas centrais e intermediárias da cidade que, desse modo, registraram uma inversão demográfica a qual conviveu com a persistência do crescimento periférico. Assim, diferentemente da década de 1990, o crescimento municipal paulistano da década de 2000 constituiu-se predominantemente pela contribuição tanto dos aumentos de moradores nas áreas centrais quanto periféricas.

Qual foi a relação entre tal redistribuição espacial da população paulistana e a produção de prédios de apartamentos no Município de São Paulo? Para analisar essa questão pensou-se em estabelecer agrupamentos distritais a partir das tendências demográficas mencionadas anteriormente. Tais agrupamentos servem de base para analisar as relações entre a redistribuição espacial da população paulistana e a produção de empreendimentos imobiliários residenciais verticais na primeira década do século XXI. Esses agrupamentos podem ser descritos do seguinte modo:

Grupo 1 – distritos⁴ que perderam moradores tanto na década de 1990 quanto na de 2000 – denominado como o de esvaziamento persistente;

Grupo 2 – distritos⁵ que perderam moradores na década de 1990 e passaram a ganhar na década de 2000 – denominado como o da inversão demográfica;

Grupo 3 – distritos⁶ que ganharam moradores tanto na década de 1990 quanto na de 2000 – denominado como o da “periferização” persistente;

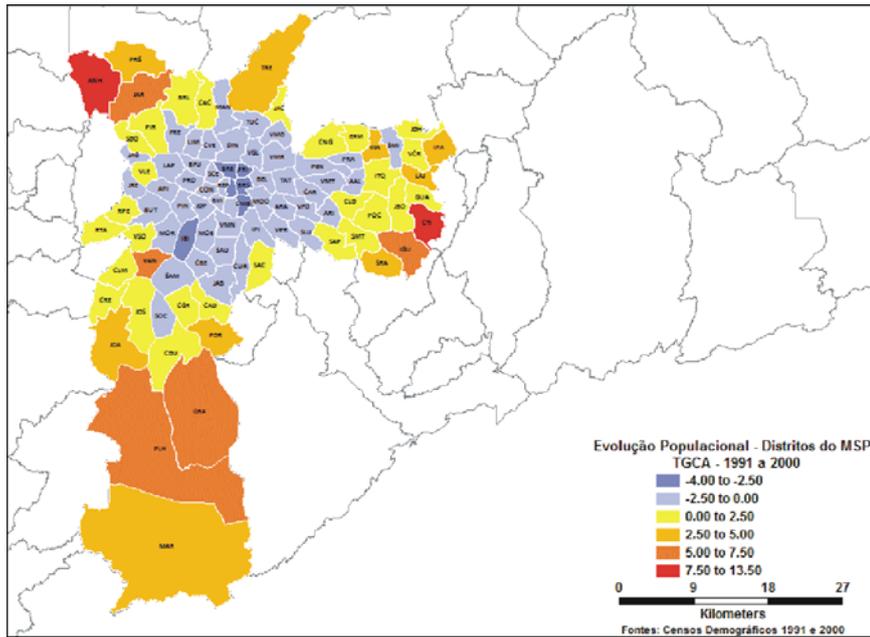


Figura 1: Taxa Geométrica de Crescimento Anual Segundo Distritos do MSP – 1991 a 2000
Fontes: Censos Demográficos IBGE, 1991 e 2000.
Elaboração: Anderson Kazuo Nakano

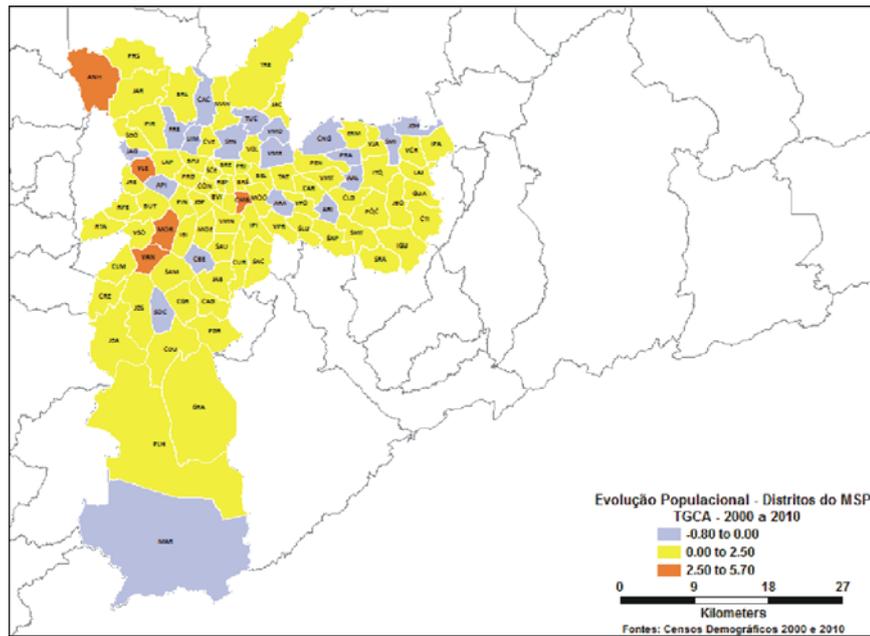


Figura 2: Taxa Geométrica de Crescimento Anual Segundo Distritos do MSP – 2000 a 2010
Fontes: Censos Demográficos IBGE, 2000 e 2010.
Elaboração: Anderson Kazuo Nakano

Grupo 4 – distritos⁷ que ganharam moradores na década de 1990 e passaram a perder na década de 2000 – denominado como o de esvaziamento periférico.

Antes de caracterizarmos e quantificarmos as tendências demográficas detectadas nesses Grupos distritais, é importante esclarecer alguns aspectos relativos à denominação do Grupo 3 com a expressão “periferização persistente”. Essa denominação não utiliza rigorosamente o termo “periferização” empregado nos estudos realizados por diferentes pesquisadores ao longo das décadas de 1970 e 1980 para designar os processos sociais, políticos, econômicos e territoriais envolvidos na produção dos espaços urbanos periféricos, em especial no contexto das grandes cidades brasileiras. A designação do Grupo 3 com a expressão “periferização persistente” se baseia simplesmente na continuidade de crescimento populacional na passagem da década de 1990 para a década de 2000 em espaços urbanos inseridos, em sua maior parte, nos distritos que fazem parte daquele Grupo 3 e que foram produzidos segundo o chamado “padrão periférico de urbanização”. As características desse padrão foram analisadas detalhada e criticamente nos estudos urbanos elaborados por autores como, por exemplo, Camargo, *et al* (1975), Maricato (1982), Bonduki e Rolnik (1982), Kowarick (1993), dentre outros. Nesses estudos encontram-se semelhanças e diferenças nas definições do termo “periferia”.

Segundo Camargo, *et al* (1975) “a expressão ‘periferia’, que serve para designar os bairros afastados do centro, tornou-se sinônimo, em certos meios, da noção de marginalização ou de exclusão social” (CAMARGO *et al*, 1975, p. 23). No trabalho intitulado “São Paulo 1975 – Crescimento e Pobreza”, aqueles pesquisadores utilizaram o termo “periferia” para designar “aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infraestrutura, onde vai residir a mão-de-obra necessária para o crescimento da produção” (CAMARGO *et al*, 1975, p. 25).

Para Ermínia Maricato (1982) a “periferia urbana” também é “o espaço de residência da classe trabalhadora ou das camadas populares” (MARICATO, 1982, p. 82). Nesse sentido, é o “espaço que se estende por vastas áreas ocupadas por pequenas casas em pequenos lotes, onde o comércio e os serviços particulares também são insignificantes enquanto forma de uso do solo” (MARICATO, 1982, p. 82-83).

Em estudo sobre os processos e os agentes envolvidos na produção e ocupação de cinco loteamentos populares localizados no Município de Osasco, localizados na porção oeste da Região Metropolitana de São Paulo, Bonduki e Rolnik (1982), em diálogo com as afirmações de Camargo, *et al* (1975) e de Maricato (1982) apresentadas anteriormente, reconhecem que “a definição de periferia é utilizada indiscriminadamente para designar, numa visão geográfica, os espaços que estão distantes do centro metropolitano e na faixa externa da área urbanizada e, numa visão sociológica, os locais onde a força de trabalho se reproduz em péssimas condições de habitação” (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p. 147). A partir desse reconhecimento, Bonduki e Rolnik (1982) afirmam que “este uso indiscriminado do termo (“periferia”) leva a uma série de imprecisões na sua utilização” (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p. 147). Assim, aqueles autores preferem “definir periferia como ‘as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial’, pois, assim, este conceito ganha maior precisão e

vincula, concreta e objetivamente, a ocupação do território urbano à estratificação social” (BONDUKI; ROLNIK, 1982, p. 147).

No Grupo 3 foram incluídos alguns distritos cuja continuidade no crescimento populacional durante a passagem da década de 1990 para a década de 2000 possui pouca relação com a reprodução de espaços urbanos periféricos nos termos apresentados nos parágrafos anteriores. Trata-se principalmente dos distritos de Vila Andrade e Vila Leopoldina, localizados junto ao Rio Pinheiros, na porção oeste do Município de São Paulo. A despeito do crescimento populacional da favela Paraisópolis localizada no distrito de Vila Andrade, pode-se dizer que a continuidade de boa parte do crescimento populacional desse distrito nos anos entre 2000 e 2010 foi ocasionada pela intensa produção de empreendimentos imobiliários residenciais promovidos pelos agentes do mercado de incorporação. Conforme se pode ver adiante no presente artigo, Vila Andrade foi o distrito do Grupo 3 que mais recebeu empreendimentos imobiliários residenciais verticais lançados entre 1998 e 2008. Tais empreendimentos destinaram-se principalmente para adquirentes de média e alta renda.

No caso do distrito de Vila Leopoldina, nota-se que a continuidade do crescimento populacional também se relacionou com intensa produção imobiliária impulsionada pelo aquecimento do mercado de incorporação. Os espaços urbanos do distrito de Vila Leopoldina se formaram principalmente a partir da instalação de áreas industriais ocorrida nas décadas de 1970 e 1980. Atualmente, essas áreas industriais se encontram em franco processo de desativação e de conversão de uso. Algumas dessas áreas foram substituídas recentemente por prédios de apartamentos de médio e alto padrão.

Tanto em Vila Andrade quanto na Vila Leopoldina o crescimento populacional contínuo se relacionou com a ampliação das áreas de moradia das camadas de alta renda estruturadas historicamente no vetor oeste e sudoeste paulistano. Tal ampliação se deu em espaços que dão continuidade espacial ao Centro Expandido o qual, conforme Villaça (2001), estruturou-se a partir dos bairros residenciais das populações de alta renda associados a importantes funções urbanas centrais ligadas ao comércio e à prestação de serviços. No Centro Expandido paulistano, concentrou-se ampla oferta de empregos e as principais instituições do poder público.

Assim, as transformações dos espaços urbanos dos distritos de Vila Andrade e de Vila Leopoldina, relacionadas ao crescimento populacional contínuo, associaram-se menos com a reprodução do “padrão periférico de urbanização” e mais com o “padrão espacial dominante da segregação” analisado por Villaça (2001) e, segundo o qual, as “*camadas de mais alta renda controlam a produção do espaço urbano (em especial dos seus bairros residenciais) por meio do controle de três mecanismos: um de natureza econômica – o mercado, no caso, fundamentalmente o mercado imobiliário; outro de natureza política: o controle do Estado, e, finalmente, através da ideologia*” (VILLAÇA, 2001, p. 335).

De volta às tendências demográficas detectadas nos Grupos distritais, podemos começar com o Grupo 1, do esvaziamento persistente, o qual possui 14 distritos (15,6% do total). Na década de 1990 esse Grupo perdeu 119.848

habitantes e na década de 2000 essa perda foi de 48.165 habitantes. Ao longo dessas duas décadas, o Grupo 1 perdeu um total de 168.013 habitantes.

O Grupo 2 da inversão demográfica possui 38 distritos (39,6% do total). Na década de 1990 esse Grupo perdeu 342.541 habitantes e na década de 2000 ganhou 243.922 habitantes. Entre essas perdas e ganhos restou uma diferença de 98.619 habitantes. Portanto, apesar de importante, a inversão demográfica ocorrida na década de 2000 ainda não foi suficiente para recuperar o patamar populacional que aqueles distritos detinham no final da década de 1990.

O Grupo 3 da “periferização” persistente possui 39 distritos (40,6% do total). Na década de 1990 os distritos desse Grupo ganharam 1.184.444 habitantes e na década de 2000 ganharam mais 631.354 habitantes. Portanto, nessas duas décadas o Grupo 3 acumulou um ganho populacional de 1.815.798 habitantes. Vale observar o arrefecimento nos ganhos populacionais ocorridos nesses distritos intermediários e periféricos na passagem da década de 1990 para a de 2000.

O Grupo 4 do esvaziamento periférico possui somente 4 distritos (4,2% do total). Os distritos desse pequeno Grupo ganharam 67.306 habitantes na década de 1990 e perderam 9.154 moradores na década de 2000. Entre ganhos e perdas populacionais, esse Grupo ficou ainda com um saldo positivo de 58.152 habitantes.

O mapa da Figura 3 mostra a localização dos distritos inseridos em cada um desses Grupos. Percebe-se claramente a predominância dos Grupos 2 e 3 que concentraram todo o ganho populacional ocorrido na década de 2000 e, juntos, englobaram 77 distritos (80,2% dos 96 distritos paulistanos) e abrangeram a maior parte da área urbanizada do Município de São Paulo. Percebe-se também

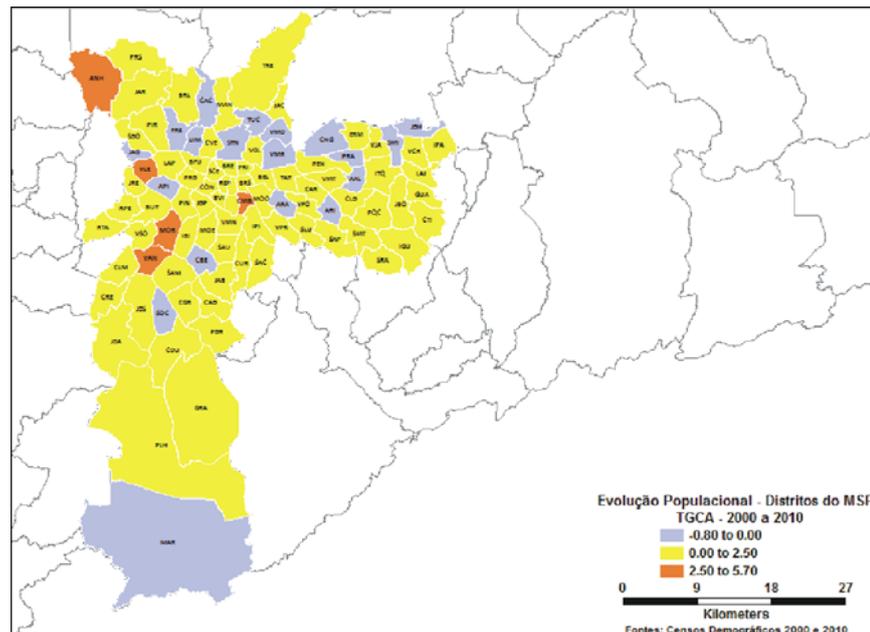


Figura 3: Distribuição dos Grupos 1, 2, 3 e 4
 Fontes: Censos Demográficos IBGE, 1991, 2000 e 2010.
 Elaboração: Anderson Kazuo Nakano.

⁸ Os distritos do Grupo 2 que foram considerados como parte do anel intermediário da cidade são: Belém, Butantã, Carrão, Casa Verde, Jaguaré, Mooca, Morumbi, Penha, Santo Amaro, São Lucas, Tatuapé, Vila Formosa, Vila Guilherme, Vila Matilde e Vila Prudente,

⁹ Os distritos do Grupo 3 que foram considerados como parte do anel intermediário da cidade são: Campo Grande, Cidade Ademar, Cidade Líder, Ermelino Matarazzo, Itaquera, Parque do Carmo, Pedreira, Pirituba, Rio Pequeno, São Domingos, São Mateus, Sapopemba, Vila Andrade, Vila Jacuí e Vila Sônia.

¹⁰ A distribuição espacial das tendências demográficas recentes nos espaços intraurbanos do Município de São Paulo reiteram as conclusões de estudos realizados por Suzana Pasternak e Lucia Bógus (2000) que mostram, a partir de diferentes indicadores sociodemográficos, em especial aqueles relativos às categorias socioocupacionais, a “cidade dos anéis”.

que o Grupo 2 inclui distritos localizados nas porções centrais e em partes do anel intermediário⁸ da cidade (ao redor do chamado Centro Expandido contido na área contornada pelos Rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí) e um único distrito relativamente periférico (Mandaqui). Já os distritos do Grupo 3 se localizam em partes do anel intermediário⁹ e em praticamente toda a periferia paulistana¹⁰.

Ainda na Figura 3, nota-se que praticamente todos os distritos do Grupo 1 se localizam no anel intermediário da cidade, com exceção de São Miguel e Socorro que se encontram na periferia leste e sul do Município de São Paulo, respectivamente.

Vale observar que os quatro distritos que integram o Grupo 4 localizam-se em situações de bordas urbanas. Cangaíba e Jardim Helena estão na borda norte da zona leste paulistana, junto à área desocupada e alagadiça do Parque Estadual Ecológico Tietê, na divisa entre os Municípios de São Paulo e Guarulhos. Cachoeirinha está na borda da zona norte, junto à grande área desocupada do Parque Estadual Cantareira. Marsilac está na borda da zona sul, junto à divisa do Parque Estadual da Serra do Mar.

Na passagem da década de 1990 para a década de 2000 tivemos, junto com a redistribuição espacial da população moradora dos distritos paulistanos, uma intensa produção imobiliária principalmente de empreendimentos residenciais verticais. Essa produção imobiliária teve nuances tipológicas, mercadológicas e geográficas que não são detalhadas nos limites do presente artigo, mas merecem estudos específicos mais aprofundados. O enfoque aqui adotado prioriza a relação da produção imobiliária residencial vertical com a inversão de perdas para ganhos populacionais ocorrida nos distritos centrais e intermediários, e também com os ganhos populacionais persistentes ocorridos nos distritos intermediários e periféricos. Para o desenvolvimento dessa análise é importante termos um quadro quantitativo dos empreendimentos imobiliários residenciais verticais lançados entre 1998 e 2008 e entregues durante o período intercensitário entre 2000 e 2010. Esse quadro é apresentado a seguir.

A PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL VERTICAL NOS CONTEXTOS DA INVERSÃO DEMOGRÁFICA NO GRUPO 2 E DA “PERIFERIZAÇÃO” PERSISTENTE NO GRUPO 3

Conforme a colocação feita na Introdução do presente artigo, a produção de empreendimentos imobiliários residenciais verticais ocorrida nos contextos da inversão demográfica e da “periferização” persistente insere-se em um quadro amplo marcado pela ampliação das fronteiras da produção imobiliária em direção aos municípios da Região Metropolitana de São Paulo localizados ao redor da Capital paulista. De acordo com Sígolo (2014) a participação dessa Capital no total de unidades habitacionais lançadas na metrópole paulistana entre 2004 e 2010 “retraiu, passando de 83% para 55%” (SÍGOLO, 2014, p. 25). Segundo a pesquisadora, “municípios como Guarulhos, na sub-região leste, São Bernardo, Santo André, Diadema e Mauá, na sudeste, Osasco, na oeste, Taboão da Serra e Cotia, na sudoeste, retomaram parte da proeminência que possuíam neste período anterior (segunda metade da década de 1990) no conjunto de lançamentos na região” (SÍGOLO, 2014, p. 26). Ainda segundo a pesquisadora, “além dos municípios citados, Mogi das Cruzes, Suzano, Ferraz

de Vasconcelos e Itaquaquetuba, na sub-região leste, Barueri, Carapicuíba e Santana do Parnaíba, na oeste, e Cajamar, na norte, que, diferentemente dos anteriores, não tiveram participação significativa na segunda metade dos anos 1990, passaram a responder mais substancialmente pelos lançamentos na RMSP a partir de 2007” (SÍGOLO, 2014, p. 27).

No município de São Paulo, a produção de empreendimentos imobiliários residenciais verticais, ocorrida na década de 2000, deve ter se vinculado, total ou parcialmente, aos crescimentos populacionais ocorridos nos distritos entre 2000 e 2010. De um lado, parte importante dos ganhos populacionais ocorridos com a inversão demográfica no Grupo 2 deve ter sido absorvida por aqueles empreendimentos residenciais verticais produzidos pelo mercado imobiliário formal. De outro lado, menor proporção dos ganhos populacionais ocorridos com a “periferização” persistente no Grupo 3 deve ter sido absorvida por tais empreendimentos.

Para analisar essa relação entre esses ganhos populacionais e a produção imobiliária formal, bem como suas características e distribuições espaciais, vamos utilizar os dados relativos aos lançamentos de empreendimentos imobiliários residenciais verticais sistematizados pela Empresa Brasileira de Estudos sobre o Patrimônio (EMBRAESP) referentes ao período entre 1998 e 2008 e disponibilizados pelo Centro de Estudos da Metrópole (CEM)¹¹.

Optou-se por trabalhar os dados relativos aos lançamentos de empreendimentos imobiliários residenciais verticais concernentes ao período de 1998 e 2008 levando-se em conta indicação de Aranha e Torres (2014) em boletim da Fundação Seade sobre a relação entre crescimento demográfico e produção imobiliária nos distritos paulistanos. Tal indicação se baseou em estudo da EMBRAESP segundo o qual em “*mais de 60% dos imóveis novos os prazos de entrega são superiores a 24 meses*” (EMBRAESP, 2013, apud ARANHA & TORRES, 2014: 7). Com base nessa constatação, aqueles autores adotaram um recorte temporal entre 1998 e 2007. No presente estudo optamos por um recorte temporal um pouco diferente, entre 1998 e 2008, porque, com o intenso aquecimento do mercado de incorporação ocorrido na segunda metade da década de 2000, os empreendimentos imobiliários residenciais lançados até 2008 puderam ser entregues até 2010.

Os distritos do Grupo 2 tiveram aumento de 41,7% no total de domicílios em apartamentos entre 2000 e 2010. Esses distritos, que tinham 56,9% desse tipo de domicílio do Município de São Paulo em 2000, passaram a ter 59,0% em 2010. No Grupo 3, o aumento dos domicílios em apartamentos entre 2000 e 2010 foi de 33,2%. A despeito desse aumento, os domicílios em apartamentos do Grupo 3, que correspondia a 30,1% do total desse tipo de domicílios do Município de São Paulo, caiu para 29,3%.

Certamente, esses aumentos dos domicílios em apartamentos nos Grupos 2 e 3 se deram devido, em grande parte, à produção imobiliária realizada por incorporadores no período entre 1998 e 2008. Nesse período foram lançados 2.712 empreendimentos imobiliários residenciais verticais¹² com total de 165.596 apartamentos no Grupo 2, e 882 empreendimentos com 78.073 apartamentos no Grupo 3. Nota-se que a inversão demográfica impulsionou mais a verticalização na ocupação dos espaços intraurbanos do primeiro Grupo do que a “periferização” persistente no segundo Grupo.

¹¹ Os dados foram obtidos no site do Centro de Estudos da Metrópole (CEM), no endereço eletrônico <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/716>, consultado em 24/12/2014.

¹² Foram considerados como empreendimentos imobiliários residenciais verticais aqueles que possuíam quatro ou mais pavimentos.

Conforme o Gráfico 1, no Grupo 2 destaca-se o distrito de Vila Mariana com 227 empreendimentos imobiliários residenciais verticais lançados no período entre 1998 e 2008. Logo em seguida apareceu o distrito de Itaim Bibi e de Moema, com 223 e 200 empreendimentos, respectivamente. Os demais distritos do Grupo 2 tiveram menos de 200 empreendimentos cada. Os distritos de Perdizes, Saúde, Jardim Paulista e Tatuapé tiveram entre 100 e 200 empreendimentos (196, 166, 139 e 121 empreendimentos, respectivamente). No distrito do Brás, apesar de fazer parte do Centro Antigo, houve pouca presença das ações de investidores e incorporadores imobiliários. Esse distrito não teve nenhum empreendimento lançado no período analisado. Nesse Centro Antigo, Sé teve 1 empreendimento, Pari teve 3, Bom Retiro teve 9, República teve 22 e Cambuci teve 24. Ainda nesse Centro Antigo destacam-se os distritos da Bela Vista que teve 48 empreendimentos lançados e Mooca que teve 90.

No Grupo 3, conforme se pode observar no Gráfico 2, o distrito com o maior número de empreendimentos imobiliários residenciais lançados entre 1998 e

Gráfico 1: Número de Empreendimentos Imobiliários Residenciais Verticais Lançados nos Distritos do Grupo 2 do Município de São Paulo – 1998 a 2008

Fonte: Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio – EMBRAESP, 1998 a 2008. Elaboração: Anderson Kazuo Nakano

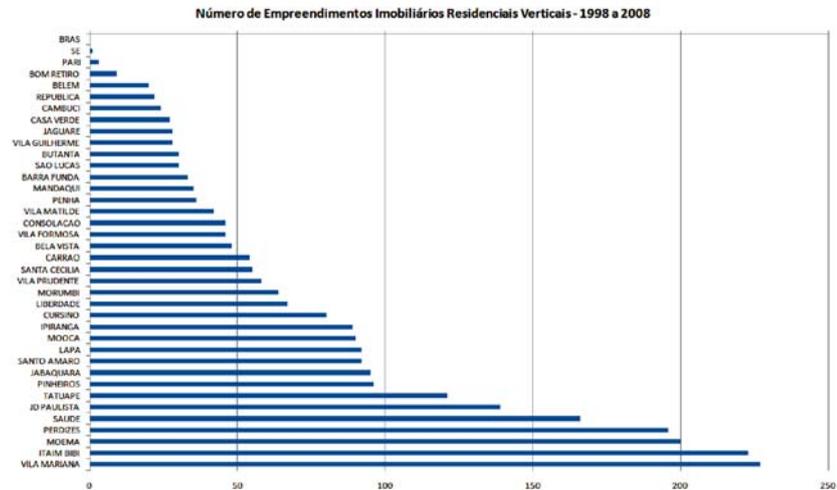
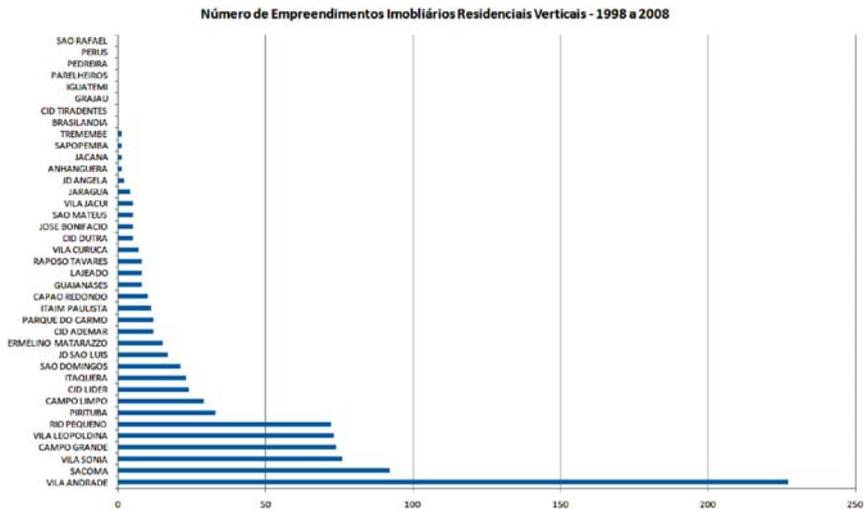


Gráfico 2: Número de Empreendimentos Imobiliários Residenciais Verticais Lançados nos Distritos do Grupo 3 do Município de São Paulo – 1998 a 2008

Fonte: Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio – EMBRAESP, 1998 a 2008. Elaboração: Anderson Kazuo Nakano.



2008 foi o da Vila Andrade, com 227 empreendimentos. Com isso Vila Andrade equipara-se ao distrito de Vila Mariana do Grupo 2 que teve o mesmo número de empreendimentos lançados. Neste ponto, vale lembrar os comentários feitos anteriormente a respeito das diferenças da urbanização recente ocorrida no distrito de Vila Andrade, baseada naquela produção imobiliária significativa, em relação à vigência da “periferização” persistente na maior parte dos distritos do Grupo 3. Nesse Grupo, após a Vila Andrade, apareceu com destaque o distrito de Sacomã com 92 empreendimentos imobiliários residenciais verticais. Afora Vila Andrade, todos os demais distritos do Grupo 3 tiveram menos de 100 empreendimentos lançados naquele período.

Além de Sacomã, os distritos de Vila Sonia, Campo Grande, Vila Leopoldina e Rio Pequeno tiveram entre 50 e 100 empreendimentos lançados (76, 74, 73 e 72 empreendimentos, respectivamente). Vale observar ainda que no Grupo 3 houve oito distritos sem nenhum lançamento de empreendimentos imobiliários residenciais verticais entre 1998 e 2008: Brasilândia, Cidade Tiradentes, Grajaú, Iguatemi, Parelheiros, Pedreira, Perus e São Rafael.

É plausível pensar em uma possível associação entre a produção imobiliária residencial formal e a inversão demográfica no Grupo 2 porque parte significativa dos incorporadores imobiliários buscou implantar seus empreendimentos destinados aos segmentos de média e alta renda em áreas com boa provisão de infraestruturas para o saneamento básico, telecomunicações e fornecimento de energia elétrica, bem como nas proximidades de vias estruturais¹³, linhas e estações de metrô¹⁴, parques, museus, centros culturais, universidades, *shopping centers*, entre outros grandes equipamentos. No Município de São Paulo as localizações com tais características estão predominantemente localizadas no Centro Antigo e Expandido inserido no Grupo 2. Porém, cabe perguntar como essa associação entre a produção imobiliária residencial formal e a inversão demográfica variou dentre os distritos centrais desse Grupo 2.

Ademais, podemos considerar o fato de que a promoção de empreendimentos imobiliários residenciais verticais, associada com a “periferização” persistente no Grupo 3, gerou o fenômeno conhecido como a “verticalização da periferia”. Nos distritos desse Grupo 3, cabe analisar como a produção imobiliária residencial formal ocorreu no contexto da “periferização” persistente. Como essa produção imobiliária se inseriu em espaços urbanos formados principalmente por assentamentos precários e informais ocupados pela população de baixa renda (loteamentos irregulares, ocupações e favelas)? Não faz parte do escopo do presente artigo responder a essa pergunta. Contudo, vale deixar assinalada essa importante questão para pesquisas futuras.

Para analisar a relação entre a produção imobiliária e as tendências demográficas vale examinar a distribuição espacial dos empreendimentos imobiliários residenciais formais nos distritos dos Grupos 2 e 3. Aranha e Torres (2014) analisaram aquela relação “*buscando identificar em que localizações as novas dinâmicas do mercado imobiliário influenciaram ou não o crescimento demográfico dos diferentes distritos da capital*” (ARANHA; TORRES, 2014, p. 6).

¹³ Entende-se por vias estruturais as avenidas e vias expressas existentes nos espaços intraurbanos que promovem a interligação tanto entre diferentes municípios metropolitanos quanto entre bairros, centro principal e subcentros de um mesmo município.

¹⁴ Recentemente, o jornal O Estado de São Paulo (14/09/2014) publicou matéria sobre os lançamentos de empreendimentos imobiliários, residenciais e não residenciais, que buscaram localizações próximas às linhas e estações de metrô. Segundo essa matéria “o mercado imobiliário paulistano migrou para as proximidades das linhas de metrô”. A partir de levantamento realizado pela imobiliária Lopes, afirma-se que 66,2% dos futuros lançamentos imobiliários no Município de São Paulo (404 de um total de 610) estarão a até um quilômetro dos trilhos e estações de metrô, existentes, em obras e projetadas. Os lançamentos imobiliários residenciais incluem tanto unidades mais compactas, como estúdios de 25 m², quanto apartamentos de 2 e 3 dormitórios com áreas em torno de 55 e 76 m², respectivamente. Pinheiros, Vila Madalena, Pompéia, Perdizes, Centro Antigo, Conceição, Brooklin, Aclimação, Paraíso, Vila Mariana, Santo Amaro e Vila Prudente são apontados como localizações de interesse por parte dos investidores por causa dos sistemas metroviários existentes ou projetados.

Para tanto, os autores formularam um indicador simples denominado taxa de lançamento imobiliário (TLI) utilizado “para avaliar até que ponto o volume de lançamentos imobiliários ocorridos entre 1998 e 2007 contribuiu para a ampliação do estoque de domicílio existente neste período” e, também, “para avaliar o provável impacto de lançamentos residenciais para o crescimento demográfico de um dado distrito” (ARANHA; TORRES, 2014, p. 8).

Com base nas TLIs e nas taxas anuais de crescimento populacional dos distritos paulistanos, Aranha e Torres (2014) construíram “uma tipologia que compõe áreas de grandes concentrações de lançamentos imobiliários associados a crescimento demográfico, áreas com as mesmas características, porém com menor intensidade de crescimento, áreas com lançamentos imobiliários, mas que não se converteram em crescimento populacional, áreas com poucos lançamentos e com crescimento populacional próximo da média de São Paulo e áreas que ainda reproduzem o padrão de crescimento periférico tradicional” (ARANHA; TORRES, 2014, p. 9).

Esses critérios orientaram a definição de sete grupos de distritos nos quais se perceberam variações nas associações entre as TLIs e as intensidades no crescimento demográfico. Entretanto, o método de estratificação das TLIs, utilizada em associação com as taxas de crescimento populacional, a partir do qual se elaborou o escalonamento da maior para a menor associação entre as dinâmicas imobiliárias e demográficas desses grupos de distritos não ficou totalmente claro no trabalho daqueles autores.

No presente artigo procuramos analisar as relações entre a produção imobiliária e as tendências demográficas nos distritos paulistanos com o foco sobre os distritos do Grupo 2 e 3. Com isso pretendemos detectar o papel da produção de empreendimentos imobiliários residenciais verticais nas ocorrências da inversão demográfica (Grupo 2) e da “periferização” persistente (Grupo 3). Porém, diferente de Aranha e Torres (2014), trabalhamos com uma taxa de absorção populacional pela produção imobiliária (TAPPI) discutida a seguir.

A TAXA DE ABSORÇÃO POPULACIONAL PELA PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA NOS CONTEXTOS DA INVERSÃO DEMOGRÁFICA NO GRUPO 2 E DA “PERIFERIZAÇÃO” PERSISTENTE NO GRUPO 3

A partir do cálculo dos diferenciais entre os incrementos populacionais (IP) registrados com base nos dados censitários de 2000 e 2010 e os incrementos populacionais potenciais promovidos pelos empreendimentos imobiliários residenciais verticais (IPPPEIRV)¹⁵ lançados entre 1998 e 2008 para os distritos dos Grupos 2 e 3, apresentados nos Gráficos 3 e 4, chegou-se à taxa de absorção populacional pela produção imobiliária (TAPPI).

Os incrementos populacionais potenciais promovidos pelos empreendimentos imobiliários residenciais verticais (IPPPEIRV) foram calculados a partir do número de moradores que poderiam ocupar os apartamentos previstos nesses empreendimentos. Essa estimativa foi feita com base no cálculo do número de moradores por apartamento em cada distrito obtido através dos dados censitários de 2010, conforme planilhas anexas.

¹⁵ O incremento populacional potencial pelos empreendimentos imobiliários residenciais verticais (IPPPEIRV) foi obtido a partir do número de moradores por apartamento calculado, para cada distrito, com base nos dados censitários do IBGE. Multiplicou-se esse número de moradores por apartamento pelo total de unidades produzidas nos empreendimentos imobiliários residenciais verticais lançados entre 1998 e 2008. Com isso se obteve, para cada distrito, os incrementos potenciais de moradores associados à produção de apartamentos nesses empreendimentos.

No Gráfico 3, percebe-se que na maioria dos distritos do Grupo 2, o IPPEIRV superou o IP. Antes de tirarmos conclusões apressadas, é preciso considerar as seguintes possibilidades:

- parte dos empreendimentos imobiliários residenciais verticais lançados entre 1998 e 2008 pode não ter sido executada e comercializada;
- parte dos apartamentos entregues pode não ter sido efetivamente ocupada, talvez porque os adquirentes tenham comprado esses apartamentos como forma de investimento ou para alugá-los posteriormente;

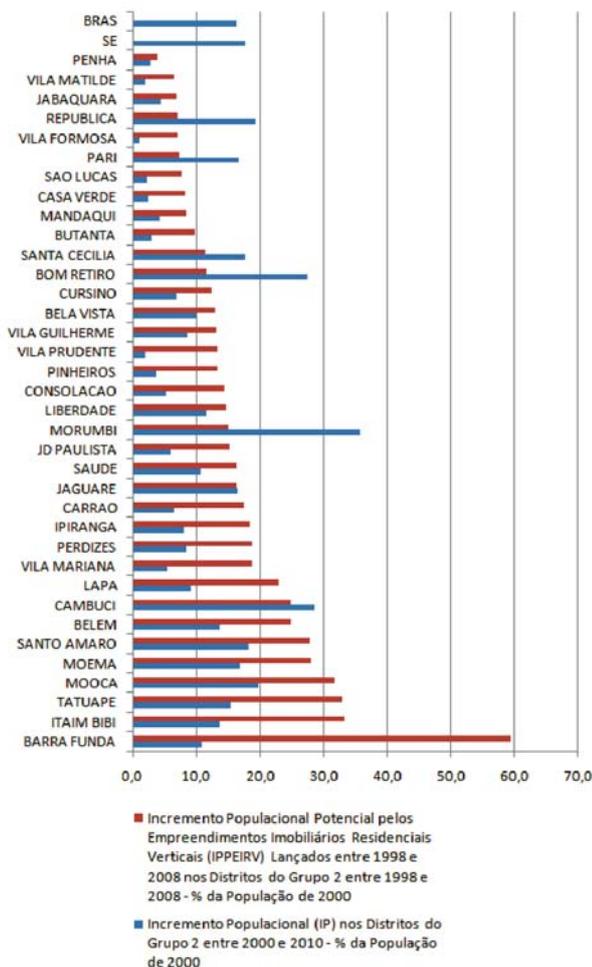


Gráfico 3: Incrementos Populacionais (IP) entre 2000 e 2010 e Incrementos Populacionais Potenciais Promovidos pelos Empreendimentos Imobiliários Residenciais Verticais (IPPEIRV) Lançados entre 1998 e 2008 nos Distritos do Grupo 2 do Município de São Paulo

Fonte: Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio – EMBRAESP, 1998 a 2008 e Censos Demográficos IBGE, 2000 e 2010. Elaboração: Anderson Kazuo Nakano

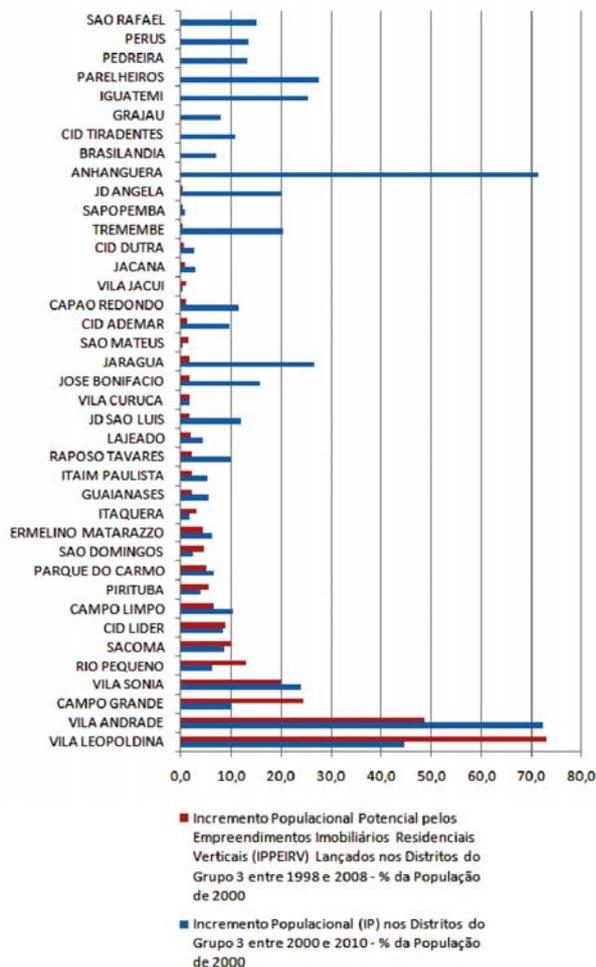


Gráfico 4: Incrementos Populacionais (IP) entre 2000 e 2010 e Incrementos Populacionais Potenciais pelos Empreendimentos Imobiliários Residenciais Verticais (IPPEIRV) Lançados entre 1998 e 2008 nos Distritos do Grupo 3 do Município de São Paulo

Fonte: Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio – EMBRAESP, 1998 a 2008 e Censos Demográficos IBGE, 2000 e 2010. Elaboração: Anderson Kazuo Nakano.

- parte dos apartamentos pode ter sido adquirida por pessoas que já viviam no distrito¹⁶.

Mesmo diante de tais possibilidades, podemos dizer que nos distritos onde o IPPPEIRV supera bastante o IP houve grandes chances de que a produção imobiliária tenha se associado de modo mais estreito com os ganhos populacionais trazidos pela inversão demográfica no Grupo 2.

Em outras palavras, podemos dizer que, naqueles distritos do Grupo 2 onde o IPPPEIRV superou o IP, os 165.596 apartamentos lançados entre 1998 e 2008 podem ter absorvido a maior parte do incremento populacional ocorrido entre 2000 e 2010. Trata-se de diferentes tipos de apartamentos cujas áreas úteis médias variaram de 47,6 m², em empreendimentos no distrito Bom Retiro a 233,9 m², nos empreendimentos do distrito Morumbi e os números médios de dormitórios por apartamento variaram de 1,4 dormitórios, nos empreendimentos do distrito República, a 3,4 dormitórios, nos empreendimentos dos distritos Morumbi e Vila Formosa.

A ocupação de parte dos domicílios vagos também pode ter absorvido uma parcela desse incremento populacional. Entre 2000 e 2010 houve redução de 40.314 domicílios vagos (correspondentes a 24,2% daquele total de apartamentos lançados nos distritos do Grupo 2), instalados tanto em casas quanto em apartamentos. Essa redução de -24,5% no número de domicílios vagos nos distritos que fazem parte do Grupo 2 foi mais forte nos distritos Jardim Paulista, Santa Cecília e República, que tiveram diminuição maior do que 3.000 domicílios vagos. Os distritos São Lucas, Jabaquara, Liberdade e Tatuapé também se destacam, pois tiveram redução maior do que 2.000 domicílios vagos.

Conforme o Gráfico 4, a superação do IP pelo IPPPEIRV não ocorreu na maioria dos distritos do Grupo 3 cujos ganhos populacionais contínuos a partir da “periferização” persistente podem estar mais associados às dinâmicas imobiliárias de outros segmentos do mercado de terras, voltados para as populações de baixa renda. Esses segmentos são diferentes daqueles normalmente ativados pelos investidores e incorporadores de empreendimentos imobiliários residenciais verticais voltados predominantemente para compradores com maior poder aquisitivo.

Os 78.073 apartamentos lançados nos distritos do Grupo 3 entre 1998 e 2008 não foram suficientes para absorver o incremento populacional (IP) ocorrido no período intercensitário entre 2000 e 2010. A maior parte desses distritos tiveram IP maior do que o IPPPEIRV. Os apartamentos lançados nos distritos do Grupo 3 também apresentaram variações em suas áreas úteis médias e em seus números médios de dormitórios. As áreas úteis médias dos apartamentos lançados naqueles distritos variaram de 44,5 m², em empreendimentos do distrito Lajeado, a 158,6 m², em empreendimentos do distrito Vila Andrade (a área útil média dos apartamentos lançados no distrito Vila Leopoldina foi igual a 114,4 m²). Os números médios de dormitórios daqueles apartamentos variaram de 2 dormitórios, nos empreendimentos do distrito Capão Redondo, a 3,3 dormitórios, nos empreendimentos do distrito Vila Leopoldina (o número médio de dormitórios nos apartamentos lançados no distrito Vila Andrade foi de 3,2).

¹⁶ No Município de São Paulo é comum ver moradores de casas térreas ou assobradadas localizadas no Centro Antigo e Expandido e em porções intermediárias da cidade inseridas nos distritos do Grupo 2 optarem por viver em apartamentos em busca de maior segurança e comodidade. Geralmente, são moradores de média e alta renda que possuem poder aquisitivo para adquirir tais apartamentos e manter um modo de vida custoso em um condomínio vertical.

Taxa de Absorção Populacional pela Produção Imobiliária - 1998 a 2008% da População de 2000

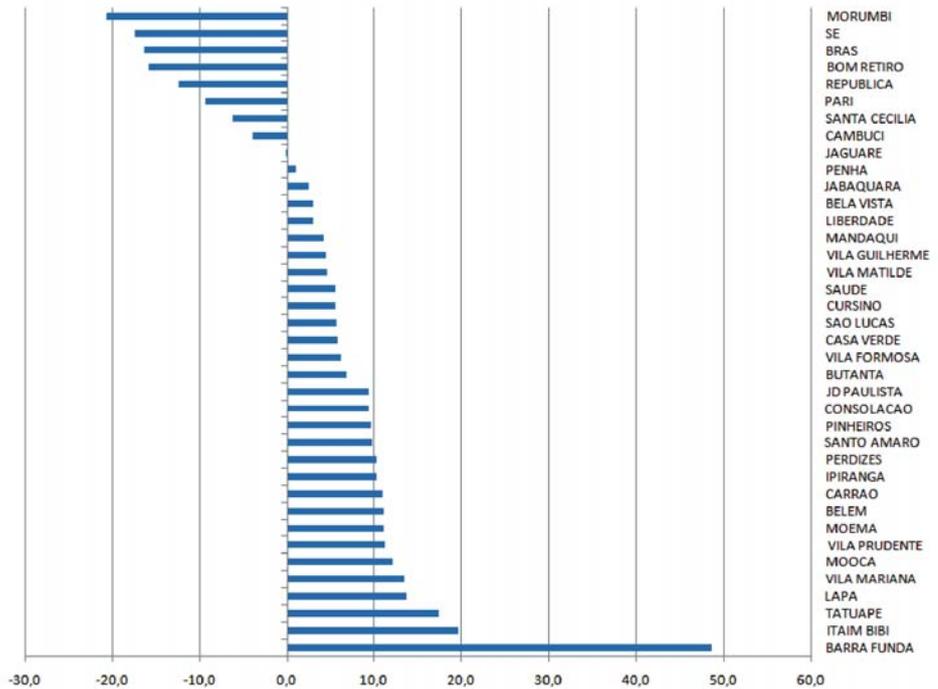


Gráfico 5: Taxa de Absorção Populacional pela Produção Imobiliária (TAPPI) em Empreendimentos Imobiliários Residenciais Verticais Lançados nos Distritos do Grupo 2 – 1998 a 2008

Fonte: Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio – EMBRAESP, 1998 a 2008. Elaboração: Anderson Kazuo Nakano.

Taxa de Absorção Populacional pela Produção Imobiliária - 1998 a 2008 - % da População de 2000

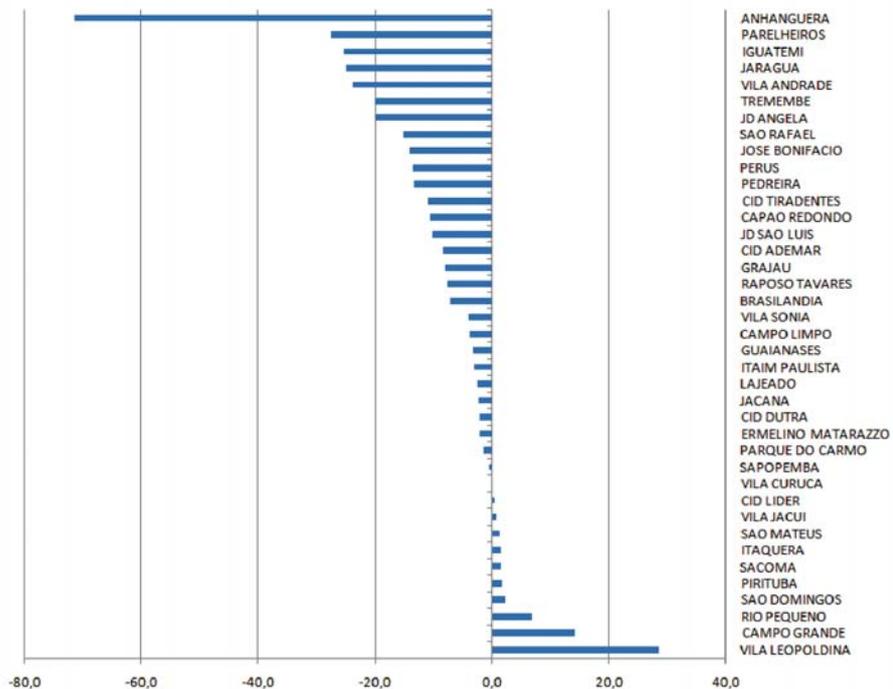


Gráfico 6: Taxa de Absorção Populacional pela Produção Imobiliária (TAPPI) em Empreendimentos Imobiliários Residenciais Verticais Lançados nos Distritos do Grupo 3 – 1998 a 2008

Fonte: Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio – EMBRAESP, 1998 a 2008. Elaboração: Anderson Kazuo Nakano.

A redução de 48.636 domicílios vagos ocorrida naquele período intercensitário pode certamente ter absorvido parte daquele incremento populacional. Essa redução de – 27,9% no número de domicílios vagos corresponde a 69,3% dos apartamentos lançados entre 1998 e 2008 nos distritos do Grupo 3, que sofreram “periferização” persistente. Destacam-se os distritos Jardim São Luís e Capão Redondo, que tiveram redução maior do que 5.000 domicílios vagos. Sapopemba e Cidade Ademar tiveram redução maior do que 4.000 domicílios vagos. Itaim Paulista, Brasilândia e Campo Limpo, registraram queda maior do que 3.000 domicílios vagos.

Em contraste com esses distritos que sofreram redução no número de domicílios vagos, os distritos Jaraguá, Cidade Tiradentes e Parelheiros tiveram aumento maior do que 1.000 domicílios vagos entre 2000 e 2010. Vale observar que os dois últimos distritos não tiveram lançamentos de empreendimentos imobiliários residenciais verticais promovidos por agentes do mercado de incorporação.

A taxa de absorção populacional pela produção imobiliária (TAPPI) reflete as diferenças entre o incremento populacional (IP) e o incremento populacional potencial promovido pelos empreendimentos imobiliários residenciais verticais (IPPPEIRV)¹⁷. A TAPPI negativa indica que o IP foi maior do que a capacidade de absorção dos empreendimentos imobiliários residenciais verticais lançados entre 1998 e 2008 geradores do IPPPEIRV. Nesses casos, tais empreendimentos não tiveram papel significativo no crescimento populacional do distrito entre 2000 e 2010. A TAPPI positiva indica o contrário e quanto maior o seu valor, maior a possibilidade de que o crescimento populacional dos distritos tenha sido absorvido pelos empreendimentos imobiliários residenciais verticais.

No Gráfico 5, com as TAPPIs dos distritos do Grupo 2, observa-se que a maior parte desses distritos registrou possibilidade de maior incremento populacional promovido pelos empreendimentos imobiliários residenciais verticais (IPPPEIRV) lançados entre 1998 e 2008 em comparação com o incremento populacional (IP) registrado pelos dados censitários entre 2000 e 2010.

Dos 38 distritos desse Grupo 2 da inversão demográfica, somente 9 registraram TAPPIs com valores negativos, isto é, com quantidade insuficiente de apartamentos lançados para absorver o incremento populacional (IP) ocorrido entre 2000 e 2010. Desses 9 distritos com TAPPIs negativas, 7 estavam no Centro Antigo (Bom Retiro, Brás, Cambuci, Pari, República, Santa Cecília e Sé) e 2 em porções intermediárias da cidade (Jaguapé e Morumbi). Nos demais 29 distritos do Grupo 2, todos no Centro Expandido circundados pelos rios Tietê, Pinheiros e Tamanduateí, os ganhos populacionais com a inversão demográfica podem ter sido absorvidos na produção de empreendimentos imobiliários residenciais verticais lançados entre 1998 e 2008. Vale destacar os distritos da Barra Funda e do Itaim Bibi que tiveram as maiores TAPPIs positivas do Grupo 2, 48,6% e 19,6% (de suas respectivas populações levantadas pelo Censo Demográfico de 2000).

¹⁷ Para o cálculo da TAPPI utilizou-se a seguinte fórmula:
 $TAPPI = (IP - IPPPEIRV) \times -1$

Conforme o Gráfico 6, os distritos do Grupo 3 da “periferização” persistente encontravam-se em situação oposta aos distritos do Grupo 2. Dos 39 distritos do Grupo 3, somente 11 distritos registraram TAPPis positivas as quais indicam que os empreendimentos imobiliários residenciais verticais lançados nesses distritos entre 1998 e 2008 poderiam absorver o incremento populacional ocorrido entre 2000 e 2010. Esses distritos eram: Campo Grande, Cidade Líder, Itaquera, Pirituba, Rio Pequeno, Sacomã, São Domingos, São Mateus, Vila Curuçá, Vila Jacuí e Vila Leopoldina. Desses distritos destaca-se Vila Leopoldina e Campo Grande que tiveram as maiores TAPPis positivas, 28,6% e 14,2% (de suas respectivas populações levantadas pelo Censo Demográfico de 2000).

Vale destacar o caso do distrito Vila Andrade que, apesar de ter tido o maior número de lançamentos de empreendimentos residenciais verticais dentre os distritos do Grupo 3, registrou TAPPI negativa. É bem possível que isso ocorreu por causa da presença de Paraisópolis naquele distrito. Conhecida como a maior favela do Município de São Paulo, Paraisópolis deve ter absorvido grande parte do IP ocorrido em Vila Andrade entre 2000 e 2010.

Coerentemente com as expectativas, os demais 28 distritos do Grupo 3 que tiveram TAPPis negativas, podem ter tido seus ganhos populacionais ocorridos com a “periferização” persistente absorvidos pela produção imobiliária ocorrida com base em outros segmentos do mercado de terras ativados por:

- pequenos proprietários de imóveis;
- agentes envolvidos com a produção e comercialização de moradias em loteamentos populares regulares ou em assentamentos precários e informais (favelas, ocupações irregulares de terras, loteamentos irregulares);
- agentes produtores de pequenos condomínios residenciais horizontais direcionados para adquirentes de média baixa renda;
- órgãos do poder público que são responsáveis pela promoção de habitações de interesse social destinados às populações de baixa renda.

Em relação aos condomínios residenciais horizontais lançados nos distritos do Grupo 3 no período entre 1998 e 2008, a produção não foi muito significativa. Nesse período foram lançados 439 empreendimentos imobiliários residenciais horizontais com 10.002 unidades habitacionais. Lembrando que nesse mesmo período foram lançados, nos distritos do Grupo 3, 882 empreendimentos imobiliários residenciais verticais com 78.073 unidades habitacionais as quais não foram suficientes para absorver o incremento populacional (IP) ocorrido no período entre 2000 e 2010.

Enfim, podemos concluir que, de fato, os ganhos populacionais ocorridos com a inversão demográfica nos distritos do Grupo 2 e com a “periferização” persistente nos distritos do Grupo 3 podem ser relacionadas com a produção de empreendimentos imobiliários residenciais verticais lançados entre 1998 e 2008. Essa influência pode ter ocorrido principalmente nos distritos dos Grupos 2 e 3 que tiveram TAPPis positivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas cidades, os diferentes segmentos da produção imobiliária condicionam fortemente a distribuição espacial das populações. A estratificação socioeconômica existente entre esses segmentos que fracionam o mercado imobiliário e fundiário nos espaços urbanos determina a estratificação socioeconômica entre os bairros ricos e pobres.

No Município de São Paulo, o aquecimento no segmento do mercado imobiliário responsável pela produção de prédios de apartamentos ocorrido na década de 2000 afetou principalmente os distritos do Centro Antigo e do Centro Expandido atendendo principalmente as populações com maior poder aquisitivo. Esses prédios de apartamentos de diferentes tipos, bem como a ocupação de domicílios vagos, absorveram, em graus variados, os ganhos populacionais ocorridos nesses distritos centrais que perderam moradores na década de 1990 e passaram a ganhar na década de 2000. Assim, o mercado de incorporação responsável pela produção de empreendimentos imobiliários residenciais verticais voltados para as classes média e alta dirigiram as mudanças na distribuição espacial da população paulistana mais aquinhoada.

Nos distritos periféricos a história foi diferente. Nesses distritos, os ganhos populacionais ocasionados pela “periferização” persistente excederam as capacidades de acomodação de novos moradores nos empreendimentos imobiliários residenciais verticais e horizontais lançados no mercado de incorporação que geraram a “verticalização da periferia”. Essa “verticalização da periferia”, que produz apartamentos para adquirentes de média renda, introduz novos processos e características nos espaços urbanos periféricos que não mais se restringem aos loteamentos populares ocupados por autoconstruções as quais servem como moradias para as populações de baixa renda.

Entretanto, o segmento do mercado de incorporação responsável por essa “verticalização da periferia” não teve intensidade suficiente para gerar mudanças significativas na distribuição espacial daquelas populações de menor renda. Os pequenos empreendimentos residenciais horizontais também não tiveram intensidade suficiente para tanto. Os segmentos do mercado imobiliário que exerceram esse papel nas periferias paulistanas continuaram a ser aqueles que são ativados por pequenos proprietários de imóveis, loteadores populares, loteadores irregulares, promotores de ocupações irregulares de terras, empresas e órgãos do poder público responsáveis pela promoção de empreendimentos habitacionais de interesse social, dentre outros. A ocupação dos domicílios vagos, ao absorver parte dos novos moradores dos distritos periféricos e intermediários, também influenciaram as mudanças na distribuição espacial das populações de menor renda.

Com essas colocações se encerra o presente artigo no qual se percebe que as variações nas formas urbanas dos empreendimentos imobiliários residenciais definem a geometria da distribuição espacial das populações urbanas. E essa geometria é constantemente atravessada por forças sociais, políticas, econômicas e culturais.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Valmir & TORRES, Haroldo. *Lançamentos imobiliários e dinâmica demográfica recentes no Município de São Paulo*. 1ª Análise, nº 15, junho 2014. São Paulo: Fundação SEADE, 2014. 26p.
- BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo: reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 117-154.
- CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de et al. *São Paulo 1975: crescimento e pobreza*. São Paulo: Edições Loyola, 1975.
- FIX, Mariana A. B. *Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil*. 2011. 263f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- JANNUZZI, P. e JANNUZZI, N. 2002. Crescimento urbano, saldos migratórios e atratividade residencial dos distritos da cidade de São Paulo: 1980-2000. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 4, n.1/2, p. 107-127.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1982. p. 71-93.
- ROYER, Luciana de Oliveira. *Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas*. São Paulo: Annablume, 2014.
- RUFINO, Maria Beatriz. *Incorporação da Metrópole: centralização do capital no imobiliário e nova lógica de produção do espaço*. 2012. 334 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo , 2012.
- SHIMBO, Lúcia Zanin. *Habitação social de mercado: a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital financeiro*. Belo Horizonte: C/Arte, 2012.
- SÍGOLO, Letícia Moreira. *O boom imobiliário na metrópole paulistana – o avanço do mercado formal sobre a periferia e a nova cartografia da segregação socioespacial*. 2014. 313 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- TORRES, Haroldo. A fronteira paulistana. In: MARQUES, Eduardo & TORRES, Haroldo. *São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais*. São Paulo: Editora SENAC, 2005. p. 101 – 119.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

ANEXO

Estimativa de Moradores dos Apartamentos Lançados Entre 1998 e 2008 nos Distritos do Grupo 2

Distritos - Grupo 2	Total de aptos. lançados - 1998 a 2008	Nº de morador por apto. - 2010	Moradores dos aptos. lançados - 1998 a 2008
BARRA FUNDA	3.198	2,4	7.717
BELA VISTA	3.790	2,2	8.194
BELEM	3.518	2,8	9.813
BOM RETIRO	1.075	2,9	3.100
BRAS	0	2,9	0
BUTANTA	2.074	2,5	5.146
CAMBUCI	2.809	2,5	7.101
CARRAO	4.840	2,8	13.625
CASA VERDE	2.436	2,8	6.851
CONSOLACAO	3.705	2,1	7.922
CURSINO	4.729	2,7	12.646
IPIRANGA	6.731	2,7	18.181
ITAIM BIBI	12.237	2,2	27.091
JABAQUARA	6.031	2,5	14.948
JAGUARE	2.587	2,7	6.946
JD PAULISTA	5.870	2,2	12.806
LAPA	5.560	2,5	13.836
LIBERDADE	4.031	2,3	9.117
MANDAQUI	3.244	2,7	8.785
MOEMA	8.557	2,3	19.981
MOOCA	7.541	2,7	20.112
MORUMBI	1.968	2,7	5.227
PARI	356	3,0	1.079
PENHA	1.812	2,7	4.900
PERDIZES	7.982	2,4	19.202
PINHEIROS	3.723	2,3	8.407
REPUBLICA	1.587	2,1	3.368
SANTA CECILIA	3.569	2,3	8.120
SANTO AMARO	6.561	2,6	16.881
SAO LUCAS	3.852	2,8	10.808
SAUDE	7.899	2,4	19.201
SE	12	2,6	31
TATUAPE	9.640	2,7	26.109
VILA FORMOSA	2.338	2,9	6.757
VILA GUILHERME	2.496	2,6	6.611
VILA MARIANA	9.820	2,4	23.344
VILA MATILDE	2.477	2,7	6.729
VILA PRUDENTE	4.941	2,7	13.520
TOTAL	165.596	2,4	414.211

Fonte: Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio (EMBRAESP), 1998 a 2008 e Censo Demográfico IBGE 2010.

pós- 033

Estimativa de Moradores dos Apartamentos Lançados Entre 1998 e 2008
nos Distritos do Grupo 3

Distritos - Grupo 3	Total de aptos. lançados - 1998 a 2008	Nº de morador por apto. - 2010	Moradores dos apts. lançados - 1998 a 2008
ANHANGUERA	64	0,0	0
BRASILANDIA	0	2,9	0
CAMPO GRANDE	7994	2,8	22.272
CAMPO LIMPO	4398	2,9	12.633
CAPAO REDONDO	843	3,1	2.586
CID ADEMAR	1037	2,8	2.932
CID DUTRA	352	3,1	1.095
CID LIDER	3667	2,8	10.443
CID TIRADENTES	0	3,2	0
ERMELINO MATARAZZO	1552	3,0	4.621
GRAJAU	0	2,9	0
GUAIANASES	709	3,1	2.185
IGUATEMI	0	3,3	0
ITAIM PAULISTA	1410	3,3	4.630
ITAQUERA	2078	3,0	6.258
JACANA	224	3,3	740
JARAGUA	720	3,4	2.417
JD ANGELA	288	2,9	831
JD SAO LUIS	1482	2,9	4.358
JOSE BONIFACIO	583	3,1	1.829
LAJEADO	958	3,1	2.985
PARELHEIROS	0	0,0	0
PARQUE DO CARMO	1144	2,9	3.301
PEDREIRA	0	2,7	0
PERUS	0	3,3	0
PIRITUBA	3417	2,6	8.916
RAPOSO TAVARES	637	3,0	1.940
RIO PEQUENO	5433	2,7	14.586
SACOMA	8022	2,9	23.082
SAO DOMINGOS	1539	2,5	3.869
SAO MATEUS	696	3,1	2.181
SAO RAFAEL	0	3,6	0
SAPOEMBA	324	3,1	1.020
TREMEMBE	216	2,9	635
VILA ANDRADE	13050	2,7	35.793
VILA CURUCA	848	3,1	2.631
VILA JACUI	429	3,2	1.352
VILA LEOPOLDINA	7584	2,6	19.983
VILA SONIA	6375	2,7	17.491
TOTAL	78.073	3,0	219.591

Fonte: Empresa Brasileira
de Estudos do Patrimônio
(EMBRAESP), 1998 a 2008
e Censo Demográfico
IBGE 2010.

Nota do Autor

O presente artigo baseia-se na tese de doutorado em demografia intitulada “Elementos Demográficos Sobre a Densidade Urbana da Produção Imobiliária: São Paulo, Uma Cidade Oca?”, orientada pelo Prof. Dr. José Marcos Pinto da Cunha e defendida em junho de 2015 na UNICAMP.

Nota do Editor

Data de submissão: 27/01/2016

Aprovação: 27/04/2016

Revisão: Adriana Kauffmann

Anderson Kazuo Nakano

Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Programa de Mestrado Profissional em Projeto, Produção e Gestão do Espaço Urbano da FIAM FAAM Centro Universitário.

CV: <http://lattes.cnpq.br/3346085359126564>

kazuo.nakano@gmail.com



RÂNSITO DE IDEIAS E
CONFORMAÇÃO DE PRÁTICAS:
ARQUITETURA E URBANISMO NA
AÇÃO HABITACIONAL DO IAPI

RESUMO

No Brasil, desde a década de 1980, num contexto de crescente interesse pela história da habitação, da cidade e do urbanismo, foram se intensificando as investigações sobre o trânsito intercontinental de ideias, o que se evidenciou em publicações e em eventos da área. Nessa mesma perspectiva, propõe-se aqui observar o debate sobre habitação e urbanismo no Brasil, identificando pontos de interlocução com Europa, Estados Unidos (EUA) e outros países da América do Sul. Em algumas situações, esse movimento se configurou pelas influências internacionais e por transferências de conhecimento. Entretanto, o panorama brasileiro também assumiu o protagonismo no processamento e na construção de suas reflexões, o que se comprova pelo trânsito de profissionais e de ideias vinculados à produção pública de habitação realizada no país nas décadas de 1940 e 1950. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) destacou-se nesse processo pelas inovações tecnológicas propostas e pelos projetos arquitetônicos e urbanísticos que tinham como propósito uma habitação em série de qualidade. Analisando a ação dos arquitetos e dos engenheiros, em sintonia com as determinações administrativas, espera-se demonstrar como o IAPI se transformou num espaço preferencial para a produção massiva de habitação popular no Brasil, em diálogo com o debate internacional.

PALAVRAS-CHAVE

Habitação. Urbanismo. Produção em série. Previdência social. Engenheiros. Arquitetos.

TRÁNSITO DE IDEAS Y FORMACIÓN DE PRÁCTICAS: ARQUITECTURA Y URBANISMO EN LA PRODUCCIÓN DE VIVIENDAS DEL IAPI

TRAFFIC OF IDEAS AND FORMING PRACTICES: ARCHITECTURE AND URBANISM IN HOUSING ACTION OF IAPI

RESUMEN

En Brasil, desde 1980, en un contexto de creciente interés en la historia de la vivienda, de la ciudad y del urbanismo, se han intensificado las investigaciones sobre el tráfico intercontinental de ideas, lo que se hizo evidente en las publicaciones y en eventos del campo de interés. En la misma perspectiva, la propuesta de este trabajo es observar el debate sobre la vivienda y el urbanismo en Brasil, a través de la identificación de puntos de diálogo con Europa, EE. UU, y otros países de América del Sur. En algunas situaciones, este movimiento se reflejó por las influencias internacionales y la transferencia de conocimientos. Sin embargo, el panorama brasileño también tomó un papel de liderazgo en el proceso y en la construcción de sus reflexiones, que se demuestra por el tránsito de profesionales y de ideas relacionadas a la producción pública de vivienda que tuvo lugar en el país en los años entre 1940 y 1950. El Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) (Instituto de Jubilaciones y Pensiones de los Trabajadores Industriales) se destacó por las innovaciones tecnológicas propuestas y por los proyectos arquitectónicos y urbanísticos cuyo propósito era una vivienda en serie de calidad. Analizando los efectos de arquitectos y ingenieros, de acuerdo con las determinaciones administrativas, se espera demostrar cómo el IAPI se ha convertido en un espacio preferente para la producción masiva de viviendas populares en Brasil, en diálogo con el debate internacional.

PALABRAS CLAVE

Vivienda. Urbanismo. Producción seriada. Seguridad social. Ingenieros. Arquitectos.

ABSTRACT

In Brazil, since the 1980s, in a context of growing interest in the history of housing, the city and urbanism, the investigation about the intercontinental traffic of ideas was intensified, which was evident in the publications and events of this field. In the same perspective, this paper proposes to observe the debate on housing and urbanism in Brazil, identifying points of intersection with Europe, USA and other countries in South America. In some situations, this movement was featured by influences and knowledge transfers. However, the Brazilian scenario assumed an active role in the processing and construction of its own reflections, what can be concluded by the transit of professionals and ideas linked to public housing production in the country in the 1940s and 1950s. The "Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários" (IAPI) (the retirement and pensions institute for industrial workers) excelled in the process because of the proposed technological innovations and urban projects which purpose was quality housing in series. Analyzing the action of the architects and engineers, aligned with administrative guidelines, it is expected to demonstrate how IAPI was transformed in a preferential place for the mass production of popular housing in Brazil communicating directly with the international debate.

KEYWORDS

Housing. Urbanism. Serial production. Social retirement. Engineers. Architects.

TRÂNSITO DE IDEIAS: UMA APROXIMAÇÃO

Desde o século XIX, a questão da habitação teve peso considerável na história da arquitetura e do urbanismo, entendidos como indissociáveis, principalmente nas elaborações dos arquitetos do movimento moderno na primeira metade do século XX. A discussão sobre a habitação mínima, por ter sido temática importante do trabalho dos grandes mestres modernos e por ter ocupado lugar central nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) de Frankfurt (1929) e Bruxelas (1930) (AYMONINO, 1973), teve lugar na maioria dos grandes manuais de história da arquitetura. Alguns trabalhos redirecionaram a construção histórica, incorporando também o cenário social, econômico e cultural dos EUA como uma importante referência, para além das interpretações mais comprometidas com a ação dos arquitetos europeus. Assim, para entender as transformações pelas quais passou o pensamento sobre a arquitetura e o urbano na passagem do século XIX para o XX, vários autores analisaram o curso dos acontecimentos a partir de um movimento recíproco da Europa com os EUA (CIUCCI, DAL CO, MANIERI ELIA, TAFURI, 1975; MANCUSO, 1980; COHEN, 1995).

Mais recentemente, a abordagem renovada de Riboldazzi (2009), enfocando a história do International Federation for Housing and Town Planning (IFHTP) no período entre guerras, reforçou a argumentação de que a historiografia, ao dar grande importância a Corbusier e aos CIAM como matriz conceitual do movimento moderno, e como “centro” irradiador das discussões urbanísticas, negligenciou outras manifestações em curso na primeira metade do século XX (no caso, o ideário cidade-jardim).

No Brasil, desde a década de 1980, num contexto de crescente interesse pela história da habitação, da cidade e do urbanismo, foram se intensificando as investigações sobre o trânsito intercontinental de ideias, o que se evidenciou em publicações e em eventos da área. A consolidação dessa tendência pode ser exemplificada pela publicação *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960* (GOMES, 2009). Destacam-se também as realizações, desde 2004, dos Congressos Internacionais de História Urbana. A última edição desse evento resultou no *Dossiê Cidade e Habitação na América Latina*, número 8 da *Revista Urbana*, cujo editorial explicita o objetivo de romper com as visões eurocêntricas acerca da constituição do campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo. (FARIA, CERASOLI, e SAMBRICIO, 2014).

Esse processo é parte de importante movimento que vem ocorrendo na América Latina, que analisa a construção do campo disciplinar da arquitetura, do urbanismo e do planejamento no século XX. Desde uma perspectiva mais abrangente, mesmo sem negar certa assimetria das relações entre os países ditos “centrais” e aqueles “periféricos”, os trabalhos buscam romper com as noções de “hegemonia” e de “influência”. (LIERNUR, 2008; ALMANDOZ, 2002; GORELIK, 2005).

Nessa mesma perspectiva, houve um grande esforço para se observar de forma mais complexa a recepção e a troca das ideias internacionais no debate brasileiro sobre habitação. Diante da produção habitacional empreendida

pelos institutos de previdência social no Brasil durante as décadas de 1940 e 1950, amplamente documentada e analisada pelo Grupo Pioneiros da Habitação Social no Brasil¹, o foco específico no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) permitiu uma análise mais aprofundada da inserção dos técnicos do serviço público no diálogo internacional. (ARAVECCHIA-BOTAS, 2011). Essa aproximação fornece elementos para acompanhar o percurso das ideias até a consolidação de um olhar próprio acerca da temática habitacional, que se desdobrou na construção de inúmeros conjuntos habitacionais no período em questão.

OS TÉCNICOS ENTRE A INSERÇÃO POLÍTICA, E O DEBATE INTERNACIONAL SOBRE HABITAÇÃO

A contextualização do início da produção habitacional pública no Brasil relaciona-a diretamente aos acontecimentos políticos e econômicos do país a partir de 1930, considerando a Revolução liderada por Getúlio Vargas como ruptura para a instauração de um novo processo de desenvolvimento. Emoldura-se, a partir de então, a ação fundamental que o sistema previdenciário teve nos processos de urbanização, especificamente naquilo que diz respeito à expansão territorial das cidades, levando várias capitais do país à condição metropolitana. Na composição das classes dirigentes, abriu-se o panorama de arrefecimento de uma tradição bacharelesca em favor da formação técnico-científica, simbolizada pela predominância dos engenheiros nos espaços político-administrativos. Ao mesmo tempo, consolidava-se, no âmbito da cultura, a influência da classe artística na construção de uma “identidade nacional” que, na arquitetura, manifestou-se primeiramente com o edifício do Ministério da Educação.

Essas transformações levaram grupos de profissionais de mesma origem acadêmica a ocupar cargos técnicos nas instituições públicas e, conseqüentemente, nos órgãos de previdência criados naquele momento. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) foi exemplar nesse sentido, com grande número de engenheiros em seus cargos de direção. O órgão teve importância fundamental na consolidação do sistema de meritocracia para contratação de profissionais, realizando, em 1937, o primeiro grande concurso público, válido para todo o país. A Divisão de Engenharia do IAPI tornou-se espaço privilegiado para a convergência de ideias, reunindo o viés construtivo e identitário dos arquitetos formados na Escola Nacional de Belas Artes, e a visão mais pragmática dos engenheiros formados em sua maioria pelas politécnicas do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A constituição de uma burocracia estatal coincidiu com o nascimento da ideologia e da prática do planejamento como instrumentos de política econômica, de orientação nacional desenvolvimentista (IANNI, 2009, p. 51). Os tecnocratas formados nas entranhas do IAPI, e até mesmo anteriormente por meio das decisões políticas da criação do próprio Instituto, tiveram autonomia suficiente para direcionar os investimentos de seus recursos. Assim, foi possível avançar nas pesquisas tecnológicas voltadas à construção civil, e realizar projetos que incorporassem as discussões urbanísticas.

¹ O grupo *Pioneiros da habitação social no Brasil*, coordenado pelo Prof. Dr. Nabil Bonduki, realizou amplo levantamento de conjuntos habitacionais de produção pública do período que vai de 1930 a 1964, e deu origem a vários trabalhos de iniciação científica, mestrados e doutorados. O principal produto da pesquisa coletiva foi a edição da coleção *Pioneiros da Habitação Social* (2014).

Na criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930, pelo Decreto 19.496, previu-se que parte dos recursos previdenciários seria destinada para a construção de conjuntos habitacionais no subúrbio (CONIFF, 2006, p. 126). Era do próprio ministro Lindolfo Collor a orientação para que os técnicos estudassem a viabilidade de projetos residenciais. O arquiteto Rubens Porto, a partir de sua locação institucional como técnico do Serviço de Engenharia do Conselho Nacional do Trabalho, condensou uma série de conceitos, que já vinham em elaboração desde os finais dos anos de 1920, no livro *O Problema das Casas Operárias e os Institutos e Caixas de Pensões*, publicado em 1938 – fonte básica para quem estuda o início da produção pública de habitação no Brasil. O livro traz o estudo de um conjunto habitacional de duas mil unidades, idealizado por Rubens Porto em parceria com Paulo Accioly de Sá, Agostinho Sá e Affonso Visconti, seus associados no Escritório Técnico SPES, seguindo a orientação do ministro Lindolfo Collor. A ideia de um grande conjunto habitacional seria por fim levada a termo com a construção do Conjunto Residencial do Realengo, no Rio de Janeiro, pelo IAPI a partir de 1940.

No I Congresso Pan-americano de Vivenda Popular, Rubens Porto representou o Ministério do Trabalho, em companhia de Plínio Cantanhede, Paulo Accioly de Sá e Francisco Batista de Oliveira. Tanto no livro, quanto em diversos pareceres que Rubens Porto emitiu como técnico do Ministério é possível identificar um elenco diferenciado de referências, entre as quais os socialistas utópicos, os engenheiros sanitaristas, o movimento cidade-jardim, as cruzadas católicas, as unidades de vizinhança e também o movimento moderno europeu na figura de Le Corbusier. (PORTO, 1938).

O primeiro relatório das atividades do IAPI, assinado por Plínio Cantanhede, então presidente do Instituto, também revela que os ideários internacionais relativos à habitação e ao urbanismo foram acionados diretamente pela alta burocracia estatal. Ao defender a racionalização do problema da moradia, são mencionadas algumas experiências:

A orientação adotada pelo Instituto não representa inovação. As cidades-jardins operárias de Lechworth e Welwyn na Inglaterra, as grandes construções populares nos arredores de Paris e Roma, as cidades europeias alemãs como as de Siemensstadt e Hasehorst, para só citar as mais importantes, indicam a solução mais racional para o problema. Os esforços dos Estados Unidos nos últimos anos, através da obra da Federal Housing Administration, é notável. As chamadas cidades de orla Verde, das quais três já estão sendo construídas: - Greenbelt no Maryland, Greenhills em Ohio e Greendale no Wisconsin, demonstram que a solução geral do problema do lar das classes economicamente fracas só pode ser encontrada na construção em larga escala e em áreas que permitam a formação de centros urbanos em condições de vida própria (IAPI, 1941, p. 91).

As referências internacionais são enfatizadas para legitimar a iniciativa do Instituto de produzir habitação. Apontava-se, no entanto, a ressalva, de que tais referências não poderiam ser tomadas em sua integridade, devendo-se atentar para a necessidade de adaptação às condicionantes nacionais, tendo em conta, principalmente, o problema econômico. Mas, não se perdia de vista a ideia de habitação em sua integridade, que deveria ser concebida como serviço público a ser oferecido aos associados:

Em poucas linhas, um técnico francês, Maurice Rotival, resume a questão que hoje em dia é de capital importância para a solução dos problemas sociais que agitam a civilização: “Construir habitações econômicas é fazer ao mesmo tempo e necessariamente – urbanismo. Parece inconcebível a construção de edifícios cujos princípios essenciais têm sua origem em ideias de bondade e solidariedade humana, como é inacreditável a aplicação de novas regras de higiene, sem prever, ao mesmo tempo, espaços livres, creches, escolas, campos de esportes, prados infantis, piscinas, que devem fazer parte de qualquer plano de conjunto. Construir habitações econômicas, dividindo-as em pequenos lotes disseminados na massa das construções urbanas – é agravar o mal, é retrogradar (IAPI, 1941, p. 92).

A trajetória do francês Maurice Rotival comprova o trânsito de ideias, ações e interesses profissionais entre Europa, EUA e América do Sul, e revela como as intensas movimentações na década de 1930 resultaram numa sólida legitimação dos planejadores urbanos no período subsequente. O urbanista citado no relatório do IAPI foi responsável pelo Plano Monumental para Caracas, de 1939, em que o eixo monumental proposto para a Avenida Bolívar aproximava-se da proposta de Alfred Agache para o Rio de Janeiro. Ao final da década de 1940, Rotival se apresentaria novamente à Venezuela “com ares norte-americanos”, nas palavras de Arturo Almandóz. No Segundo Pós-Guerra, como professor da Universidade de Yale, ele voltava ao país reivindicando o papel de “planejador”, muito mais preocupado com as questões econômicas e territoriais da “região”. Havia transmutado sua própria percepção em relação ao trabalho do “urbanista”, que antes enfatizava as questões estéticas e representativas da cidade em suas propostas. (ALMANDOZ, 2009, p. 245). Um exemplo de que o contato com as questões próprias do ambiente americano, do continente entendido em sua totalidade, foi crucial para as mudanças significativas na formação e nas concepções do urbanista europeu.

As reflexões apresentadas nos excertos do relatório do IAPI certamente são resultado da participação de Cantanhede no Congresso Pan-americano de Vivenda Popular de 1939, quando tomou contato com o trabalho da Federal Housing Administration dos EUA, por exemplo. A experiência norte-americana também recebeu destaque na revista *Urbanismo e Viação*, dirigida pelo engenheiro Francisco Batista de Oliveira, que abordou os trabalhos do Congresso, juntamente com trabalhos na Argentina, no Uruguai, no Chile, no México, na Colômbia e no Peru (O ESTADO [...], 1940, p.199-202).

Os preceitos do urbanismo sanitário, bem como do movimento cidade-jardim, enfatizados nos escritos de Rubens Porto, aparecem também nas teses de Francisco Batista de Oliveira. O engenheiro, tanto à frente da revista *Urbanismo e Viação*, da qual foi diretor e proprietário, como em outros periódicos e em conferências para associações de classe, defendeu a construção de casas baratas para a população mais pobre e tratou a questão como um problema urbanístico (OLIVEIRA, 1939, p. 27; 1940, p. 20; 1943, p. 21). Os escritos de Oliveira, não só por ser nome recorrente no meio especializado, mas também por sua aproximação com Plínio Cantanhede, possivelmente foram considerados pelos projetistas do IAPI.

Paulo Accioly de Sá e Plínio Cantanhede participaram ativamente da Jornada da Habitação Econômica promovida pelo Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), em 1941, e, com o médico e historiador de arte, José

² José Mariano Filho, médico e historiador da arte, integrou o movimento neocolonial, originado em 1914. Com figuras de igual importância, como a do engenheiro português Ricardo Severo, destacou-se no grupo que procurou novas bases para a arquitetura brasileira, propondo sua refundação a partir do resgate das tradições arquitetônicas do período colonial. Ver: SILVA, 2007.

Mariano Filho², foram responsáveis pelas principais conferências do evento, abordando os “aspectos técnico, econômico e social das habitações populares”. Naquele momento houve importante divulgação do trabalho do IAPI, promovendo-se uma visita ao canteiro de obras das “casas proletárias” em Realengo, além de uma exposição com projetos e fotos do andamento da construção (JORNADA [...], 1941, p. 21-22; ECOS [...], 1941, p. 44).

A relação entre a questão habitacional e a organização industrial apresentou-se nas resoluções da Comissão do Aspecto Arquitetônico e Construtivo do Congresso Pan-americano de Vivenda Popular que recomendava (1) a mecanização da construção com diminuição dos custos de mão de obra; (2) a participação do Estado na fomentação de fabricação de materiais de construção resistentes, leves e de fácil manipulação; (3) a padronização de tipos de vivendas como incentivo à industrialização; (4) a realização de empreendimentos com critério econômico sem prejuízo da qualidade (CONGRESSO [...], 1939, p. 707). Como desdobramento dessas resoluções no Brasil, a orientação específica de Rubens Porto foi a sugestão da criação de um órgão centralizador do tema para trabalhar em conjunto com o Instituto Nacional de Tecnologia. O objetivo era dirigir as novas construções por meios mais racionais, experimentando novas soluções e praticando a racionalização dos processos construtivos. (PORTO, 1938, p. 84).

A dificuldade do desenvolvimento de novos meios de produção da construção civil era considerada pelos técnicos brasileiros um reflexo, naquele setor, das condições econômicas que dificultavam o desenvolvimento da indústria nacional de um modo geral. A organização do canteiro de obras, utilizando-se dos meios e materiais tradicionais, era posta como alternativa de barateamento da habitação com o mesmo relevo das inovações tecnológicas, como aparece nas conclusões da 4ª Sessão: Urbanismo e Habitação, do Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo em 1941:

Que por meio dos Institutos de Tecnologia sejam reestudados os problemas construtivos da casa popular, com o objetivo de serem alcançadas soluções rápidas e econômicas, seja à custa de novos elementos de construção, ou de novos processos técnicos aplicados aos elementos clássicos. (PRIMEIRO [...], 1940, p. 45).

A padronização e a seriação da arquitetura encontraram grande defensor no engenheiro-arquiteto Jayme Teixeira da Silva Telles que, entre as décadas de 1920 e 1930, desenvolveu projetos para a Companhia Construtora de Santos, de Roberto Simonsen, e tinha como principal diretriz a racionalização do processo construtivo. Silva Telles chegou a propor, como funcionário daquela Companhia, uma Vila Operária para o Cotonifício de Rodolfo Crespi em São Paulo, que chamou de “Projeto Ford”, o que ilustra sua postura de pensar a reorganização produtiva da construção civil nos moldes das outras atividades industriais (FREITAS, 2005, p. 65-66). Roberto Simonsen foi um dos grandes defensores da racionalização do trabalho tendo sido o grande articulador para a criação do IDORT.

Os episódios expostos aqui evidenciam o trânsito de arquitetos e engenheiros por uma série de órgãos públicos e profissionais, e suas relações políticas e institucionais a partir de 1930. Esses técnicos participaram de discussões urbanísticas internacionais que, ao mesmo tempo em que incrementavam a

reformulação das ideias da própria disciplina em âmbito internacional, ganhavam novos significados na ação habitacional dos órgãos públicos brasileiros.

PROCESSOS CONSTRUTIVOS E TRANSAÇÕES COMERCIAIS

Na esfera que englobava tanto as relações entre profissionais, capitalistas e Estado, quanto o trânsito das ideias por meio dos eventos e dos periódicos especializados, é certo que os técnicos e administradores do IAPI estavam inseridos. A combinação de novos processos técnicos com os saberes construtivos tradicionais vinha já sendo colocada em prática no canteiro de obras do IAPI em Realengo desde o início de 1940. No caso, a inovação ficou por conta da inserção de blocos de concreto fabricados no próprio canteiro que dispensavam reboco e pintura. A alvenaria de blocos de concreto era uma inovação do início do século XX e se estendeu rapidamente na Europa, principalmente na França e na Alemanha, mas foi nos EUA que atingiu maior desenvolvimento e perfeição (BLOCOS [...], 1939, p. 157). As novas tecnologias aplicáveis ao concreto e a facilidade de manuseio deste material permitiu que, dos EUA, seu uso se difundisse para o mundo todo, fosse por meio da exportação dos componentes construtivos, fosse por meio da exportação das máquinas para a produção dos componentes. As prensas de blocos de concreto encontraram mercado promissor na América do Sul. (CODY, 2003, p. 32-35).

³ A Besser Company nasceu com o desbravamento das florestas para a produção de madeira ao norte de Michigan (EUA), no final do século XIX. Com o declínio da indústria da madeira a família Besser procurou diversificar os negócios antevendo grande potencial na indústria do concreto. Em 1904, a Besser Manufacturing Co. produziu a primeira máquina para prensar concreto e fabricar blocos pré-moldados. Em 1937, pela primeira vez, a empresa exportou para a Venezuela um de seus modelos de máquina de blocos de concreto, para ser testado no canteiro de obras de um grande conjunto habitacional. A partir daí, o cenário internacional tornou-se o mercado mais promissor para a companhia (THE BESSER [...]; THE CONCRETE [...], 2004).

O IAPI importou, para as obras do conjunto do Realengo, uma máquina da Besser Manufacturing Co. (A CONSTRUÇÃO [...], 1941, p. 269), que pouco tempo antes havia vendido para a Venezuela uma similar, para a produção de um conjunto habitacional em Puerto Cabello³. (THE BESSER [...], 2008). A experiência mereceu destaque no *Boletim de Informações* da Associação Brasileira de Concretos Portland (ABCP) (A CONSTRUÇÃO [...], 1941, p. 269-275) que reunia os fabricantes de cimento com o intuito de disseminar o uso do concreto, e figurava junto a outras instituições na promoção de pesquisa para avanços tecnológicos no setor da construção.

O IAPI foi parabenizado pelos fabricantes de máquinas de blocos de concreto em Washington, em 1943, num momento próspero para as relações comerciais entre Brasil e EUA. A repercussão das atividades do Instituto foi noticiada com satisfação pela *Revista Inapiários*:

E os admiráveis progressos feitos pelo Brasil – focalizada, em Washington, a esplêndida contribuição do IAPI na construção de vilas proletárias.

Publicaram os nossos jornais, e deles gostosamente transcrevemos o comentário abaixo, que vem mais uma vez evidenciar o quanto tem sido valiosa a contribuição do IAPI na solução do problema da habitação para as classes menos favorecidas do país.

Washington, maio (inter-Americana) – O surto da indústria do cimento no Brasil, ao mesmo tempo que as notáveis realizações desse país no que diz respeito a construções para operários nas zonas industriais, foram um dos principais tópicos do debate numa assembleia de fabricantes de blocos de concreto e de personalidades oficiais norte-americanas e estrangeiras, aqui reunidas recentemente.

⁴ Além do enfrentamento direto em meio político, o plano da Fundação da Casa Popular também sofreu com a oposição de potenciais aliados à criação de uma política habitacional consistente, como a indústria da construção civil. Temia-se que um plano de construções de muitas moradias dificultasse ainda mais a obtenção de materiais de construção como o cimento, o que poderia prejudicar negócios mais rentáveis como a incorporação para venda de moradias para alta e média renda. Junto com outras condicionantes, como a oposição dos setores corporativos da esquerda, que era contra a produção habitacional para venda, e a disputa pelos recursos previdenciários para implantação de grandes projetos desenvolvimentistas, entre outros obstáculos, impediram que a FCP se convertesse de fato em um órgão centralizador da política habitacional, capaz de uma ação incisiva contra a falta de moradias (BONDUKI, 1998, p.118-119).

Completando uma série de conferências similares realizadas em Nova York e Filadélfia, os debates de Washington se concluíram com um jantar em que foi prestado um merecido tributo ao Brasil, pelos admiráveis progressos que fez em matéria de habitação popular.

Esse programa, que faz parte da política de reformas sociais do Presidente Getúlio Vargas, foi citado como um dos principais fatores que possibilitaram progressos extraordinários na indústria de cimento no Brasil, para uso local. As últimas cifras indicam que a produção de cimento já quase basta para o consumo nacional.

(...)

A indústria do cimento, no Brasil, paga, em média, mais de um milhão de dólares, por ano, de salários aos seus três mil trabalhadores em indústrias correlatas (O PROBLEMA [...], 1943, p. 35).

Desde a criação da indústria do cimento no Brasil, em meados da década de 1920, a produção de cimento vinha de fato num crescente (PRODUÇÃO [...], 1935), e na passagem da década de 1930 para 1940 a ação estatal foi fundamental para incrementá-la. O IAPI, com vistas à aplicação dos fundos previdenciários para financiar a economia, contribuiu diretamente para o avanço da indústria do cimento, por meio de seu plano de inversões imobiliárias. Mas ao final de um período promissor, a produção de cimento entra em decréscimo, causando preocupação em todos os setores afins. As dificuldades em conseguir cimento e outros materiais de construção acentuaram-se ao final da Segunda Guerra, o que gerou oposição à produção de habitação social, sendo essa uma das causas do fracasso da Fundação da Casa Popular⁴, órgão criado para centralizar a produção habitacional no país. No entanto, no que diz respeito às relações comerciais com os EUA, a década de 1940 foi decisiva, e o sucesso da diplomacia repercutiu na ação das instâncias governamentais, como demonstra o caso exemplar do IAPI. Nesse sentido, na continuação do artigo publicado pela *Revista Inapiários* vê-se a importância atribuída ao Brasil por setores norte-americanos, que enxergavam no país potencialidades reais para o alcance de seus interesses comerciais:

A crise de alojamentos, no Brasil, seguindo a curva crescente da industrialização, está sendo enfrentada graças a um programa intensivo de construções para operários. O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, órgão destinado a promover a segurança social do trabalhador brasileiro, pôs em execução um plano de habitações baratas, para abrigar cerca de três milhões de operários industriais.

Engenheiros norte-americanos colaboram nesse plano, fornecendo equipamento. Peritos sanitários, sob os auspícios do Escritório de Assuntos Inter-Americanos, estão combatendo a malária. O novo sistema de construções e de luta contra a febre inclui equipamento do mais moderno que se fabrica nos Estados Unidos.

Na Assembléia realizada em Washington, foi anunciado que fabricantes norte-americanos estavam planejando, especialmente para o Brasil, uma máquina pequena, barata e de operação manual, para fabricar blocos de concreto (O PROBLEMA [...], 1943, p. 35).

É certo que a estimativa da construção de moradias para “abrigar cerca de três milhões de operários industriais” nunca se confirmou. Todos os órgãos federais juntos produziram, de 1937 a 1964, pouco mais de 140 mil moradias, o que, segundo a média de pessoas por família que era de seis, equivale a dizer que

pouco mais de 800 mil pessoas foram beneficiadas. Ou seja, nem mesmo somando todos os órgãos se alcançava o número de beneficiados que os empreendedores e profissionais norte-americanos esperavam apenas para o IAPI. Mas, no que diz respeito ao Plano A, de construção de conjuntos habitacionais para aluguel, todos os institutos de previdência construíram juntos perto de 50 mil unidades, sendo o IAPI responsável sozinho por cerca de 20 mil delas, o que significou 43% de toda a produção. Sem dúvida foi nessa modalidade de financiamento que se deu, de forma mais consistente, o diálogo dos técnicos do IAPI com os debates internacionais sobre arquitetura e urbanismo, a partir dos EUA e também da Europa.

ECOS DO DEBATE SOBRE HABITAÇÃO NO MEIO ACADÊMICO E PROFISSIONAL

Os funcionários do Instituto buscavam pautar-se nos debates especializados, nos estudos desenvolvidos por profissionais brasileiros já reconhecidos, e também nas experiências nacionais e internacionais já comprovadas, para compor um rol de diretrizes próprio. Em artigo para a *Revista Inapiários*, o funcionário do IAPI engenheiro Francisco de Paula Dias de Andrade, formado na Escola Politécnica de São Paulo, desenvolve argumento sobre *Higiene e Diretrizes Técnico-Construtivas* para casas operárias. Utiliza-se de várias referências defendendo a instituição de padrões mínimos de salubridade, independente das condições financeiras dos moradores. Sobre insolação cita um médico do cadastro sanitário de Paris, as discussões do Congresso de Habitação ocorrido em Genebra em 1906, e o prefácio do livro *Insolação* do engenheiro Alexandre de Albuquerque, assinado pelo engenheiro paulista Victor da Silva Freire. Maior variedade de referências é utilizada na reflexão sobre os aspectos de conforto térmico:

Uma solução seria a construção de terraços, ao redor das casas ou em pontos estratégicos. É, aliás, o método usado pelos italianos, na reconstrução de Adis-Abeba; pelos franceses e ingleses, nas construções coloniais dos trópicos e, mesmo pelos americanos, em sãs cidades da Flórida, Novo México, Texas e Califórnia ("Urbanística" Jan.- Dez. 1938 e "American Architect" Jan.- Fev. 1938).

(...)

Outra solução muito usada em toda a Europa, principalmente à beira-Mediterrâneo, e nos E.E.U.A., onde alcançou uma aceitação imensa, é o intenso ajardinamento e arborização. Mesmo entre os alemães é adotada, se bem que aproveitando outras vantagens que não a refrigeração (ANDRADE, 1939, p. 12, grifos meus).

*Urbanística*⁵ e *American Architect*⁶ são periódicos, italiano e norte-americano respectivamente, encontrados na Escola Politécnica de São Paulo onde se formou Andrade.

Nos periódicos especializados muitos artigos sustentavam a standardização como meio de conseguir economia de tempo e de materiais, como é o caso da revista *A Construção São Paulo*, que sem o intuito de transformações da linguagem arquitetônica, defendia a racionalização do processo construtivo até para os elementos de ornamentação. (FREITAS, 2005, p. 63). No boletim *O Construtor*, de setembro de 1944, aparece o exame acurado dos movimentos

⁵ *Urbanistica*. Instituto Nazionale de Urbanistica. Torino, Itália: L'istituto, 1932-. Na Escola Politécnica encontram-se exemplares de 1932 a 1950.

⁶ *American Architect*. New York: [s.n.], 1876-1934, Cont. como: *American architect and architecture*, 1936-1938. Na Escola Politécnica encontram-se exemplares de 1909 a 1936.

de um pedreiro na colocação dos tijolos, em que os adeptos do fordismo procuram transferir os conceitos até então aplicados nas fábricas para o canteiro de obras. Procura-se comprovar que a simples reorganização de uma atividade milenar, como o assentamento de tijolos, poderia ser planejada para gerar economia de tempo e, portanto, maior eficiência. (RACIONALIZAÇÃO [...], 1944, p.2).

Na *Revista de Arquitetura da ENBA*, publicação do Diretório Acadêmico da ENBA, por várias vezes são apresentadas soluções de habitações econômicas estudadas pelos norte-americanos (PEQUENAS [...], 1936; A CASA [...], 1937; A CIDADE [...], 1938; LIBERTY [...], 1938). No n. 37, de fevereiro de 1938, por exemplo, destaca-se a publicação de um conjunto residencial em Miami, chamado de “Liberty Square”, em que são apresentados quatro tipos de plantas de unidades residenciais econômicas. (LIBERTY [...], 1938).

A *Revista de Arquitetura*, por ser um órgão sob a responsabilidade dos estudantes de arquitetura da ENBA, permite divisar a variedade de alusões à questão habitacional que tomava lugar no cenário onde ocorreram as discussões mais importantes para a transformação da arquitetura brasileira nos anos de 1930. Além de projetos desenvolvidos nos EUA, o periódico teve um olhar sobre a produção europeia que foi desde a Alemanha nazista até a Rússia comunista. (AMORA, 2009, p. 7-8). Entre essas reportagens destaca-se, nos números 14 e 15 de 1935, a reprodução de artigos do crítico alemão Max Osborn sobre a “nova arquitetura” alemã. (OSBORN, 1935). A capa do número 14 traz uma foto do pátio de lazer da *Siedlung Bruchfeldstrasse*, projeto de Ernest May, que era parte de seu plano de habitações para Frankfurt. Vê-se que se atribuía grande importância àquela experiência, a ponto de destacá-la na capa da revista. Esta e outras publicações comprovam que a produção europeia de habitação social dos anos de 1920 já estava sendo amplamente divulgada no Brasil. (BONDUKI, 1998, p. 146).

Em três exemplares da revista *Arquitetura e Urbanismo* de 1936 são dedicadas várias páginas à arquitetura alemã, às quais assina o arquiteto A. Monteiro de Carvalho. Muito provavelmente tratava-se do engenheiro-arquiteto Alberto Monteiro de Carvalho e Silva, intermediário do ministro da Educação Gustavo Capanema na vinda de Le Corbusier ao Brasil em 1936. Monteiro de Carvalho também ficou conhecido por seu sucesso como empresário (FISCHER, 2005, p. 134), o que certamente contribuiu para seu trânsito entre os profissionais europeus. A matéria da revista foi resultado de sua viagem à Alemanha, onde registrou as diversas arquiteturas, sem entrar em defesa de nenhuma delas. A primeira matéria explana a oposição entre tradição e modernidade, ilustrando-a a partir da disputa entre os “terraços” e os “telhados inclinados” (CARVALHO, 1936, p. 39). Ao mesmo tempo em que Monteiro de Carvalho faz uma extensa exposição de fotografias das *siedlungen* projetadas por arquitetos modernos, mostra alguns exemplares das habitações com “telhado inclinado”.

O arquiteto cita, como o grande conselheiro da arquitetura mais tradicional, que deveria despertar “o amor do lar, da família e da pátria”, o arquiteto Henrich Tessenow. Entre arquitetos como Adolf Loos, Peter Behrens, Tony Garnier e August Perret, Tessenow compôs uma vertente da arquitetura moderna que não se fundou sobre as raízes das vanguardas. Junto com Hermann Muthesius e Richard Riemerschmid, Tessenow é autor de uma das

primeiras experiências do ideário “*cidade-jardim*” na Alemanha, chamada *Hellerau*, construída pela indústria de móveis Schmidt. Os três arquitetos orientaram sua pesquisa pela busca de um retorno das formas aos seus princípios elementares. No âmbito da Werkbund⁷ alemã coexistiram em suas obras tanto as tendências puristas (da pura visibilidade), quanto expressionistas, vinculadas ao romantismo de exaltação da ideia de povo e de nação (TAFURI e DAL CO, 1978, p. 78-79). Por seus trabalhos e sua vinculação à Werkbund, Behrens e Tessenow chamaram a atenção do jovem Le Corbusier, que foi assistente de ambos.

O conflito entre modernismo e tradicionalismo, que metaforicamente pode ser vinculado à disputa entre terraços e telhados inclinados, foi mais sentido na Alemanha nazista e na Itália fascista, e se manifestou em cada país de formas distintas, inclusive pelo caráter nacionalista dos esquemas políticos. Os eventos que assinalaram o encaminhamento nessas localidades, ao que dá a entender a narrativa transcrita, colocaram em questão, como elucidou Carlos Martins, um “*elemento decisivo para pensar as relações entre arquitetura e Estado: a possibilidade de articulação entre modernidade e tradição nacional*”. (MARTINS, 1987, p. 86).

Como confirma a narrativa de Monteiro de Carvalho, esse conflito entre modernismo e tradicionalismo, que acontecia na Europa, não era ignorado pelos arquitetos brasileiros. Como se sabe, tal discussão gerou as formulações de Lúcio Costa acerca de uma “*arquitetura moderna brasileira*”, a partir do referencial de Le Corbusier.

Os engenheiros também não estavam alheios a essa discussão. As experiências urbanísticas empreendidas na Europa até finais da década de 1920, quando se deflagra o movimento moderno, já repercutiam internacionalmente e encontravam seus pontos de diálogo entre os profissionais que lidavam com as reformas urbanas no Brasil da Primeira República. Antes dos anos de 1930, as correntes do urbanismo científico do século XIX, mescladas ao ideário cidade-jardim, já pontuavam intervenções em cidades brasileiras, conduzidas, em sua maioria, por engenheiros. (SIMÕES JR., 2008; ANDRADE, 2009). Por fim, nos conjuntos habitacionais produzidos a partir de 1940, encontram-se as formulações teóricas feitas tanto por engenheiros, como por arquitetos em torno da questão urbanística. Do ponto de vista da relação entre urbanismo e habitação, os empreendimentos financiados pela previdência social, são a grande realização prática, que considerou todo esse arcabouço teórico construído nos anos precedentes.

RESULTADOS CONCRETOS: OS CONJUNTOS HABITACIONAIS DO IAPI

A produção habitacional do IAPI adotou um modelo híbrido em que se fizeram presentes tanto as questões tecnológicas, quanto as questões estéticas debatidas. Para a imagem de habitação que se consolidou ao final dos anos de 1940, contribuiu a relação entre Estado e intelectualidade, manifesta na articulação e nas diversas concepções dos engenheiros e dos arquitetos.

⁷ O movimento iniciado na Alemanha em 1907 reunia arquitetos e intelectuais com o objetivo de melhorar o produto industrial alemão, escapando da vulgaridade característica dos objetos produzidos pela indústria naquele momento, e alcançando condições para disputar mercados internacionais como os países em que a produção industrial já se encontrava em patamar avançado (BENEVOLO, 1976, p. 376; TAFURI e DAL CO, 1978, p.78).

O grupo da Divisão de Engenharia do IAPI levou a termo um processo coletivo de projeto de tipos habitacionais que envolviam diretamente a atuação das equipes nos canteiros de obras, onde podiam aplicar os conceitos debatidos no cenário nacional e internacional. A capacidade técnica e a inserção política dos profissionais envolvidos possibilitaram a reunião de projeto e processo de produção, a partir de suas formações acadêmicas e de seu trânsito entre os espaços de decisão. A conjunção desses fatores permitiu a pesquisa tipológica e a construção dos conjuntos habitacionais que, mesmo considerando a diversidade teórica, podem ser considerados o maior campo experimental da arquitetura e do urbanismo, entendidos para além de suas soluções formais, no período que antecedeu Brasília.

O primeiro experimento foi o Conjunto Residencial Operário em Realengo, no subúrbio do Rio de Janeiro. Durante as várias etapas da obra, de 1940 a 1949, foram realizados desde casas unifamiliares isoladas no lote, geminadas e agrupadas em fileiras, até blocos de habitação coletiva, inclusive um grande edifício laminar com pequenos apartamentos de apenas um dormitório. (Fig. 1).

Dos tipos habitacionais testados em Realengo, vários foram utilizados em outros conjuntos habitacionais. No conjunto Moça Bonita, também localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, os edifícios habitacionais repetem o tipo que foi construído na etapa final do conjunto do Realengo, de 1943 a 1945 (Fig. 2). Os blocos são bem característicos da produção do IAPI naquele período, com a presença de varandas salientes, elemento vazado na vedação das caixas de escada e telhado em duas águas definindo a volumetria. A qualidade urbanística é dada pela presença de áreas verdes e ajardinadas e foi preservada durante todo o processo de ocupação do conjunto.

Em diálogo com o debate internacional, os técnicos do serviço público delinearão modelos em resposta às exigências locais em que, muitas vezes, imperava a necessidade sobrepujante de construir mais no menor período de tempo possível – a empreitada do Distrito de Obras do Conjunto Residencial da Penha, por exemplo, durou dois anos a contar do desenvolvimento do projeto, de 1947 a 1949 (Fig. 3). O caso emblemático deixa claro que, na avaliação dos técnicos do IAPI, não havia razão para deixar à mostra a estrutura dominó, e o telhado de quatro águas respondia mais objetivamente aos propósitos estabelecidos, além de definir uma linguagem mais próxima à vivência das classes populares, às quais o Estado buscou maior aproximação a partir de 1945. Também nesse projeto é possível divisar a preocupação dos projetistas do IAPI com a definição de amplos espaços coletivos.

No conjunto Passo D'Areia em Porto Alegre também foram testados vários tipos residenciais, desde casas térreas, passando por sobrados em fileira (Fig. 5), até blocos de três e quatro pavimentos (Fig. 4). Nesse caso, assim como nos outros conjuntos, a técnica construtiva convencional aliou-se à produção seriada e aos extensos espaços públicos ajardinados para conformar um espaço que chama a atenção por sua qualidade urbanística e ambiental.

Na comparação entre distintos modos de operar nota-se, no entanto, a similaridade das tensões próprias do período: o velho e o novo, o local e o universal, a tradição e a modernidade. Os resultados formais são, por fim, decorrência de formações profissionais diferentes, mas que refletem os mesmos conflitos intelectuais.

Figura 1: A imagem mostra dois tipos de blocos habitacionais testados no Conjunto Residencial Operário em Realengo – IAPI. Arquiteto Carlos Frederico Ferreira. Foto: Stephan Norair Chahinian/ Arquivo do Grupo Pioneiros.



Figura 2: Conjunto Residencial Moça Bonita – IAPI, Rio de Janeiro. Com projeto da equipe da Divisão de Engenharia do IAPI, sob coordenação de Carlos Frederico Ferreira. Foto: Stephan Norair Chahinian/ Arquivo do Grupo Pioneiros.



Figura 3: Conjunto Residencial da Penha, Rio de Janeiro. Equipe da Divisão de Engenharia do IAPI, 1947-49. Foto: Stephan Norair Chahinian/Arquivo do Grupo Pioneiros.



Figuras 4 e 5: Conjunto Residencial Passo D'Areia em Porto Alegre. Fonte: arquivo do grupo Pioneiros da Habitação Social no Brasil. Foto: Nabil Bonduki/Acervo do Grupo Pioneiros.

Um olhar apressado sobre essa produção pode levar a duas interpretações. A primeira diz respeito ao seu pequeno alcance, cujas ações não teriam chegado a desenhar uma política pública de fato. A segunda diz respeito à linguagem desses conjuntos habitacionais, cujas características formais não corresponderiam aos preceitos canônicos do movimento moderno em arquitetura.

A análise de relevo desconsidera a importância fundamental desses conjuntos numa ação urbanizadora de aspecto muito mais abrangente, em que a transformação da base agrária para a base industrial se fazia a partir de uma ação estatal limitada em sua capacidade de investimento, no momento em que diversos projetos de desenvolvimento estavam em disputa. Há que se considerar ainda o potencial simbólico desses conjuntos na configuração política: seja pelo impacto visual que exerciam na paisagem suburbana, seja pelo complexo social que aglutinavam ao implantar habitação, serviços públicos e áreas de lazer, esses espaços passavam a representar o núcleo duro do pacto trabalhista - a aliança entre as elites políticas e a nova classe de trabalhadores urbanos.

Quanto às características formais, a análise exposta aqui busca tornar mais complexa a noção de “*arquitetura moderna*” e, explorando diversas condicionantes, explicitar algumas das inúmeras interpretações que o conceito abarca. As adaptações e ressemantizações de um “vocabulário moderno” aparecem em diversas configurações dos conjuntos habitacionais do IAPI, que vão desde a casa isolada no lote, aos blocos de habitação coletiva; dos volumes prismáticos puros, à introdução dos telhados em águas e dos cobogós; da implantação racional, ao traçado sinuoso. Essa riqueza e diversidade formal demonstram a flexibilidade intrínseca ao próprio projeto moderno, colocando em questão as ataduras e o autoritarismo que se usou atribuir às suas realizações no campo da habitação e da cidade.

REFERÊNCIAS

- ALMANDOZ, Arturo. Notas sobre historia cultural urbana. Una perspectiva latinoamericana. *Perspectivas urbanas/Urban Perspectives*. ETSAV: Barcelona, n.1, p. 29-39, 2002.
- ALMANDOZ, Arturo. Mudanças políticas e institucionais para o planejamento latino-americano do Segundo Pós-Guerra. In: GOMES, M. A. A. F. (Org). *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo, 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- AMORA, Ana Albano. Arquitetura em Revista: o moderno e a tradição em dois periódicos representativos dos campos acadêmico e profissional da arquitetura e do urbanismo. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 8., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: DOCOMOMO – Brasil, 2009. 1 CD-ROM.
- ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. O ideário cidade jardim na cultura urbanística paulistana e carioca na primeira metade do século XX. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR., 13, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2009. 1 CD-ROM
- ANDRADE, Francisco de Paula Dias de. Casas operárias. *Revista Inapiários*. Rio e Janeiro: IAPI, n.12, abr., 1939.
- ARAVECCHIA BOTAS, Nilce. *Entre o progresso técnico e a ordem política: arquitetura e urbanismo na ação habitacional do IAPI*. 2011. 273 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- AYMONINO, Carlo. *Vivienda racional ponencias de los congresos CIAM 1929-1930*. Barcelona: Gustavo Gili, 1973.

- BENEVOLO, Leonardo. *História da arquitetura moderna*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- THE BESSER Heritage. *Besser and employee-owned company*. Disponível em: <http://www.besser.com/besserinfo.asp?Page=/history.asp>. Acesso: set. 2008.
- BLOCOS de concreto premoldados. Cimento e concreto. *Boletim de Informações – Associação Brasileira de Cimento Portland*. ABCP, n. 33, p. 157-164, 1939.
- BONDUKI, Nabil Georges. *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BONDUKI, Nabil; KOURY, Ana Paula. (Orgs.). *Os pioneiros da habitação social*. São Paulo: Edunesp, 2014. 3 v.
- CARVALHO, A. Monteiro de. Fotografias e comentários de viagens. *Arquitetura e Urbanismo*. Instituto de Arquitetos do Brasil. Rio de Janeiro, Ano 1, n.4, p.35-62, jul.-ago., 1936.
- CARVALHO, A. Monteiro de. Fotografias e comentários de viagens. *Arquitetura e Urbanismo*. Instituto de Arquitetos do Brasil. Rio de Janeiro, Ano 1, n.5, p.151-162, set.-out., 1936.
- A CASA do século XX. *Revista de Arquitetura da ENBA*. Rio de Janeiro: ENBA, ano IV, n.30, mar., 1937.
- A CIDADE de amanhã. *Revista de Arquitetura da ENBA*. Rio de Janeiro: ENBA, ano V, n.39, mai., 1938.
- CIUCCI, Giorgio; DAL CO, Francesco; MANIERI-ELIA, Mario; TAFURI, Manfredo. *La ciudad americana de la guerra civil al New Deal*. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.
- CODY, Jeffrey W. *Exporting American architecture: 1870-2000*. New York: Routledge, 2003.
- COHEN, Jean Louis. *Scenes of the world to come. European architecture and the American challenge 1893-1960*. Paris: Flammarion, 1995.
- CONGRESSO PAN-AMERICANO DE VIVENDA POPULAR, 1., 1939, Rio de Janeiro. In: *Arquitetura e Urbanismo*. Rio de Janeiro: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1939.
- CONNIFF, Michael L. *Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.
- A CONSTRUÇÃO com blocos de concreto pré-moldados e o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. Cimento e concreto. *Boletim de Informações da Associação Brasileira de Cimento Portland – ABCP*, n.46, 1941, p. 269-276.
- ECOS da “Jornada da habitação econômica”. *Revista Inapiários*. Rio de Janeiro: IAPI, n.42, out., 1941.
- O ESTADO actual da vivenda na América. *Urbanismo e Viação*, Rio de Janeiro, n. 7, jan., 1940.
- FARIA, Rodrigo de; CERASOLI, Josianne; SAMBRICIO, Carlos. Cidade e habitação na América Latina. *Urbana*, v. 6, n.8, 2014.
- FISCHER, Silvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo*. São Paulo: Fapesp, Edusp, 2005.
- FREITAS, Maria Luiza de. *O lar conveniente: os engenheiros e arquitetos e as inovações espaciais e tecnológicas nas habitações populares de São Paulo (1916-1931)*. 2005. 180 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2005.
- GOMES, M. A. F. Experiências Sul-Americanas: uma lacuna na historiografia brasileira sobre a cidade e o urbanismo. In: GOMES, M. A. F. (Org). *Urbanismo na América do Sul: circulação de ideias e constituição do campo: 1920-1960*. Salvador: EDUFBA, 2009.
- GORELIK, Adrian. *Das vanguardas a Brasília: cultura urbana e arquitetura na América Latina*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2005.
- IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- IAPI. *Relatório e Balanço Geral de 31 de dezembro de 1940 (3º Exercício)*. Rio de Janeiro: Tipografia Mercantil, 1941.
- JORNADA da habitação econômica. *Urbanismo e viação*. Rio de Janeiro, n.17, out., 1941.
- LIBERTY square. *Revista de Arquitetura da ENBA*. Rio de Janeiro: ENBA, ano IV, n.37, fev., 1938.
- LIERNUR, Jorge Francisco. *Trazas de futuro*. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2008.
- MANCUSO, Franco. *Las experiencias del Zoning*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

- MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. *Arquitetura e Estado no Brasil*. 1987. 225 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1987.
- OLIVEIRA, Francisco Batista de. O acesso do povo. Casa Própria. *Urbanismo e Viação*, Rio de Janeiro, n. 25, fev. 1º/943.
- OLIVEIRA, Francisco Batista de. A casa popular e o aspecto urbanístico das cidades. *Revista do Clube de Engenharia*. Rio de Janeiro, n.63, dez./jan., 1939.
- OLIVEIRA, Francisco Batista de. A casa popular como problema urbanístico. *Revista do Clube de Engenharia*, Rio de Janeiro, n. 68, jul./ago., 1940
- OSBORN, Max. A moderna arquitetura alemã. *Revista de Arquitetura da ENBA*. Rio de Janeiro: ENBA, ano I, n.14, 1935.
- OSBORN, Max. A moderna arquitetura alemã (continuação). *Revista de Arquitetura da ENBA*. Rio de Janeiro: ENBA, ano I, n.15, 1935.
- PEQUENAS casas para americanos civilizados. *Revista de arquitetura da ENBA*, Rio de Janeiro. ENBA, ano II, n.22, 1936.
- PORTO, Rubens. *O problema das casas operárias e os institutos e caixas de pensões*. Rio de Janeiro, 1938.
- O PROBLEMA da habitação popular e os admiráveis progressos feitos pelo Brasil – focalizada em Washington, a esplêndida contribuição do IAPI na construção de vilas proletárias. *Revista Inapiários*. Rio de Janeiro: IAPI, n.61, mai., 1943.
- PRODUÇÃO e consumo de cimento no Brasil. *Revista Brasileira de Engenharia*. Rio de Janeiro, n.3, t. XXIX, mar. 1935.
- RACIONALIZAÇÃO e prêmios para a mão de obra. *O Construtor*. Rio de Janeiro, ano V, n.275, set. 1944.
- RIBOLDAZZI, Renzo. *Un'altra modernità. L'IFHTP e la cultura urbanistica tra le due Guerre. 1923-1939*. Roma: Gangemi Editore, 2009.
- SILVA, Joana Mello de Carvalho. *Ricardo Severo: da arqueologia portuguesa à arquitetura brasileira*. São Paulo: Annablume, 2007.
- SIMÕES JR., José Geraldo. A urbanística germânica (1870-1914). Internacionalização de uma prática e referência para o urbanismo brasileiro. *Arquitextos*. Ano 9, jun. 2008. Disponível em: [htt p://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/134](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/09.097/134) Acesso em jun., 2009.
- STEPHAN, Otto. *The concrete Century: 1904-2004*. Besser Company, 2004. Disponível em: <http://www.besser.com/downloads/concretecentury.pdf>. Acesso em: set. 2008.
- TAFURI, Manfredo; DAL CO, Francesco. *Architettura contemporanea*. Milão: Electa, 1978.

Nota do Editor

Data de submissão: 23/06/2015

Aprovação: 02/03/2016

Revisão: Tânia Caliari

Nilce Aravecchia Botas

Professora do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo

CV: <http://lattes.cnpq.br/9236855688933166>

nilce_aravecchia@hotmail.com

Maria Isabel Imbronito

C ONJUNTO RESIDENCIAL SANTA CRUZ: DA ORIGEM AOS DIAS ATUAIS

054

pós-

RESUMO

O Conjunto Residencial Santa Cruz foi projetado pelo engenheiro-arquiteto Marcial Fleury de Oliveira e construído pelo IAPB em São Paulo a partir de 1947. Neste trabalho, pretende-se reconstituir a trajetória do Conjunto até os dias atuais e, a partir do estudo desse caso específico, verificar as alterações de uso, domínio e gestão do espaço do Conjunto. Justifica-se este estudo por considerar exemplar este, entre os demais conjuntos implementados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão, no que tange a sua concepção, que segue a política habitacional adotada pelos Institutos, e também pelo desmantelamento do órgão gestor, indicando as contradições e implicações para o Conjunto que decorreram do desmonte da estrutura organizacional dos IAPs. No texto, caracterizam-se os espaços do Conjunto e se descreve sua implantação peculiar, cuja qualidade ambiental é tributária do tratamento da gleba única dado ao Conjunto e às diversas possibilidades de circulação interna que se apresentam aos pedestres. Apontam-se ainda problemas relativos à manutenção do espaço livre e à necessidade da criação de instrumentos específicos para lidar com um fragmento de exceção dentro da estrutura fundiária da cidade de São Paulo.

PALAVRAS-CHAVE

Conjuntos habitacionais. Habitação moderna em São Paulo. Institutos de aposentadoria e pensão. Planejamento habitacional.

CONJUNTO RESIDENCIAL SANTA CRUZ DESDE EL ORIGEN HASTA LA ACTUALIDAD

RESUMEN

El Conjunto Residencial Santa Cruz, obra del ingeniero-arquitecto Marcial Fleury de Oliveira, fue construido por IAPB en Sao Paulo en 1947. Con este trabajo, tenemos la intención de reconstruir la trayectoria del Conjunto hasta la actualidad, para la verificación de los cambios de uso y gestión del espacio y de dominio. Este estudio si justifica considerando el Conjunto un ejemplo entre los demás conjuntos implementados por los Institutos, en relación con el origen, que refleja la política de vivienda aprobada por institutos, como en relación con el desmantelamiento del órgano de gobierno, indicando las contradicciones y las implicaciones para el Conjunto que surgió de la desarticulación de la estructura organizativa del IAP. El texto hace una caracterización de todo el espacio y la descripción de su peculiar implantación, cuya calidad ambiental está vinculado al tratamiento de parcela única dada al Conjunto y las diversas posibilidades de circulación interna presentadas a los peatones. También apunta a los problemas relacionados con el mantenimiento de espacio libre y la necesidad de crear instrumentos específicos para hacer frente a un fragmento de excepción en la estructura urbana de la ciudad de São Paulo.

PALABRAS CLAVE

El desarrollo residencial. Vivienda moderna en Sao Paulo. IAPs. Planificación de vivienda.

SANTA CRUZ HOUSING COMPLEX: FROM THE BEGINNING TO THE PRESENT

ABSTRACT

Santa Cruz Housing Complex was designed by engineer-architect Marcial Fleury de Oliveira and built by IAPB in Sao Paulo from 1947. Throughout this paper, we intend to reconstruct the trajectory of the Complex until present days, and through the study of this particular case, verify the changes in use, ownership and management of the Complex's space. This study is justified by considering it an example, amongst other dwelling complex implemented by the Retirement and Pension Institutes, concerning its conception, which follows the housing policy adopted by the Institutes, as well as the dismantlement of the managing agency, indicating the contradictions and implications to the Complex resulting from the disassembly of the IAPs' organizational structure. The text also brings a characterization of the Complex's spaces and the description of their peculiar implementation, whose environmental quality is due to the single-plot treatment given to the Complex and to the various possibilities of internal circulation presented to pedestrians. It also points to problems related to the maintenance of the open spaces and the need to create specific instruments to deal with an exception fragment within the land structure of the city of São Paulo.

KEYWORDS

Housing complex. Modern Housing in Sao Paulo. IAPs. Housing planning.

INTRODUÇÃO

O interesse no processo de concepção, aprovação e gestão e nos impasses que cercam o Conjunto Residencial Santa Cruz ao longo de seus quase 70 anos deve-se à importância dos conjuntos feitos pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPs) nas décadas de 1940-50, que integram o projeto modernizador traçado para o Brasil durante a Era Vargas. Justifica-se também por sua concepção, alinhada com as diretrizes determinadas pelos idealizadores de tais conjuntos. O Conjunto Santa Cruz é exemplar tanto pelo momento de sua implantação, na década de 1940, como pelo processo de desmantelamento dos IAPs, na década de 1960. Por meio dele, é possível apontar os inusitados desdobramentos da história de um fragmento de exceção na conformação fundiária e na organização gestora de um conjunto habitacional na cidade de São Paulo.

Juntamente com o Departamento de Habitação Popular (DHP), no Rio de Janeiro, os Institutos de Aposentadoria e Pensão representam as primeiras estruturas eficientes criadas no Brasil para captar recursos destinados a produzir habitação. Trata-se de um momento importante, no qual o Estado brasileiro esboça uma política habitacional dentro de uma ação de amparo ao trabalhador, atingindo números expressivos para a época. As ações respaldaram-se num programa tecnicamente claro e orientado, produzindo conjuntos considerados introdutórios das propostas modernas de habitação no país.

Os conjuntos habitacionais desse período constituem um patrimônio arquitetônico devidamente identificado por pesquisadores e pela historiografia da arquitetura brasileira¹, por meio do qual tomaram corpo inúmeras experiências modernizadoras nos campos social, urbanístico e tipológico. Essas experiências repercutem as discussões internacionais que ocorriam na Europa desde os anos 1920 envolvendo habitação operária, seu agrupamento e consequentes desdobramentos para o bairro e a cidade.

Com ação situada no momento de transição entre o Brasil rural e urbano, caracterizam a produção arquitetônica dos IAPs tanto agrupamentos de casas unifamiliares como conjuntos de habitação coletiva. Em muitos casos, inclui processos completos de urbanização de glebas, com aporte de infraestrutura e serviços.

Por trás da concepção de tais conjuntos, destaca-se a figura do arquiteto Rubens Porto, ativo divulgador dos novos modos de pensar a habitação e assessor técnico do Conselho Nacional do Trabalho, ligado ao Ministério do Trabalho, ao qual se vinculam os IAPs. Entre as ideias de Rubens Porto, discutidas por Paulo Bruna no livro *Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil 1930-1950*² (BRUNA, 2010, p.146-147), consolidam-se no Conjunto Residencial Santa Cruz:

- os blocos de apartamentos (habitação agrupada), por prestarem-se à construção seriada;
- o máximo de quatro pavimentos, quando desprovidos de elevador;
- a disposição dos blocos conforme os esquemas de Walter Gropius (diagramas apresentados em 1930, que relacionam altura e afastamento dos blocos habitacionais com orientação solar);

¹ Além de textos já sedimentados de autores como Bonduki (2004) e Bruna (2010), existem pesquisas recentes envolvendo o tema, como Ferrari (2013), que tomou o Conjunto Santa Cruz como um dos estudos de caso.

² Bruna faz referência ao livro de Rubens Porto, *O problema das casas operárias e os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões*, de 1938.

- a densidade entre 200 e 250 hab/ha. O Conjunto Santa Cruz tem densidade bruta³ de 240 hab/ha, estimando-se cinco pessoas por apartamento, na época em que foi construído;

- os conjuntos como unidades autônomas providas de serviços, com ênfase na escola básica e na creche. Os serviços indicados por Porto são: cooperativa de consumo, cinema (adaptado para auditório), clube, *playground* e administração, com serviço médico de pronto-socorro.

- a pouca importância dada aos estacionamentos.

Na dissertação *A arquitetura moderna brasileira e o projeto de habitação popular – 1940-1950*, Carlos Antunes (1997) enumerou características que alinham um projeto com os princípios do Movimento Moderno:

[...] habitação coletiva e agrupada, núcleo habitacional (conjunto) suficiente através da incorporação de outras funções, blocos laminares, reformulação da trama tradicional através de pilotis e parques, racionalização, tipificação, [...] intenção de alteração das condições sociais através do efeito educador, da coletivização de algumas atividades e da agregação de serviços. [...]. A questão da industrialização permanece um impasse devido à abundância de mão-de-obra, tendo sido utilizados métodos tradicionais de construção. (ANTUNES, 1997, p.47)

³ Para o cálculo da densidade bruta, estimou-se o número total de habitantes por toda a área da gleba, incluindo ruas, calçadas e passagens.

⁴ A área aparece descrita como zona rural no Recibo-Alvará de Licença n. 95.425, de 1948.

I SOBRE O CONJUNTO DOS BANCÁRIOS DA RUA SANTA CRUZ

O Conjunto Residencial da Rua Santa Cruz foi aprovado pela Prefeitura do Município de São Paulo pelo Processo nº 95.425/1948, tendo como proprietário o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários. Foi projetado em 1947 por Marcial Fleury de Oliveira, engenheiro-arquiteto formado pela Escola Politécnica em 1926, que manteve escritório em São Paulo, com atividade regular de projeto e construção, conforme relato de seu filho, o arquiteto e ex-professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), José Luiz Fleury de Oliveira.

O Conjunto compunha-se de 49 prédios, sendo 47 blocos de habitação totalizando 282 apartamentos, um clube e um edifício com lojas, ambulatório médico, administração e habitação do zelador, ocupando uma gleba de 61.933,00 m² na Rua Santa Cruz, entre o Córrego Ipiranga (atual Avenida Ricardo Jafet), o Córrego Ana Couto (atual Rua Embuaçu) e terras de propriedade da viúva e dos filhos de Maurício F. Klabin, na Vila Afonso Celso.

O projeto foi implantado em área não urbanizada.⁴ Por se tratar de gleba sem benfeitorias, a construção do Conjunto incluiu, além dos edifícios de habitação e de dois outros prédios para apoio às habitações, as vias de acesso (Ruas Projetadas A e B, Passagens A, B, C, D, E, F e G), as calçadas e os jardins. Também foram instalados sistema de água, tratamento de esgoto e iluminação externa, executados pelo IAPB e por ele mantidos enquanto foi proprietário e gestor do Conjunto.

O projeto, aprovação e construção do Conjunto Santa Cruz foram feitos em gleba única descrita em escritura. O acesso aos edifícios era por *rua particular* (rua A) e *passagens particulares* de acesso às moradias. Passagens de acesso

exclusivo à moradia e abertura de ruas particulares são previstas no *Código de Obras Arthur Saboya* (Ato n. 663, de 1934), vigente na época. Apesar de não terem sido doadas à municipalidade, mas terem permanecido de posse do IAPB, as passagens executadas no Conjunto atendem parcialmente às indicações do *Código*, possivelmente tomado como *parâmetro* na elaboração do projeto. O *Código* determina a aberturas de passagens para a construção de casas populares com largura e comprimento reduzidos⁵ e circulação restrita a veículos das moradias, nos artigos 749 e 750.

Art. 750 – § 4º – essas passagens não poderão ser utilizadas para o tráfego de veículos em geral, mas somente para os que se destinarem a servir as habitações nelas localizadas (PMSP, 1934, p. 151).

No Conjunto Santa Cruz, também os recuos frontais dos prédios fazem referência à redução de medida permitida para passagens desse tipo, desde que não houvesse cercamento ou muro junto à divisa, permanecendo o jardim frontal visual e fisicamente incorporado à rua, em referência ao Art. 765 do C.O.

Art. 756 – é facultada a redução do recuo a três metros, quando as edificações não tiverem vedação de espécie alguma nos alinhamentos, ficando os jardins incorporados aos leitos das ruas e praças [...], com a condição de terem os prédios fronteiros o mesmo recuo (PMSP, 1934, p. 153).

⁵ Para passagens de acesso exclusivo à moradia, o *Código Arthur Saboya* define largura mínima de 4 m e comprimento máximo de 200 m.

⁶ Como ressalta Camila Ferrari (2012, p. 246-247), em comentário sobre levantamento da VASP entre 1952 e 1959, a área envolvida no conjunto nos mapas citados permanece desocupada, e as vias (Embuacu e Ricardo Jafet) ainda não existem.

Conforme os artigos 746, 765, 766 e 769 do *Código de Obras*, a abertura de vias oficializadas e municipalizadas condicionava-se às seguintes etapas: aprovar plano de arreamento; lavrar escritura de doação das áreas correspondentes aos leitos para a prefeitura; obter termo de aceite da Câmara Municipal declarando as vias incorporadas ao poder público; e solicitar requerimento ao prefeito de entrega das ruas ao trânsito público. Averbadas na escritura do Instituto em 1966, as vias do Conjunto Santa Cruz não foram doadas à municipalidade e permaneceram como propriedade do IAPB, juntamente com as unidades habitacionais, que foram inicialmente alugadas, e os demais edifícios: um clube e um edifício com administração, cooperativa, posto médico e zelador, além do terreno onde se implantaram as estruturas do sistema de tratamento de esgoto, caracterizando perfeitamente o binômio domínio e gestão vigente nesse momento nos conjuntos implantados pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão.

2 CARACTERIZAÇÃO DO CONJUNTO

2.1 Implantação e esquema das vias

O primeiro aspecto a notar no Conjunto Santa Cruz é a configuração da gleba e o alheamento de seu traçado com relação ao entorno [fig. 2]. Irregular, a gleba tem limites em dois córregos perpendiculares entre si e na curva da Rua Santa Cruz. Sendo anterior à existência das vias do entorno, com exceção da Rua Santa Cruz,⁶ o sistema viário interno ao Conjunto foi implantado considerando tão somente a orientação solar das unidades habitacionais (leste-oeste), e o traçado resultante não veio a se tornar ortogonal a nenhuma das vias construídas nas adjacências. A partir da melhor orientação para as moradias, definiu-se a disposição dos blocos em renques absolutamente equidistantes, e,

Figura 1: Vista do Conjunto a partir do outro lado do córrego Ipiranga – foto da época da inauguração. À direita, veem-se o edifício do clube e os tanques do sistema de tratamento de esgoto. A foto é anterior à abertura da Av. Ricardo Jafet.

Fonte: Acervo do arquiteto José Luiz Fleury de Oliveira.



Figura 2: Vista do Conjunto na época de sua inauguração, junto à atual Rua Embuaçu. Nota-se a iluminação instalada pelo IAPB, com fiação subterrânea.

Fonte: Acervo do arquiteto José Luiz Fleury de Oliveira.



Figura 3: Imagem aérea do Conjunto

Fonte: Imagem obtida pelo Google Earth e tratada por Maria Isabel Imbrônio.



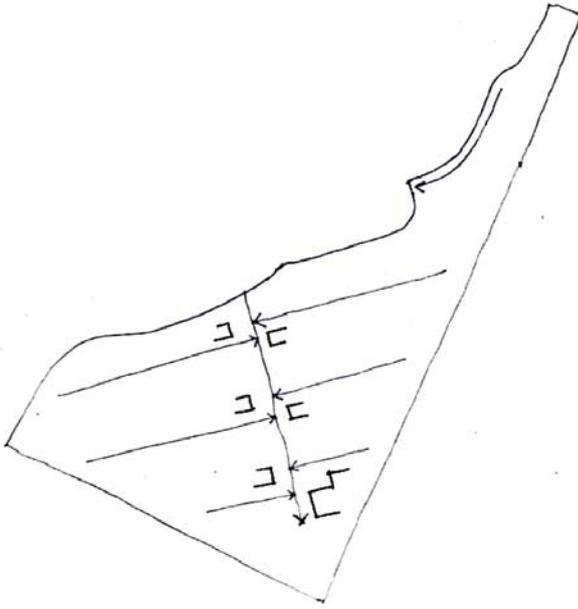


Fig. 4 – Esquema dos acessos com indicação da rua principal e das passagens para veículos em alinhamentos desencontrados
Fonte: Maria Isabel Imbronito.

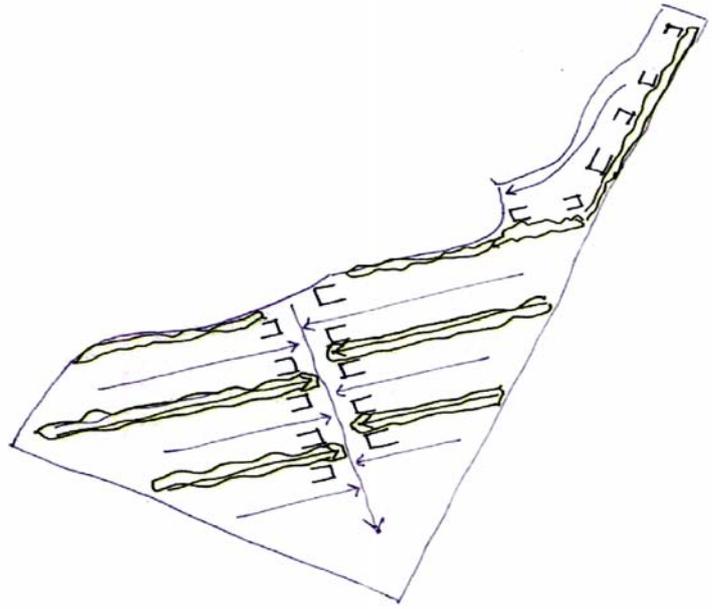


Fig. 5 – Desenho das alamedas de pedestres em meio à vegetação, intercaladas às passagens para veículos
Fonte: Maria Isabel Imbronito.

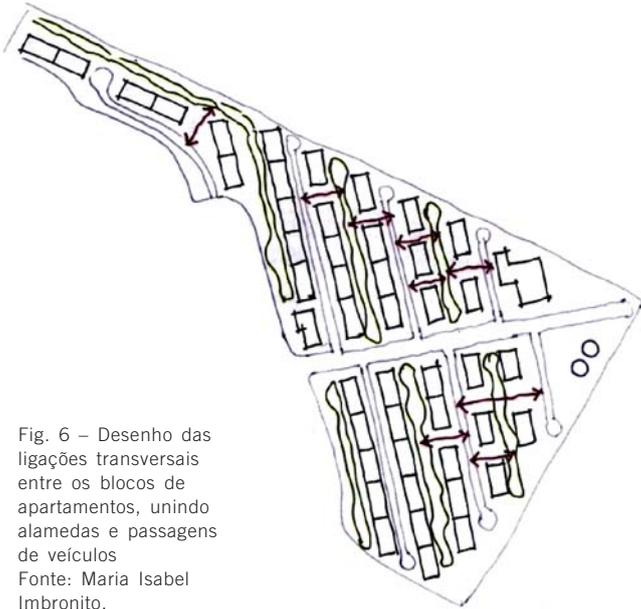


Fig. 6 – Desenho das ligações transversais entre os blocos de apartamentos, unindo alamedas e passagens de veículos
Fonte: Maria Isabel Imbronito.

no espaço livre entre os renques, foram intercaladas as passagens de acesso às habitações e as áreas com jardins, perfeitamente identificáveis na foto aérea, quando se observa a disposição alternada das massas de vegetação e das vias para carros.

A implantação do Conjunto resulta numa unidade entre as partes que comparece não só no tratamento único dado aos edifícios e às áreas comuns, mas principalmente na relação de interdependência entre os sistemas de circulação viária e de pedestres, que percorrem o interior do Conjunto e se complementam.

Esse sistema de circulação viária e de pedestres foi concebido como parte integrante e comum do Conjunto, compondo a área da gleba descrita, para viabilizar a implantação dos edifícios em área não urbanizada. Está constituído por *passagens para carros* que dão acesso às unidades, intercaladas por *alamedas de pedestres* paralelas às passagens de carros, que percorrem os jardins entre os blocos. Unindo passagens de carros e jardins com alamedas para pedestres, pequenos *caminhos transversais* encurtam as distâncias e aumentam as possibilidades de percurso.

O modelo de urbanização implantado não se baseou no sistema de arruamento público com divisão das quadras

em lotes. Essa característica distingue o Conjunto da estrutura fundiária usual da cidade de São Paulo e permite que jardins e vias de circulação internas sejam tratados de modo fluido e contínuo. As áreas livres somadas, sem subdivisão em quintais ou interrupção por grades, conferem a qualidade espacial de edifícios dispostos em parques ou superquadras. É possível inferir referência ao urbanismo moderno, cujos modelos revogavam o parcelamento do solo, o que confere tratamento integrado das áreas livres.

Conforme Bonduki e Koury (2014), no Conjunto da Rua Santa Cruz, “as construções se diluem na vegetação, conferindo ao local uma qualidade ambiental equivalente a de um parque urbano”. Ainda segundo os autores:

[...] a implantação regular com edifícios padronizados em meio às áreas verdes e alamedas arborizadas remete às experiências das Siedlungen Frankfurtianas (1924-1929), que associou a racionalização construtiva da nova objetividade alemã aos princípios urbanísticos das cidades-jardins, criando um novo modelo de organização espacial para os conjuntos residenciais (BONDUKI; KOURY, 2014, p. 186).

O acesso aos edifícios por vias internas ao Conjunto tem um traçado tipo espinha de peixe, composto por uma rua principal (Rua A) e passagens perpendiculares aos dois lados dessa rua [fig. 4]. A rua principal tem ligação com a Rua Santa Cruz e define a entrada do Conjunto. As passagens transversais de cada lado da via principal não adotam o mesmo alinhamento, de modo que cada passagem termina em frente à empena correspondente ao bloco de edifícios do outro lado da rua principal. Dispostas de modo desencontrado, as passagens evitam a conformação de longas perspectivas e a consequente impressão massificadora do Conjunto, garantindo privacidade para cada uma das vias.

Intercaladas às passagens de veículos para acesso às moradias, estão dispostas as alamedas de pedestres em meio aos jardins [fig. 5], para os quais se voltam os ambientes de permanência das unidades. Assim como as passagens de veículos, as alamedas de pedestres terminam nas empenas dos edifícios que estão do outro lado da rua principal, não havendo, portanto, duas alamedas alinhadas. Evitam-se igualmente alamedas muito longas e perspectivas indesejáveis.

As possibilidades de percurso entre passagens de carros e alamedas são multiplicadas por ligações de pedestres entre os blocos, que existem em maior número na parte do Conjunto mais próxima à Av. Dr. Ricardo Jafet, onde os apartamentos constituem blocos isolados. Tal como as alamedas e passagens de carros, esses pequenos caminhos transversais são desencontrados e não devassam as visuais [fig. 6].

Desse modo, o que em princípio poderia ser um tecido monótono e homogêneo revela-se um lugar construído a partir de pequenas visuais e diversas possibilidades de caminhos. Para quem desce pela rua principal a partir da entrada do Conjunto, sucedem-se, dinâmica e alternadamente, vias para carros e alamedas com jardins.

As alamedas apresentam hoje significativa massa arbórea. Protegidas pela legislação da PMSP, as árvores têm interesse para a preservação, pois integram o Conjunto composto por edifícios, circulações e jardins [figs. 7, 8 e 9].



Fig. 7 – Vista da antiga passagem D
Fonte: Foto de Maria Isabel Imbroni



Fig. 8 – Vista de alameda de pedestres
Fonte: Foto de Maria Isabel Imbroni.

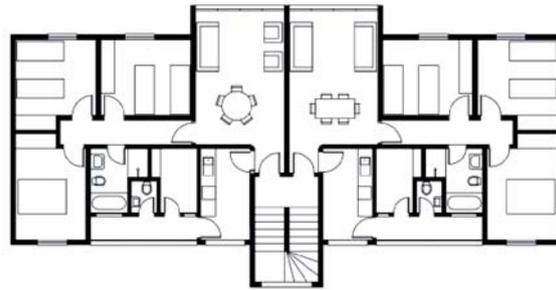
Fig. 9 – Vista de caminho transversal entre blocos.
Fonte: Foto de Maria Isabel Imbroni.



2.2 Edifícios de moradias

Com acesso pelas passagens, os edifícios de habitação são implantados em blocos paralelos dispostos no sentido leste-oeste, perfeitamente adequados quanto à orientação solar. Os edifícios com três pavimentos têm altura total em torno de 11 m e afastamento de aproximadamente 16 m, garantindo insolação suficiente a todas as unidades nas duas faces dos apartamentos.

Cada um dos 47 blocos é um edifício independente, com uma caixa de escada central que dá acesso a dois apartamentos por andar, restringindo cada entrada e circulação vertical a apenas seis famílias [fig. 12]. Os blocos são implantados de modo que as aberturas da circulação vertical, área de serviço, cozinha e um dos quartos se voltam para as vias de carros, enquanto as áreas de permanência como a sala e outros dois quartos são voltados para os jardins. Os apartamentos recebem insolação nas duas faces, e a empena transversal do bloco é cega, o que permite a composição dos blocos em linha, com volumetria em lâmina, mantendo, entretanto, a independência dos acessos.



0 1 2 5

Fig. 10 – Plantas dos apartamentos de 85 m² e 89 m²
Fonte: Maria Isabel Imbronito.



Fig. 11 – Bloco com apartamentos maiores
Fonte: Foto de Maria Isabel Imbronito.



Fig. 12 – Acesso a bloco de apartamentos
Fonte: Foto de Maria Isabel Imbronito.

⁷ O inventário publicado por Bonduki e Koury (2014) mostra alguns conjuntos que apresentam variações de planta sobre o mesmo tipo, com apartamentos abrindo-se para as duas faces do edifício e escada central. Esse arranjo das unidades aparentemente evoluiu para o agrupamento de dois blocos paralelos compartilhando a mesma caixa de escada central, na origem da planta conhecida como H.

O tipo do apartamento e o arranjo do bloco são usuais nos conjuntos do período.⁷ O Conjunto Santa Cruz tem duas soluções de apartamento, ambos com três dormitórios e com área útil muito próxima [fig. 10]. Nota-se que as unidades menores (85 m²) privilegiam famílias numerosas, pois os quartos são maiores e as áreas de serviço, compactas. Os apartamentos maiores (89 m²) têm quartos menores, área de serviço maior e despensa (quarto de empregada).

Quanto às técnicas e aos materiais, o Conjunto usa tecnologia tradicional, com estrutura de concreto armado, vedação em tijolo de barro, telhado de duas águas com telhas de barro e caixilhos de madeira nos quartos e de ferro na sala, no banheiro e na cozinha. O fechamento do terraço de serviço é feito com elemento vazado de concreto. Os materiais de acabamento eram os mais econômicos para a época: piso de taco de madeira no apartamento, áreas molhadas e circulação coletiva com piso em cerâmica vermelha, azulejo branco 15 x15 como revestimento nas áreas molhadas [fig. 11].

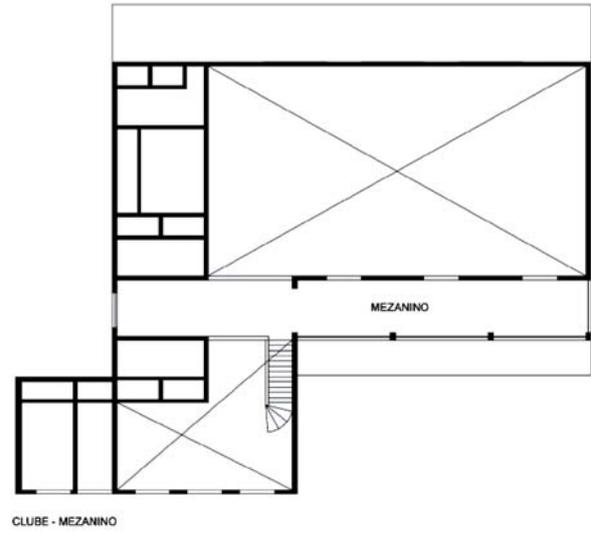
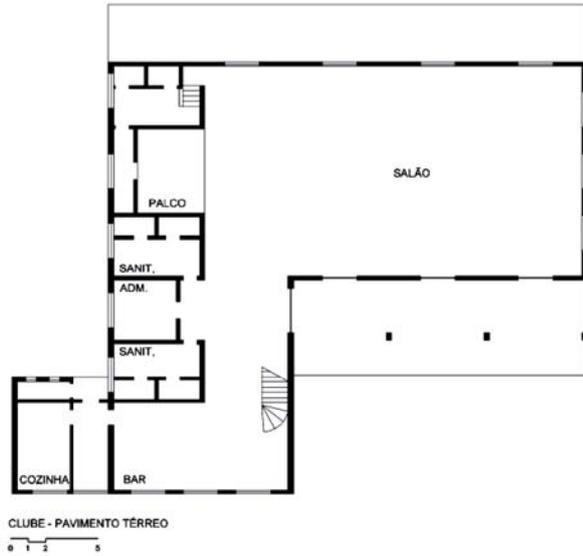
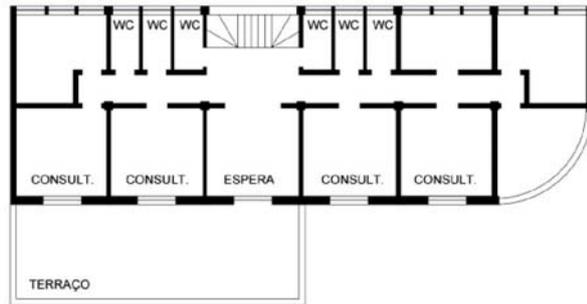


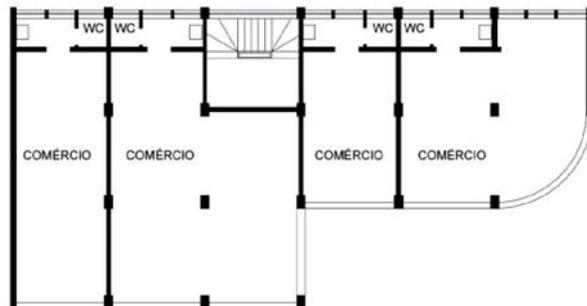
Fig. 13 – Plantas originais do edifício do clube
Fonte: Maria Isabel Imbroni.



EDIFÍCIO COMERCIAL - AMBULATÓRIO
PRIMEIRO PAVIMENTO - RUA SANTA CRUZ



EDIFÍCIO COMERCIAL - AMBULATÓRIO
SEGUNDO PAVIMENTO - RUA SANTA CRUZ



EDIFÍCIO COMERCIAL - AMBULATÓRIO
PAVIMENTO TÉRREO - RUA SANTA CRUZ

Fig. 14 – Plantas originais do edifício da cooperativa de consumo e do posto médico
Fonte: Maria Isabel Imbroni.

2.3 Demais edifícios do Conjunto

Os demais edifícios do Conjunto contêm exatamente o programa sugerido por Rubens Porto, conforme descrito por Bruna (2010, p.147):

- clube, com cinema adaptado para auditório [fig. 13];
- edifício com cooperativa de consumo (lojas), posto médico (ambulatorios), zelador e administração [fig. 14].

Localizado ao final da rua principal, o edifício do clube visava atender a uma demanda interna do próprio Conjunto, uma vez que seu programa, muito reduzido, compunha-se de um único salão servido por pequeno palco, um bar e sanitários. Entre o salão e o jardim, foi concebida uma varanda, sobre a qual havia um mezanino para o salão. O espaço era destinado ao uso e encontro dos próprios moradores, e os mais antigos relatam que ali se exibiam filmes e faziam festas.⁸

⁸ Ver depoimentos e fotos de época (CONJUNTO [...]. 2010).

⁹ Com o Decreto-Lei n. 72, de 1966, os Institutos de Aposentadoria e Pensão foram unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS).

O edifício com comércio localiza-se junto ao acesso do Conjunto e continha lojas no térreo voltadas para a Rua Santa Cruz. Há igualmente relatos sobre o funcionamento da cooperativa (CONJUNTO [...], 2010), que providenciava o abastecimento de produtos conforme encomendas dos moradores. Para os demais usos, entrava-se nesse edifício através da caixa de escada voltada para a antiga passagem E (atual rua C), em pavimento inferior (por não constar da planta original, esse acesso não foi reproduzido na fig. 14). No primeiro pavimento, sobre as lojas, havia salas com consultórios e ambulatório e, no último andar, a casa do zelador e a administração geral do Conjunto.

Apesar do tipo de programa proposto, os materiais empregados na construção desses dois edifícios são os mesmos presentes nos blocos residenciais, de modo que, na escala e no tratamento, ambos se integravam bem ao resto do Conjunto.

Atualmente, o clube abriga um posto do SUS e SUVIS da Vila Mariana, subordinados à Prefeitura Municipal de São Paulo. Uma EMEI (escola infantil municipal) ocupa parte da quadra do clube, em edifício construído posteriormente. No antigo edifício da cooperativa de comércio e posto médico, há hoje um posto de saúde, subordinado ao governo estadual. Assim, os serviços de governo estadual e municipal ocupam patrimônio remanescente do IAPB.

3 DESMANTELAMENTO DO ÓRGÃO GESTOR E CONSEQUÊNCIAS PARA O CONJUNTO SANTA CRUZ

Após o golpe civil-militar de 1964 e com o fim do órgão proprietário e gestor do Conjunto em 1966,⁹ tiveram início modificações que repercutiram na posse e na propriedade, no uso, na gestão e na situação legal do Conjunto, atingindo edifícios e espaços livres.

Em 7 de fevereiro de 1966, tomaram-se as providências para a venda das unidades habitacionais: os 49 edifícios, as 10 quadras e as 9 ruas e passagens do Conjunto foram averbadas na escritura do IAPB, constando um número de averbação para cada item, separadamente. Contra as plantas de aprovação originais do projeto, renomearam-se edifícios e ruas: Rua A (antiga rua

projetada A), Rua B (antiga rua projetada B), Rua C (antiga passagem E), Rua D (antiga passagem C), Rua E (antiga passagem A), Rua F (antiga passagem F) e Rua I (antiga passagem G). Os edifícios antes designados de A-1 a A-31 (apartamentos menores) e de B-1 a B-15 (apartamentos maiores) na planta de aprovação do Conjunto foram renomeados em sequência numérica própria para cada rua separadamente.

Em agosto de 1966, instituiu-se o condomínio, em acordo com a Lei n. 5.481, de 25 de junho de 1928, com transcrição à margem da mesma escritura e averbação em 9 de novembro de 1966. Nessa averbação, são consideradas áreas comuns, inalienáveis e indivisíveis: o terreno sob os prédios, os jardins e as áreas cimentadas (passeios de pedestre junto às alamedas), omitindo-se as ruas e passagens particulares do regimento condominial.

Com isso, apesar de constar na escritura original da qual se desmembrou o condomínio, as passagens não foram acrescentadas a seu domínio, permanecendo sob propriedade do órgão extinto (IAPB) e, portanto, da União, conforme consta em averbação de fevereiro de 1966. Projetadas para uso exclusivo e em propriedade conjunta com as unidades habitacionais, as passagens foram desvinculadas destas e, por desentendimento do histórico de aprovação do Conjunto, caíram no esquecimento, em poder de um proprietário a quem não convém ter sua posse e manutenção.

Também foram destacados do conjunto a quadra do clube, a estação de tratamento de esgotos e o edifício de comércio, ambulatório e casa do zelador, ficando o condomínio recém-instituído sem tratamento de esgoto, área de lazer ou sede para administração e apoio de funcionários.

A venda das unidades para particulares com as respectivas escrituras lavradas a partir de 1968 teve dois efeitos importantes: (1) na manutenção e gestão dos espaços e (2) no que toca ao domínio e à legalidade dos espaços remanescentes.

3.1 Gestão dos espaços comuns

Com o fim dos IAPs, a política habitacional baseada em conjuntos completos com serviços e infraestrutura destinados a aluguel e com amparo e controle social, estabelecidos a partir do vínculo do trabalhador com os sindicatos, foi substituída por uma política com base na aquisição da casa própria. Com a nova política, transferiu-se para os proprietários o encargo social de manutenção e gestão dos conjuntos.

Assim, a partir da venda das unidades do Conjunto Santa Cruz, a manutenção das áreas livres que integram a fração ideal de terreno das unidades foi assumida pelo condomínio recém-instituído, o que garantiu a posse e a gestão única de edifícios e áreas livres. Contudo, os sistemas de esgoto e iluminação, antes geridos pelo Instituto, foram desmantelados.

As dificuldades de manutenção refletem as particularidades de um conjunto horizontal. Muitos conjuntos desse período feitos pelos IAPs estão dispostos em grandes glebas, têm baixo gabarito e abundância de áreas livres. Composto por prédios de três pavimentos sem elevador, o Conjunto da Rua Santa Cruz enquadra-se nessa categoria, extensiva e de baixa densidade, em meio a grandes jardins. Isso traz problemas específicos de manutenção condominial, relativos à ocupação horizontal.

Para os 282 apartamentos, é preciso providenciar para a extensa gleba:

- manutenção dos cercamentos e das calçadas externas;
- manutenção e limpeza de extensas áreas de calçadas e alamedas internas;
- poda e limpeza dos jardins, com área equivalente a 30.000 m²;
- manutenção e limpeza das passagens e ruas de paralelepípedo, que precisam ser carpidas, em área equivalente a 20.000 m²;
- iluminação dos jardins e das alamedas;
- vigilância (câmeras e segurança noturna).

Para os edifícios:

- manutenção de 47 telhados e respectivas calhas e condutores;
- manutenção das caixas d'água para cada bloco;
- manutenção do sistema predial de interfone em 47 blocos;
- manutenção e limpeza de todos os *halls* de acesso dos prédios;
- entrega dos correios, centralizada na administração e distribuída por funcionários do condomínio para todos os apartamentos.

Além disso, são atribuições a cargo dos moradores:

- entradas independentes de energia elétrica para cada unidade, situada do lado externo dos prédios;
- gás de botijão, adaptado dentro de cada unidade;
- coleta de lixo centralizada na rua principal (Rua A), único lugar a que têm acesso os caminhões coletores. Cada condômino carrega o lixo até a rua A.

Para fazer alguns desses serviços, o condomínio têm funcionários para limpeza dos *halls*, jardins, para manutenção geral, para segurança e funcionários administrativos. A manutenção de telhados e caixas d'água é terceirizada.

3.2 Domínio e legalidade do Conjunto

Tendo permanecido no domínio federal após a venda das unidades, o arruamento interno ao Conjunto foi objeto de:

- decretos de oficialização das ruas pela prefeitura, em 1972 (10.145/72);
- abertura de processo de regularização de loteamento (07.013.730/79);
- processo contra o condomínio devido ao fechamento das ruas movido pela prefeitura (053.01.001465-1);
- processo administrativo solicitando a desoficialização das ruas, em 2002 (0.241.346-9).

A municipalização das ruas por decreto municipal teve consequências, uma vez que, a partir desse ato, o Conjunto com propriedade estabelecida e projeto aprovado em gleba única, em conformidade com as normas municipais vigentes na época de sua aprovação em 1948, foi considerado *loteamento irregular*. Conforme argumento encontrado no processo 10.008.004-79, o que

motivou essa ação foi a propriedade do terreno em que foi construída a EMEI, ao lado do antigo clube. Ao se dar conta de que não detinha o terreno sob a EMEI, a prefeitura abriu tal processo para obtenção das áreas institucionais devidas nos casos de abertura de loteamento. Como jamais existiu um processo de abertura de loteamento, as áreas institucionais que caberiam à municipalidade não foram cedidas em tal ocasião, e o tempo decorrido fez prescrever o direito a elas.

O entendimento de que o Conjunto constitui um loteamento decorreu da nomeação das ruas por Decreto, que ocorreu à revelia da escritura, do domínio das ruas e da aprovação do Conjunto em gleba única, com processo deferido pela prefeitura em 1948. Apesar de a estrutura fundiária característica desse fragmento de cidade não se enquadrar nos modos usuais de abertura de loteamento, ela foi legítima e reconhecida pela prefeitura municipal em data passada. Contudo, as providências da municipalidade ao longo dos anos tomam a direção de enquadrar o Conjunto nos moldes da estrutura fundiária geral da cidade, sem observar as especificidades que o geraram e as qualidades ambientais e espaciais do modelo adotado para sua urbanização, que evitou a fragmentação da gleba e garantiu a unidade do Conjunto.

Confirmando o equívoco sobre a existência de loteamento, o cálculo e a atribuição, pela PMSP, das áreas de terreno para cada contribuinte, contraria o estabelecido em escritura. A cobrança de IPTU das unidades habitacionais estabelece uma área pequena de lote para cada prédio, como se houvesse parcelamento das quadras em lotes separados por bloco. Pelo estatuto condominial transcrito na escritura, as áreas livres do Conjunto inteiro são consideradas *indivisíveis*. Nas escrituras das unidades, a fração ideal de terreno leva em conta toda a área comum. Além de pautar-se num dado de propriedade inexistente, a fração de 1/6 da área de terreno atribuída pela prefeitura que consta no IPTU dos apartamentos resulta de um cálculo simplista, que adota uma determinada porção de terreno para cada prédio, e a divide entre os seis apartamentos de cada bloco. O modelo urbanístico proposto a partir daí abre precedente para o cercamento de frações de jardins e caminhos, o que aniquilaria o espaço livre e a circulação interna do Conjunto em sua essência.

Em 1996, a prefeitura entrou com processo contra o Conjunto pelo fechamento das antigas passagens particulares. Esse processo foi concluído em favor do Conjunto¹⁰, com relatório feito por perita que demonstrou, na ocasião, o caráter particular das vias¹¹.

Além do domínio das ruas internas, a posse dos demais espaços do Conjunto permanece inconclusa. O terreno em frente ao antigo clube, onde se encontram os tanques da estação de tratamento de esgoto original do Conjunto, esteve primeiramente em mãos de posseiro e depois entrou em disputa judicial entre o Conjunto e o INSS, sem solução conclusiva. O terreno permanece cercado e abandonado pela União, e abriga até hoje as estruturas remanescentes do sistema de esgoto do Conjunto e brinquedos infantis, o que vincula o terreno às unidades habitacionais.

Desde que se instituiu o condomínio, sua sede ocupa uma área ao lado do antigo clube, partilhando a área da quadra com a EMEI e o SUVIS.

¹⁰ Conforme sentença, a ação da prefeitura foi declarada improcedente, sob o argumento de que, no sistema brasileiro, “a propriedade é transferida por desapropriação, venda, troca, doação ou outro contrato, não existindo transferência de propriedade por simples averbação ou decreto dando-lhes nomes” (TRIBUNAL [...]).

¹¹ O Relatório é parte do processo N. 053.01.001465-1, folha 355 et seq.

Desconhecemos a situação do antigo edifício comercial, ocupado por Posto de Saúde, mas, pelo panorama apresentado, nota-se que ainda existem pendências relativas às antigas instalações pertencentes ao extinto Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários.

CONCLUSÃO

Pelo relato de processos referentes ao Conjunto Residencial Santa Cruz, que constitui um caso específico mas significativo de implementação de Conjunto feito pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão, é possível acompanhar e verificar as consequências do desmantelamento dos IAPs e seu impacto no que tange ao domínio e à gestão desses conjuntos.

Por situar-se em área considerada rural em 1948, desprovida de benfeitorias, e com a proposta de produzir casas para aluguel, o IAPB (proprietário original do Conjunto) tornou-se legítimo dono e gestor das unidades habitacionais, assim como das ruas internas, do sistema de água e esgoto, do clube e da cooperativa de comércio do Conjunto. A extinção do órgão e a venda das unidades aos proprietários tiveram diversas consequências: transmissão da manutenção do Conjunto e dos sistemas a ele acoplados – como luz e esgoto – para a responsabilidade do condomínio e dos moradores, tendo sido os sistemas sucateados e os fornecimentos assumidos pelas respectivas concessionárias; destacamento das áreas comuns, importantes para a vida do Conjunto – como o clube –, deixando o condomínio sem sede e áreas de apoio; diversas complicações legais referentes a questões de domínio e ocupação do espaço – como posse de terrenos e processos judiciais e administrativos –, permanecendo em impasse até os dias de hoje.

Além do descuido com que se fizeram as transmissões de propriedade, nota-se a falta de procedimentos que possibilitem a interpretação mais cuidadosa do destino do espaço do Conjunto, tendo em vista sua situação original, e a despreocupação do poder público para criar instrumentos compatíveis que permitam avaliar as consequências das decisões dos processos em andamento. Hoje, o espaço se mantém graças a uma ação informal de gestão e do convívio amistoso entre as instâncias que usam o espaço do Conjunto. Este permanece cercado em seu perímetro, mas tem os portões sempre abertos para várias ruas, o que se mostrou uma solução eficiente e conciliatória que ensejou um equilíbrio entre os usuários internos e externos. O condomínio faz manutenção de ruas e jardins, extensas áreas cujo acesso permanece irrestrito, e algumas concessionárias de infraestrutura prestam serviços dentro do Conjunto, adentrando as ruas. Os demais usos praticados no Conjunto se beneficiam do ambiente agradável, da escala e da segurança internas, garantindo uma movimentação saudável de pessoas externas ao Conjunto sem histórico de perturbação. Uma grande preocupação surge na medida em que ações imprudentes possam vir a descaracterizar a identidade do Conjunto, dada pela unidade de gestão do espaço livre e construído, pela articulação dos diversos sistemas de circulação internos ao Conjunto e também pela escala local, que se estabelece em contraponto às vias de alto tráfego que cercaram a gleba. A manutenção da qualidade ambiental do Conjunto a partir da integração das áreas livres e a manutenção da condição de habitabilidade, representada

principalmente pelo cercamento (e não interdição) da gleba são fundamentais para a preservação do lugar, testemunho de um momento histórico e de um modelo de habitação proposto para as cidades modernas brasileiras.

Finalmente, há que considerar o destino do IAPI da Mooca, projetado em 1946 entre a Rua dos Trilhos e a Rua Cassandoca, cujos blocos habitacionais estavam originalmente em meio ao verde e que contava com uma praça central. A partir da venda ou cessão possessória das unidades, estabeleceram-se condomínios separados ocorrendo a fragmentação do Conjunto em lotes, o que acabou com a unidade arquitetônica do Conjunto e promoveu o cercamento das áreas livres pertencentes a cada prédio. A necessidade de proteção colocou os carros para dentro das áreas verdes de cada condomínio, aniquilando grande parte dos jardins. A praça central permaneceu em propriedade do governo federal e é hoje um terreno cercado que carrega o risco de ser repassado ao mercado imobiliário e tornar-se um empreendimento vertical na área verde remanescente da praça principal do Conjunto. Em suma, no caso do IAPI da Mooca, após a fragmentação decorrente de um parcelamento “de fato”, a proposta original de urbanização está irremediavelmente perdida, com prejuízo da memória do Conjunto e de sua qualidade espacial e ambiental.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, C. *A arquitetura moderna brasileira e o projeto de habitação popular (1940-1950)*. 1997. 126 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- BONDUKI, N. *Os pioneiros da habitação social* São Paulo: Editora Unesp, Edições SESC SP, 2014.. Volume 1. Cem anos de política pública no Brasil.
- BONDUKI, N. *Pioneiros da habitação social no Brasil*. 2011. 3v. Tese (Livre-Docência em Análise Institucional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011a. v. 1.
- BONDUKI, N. *Pioneiros da habitação social no Brasil*. 2011. 3v. Tese (Livre-Docência em Análise Institucional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011b. v. 2.
- BONDUKI, N. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- BONDUKI, N.; KOURY, A. P. *Os pioneiros da habitação social*. São Paulo: Editora Unesp/Edições SESC-SP, 2014. v. 2: Inventário da produção pública no Brasil entre 1930 e 1964.
- BRUNA, P. *Os primeiros arquitetos modernos: habitação social no Brasil (1930-1950)*. São Paulo: Edusp, 2010.
- CONJUNTO DOS BANCÁRIOS. Uma obra sindical. *História Contemporânea*, 11 out. 2010. Disponível em <<http://historiacontemporanea-mlopomo.blogspot.com.br/2010/10/conjunto-dos-bancarios.html>>. Acesso em: 16 jul. 2015.
- FERRARI, C. *Projetos de habitação social como projetos de cidade moderna: os conjuntos habitacionais dos IAP na Grande São Paulo de 1930 a 1964*. 2013. 281 p. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.
- PMSP. *Código de Obras Arthur Saboya (Ato nº 663, de 1934)*. [s.l.]: [s.n.], 1934.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Consulta de Processos dos 1º Grau*. Disponível em: <<http://esaj.tjsp.jus.br/cpopg/show.do?processo.codigo=1HZX3CEM10000&processo.foro=53>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

Nota do Editor

Data de submissão: 11/08/2015

Aprovação: 03/03/2016

Revisão: Confraria de Textos

Maria Isabel Imbronito

Professora do Curso de Arquitetura da Universidade São Judas Tadeu.

CV: <http://lattes.cnpq.br/7921775212945854>

imbronito@gmail.com

Rafael Urano
Frajndlich

d

DOIS PROJETOS:
OS ANOS DE FORMAÇÃO DE
MANFREDO TAFURI

072

pós-

RESUMO

Diante de sua ampla contribuição como historiador, é fácil esquecer que Manfredo Tafuri (1935-1994) teve uma breve atividade como arquiteto no primeiro quinquênio dos anos 60. Durante o período, o então jovem intelectual conciliou teoria e prática, algo impensável posteriormente, até que uma sucessão de conflitos políticos o levou à renúncia, não só do projeto, mas de um primeiro arcabouço histórico. Longe de ter sido uma atividade auxiliar em seus estudos, a prática projetual foi para o jovem Tafuri uma frente política de transformação, câmara de decantação de seus estudos de história e filosofia, no qual testavam-se diversas hipóteses de suas premissas historiográficas ainda em constituição. Parte-se de suas primeiras publicações como estudante em Roma, em 1960, até o livro *Teorias e História da Arquitetura*, de 1968, em que o autor rompe definitivamente com a noção de arquiteto historiador. Objetiva-se com este artigo captar a transformação teórica pela qual passa a obra do autor nos anos 60, procurando revelar um movimento entre dois projetos políticos e duas interpretações dos usos da história na arquitetura, revisitando os desenhos e pesquisas iniciais da carreira de Tafuri, e como eles ecoaram em sua trajetória posterior.

PALAVRAS-CHAVE

Arquitetura moderna. História da arquitetura. Teoria da arquitetura. Tafuri, Manfredo, 1935-1994. Arquitetura italiana.

DOS PROYETOS:
LOS AÑOS DE FORMACIÓN DE
MANFREDO TAFURI

TWO PROJECTS:
THE FORMATIVE YEARS OF
MANFREDO TAFURI

RESUMEN

Ante su extensa contribución como historiador, es fácil olvidar que Manfredo Tafuri (1935-1994) tuvo una breve actividad como arquitecto, en el primer quinquenio de los años 60. Durante ese período, el entonces joven intelectual, haciendo algo que posteriormente vendría a ser impensable, concilió teoría y práctica, hasta que una sucesión de conflictos políticos lo llevó a la renuncia, no solo del proyecto, sino de una primera armazón histórica. Lejos de haber sido una actividad auxiliar en sus estudios, la práctica proyectual fue, para el joven Tafuri, un frente político de transformación, cámara de decantación de sus estudios de historia y filosofía, en la que se probaban distintas hipótesis de sus premisas historiográficas aún en constitución. Se parte de sus primeras publicaciones, como estudiante en Roma, en 1960, hasta el libro *Teorías e Historia de la Arquitectura*, de 1968, en lo que el autor rompe definitivamente con la noción de arquitecto historiador. Con este artículo se pretende captar la transformación teórica por la que pasa la obra del autor en los años 60, buscando revelar un movimiento entre dos proyectos políticos y dos interpretaciones de los usos de la historia en la arquitectura, en revisita a los diseños e investigaciones iniciales de la carrera de Tafuri, y cómo ellos resonaron en su trayectoria posterior.

PALABRAS CLAVE

Arquitectura moderna. Historia de la arquitectura. Teoría de la arquitectura. Tafuri, Manfredo 1935-1994. Arquitectura italiana.

ABSTRACT

Given his wide contributions as an historian, it seems easy to forget that Manfredo Tafuri (1935 - 1994) briefly worked as an architect in the first five years of the sixties. During this period Tafuri, then still a young intellectual, reconciled theory and practice, something that would later become unthinkable, until a series of political conflicts led him to renounce this project along with a whole historical framework. Far from being an auxiliary practice in his studies, the designing of projects was for the young Tafuri both a political front for transformation and a decantation chamber for his studies in history and philosophy, where many still-developing historiographical premises were put to test. We begin with his first publications as a student in Rome, 1960, and move toward *Theories and History of Architecture*, 1968, where the author breaks off from the idea of an architect-historian. This article intends to better understand the theoretical transformations that take place in Tafuri's works in the 1960s, trying to reveal a movement between two political poles and two interpretations regarding the uses of history in architecture, revisiting research and drawings from the young Tafuri and finding echoes of these in his later work.

KEYWORDS

Modern architecture. History of architecture. Theory of architecture. Tafuri, Manfredo, 1935-1994. Italian architecture.

Na década de 60, Tafuri se consolidou como intelectual. No princípio desse decênio o autor romano estava ainda na graduação, dentro dos debates políticos que cresciam nas universidades italianas, ao mesmo tempo em que já se articulava dentro do meio da arquitetura, tendo colaborado algumas vezes com revistas como *Casabella* e *L'Architettura*. No final do decênio, já estava bem estabelecido: professor ordinário em Veneza, colecionando admiradores e inimigos pelo livro *Teorias e História da Arquitetura* (1968), ao mesmo tempo que se inseria mais e mais no eixo veneziano de intelectuais de esquerda, culminando no texto “Por uma crítica da ideologia arquitetônica”, de 1969, que definiria os termos da sua trajetória como historiador.

A escolha por ser historiador de arquitetura poderia ser vista como um momento biográfico particular, de menor importância para os estudos sobre a obra de Tafuri. Entretanto, ela é importante, pois é em torno dela que surgem temas seminais que sempre acompanharão Tafuri, além do fato de que muitos dos arquitetos e movimentos persistentemente citados nos seus textos foram igualmente importantes para a sua produção profissional. Le Corbusier, Louis Kahn e Ludovico Quaroni, entre outros, aparecem como referenciais tanto nesta curta experiência como arquiteto quanto na longa estrada que viria a seguir como historiador. Ademais, o caráter das rupturas de Tafuri com a década de 60 aparece como uma provocação para que se compreenda melhor os termos da sua teoria feita na época em que ainda se debruçava sobre a prancheta. Livros renegados na sua maturidade, como *A Arquitetura do Maneirismo no Cinquecento Europeu* (1966) e *A Arquitetura Moderna no Japão* (1964), demonstram como os anos de prática aparecem como tabus na construção que o autor fez de si nos anos posteriores. “*Eu o deixei [o campo da arquitetura] para trás em 1962, uma longa história,*”¹ disse Tafuri em 1976, numa entrevista a Françoise Very.

Apesar da declaração, depois desse ano ainda foi possível ver o nome de Tafuri nos créditos do escritório fundado com seus colegas em Roma, o “Studio AUA”, assinando centros direcionais e outros programas. Ao final de sua vida, em 1993, o historiador criou uma nova versão para a sua tomada de decisão, ali datada em 1964:

*Em uma trágica noite eu estava desesperado, porque teria de decidir entre prática e história. Lembro-me de estar suando, perambulando, sentime doente, tive febre. De manhã, decidi, era isto! Desisti de todas as ferramentas da arquitetura e me determinei a dedicar-me inteiramente à história. Que tipo de história, não sabia, mas então sabia que deveria ser história.*²

Longa noite, que durou uma década. Nesse último depoimento, é interessante como o autor confessa o *esprit* do período, segundo o qual as suas decisões foram tomadas com mais ímpeto e menos clareza. Ao dizer que não sabia a história que faria, Tafuri remete ao cenário intelectual da época, no qual os debates todos corriam em torno de uma reformulação histórica da península, que recém formava a geração que havia passado a infância em suspenso durante a guerra e se via de súbito em meio a um milagre econômico. Tafuri era mais um nesse período, engajado em diversas iniciativas em andamento na sua cidade natal, Roma. Vieri Quilici, colega de Tafuri nesse período, falava sobre a euforia do período, no qual “existia um grande fermento.”³

¹ Entrevista de Manfredo Tafuri concedida a Françoise Very. “I mercatti della cultura”, In: *Casabella*, n. 619, 620, 1995, p. 38.

² Entrevista de Manfredo Tafuri concedida a Luisa Passerini, “History as Project: An Interview with Manfredo Tafuri”, In: *ANY: Being Manfredo Tafuri*, n. 25 e 26, 2000, pp. 30 e ss.

³ Entrevista de Vieri Quilici concedida a Federico Rosa. In: ROSA, Federico. *Progetto e critica dell'urbanistica moderna: I primi anni di attività di Manfredo Tafuri*. Veneza: IUAV, Tesi di laurea, 2003, p. 341.

É seguro dizer que Tafuri viveu esses tempos marcado por esse afã. Após os anos da reconstrução, entrega-se a um amplo leque de atividades, tendo praticado a escultura, a pintura e entrado em contato com as primeiras traduções de obras de estrangeiros, como Camus, Sartre, Heidegger, e mergulhado nas teses de seus conterrâneos, como Croce, Paci e outros filósofos. A arquitetura era, então, mais uma de suas pesquisas, com a qual ele entra em contato por meio do texto de Bruno Zevi, *História da Arquitetura Moderna*, que, juntamente com os escritos de arte de Giulio Carlo Argan, começaram a direcionar o autor para a disciplina⁴.

Como a arquitetura toma o centro de seu interesse e em que medida esta se desdobra em uma vertente histórica, não é tanto a pergunta que se pretende responder, na medida em que ela própria foi respondida pela atividade do autor como historiador nos anos seguintes à década de 60. O principal é: como os anos de formação de Tafuri, quando ele conciliava atividades de arquiteto, teórico, historiador e político, lançou temas que “assombraram” os seus anos de maturidade?

Em 1959, é publicado ao final da edição 45 da revista *L'Architettura* um manifesto de fundação da “Associação de estudantes e arquitetos de Roma”, assinado por uma série de alunos – inclusive Tafuri – da Faculdade de Arquitetura Valle Giulia da capital italiana. A intenção do documento era deixar clara a intenção de “reconectar-se, em termos históricos, às premissas morais, sociais e culturais que informam o Movimento Moderno”, descrito nas linhas anteriores como responsável por fazer evoluir a cultura arquitetônica “por mais de meio século”, “no esforço de aderir às exigências do homem moderno na sua sociedade.”⁵

Era generalizada a insatisfação dos jovens alunos da faculdade romana com os seus professores, tidos nos depoimentos de Tafuri e de seus colegas como ainda ligados a ideias fascistas. Um ano depois, a Associação formula um ataque direto ao professor que mais representava os quadros de inspiração fascista na faculdade: Saverio Muratori. Muratori fora parceiro de diversos nomes da arquitetura italiana do período, inclusive promovendo edifícios habitacionais modernistas para a iniciativa “INA Casa”. No seu curso de composição, entretanto, orientava seus alunos a desenharem igrejas com telhados, mercados com cornijas e óculos. As páginas de *L'Architettura* foram ilustradas com os trabalhos dos alunos, recolhidos e expostos na faculdade com a “curadoria” de Tafuri e Giorgio Piccinato. A publicação abriu espaço para os alunos, nos quais a apreensão generalizada girava em torno do anacronismo e falta de “aderência histórica” das propostas do professor.

As postulações modernistas eram, para esses jovens estudantes, o remédio necessário para que se colocasse a arquitetura nos debates da época e restaurasse um devir social à profissão: existia a crença firme de que a retomada da arquitetura moderna poderia unificar pautas pragmáticas e históricas contra a suposta estagnação projetual na península. Tafuri inseriu-se na arquitetura a partir desse contexto, como desdobramento de sua atividade no movimento estudantil, quando vários integrantes da Associação se juntaram para criar o “Studio AUA”⁶.

O escritório era mais do que um simples projeto de negócios, mas um aparelho político pelo qual se formularia a tal ação unitária. O coletivo se estabeleceu

⁴ “History as Project”, *Op. cit.*, p. 16.

⁵ “Associazione studenti e architetti”, In: *L'Architettura cronache e storia*, n. 45, 1959, p. 211.

⁶ Nesse sentido, Tafuri e seus colegas se colocavam também numa linha italiana que se contrapunha à imediata discussão entre continuidade histórica e vocabulário arquitetônico, como outros arquitetos da península, como Ernesto Nathan Rogers; Gabetti & d'Isola defendiam, na conhecida polêmica entre os britânicos e italianos acerca dos entremeios da história e arquitetura, Cf. SEGURA, Manuel López. “Neoliberty & Co. The Architectural Review against 1950s Italian historicism”, In: *Cuadernos de Proyectos Arquitectónicos* n. 4, 2013, pp. 136-139.

em um momento no qual os arquitetos italianos se encontravam menos contidos com a herança do racionalismo italiano e tinham de enfrentar novos problemas, como o rápido crescimento urbano do pós-Guerra.

Existia uma vontade de trazer ao contexto italiano experiências internacionais de grande porte, como as áreas comerciais no centro de Filadélfia, feito por Louis Kahn, as megaestruturas de Tóquio, de Kenzo Tange e, no limite, as fantasias tecnológicas dos britânicos do *Archigram*. A ampliação da escala de intervenção, o amparo em uma tecnologia de ponta, as chamadas megaestruturas, eram os pontos comuns que, segundo Tafuri em 1966, inauguraram uma “nova internacional da utopia.”⁷

*“A utopia toma pé nas situações de crise ou de transição linguística, como esforço teso para uma busca claramente direcionada a queimar etapas no difícil caminho de se criar uma nova linguagem.”*⁸ Desta maneira, desprender-se-iam do compromisso com o presente. Analisa a contribuição dessas intervenções como discursos, colaboradores na formulação de novas diretrizes para o planejamento das grandes cidades.

Conforme Tafuri, esses desenhos urbanísticos amparam-se nos conceitos de flexibilidade e mobilidade: não são soluções fechadas para comportar de modo estrito os habitantes da cidade. Consideram um crescimento que ultrapassará a demanda por eles prevista inicialmente. Nos projetos de Tange, existem esquemas de crescimento linear de seus módulos em períodos “quinquenais”. As estruturas primárias onde se conectariam unidades habitacionais na *Plug-in City* do *Archigram* são maneiras de, pela edificação, viabilizar uma direta previsão de contenção racional e eficiente das populações nessas novas cidades.

Ao binômio centro e periferia, sucede-se uma relação na qual uma escala maior estaria envolvida: considerar-se-iam as cidades próximas, a geografia de toda a região onde se localiza. As vias de alta velocidade, bairros, centro histórico, montanhas e rios: todos teriam seus usos recriados diante da absorção do crescimento das cidades pelas novas estruturas, a ponto de Carlo Aymonino separar o passado próximo do resto da história das cidades italianas:

*Não ignorar a experiência que foi se acumulando durante quase dois séculos na cidade capitalista significaria talvez isto: aceitar a ruptura da forma urbana como forma fisicamente reconhecível enquanto realizada dentro de um desenho constante e unitário (o perímetro das muralhas, o enorme volume do Duomo, a torre da prefeitura etc.) para elaborar uma identificação da forma urbana de tipo distinto, enquanto organizada em torno de uma distinta hierarquia das destinações de uso das cidades e do território.*⁹

O “Studio AUA” entrou nessas questões articulando propostas de “centros direcionais” com o vocabulário de inspiração modernista típico das experiências de Tange, Kahn e Le Corbusier. O escritório obteve certo sucesso vencendo logo nos primeiros anos de fundação o concurso para o centro cultural, comercial e recreativo de Fano e menção honrosa para o centro direcional de Turim (fig. 01).

Tafuri, em meio a essa equipe, tinha o papel de teórico, como depôs Quilici, dizendo que *“a sua contribuição era mais geral, de controle crítico do processo de decisões”*¹⁰. Giorgio Piccinato, outro integrante do Estúdio, fala também acerca desse caráter, de que *“os projetistas [do Estúdio] eram outros, ele, por sua vez, teorizava o que se fazia.”*¹¹ Piccinato deixa clara a peculiar posição de

⁷ TAFURI, Manfredo. “La nuova dimensione urbana e la funzione dell’utopia”, In: *L’Architettura cronache e storia*, vol. 124, 1966, p. 680.

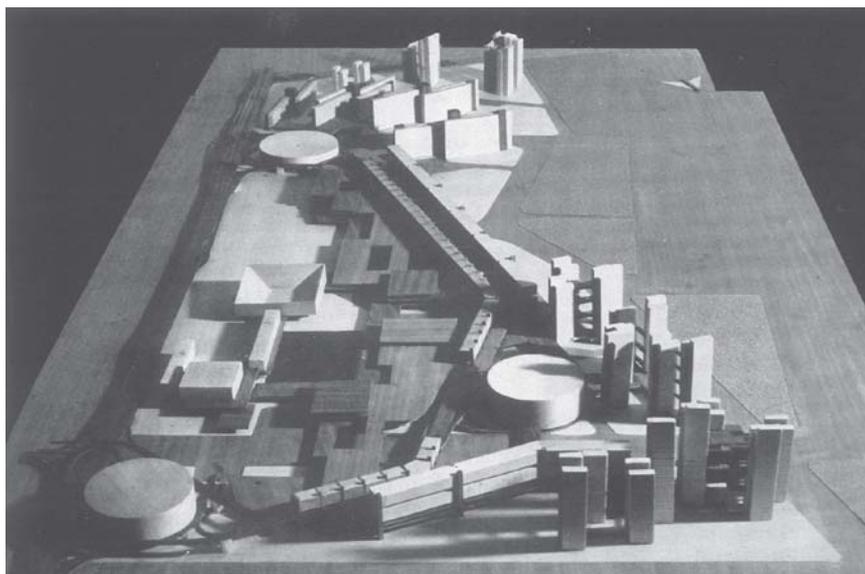
⁸ *Idem*, p. 680.

⁹ AYMONINO, Carlo. *Origini e sviluppo della città moderna*. Tradução para o espanhol: *Orígenes y desarrollo de la ciudad moderna*. Barcelona: Gustavo Gili, 1972. p. 89.

¹⁰ Entrevista com Vieri Quilici. *Op. cit.*, p. 347.

¹¹ Depoimento de Giorgio Piccinato feito ao autor em 16 de novembro de 2010.

Figura 01: Studio AUA, Centro Direcional de Turim, 1963. In. *Casabella*, n. 279, 1963.



¹² *Idem.*

¹³ TAFURI, Manfredo. "La nuova dimensione urbana e la funzione dell'utopia", *Op. Cit.* p. 682. Grifos de Tafuri.

Tafuri no Estúdio, como uma figura cuja presença no coletivo era tensionada com sua carreira particular. *"Manfredo tomou rapidamente um caminho individual. Nós escrevíamos como se fôssemos um coletivo, ele começou rapidamente a personalizar a sua escrita."*¹²

Mesmo quando participa de grandes publicações acerca das cidades territórios, Tafuri cria linhas de argumentação particulares, que são menos ligadas aos textos de arquitetos do período. O autor romano buscará na história das vanguardas o amparo para a prática do Estúdio e dos arquitetos de sua geração de aprofundar a ruptura como meio de conciliação. Pondera as afinidades desses com os projetos urbanísticos de Bruno Taut, suas cidades-jardins articuladas em redes de comunicação: "modelos espaciais" que seriam expansíveis pela cidade. Considera também as *New Towns* inglesas e outros procedimentos que partem da fundação de pequenas cidades em torno das capitais.

Ponto negativo comum entre elas, conforme Tafuri, é o abandono do *"procedimento da fenomenologia urbana"*, em que a pátina do tempo moldaria a forma das cidades em todas as suas escalas. Nessas intervenções existe antes uma intenção de articulação apriorística do que de interferência direta no tecido existente. Assim, como uma justaposição de intervenções, verifica-se na sua essência uma cisão entre o presente e o passado já constituído.

*O exorcismo total da mobilidade urbana e a sua previsão através de estruturas direcionais que polemizam, com seu declarado arcaísmo, nos confrontos de seu próprio inserir-se como ilhas, como objetos estranhos, na dinâmica da cidade (onde, se quiser, a referência aos modos compositivos típicos da pop art podem ser reencontrados).*¹³

Tal justaposição cria, ao longo do tempo, uma competição de lógicas urbanas: o crescimento das megaestruturas, com suas retículas geométricas, se impoariam aos ditos fenômenos urbanos já constituídos. Principalmente, Tafuri refere-se aos centros e bairros históricos, a transformação de seus usos com as mudanças de épocas etc. Tanto a cidade histórica quanto os novos projetos

consideram o desenvolvimento no tempo: a ruptura entre passado e presente é explicitada.

Embora estivesse inserido nos esforços do escritório nessa direção, a opinião de Tafuri sobre o assunto era mais contraditória. A noção de ruptura com o passado como fenômeno urbano diluente da forma das antigas cidades o leva a escrever sobre a fragilização de centros históricos dentro dessa dicotomia, clamando a urgência de se dar um novo significado para o tecido histórico – separando a história recente da mais antiga.

No outro lado da equação, considerava as megaestruturas como produtoras de uma “*cidade de tendência imagética*”, cujos módulos e componentes industriais criam objetos fechados na paisagem, sugerem e planejam a sua reprodução que perdem força ao se desconectar do tempo dos fenômenos urbanos. Constituindo-se como processo alheio, a forma urbana não pode ser determinada pela arquitetura de megaestruturas. “*Não é, portanto, um acaso que os projetos que estamos tratando assumam assim mesmo o aspecto de um paradoxo de sabor niilista; na realidade, com sua aparente ênfase figurativa eles destroem os conceitos de forma urbana, arquitetura, mobilidade e disponibilidade de organização territorial.*”¹⁴

Tais considerações aparecem na ata de um congresso acerca das cidades território feito em 1964, quando Tafuri está perto de tomar sua decisão final de abandonar o projeto. “*Diante das tarefas que o empenho construtivo do arquiteto enfrenta somente com o ato de esperança advindo de sua vontade de projetar, a ambiguidade mesma, para ser aceitável, deve traduzir-se em valor comunicativo, em estrutura semântica, indicação figurativa em si fechada.*”¹⁵

Essa postura é colocada como intermediária a uma recuperação do poder de intervenção no presente, como a conclusão de seu texto determina:

*Entre uma realidade todavia que não parece permitir ilusões ou esperanças não acompanhadas da dramática vontade de resistência e evasão do tormentoso sonho cheio de símbolos, próprio das utopias presentes, a arquitetura moderna poderá de novo encontrar o seu percurso positivo com um impiedoso ato crítico que se reconduza à matriz primeira do ato mesmo de projeto: que é, desde sempre, construção da realidade feita pelos homens do presente, como contribuição à secular busca do senso da história.*¹⁶

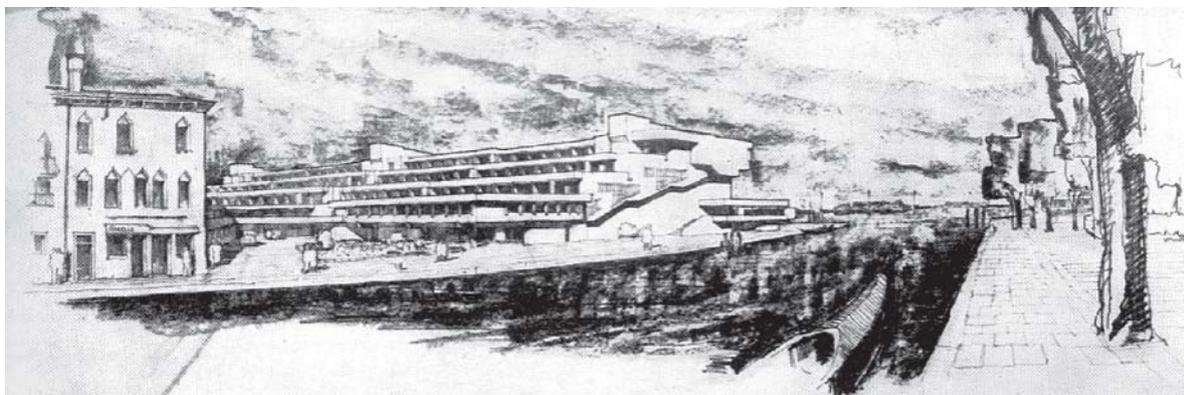


Figura 02: Studio AUA, Projeto para Hospital em Veneza, 1964. In. *Casabella*, n. 289, 1964.

As utopias anti-históricas ofereciam a resistência necessária para a recuperação do percurso positivo da arquitetura moderna. Mesmo como retórica, Tafuri vê um modo de enfrentamento das cidades capaz de alcançar novos conteúdos, atualizar o ímpeto moderno de estabelecer novas categorias para novos problemas na cidade. A leitura de Tafuri dos projetos de Tange e Kahn os coloca como retomada dos dilemas históricos enfrentados pelos arquitetos do princípio do século XX. Remontando à história das artes de vanguarda, Tafuri procura contribuir para o debate acerca das cidades grandes na década de 60, vendo ali uma continuação do problema histórico do lugar da arquitetura utópica no urbanismo.

Tais ponderações pessoais tiveram um efeito no jovem Tafuri, na ocasião do concurso para o Hospital Civil em Veneza, em 1963 (fig. 02). Duas grandes estruturas escalonadas são posicionadas no perímetro da gleba, resultando em um espaço central com programas de dois a três andares que desenham uma grande esplanada de chegada, como um *Campo* veneziano, sucedendo-se a ele pequenos pátios internos às alas.

Nesse projeto, extenso e complexo na articulação dos programas, o corte transversal revela o dinamismo dos sistemas, com escadarias acompanhando a defasagem das varandas para se chegar às diferentes alas com rapidez. Os croquis mostram como a construção em cinco andares – que fere o “gabarito” dos *palazzi* venezianos – é suavizada no encontro com as vielas da cidade pela solução das varandas.

É possível que o projeto em Veneza tenha precipitado o ceticismo de Tafuri acerca da força histórica das megaestruturas. A cidade dos canais é praticamente íntegra na sua forma urbana, e o hospital do “Studio AUA” teria certamente um impacto que poderia literalmente se converter em “tendência imagética”, colocando os parâmetros de intervenção em crise, reforçados pelo contraste insolúvel que o projeto dessa dimensão chega na capital do Vêneto.

Tafuri nunca se manifestou sobre esse projeto. Segundo Giorgio Piccinato, seu sócio estava, como de costume, afastado das idiossincrasias projetuais, tendo colaborado na produção de desenhos nos dias que antecediam a entrega¹⁷.

Em *Teorias e História da Arquitetura*, no entanto, algumas páginas são preenchidas com a análise do projeto feito por Le Corbusier para o mesmo hospital, dois anos depois, em 1965. O arquiteto suíço ultrapassa os limites da gleba, fazendo um edifício espalhado pelo tecido urbano, criando pátios internos, emulando com um vocabulário moderno as tipologias típicas da cidade de Veneza. As estruturas modulares pousam sobre pilotis pelos canais ou se assentam em plataformas flutuantes, pontes ligam alguns complexos e o espalhamento dos setores mescla o prédio no tecido.

*O diálogo entre as duas estruturas [o hospital e a cidade] é encarado ao nível dos respectivos organismos, acentuando, no novo hospital, a continuidade e a serialidade dos vários núcleos. Portanto, o ambiente específico é sujeito a uma reorganização imposta pela articulada máquina hospitalar. Por sua vez, a estrutura urbana assume um novo carácter de acabamento devido à clarificação crítica que a obra de Le Corbusier consegue, requalificando uma franja ainda inacabada.*¹⁸

Os “novos significados” aparecem na pequena escala, no desenho dessa parte da cidade aos modos de uma *Fondamenta* moderna. O caráter dessa relação

¹⁷ Depoimento de Giorgio Piccinato.

¹⁸ TAFURI, Manfredo. *Teorie e storia dell'architettura*, Tradução para o português *Teorias e História da Arquitetura*. Lisboa/ São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1979. p. 103 e ss. Grifo do autor.

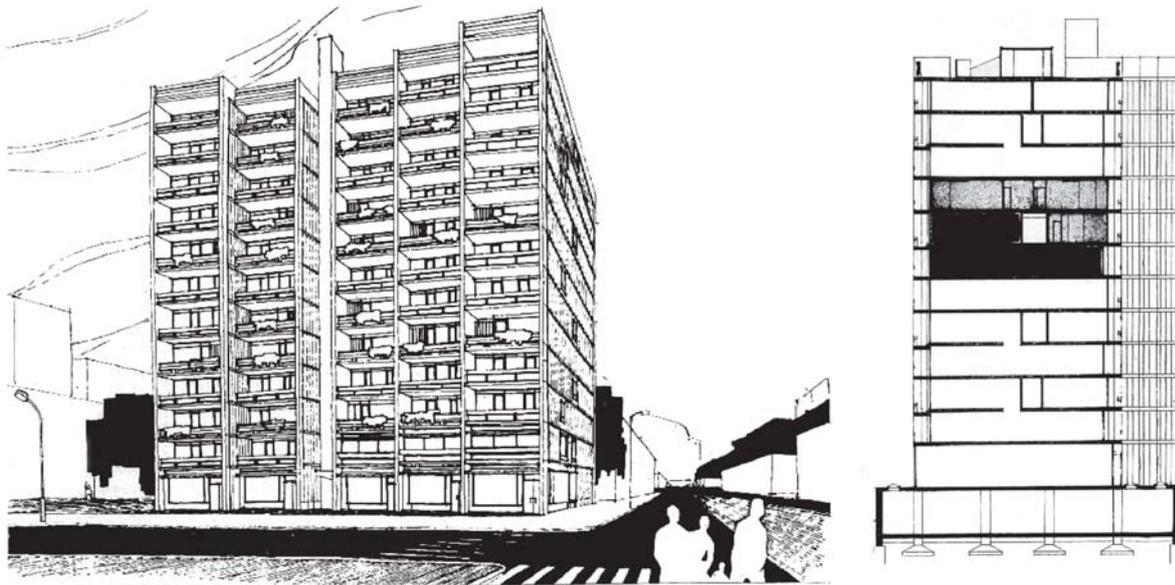


Figura 03: Studio AUA, Edifício habitacional em Latina, 1964. In. *Casabella*, n. 289, 1964.

¹⁹ O crédito de coordenador do projeto não aparece separado do corpo da equipe nas fichas técnicas de projetos do “Studio AUA” publicadas na *Casabella*. Ampara-se nos depoimentos de Vieri Quilici: “Lembro-me que Tafuri realizou um projeto sozinho, ou melhor, não, ao menos dois pois um era um Plano Regulador [...]. Um deles é um edifício em Latina, foi publicado e existe ainda”, “Entrevista com Vieri Quilici”, *Op. cit.*, p. 347; e no testemunho de Giorgio Piccinato, “um dos primeiros projetos que assinamos [Piccinato e Tafuri] foi uma espécie de *Unité d’habitation* [...] em Latina...”. Depoimento de Giorgio Piccinato.

entre tempos, de acordo com a leitura de Tafuri, ampara-se na questão tecnológica pela modulação industrial requerida para a construção das alas do hospital. Entretanto, diferentemente das megaestruturas, o seu contraste com o tecido histórico tem uma presença maior na materialidade das peças industriais do que no contraste de escalas.

Estas considerações mostram a preocupação do jovem historiador com uma escala menor, mais detalhada de estudos do que aquela dos grandes centros direcionais que de fato interessavam e davam coesão coletiva ao “Studio AUA”. Coerentemente, a atividade de Tafuri como arquiteto teve apenas um capítulo no qual ele esteve à frente de um projeto completo construído, no papel de coordenador-geral, em uma iniciativa de escala menor: um prédio habitacional em Latina¹⁹ (fig. 03).

O prédio possui 11 pavimentos, cujas unidades são distribuídas em tipologias *dúplex*. A tipologia e o vocabulário construtivo à maneira de caixotes empilhados (embora sem *pilotis*), com caixilhos recuados e empenas cegas, possuem grande semelhança com a *Unité d’habitation* desenhada por Le Corbusier ao final dos anos 40, que teve o primeiro protótipo inaugurado em 1952 em Marselha. O projeto de Tafuri não tinha circunstâncias tão livres como as do arquiteto suíço, como ausência de lote ou regulações legislativas. Inserindo-se em um terreno de esquina, Tafuri preferiu defasar as unidades em planta, criando a impressão de uma sucessão de edifícios, em vez de criar um plano contínuo.

Ao publicar esse projeto na *Casabella*, Tafuri participou de um debate com a “nova geração” de arquitetos romanos da qual fazia parte pelo “Studio AUA”. Na sua fala, procura dar um tom de “retomada crítica” do movimento moderno, concentrando seu argumento sobre dois pontos específicos: o primeiro era relativizando a possibilidade de uma arquitetura total que unificasse os métodos de escalas distintas, como *design* e urbanismo, em um *modus* igual de operação, o que, segundo ele, deveria ser revisto, diante de

tantos novos desafios após as vanguardas. O segundo é uma consideração acerca das vinculações políticas dos mestres do movimento moderno, sobretudo, Gropius e Le Corbusier. Segundo o autor romano, “o engajamento político [de Gropius e Le Corbusier] era de certo modo supérfluo, dado que o seu empenho artístico reassumia a batalha ideológica”²⁰.

A atividade do arquiteto precisaria, segundo o jovem Tafuri, ser feita dentro dos termos de um posicionamento. A sua fala transpira contradições, quando completa dizendo-se muito crítico daqueles que insistem em se lançar para além dos limites da prática:

*A transgressão dos arquitetos aos âmbitos que não lhe competem assume atualmente um significado diferente daquele que lhe era próprio dos anos 50: ali se tratava de empurrar para a unidade da cultura, para a introdução do conceito de planificação; hoje se trata de uma perigosa ilusão que confirma, quando não coincide, com a tecnocracia e superficialidade.*²¹

Pode-se ler essa passagem como um eco passado de *Teorias e História da Arquitetura*, mas o interesse é vê-la publicada ao lado dos desenhos do autor que, deliberadamente, citavam a *Unité d'habitation*, um projeto de proposição unificante de escalas e ampliação da escala da arquitetura. Tais divisões se aprofundam caso se tenham em conta as opiniões que Tafuri professava na faculdade sobre a *Unité*. Como assistente do curso de composição de Ludovico Quaroni, o autor romano ministrava uma grande aula sobre o autor suíço, no encerramento do semestre, dizendo que “a obra lecorbusiana, de fato, no inteiro arco percorrido por ela, parece superar continuamente as contradições e impasses que verificamos nas lições precedentes...”²²

Entretanto, a *Unité* não era vista como progressista neste “grande arco”. Antes, o edifício habitacional, “como definição total e absoluta da cidade, é um passo atrás acerca das experiências pré-Guerra, talvez graças a um ato de realismo contingencial.”²³

Tafuri descredenciava a *Unité*, sobretudo pela sua posição de “modelo”. Preferia as monumentalidades livres que o suíço desenhou em Chandigarh e Ronchamp – como endossaria ao longo de sua trajetória, nos próximos anos. Se pensava assim, por que preferiu o uso de uma linguagem prototípica de peças industriais e módulos encaixados, típicos da pesquisa tecnológica que Le Corbusier empreendia em seus estudos para sua cidade desenhada pelas *Unités*, ao projetar seu edifício habitacional em Latina?

Essa querela interna é resultado do conflito entre múltiplas filiações intelectuais que interessavam ao jovem Tafuri. Diante da complexidade de relação entre obra projetada e escrita no período, não basta resumir tais dilemas a uma preferência que sempre esteve ali pela história, como o próprio autor gostaria de atestar no seu último depoimento: “*Afinal, eles [arquitetos do “Studio AUA”] queriam se tornar arquitetos para mudar honestamente a sociedade. Por outro lado, eu não estava interessado na prática de arquitetura porque ela não estava no centro de meus interesses*”²⁴.

Se tivermos em conta os capítulos seguintes na carreira de Tafuri, a afirmação parece válida, mas como endossá-la diante das participações, manifestos e engajamentos diretos nas questões de cidade e projetos que marcavam a sua

²⁰ TAFURI, Manfredo et al.
“Progetti di architetti romani”,
In. *Casabella*, n. 289, 1964,
p. 10.

²¹ *Idem*, p. 10.

²² TAFURI, Manfredo.
*L'architettura moderna alla luce
dei problemi attuali*, Facoltà di
Architettura dell'Università di
Palermo, Corso di composizione
architettonica II: Palermo,
1966-67. Curso primeiramente
ministrado em Roma, em 1964.
p. 39.

²³ *Idem*, p.39.

²⁴ “History as Project”, *Op. cit.*
p. 29.

carreira? As esquerdas italianas do período, de modo geral, tinham como base comum a vontade de se organizar em torno das possibilidades efetivas de transformação radical dentro de uma Europa renovada em sua relação com o capitalismo após a Segunda Guerra Mundial. Existia uma insatisfação geral com os termos soviéticos de expansão do capitalismo, ao mesmo tempo que já estava clara a fragilidade da relação teleológica que Marx via entre o avanço do capital, a fortificação do proletariado e a revolução.

Tafuri conhecia os grandes dilemas políticos da Itália e da Europa, ao mesmo tempo que ladeava seu interesse com as discussões estéticas promovidas pela teoria de arquitetura, nutrindo-se desde a juventude de uma inteligência que pesquisava os embates entre arte e política. Lia diversos autores, mas, de modo geral, sua tendência no período parecia favorecer a corrente mais interessada em uma revisão estética amparada em categorias marxistas, cuja figura de grande destaque no meio romano era Galvano della Volpe, filósofo e professor da Universidade de Messina.²⁵

Para Tafuri, Della Volpe resguardava a autonomia da arte diante dos processos produtivos, com uma clara vantagem: *“Desvinculava o pensamento marxista sobre arte das margens do sociologismo ‘vulgar’, reinserindo-o no debate avançado dos estudos internacionais sobre o problema da semântica”*²⁶.

Segundo o autor italiano, Della Volpe conseguia de certa forma conciliar a história – e a história da arte – ao engajamento político, dando subsídio para uma *prática* artística sem recair em romantismos. Della Volpe lutava pelo caráter finito da arte, ligado ao presente, mas reconhecia a força das sensações, dos significados que a arte teria ao longo do tempo. O comentarista brasileiro Wilcon Pereira defende que:

*Della Volpe faz evoluir seu projeto de dotar o marxismo de uma ‘estética dos meios expressivos’. A ideia central reside na verificação de que a obra é conhecimento, porém de gênero muito específico e peculiar, pois coloca em ação efetiva inúmeros procedimentos técnicos, formais e materiais. [...] Um poema, um filme, um balé ou um desenho são modalidades do conhecimento, mas de um conhecimento realizado através de signos próprios, e, portanto, irredutível e insubstituível.*²⁷

Esse traço da obra de Della Volpe justifica muito do conteúdo presente as análises das vanguardas feitas em *Teorias e História da Arquitetura* até sua obsessão filológica em pesquisas como “Via Giulia” e “Busca do Renascimento”. Entretanto, nos anos 60, é possível inferir que os realismos “expressivos” de Della Volpe apareciam para o jovem Tafuri como um endosso à sua prática de arquiteto, amparando-se na força que o presente teria ao se nutrir do passado como motor, conforme escreveu: *“Deveria ser esclarecido o sentido da contemporaneidade materialista, ou seja, prática da história como um produzir história futura mediante a realização de instâncias de um presente que assoma e desenvolve em si a história passada”*.²⁸ Esse amálgama de tempos que se jogam no presente se amparam no passado, não por apriorismos, mas por “critérios-modelo ou tipos”, o que seriam abstrações históricas que seriam cotejadas com o presente para que se pudesse de fato alcançar nele possibilidades de uma “história futura”²⁹.

“No debate no qual apresenta seu projeto de Latina, Tafuri termina seu discurso dizendo poder afirmar que *“uma das tarefas principais do arquiteto hoje é a*

²⁵ Em depoimento, Francesco Dal Co depôs que na *“formação* [de Tafuri, foi importante] *um historiador com forte interesse pelos termos de uma linguística, com atenção particular a um filósofo marxista muito conhecido na Itália chamado Galvano della Volpe”*. Depoimento de Francesco Dal Co. Cf. COHEN, Jean-Louis. “La coupure entre architectes et intellectuels, ou les enseignements de l’italophilie”. In: *In Extenso*, v.1, 1984, p. 187. A fala do colega veneziano de Tafuri apenas corrobora factualmente o que já se pode intuir pelos artigos da juventude do autor, mas, sobretudo, em *Teorias e História*, quando admite que *“no âmbito do pensamento marxista italiano, Galvano della Volpe teve um discreto sucesso, reconhecendo às estruturas figurativas uma lógica específica”*. TAFURI, Manfredo. *Teorie e storia dell’architettura*. Op. cit. p. 236.

²⁶ TAFURI, Manfredo. *Teorie e storia dell’architettura*, Op. Cit., p. 236.

²⁷ PEREIRA, Wilcon J. “Introdução”. In: *Della Volpe*, São Paulo: Ática, 1979, p. 35.

²⁸ DELLA VOLPE, Galvano. “Sulla dialettica”. In: *Logica come scienza storica*. Roma: Editori Riuniti, 1969, p. 281. Grifo de Della Volpe.

²⁹ *Idem*, p. 281.

*busca de estruturas expressivas capazes de recolocar, em um nível diferente daquele experimentado pela poética construtivista, o problema da relação entre ideologia e configuração, acenando que não é mais admissível, seja a simples identificação de um termo com o outro, seja a sua absoluta separação.”*³⁰

A busca de “estruturas” insere-se naqueles “critérios-modelo” de Della Volpe, tanto quanto sua pesquisa histórica via-se embebida dessa vontade de legitimação. A pesquisa tipológica de Le Corbusier feita no edifício de Latina buscava dar um “nível diferente”, utilizando-se de termos do jovem Tafuri, ao racionalismo do arquiteto suíço. É possível que Tafuri tivesse a intenção de ligar a escala da megaestrutura feita em projetos como Turim e Fano – e Veneza – com a escala das intervenções menores, utilizando-se assim do mais legível vocabulário de Corbusier: um edifício habitacional que fazia de modo expressivo a articulação de distintas escalas. O fato de dentro das pesquisas monumentais do suíço a *Unité* se apresentar como um “passo para trás”, importava menos na conjuntura da cidade de Latina do que o jogo plástico. A filologia e as pesquisas sobre cidades e histórias aparecem no projeto de modo não literal. As referências utilizadas na sua prática eram opositoras a outras que eram favoritas no quadro geral de sua teoria.

³⁰ TAFURI, Manfredo. “Progetti di architetti romani”, *Op. cit.* p. 11.

³¹ TAFURI, Manfredo. *La storia dell'architettura moderna alla luce dei problemi attuali*, *Op. cit.* p. 2.

³² TAFURI, Manfredo. *Ludovico Quaroni e lo sviluppo dell'architettura moderna in Italia*. Milão: Comunità, 1964, pp. 9 e ss.

Na introdução de seu curso de 1964 – sobre a história da arquitetura moderna à luz dos problemas atuais –, o discurso orbita em torno do reconhecimento do poder histórico da atuação em projeto. “... *É o caráter obrigatoriamente construtivo da arquitetura que a conduz a oferecer horizontes de superação da crise...*”³¹

Essa visão advém, sobretudo, do cenário italiano, para quem o legado das vanguardas teve sempre de se bater com a vasta tradição arquitetônica italiana, ainda tendo de lidar com um espólio da difícil relação entre racionalismo e correntes de direita. Escrevendo sobre seu professor – e chefe por alguns anos – Ludovico Quaroni, Tafuri tece uma introdução eloquente, na qual procura colocar o protagonista como uma figura central nos debates do seu período. Ali, diagnostica o problema da arquitetura na história:

*A recuperação da história andava cumprindo dentro das complexas problemáticas da realidade italiana, com a intenção, não aquela de técnico indiferente que aceita toda situação ou programa, que se coloca como solucionador e racionalizador dos problemas postos pela sociedade, [...] mas dando à palavra 'realidade' um significado histórico, de situação instável na qual a escolha é inevitável, ainda que, frequentemente, dramática.*³²

Essa significação do presente tinha de ser sofisticadamente apoiada no passado e, por passado, também considerava o legado das vanguardas. Esse nexo de questões inspirava o jovem arquiteto que, buscando sempre lastrear a sua angústia com o projeto e com sua geração de colegas, voltava-se para a teoria. Teoria no senso mais amplo que o campo da arquitetura: a sua apreensão do termo “história da arquitetura” aparece primeiro dentro de um projeto de atuação que considera ainda o projeto e suas possibilidades. A busca por intelectuais, filósofos, historiadores de arte que marcam os anos de formação de Tafuri serão retomados nos anos posteriores, mas, ali, na primeira metade dos anos 60, serviam-lhe mais para dar diretrizes de como intervir no presente, na contingência, e isso passava pela atividade de projeto.

Na sua atuação como historiador, Tafuri então mantinha um estudo autônomo das referências. Seus artigos sobre o humanismo, durante esses primeiros anos, foram, sobretudo, de caráter acadêmico, para os *Quaderni dell'Istituto di Storia dell'Architettura*. Ali, pesquisam-se os temas que interessariam o historiador, como o barroco italiano, a cidade de Roma. Pode-se ter a impressão de que Tafuri tivesse, naquele período, um interesse pessoal por épocas mais longínquas que o das vanguardas. Entretanto, as suas escolhas de estudo entravam em sua intenção de trazer ao presente a força do passado.

No livro publicado em 1966, *A Arquitetura do Maneirismo no Cinquecento Europeu*, aparece uma explicação mais clara acerca de seu entendimento da relação entre passado e presente. O maneirismo, estudado pelo autor, justifica-se como uma “*tentativa de colher valores específicos, além das poéticas e estilísticas particulares*”.

Tido como um momento de crise, o angustiante período que sucede o Renascimento é escolhido como recorte por Tafuri por um interesse estratégico, algo que o autor chama de “atualidade histórica”, justificada pela vontade de se fazer “*um colóquio com a história, afinal, baseado sobre estruturas linguisticamente abertas e semanticamente polivalentes, no limite em que tais termos possam referir-se à cultura quinhentista*”³³.

Essa compactação de períodos históricos distintos já prenuncia outras que faria Tafuri anos depois, mas ainda guarda um pragmatismo que posteriormente será incomum. Se em *Teorias e História* os dilemas de Brunelleschi e de Alberti serão retomados em pleno estudo da arquitetura contemporânea, foram menos com a intenção de colocá-los como situação análoga do que como ecos de um mesmo dilema. O maneirismo e a arquitetura moderna não se ligam, na metade dos anos 60, do mesmo modo que o humanismo e o contemporâneo. Existiu uma modificação no meio como a história encontra a arquitetura, e um dos passos dessa transformação de Tafuri passa pelo corte definitivo do projeto como uma alternativa.

Essa crise de Tafuri tem um capítulo definitivo quando Della Volpe decide responder a um artigo seu escrito em 1961 para a revista *Argomenti di Architettura*, em que defendia que “*tendendo a definir a condição humana do arquiteto na trama das relações com a dimensão social na qual é direcionado o seu fazer, deverá, portanto, partindo do presente, transformar ao passado para depois mover-se do passado de novo, partindo do presente, sempre do presente, para o futuro*”³⁴.

Apesar de a passagem ter concomitâncias com Della Volpe, o filósofo resolveu escrever uma resposta, intitulada “A questão central da arquitetura hodierna”, na qual contesta esse trecho contestando poéticas fundadas no passado, que acabam contaminando o seu engajamento político com grande dose de romantismo e nostalgia. “*Parece lícito*”, escreveu Della Volpe, “*trazer um aviso verdadeiramente atual aos teóricos de arte (em geral) e aos arquitetos: o aviso de não perder também nós o contato com a realidade do nosso tempo, econômica, social, cultural e, portanto, evitar refugiar-se em uma realidade refletida em formas de uma cultura passada, usada, datada...*”³⁵ O parágrafo termina como uma advertência: “*Senão, permaneceremos ainda prisioneiros em estética daquele esteticismo, ou superestima da imagem (e, portanto, do ornamento da arquitetura) e escaparemos do conceito (e, portanto, do útil e*

³³ TAFURI, Manfredo. *L'architettura del Manierismo nel '500 europeo*. Roma: Officina, 1966, p. 7.

³⁴ TAFURI, Manfredo. “L'informale e il 'design' contemporaneo”. In: *Argomenti di architettura*, citado por DELLA VOLPE, Galvano, “La questione cruciale dell'Architettura odierna”. In: *Critica del gusto*, Milão: Feltrinelli, 1966, p. 161.

³⁵ DELLA VOLPE, Galvano. “La questione cruciale dell'Architettura odierna”. *Op. Cit.* p. 162.

humanamente funcional), que foi já felizmente combatido pelo moderno movimento revolucionário na arquitetura”.³⁶

Della Volpe tinha no presente o grande foco de atuação, no qual os “critérios-modelo” e as buscas históricas pelo passado eram empecilhos para que não se fizesse filosofia “negligenciando o problema das raízes do presente, arriscando perder-se em um presente abstrato, irreal e, afinal, impotente.”³⁷

A resposta de Tafuri veio em *Teorias e história da arquitetura*. Iniciando por um balanço crítico do filósofo, Tafuri admite que o mérito de Della Volpe reside na ligação da crítica semântica com a da arte e arquitetura. A abertura de significados e o caráter orgânico da arte eram, no entanto, relativizadas pelo jovem autor, quando se encontrava diante de “fenômenos artísticos não orgânicos, desarticulados, ‘abertos’, como o Dada, o informe, a pop art ou a arquitetura na escala urbana”.³⁸

A associação entre as mais iconoclastas correntes artísticas do século XX e a escala urbana da arquitetura tem um favorecimento ao segundo termo. A escala urbana é um constante transformar-se de significados, reabertos e relidos sempre que se tem novas construções, regimes etc. Como dar conta desse movimento? Conforme o autor, existe um ponto cego nesse movimento do presente para o passado, especialmente no fato de que o passado está em constante revisão de suas significações e de seus sistemas de significações. “A codificação dos sistemas de decifração pode mudar e reenvolver a inteira história da arquitetura para o aparecer de uma obra que, sozinha, esclareça um processo primeiramente pouco evidente [...] ou para descoberta da valorização crítica de obras ignotas ou não ainda lidas adequadamente.”³⁹

Essa polêmica com Della Volpe tem um posicionamento central em *Teorias e História da Arquitetura*. A argumentação do autor romano, ao dar como resposta aos dilemas das constantes mudanças de significados das cidades o estudo de obras menores ou esquecidas, clama por uma “individuação de códigos de referência”. Nesse procedimento, alerta Tafuri, é preciso ter o cuidado de não se deixar seduzir pelo presente e se inculir em deformações. O sentido desse raciocínio culmina na conhecida passagem sobre a crítica operativa:

*Nesse sentido se pode bem dizer que todo tipo de crítica voltada a pôr exatamente em luz as relações que ligam uma obra ao código a ela implícita, é operativa. Ela, de fato, modifica os nexos que ele mesmo indaga.*⁴⁰

Tafuri está conversando com seus interlocutores mais específicos – a geração anterior de historiadores de arquitetura, sobretudo Zevi, que era professor no “Curso de crítica operativa de arquitetura”. Entretanto, acredita-se que o pano de fundo para essas considerações críticas ao ladeamento entre arquitetos e historiadores é seu debate com Della Volpe e, no limite, consigo próprio e sua atuação como projetista. Essa conexão entre a crítica à crítica operativa e sua atividade como arquiteto sugere um ponto nodal na reação de Tafuri à uma crítica como a de Della Volpe: diante da impossibilidade de se subscrever à sucessão do passado pelo presente, na medida em que ela implica um juízo arbitrário daquele por este, o autor romano prefere ladear-se a uma visão mais compacta da relação entre tempos. A individuação dos códigos de referência no passado servem para trazer uma significação unicompreensiva entre *passado e presente*. Nesse sentido, Tafuri percebe a força da plástica de

³⁶ *Idem*, p. 162.

³⁷ DELLA VOLPE. Galvano “Sulla dialettica” *Op. cit.* p. 282.

³⁸ *Idem*, p. 237.

³⁹ *Idem*, p. 237.

⁴⁰ *Idem*, p. 238. Grifo de Tafuri.

Corbusier em Chandigarh ao tecer um entremeio de tempos e signos que alcança uma *temporalidade congelada*⁴¹. Ali, mais do que a recorrência de “critérios-modelo”, fica a relação entre tempos mais ligada a uma noção atômica. A querela com Della Volpe colabora para libertar o *corpus* teórico de Tafuri da conjuntura, dando ao seu engajamento político no presente termos menos imediatos e permitindo que ele consiga construir, ao longo dos anos seguintes, uma história da arquitetura na qual a relação entre a época moderna e contemporânea é feita a partir das particularidades do passado, para que pelo seu estudo se possa alcançar de modo novo o presente. Sem essa modificação, seria difícil pensar na inserção de Tafuri em Veneza no círculo da *Contropiano*, mas sobretudo, considerar que o seu trabalho como historiador pudesse subsistir sem o amparo em uma rigorosa tarefa filológica.

O preço dessa guinada teórica é bem conhecido: para que passado e presente possam ser compactados, é necessária uma visão não sucessiva de tempos. Isso requeria do jovem Tafuri que suas investigações de prancheta entrassem então em oposição direta com seus escritos: *construir* significa colocar no presente algo estranho ao passado, rompendo a cadeia que os une, cuja captação só pode ser feita pela prosa escrita. Quando Tafuri escreve, ao princípio de *Teorias e História*, que “*criticar significa, na realidade, apreender a fragrância histórica dos fenômenos, submetê-los ao crivo de uma rigorosa avaliação, revelar as suas mistificações, valores, contradições e dialéticas íntimas, fazer explodir a sua carga de significados*”⁴², aponta para o declínio máximo da associação entre ferramentas de projeto e de crítica.

Nessa direção, não faz sentido falar de uma “escolha” pela história. No depoimento de Tafuri acerca de sua decisão profissional, a parte mais consistente é o não saber qual história seria feita, haja vista que era um momento no qual um modo de se fazê-la era suplantado por outra. Além do declínio do projeto, era necessário romper com uma geração de arquitetos italianos interessados em fazer projeto, sendo informados pela história. *Teorias e História* tem um viés de discussão de questões italianas, ao procurar investigar o “eclipse da história” como feito durante as vanguardas, tanto quanto mostrar o elo nocivo criado entre os manuais de arquitetura escritos por Zevi, nos quais se procura advogar pela arquitetura orgânica. Entretanto, Bruno Zevi é apenas o intelectual mais significativo dessa tendência, na qual poderia se inserir a maior parte da inteligência italiana arquitetônica. A decisão de Tafuri por uma história filológica o ladeia aos historiadores de arte antiga e moderna, como Sérgio Bettini, e de certo modo causou uma maior aproximação de Tafuri com a outra tendência “antifascista” de filiação mais fenomenológica, como Enzo Paci, cuja leitura sobre a arte na história tinha maior afinidade com a possibilidade de um *tempo congelado*:

*Posicionado entre o passado e o futuro, entre isso que foi e o que deve ser, o artista, ouvindo a voz que o chama, é como se tudo se transmutasse em uma pergunta e uma pesquisa: é como se todo o processo universal o condicionasse previamente a descobrir e escolher uma nova via. O artista tem a impressão de encontrar-se diante de infinitas possibilidades, de infinitas vias, em tempos e espaços infinitos.*⁴³

Teorias e História é o testemunho final de uma mudança de orientação política de Tafuri dentro dos debates da península. Sua decisão por uma

⁴¹ TAFURI, Manfredo. *L'architettura moderna alla luce dei problemi attuali*, Op. cit. p. 58.

⁴² TAFURI, Manfredo. *Teorie e storia dell'architettura*, Op. cit. p. 21.

⁴³ PACI, Enzo. *Tempo e relazione*. Milão: Il Saggiatore, 1965, p. 251.

determinada história que se coloca à distância da conjuntura, como opositora das correntes contemporâneas, pautada pelo aprofundamento filológico tem como substrato a modificação de sua noção de tempo, ou de sua compreensão de como a arquitetura e as cidades participam do devir. A arquitetura tem uma participação no presente quando ela coincide com os tempos e dilemas do passado. Essa é a verdadeira “escolha” feita por Tafuri durante a década de 60: a escolha por um tempo complexo, de longa duração.

Não se tratava da escolha mais fácil. Além de ter de deixar uma parte de sua atuação profissional, Tafuri teve de lidar com uma revisão completa de como ele desenvolvia a pesquisa histórica – que culminaria com os estudos da crítica à ideologia na arquitetura e outra de suas obras seminais, *Projeto e Utopia*, e demais artigos negativos aos arquitetos engajados escritos na década de 70⁴⁴.

Resta, ainda, no legado dessa curta fase como arquiteto, uma última parte em aberto: Tafuri, segundo seu colega Piccinato, tinha uma “notável capacidade de desenho”⁴⁵. Uma publicação do *Centro Internazionale di Studi di Architettura Andrea Palladio*, mostra alguns desenhos do autor feitos durante suas pesquisas. Na mostra, aparecem desenhos de estudos para os diagramas acerca dos cortes e fachadas do projeto para a igreja de San Giovanni dei Fiorentini, em Roma, desenhado por Antonio da Sangallo o jovem. O arquiteto do *cinquecento* perdeu o concurso feito pelo papa Leão X, sobrando apenas as informações de desenho.

No texto sobre o projeto, publicado em *Busca do Renascimento*, Tafuri mostra como as decisões iniciais de Sangallo poderiam ir por dois caminhos completamente distintos, sendo uma em planta basilical e outra, central. “*Tal*

⁴⁴ Para um panorama mais amplo sobre as contribuições seminais de Tafuri para a história da arquitetura: COHEN, Jean-Louis. “La coupure entre architectes et intellectuals” *Op. Cit.* e FRAJNDLICH, Rafael Urano. *Tafuri. Tempo da cidade longínqua*. São Paulo. Tese de doutorado, 2014 e LEACH, Andrew, *Choosing History: A study of Manfredo Tafuri's theorisation of architectural history and architectural history research*. Ghent, Universitait Ghent, Tese de Doutorado, 2005.

⁴⁵ Depoimento de Giorgio Piccinato.

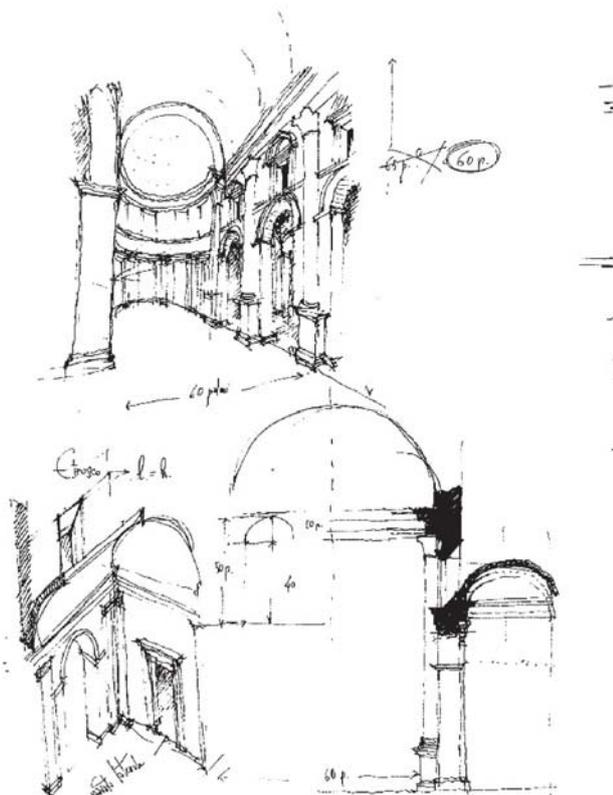


Figura 04: Manfredo Tafuri, Desenhos de estudo da Igreja de San Giovanni dei Fiorentini, projetada por Antonio Da Sangallo, o Jovem. In: BEDON, Anna, BELTRAMINI, Guido, BURNS, Howard, “Questo: disegni e studi di Manfredo Tafuri per la ricostruzione di edifici e contesti urbani rinascimentali”, Vicenza: CISA, 1995.

tipo de abordagem é característico de Sangallo e revela uma sintomática indiferença pelas escolhas de princípio.”⁴⁶

Um esquema passado a limpo por um desenhista aparece no livro, mas a mostra do Cisa apresenta os croquis antecedentes, feitos pelo autor romano.

“*Tafuri se gabava [...] da sua capacidade de assumir o papel dos arquitetos que estudava*”⁴⁷, escreveu Howard Burns, colega de Tafuri e um dos curadores da mostra de seus desenhos, sugerindo que até mesmo a caligrafia dos autores que pesquisava era objeto de sua representação. Os desenhos dão assim suporte ao texto sóbrio do autor, ao mesmo tempo que o leva a uma reconstituição do processo criativo de Sangallo (fig. 04). Os procedimentos de desenho aprendidos na Valle Giulia eram indispensáveis para a perseguição filológica dos seus temas, tornando-se não só uma peça fundamental de sua contribuição histórica, mas também um enunciado provocativo para a compreensão de sua prosa escrita. Excluindo-se os trabalhos mais didáticos, como *A Arquitetura Moderna no Japão*, as fotografias e desenhos não têm explicação literal ao longo do texto, mas uma presença ruidosa no seu conteúdo,⁴⁸ para que se abram outras leituras à prosa do autor, colocando em um movimento crítico suas elaborações, existindo como um resquício de sua atividade projetual. Inverte-se a relação: agora, as imagens, os procedimentos e ferramentas de desenho e exposição de conceitos são auxiliares à prática filológica e crítica de ideologia. Nesse sentido, não bastaria mais à imagem complementar o raciocínio de modo literal, mas a ele se contrapor. O procedimento de desenho das obras do Renascimento é uma radicalização desse processo. Nesse momento, Tafuri aproxima-se de Le Corbusier, que por sua vez tinha uma obsessão em desenhar por cima de fotografias de paisagens que se ofereciam diretamente à sua visão, como quem quisesse captar o olhar longínquo⁴⁹, o passado, necessário para que se pudesse congelar o tempo, fazer com que o fio que atravessa a história tivesse a mínima espessura.

Na mostra do Cisa, alguns desenhos não são diagramáticos ou técnicos. Existem perspectivas feitas por Tafuri de espaços que não foram construídos, como a igreja proposta por Da Sangallo. Pode-se supor que tivesse momentos em que de fato utilizasse a prancheta para “resolver” detalhes de projetos de outras épocas. “[Minha persona] *trabalha com história como profissão (não como um historiador de arquitetura, mas também historiador de arquitetura)*”⁵⁰, disse Tafuri certa vez. Essa fuga do rótulo de “especializado” era talvez um meio de remontar à sua juventude polivalente. Certamente, nunca pode escapar de sua formação como arquiteto, que sempre esteve presente, ecoando em suas escolhas e no tempo de suas aproximações.

REFERÊNCIAS

- Associazione studenti e architetti. In: *L'Architettura cronache e storia*, n. 45, p. 211, 1959.
- AYMONINO, Carlo. *Origini e sviluppo della città moderna*. Tradução para o espanhol: *Orígenes y desarrollo de la ciudad moderna*. Barcelona: Gustavo Gili, 1972.
- BEDON, Anna; BELTRAMINI, Guido; BURNS, Howard, ‘*Questo: disegni e studi di Manfredo Tafuri per la ricostruzione di edifici e contesti urbani rinascimentali*. Vicenza: CISA, 1995.
- COHEN, Jean-Louis. La coupure entre architectes et intellectuels, ou les enseignements de l’italophilie. In: *In Extenso*, v.1, 1984.

⁴⁶ TAFURI, Manfredo. *Ricerca del Rinascimento: principi, città, architetti*, Turim: Einaudi, 1992, p. 164.

⁴⁷ BURNS, Howard. “‘Questo’: disegni e studi di Manfredo Tafuri per la ricostruzione di edifici e contesti urbani rinascimentali”, In: BEDON, Anna, BELTRAMINI, Guido e BURNS, Howard, ‘*Questo: disegni e studi di Manfredo Tafuri per la ricostruzione di edifici e contesti urbani rinascimentali*. Vicenza: CISA, 1995, p. 15.

⁴⁸ Cf. LIPSTADT, Hélène e MENDELSON, Harvey, “Philosophy, History and Autobiography: Manfredo Tafuri and the unsurpassed lesson of Le Corbusier”. In: *Assemblage*, 22, 1994, p. 73.

⁴⁹ COLOMINA, Beatriz. “Le Corbusier and Photography”, In: *Assemblage*, n. 4, 1987, pp. 6-23.

⁵⁰ TAFURI, Manfredo, citado por OCKMAN, Joan. “Venice and New York”. In: *Casabella*, n. 619-620, p. 67.

- COLOMINA, Beatriz. Le Corbusier and photography. *Assemblage*, Cambridge, n. 4, p. 6-23, 1987.
- DELLA VOLPE, Galvano. La questione cruciale dell'Architettura odierna. In: *Critica del gusto*, Milão: Feltrinelli, 1966, p. 161-162.
- DELLA VOLPE, Galvano. Sulla dialettica. In: *Logica come scienza storica*. Roma: Editori Riuniti, 1969.
- FRAJNDLICH, Rafael Urano. *Tafari: tempo da cidade longínqua*. 2014. 199 f. São Paulo. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2014.
- History as Project: an interview with Manfredo Tafuri., Entrevista de Manfredo Tafuri concedida a Luisa Passerini. *ANY: Being Manfredo Tafuri*, n. 25, 26, p. 10-69, 2000.
- LEACH, Andrew. *Choosing history : a study of Manfredo Tafuri's theorisation of architectural history and architectural history research*. 2005. Tese (Doutorado) -Universitait Ghent, Ghent, 2005.
- LIPSTADT, Hélène; MENDELSON, Harvey. Philosophy, history and autobiography: Manfredo Tafuri and the unsurpassed lesson of Le Corbusier. *Assemblage*, Cambridge, n. 22, p. 58-103. 1994.
- I mercatti della cultura, entrevista de Manfredo Tafuri concedida a Françoise Very. *Casabella*, Milão, n. 619-620, p. 36-45, 1995.,
- OCKMAN, Joan. Venice and New York. *Casabella*, Milão, n. 619-620, p. 56-71, 1995.
- PACI, Enzo. *Tempo e relazione*. Milão: Il Saggiatore, 1965.
- PEREIRA, Wilcon J. *Della Volpe*, São Paulo: Ática, 1979.
- ROSA, Federico. *Progetto e critica dell'urbanistica moderna: I primi anni di attività di Manfredo Tafuri*. 2003. Tesi di laurea - : IUAV, Veneza, 2003.
- SEGURA, Manuel López. Neoliberty & Co. The Architectural Review against 1950s Italian historicism. *Cuadernos de Proyectos Arquitectónicos* n. 4, p. 136-139, 2013.
- TAFURI, Manfredo. *L'architettura del Manierismo nel '500 europeo*. Roma: Officina, 1966.
- TAFURI, Manfredo. *L'architettura moderna alla luce dei problemi attuali*, Facoltà di Architettura dell'Università di Palermo, Corso di composizione architettonica II: Palermo, 1966-67.
- TAFURI, Manfredo. *Ludovico Quaroni e lo sviluppo dell'architettura moderna in Italia*. Milão: Comunità, 1964.
- TAFURI, Manfredo. La nuova dimensione urbana e la funzione dell'utopia. *L'Architettura cronache e storia*, vol. 124, p. 680-683, 1966.
- TAFURI, Manfredo et al. Progetti di architetti romani. *Casabella*, Milão, n. 289, p. 2-49, 1964.
- TAFURI, Manfredo. *Ricerca del Rinascimento: principi, città, architetti*, Turim: Einaudi, 1992.
- TAFURI, Manfredo. *Teorie e storia dell'architettura*, Tradução para o português *Teorias e História da Arquitetura*. Lisboa/ São Paulo: Presença/Martins Fontes, 1979.

Nota do Editor

Data de submissão: 06/01/2016

Aprovação: 06/03/2016

Revisão: Ali Mohamad Onissi

Resumo em espanhol: Márcia Choueri

Rafael Urano Frajndlich

Professor do Departamento de Arquitetura e Construção da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp

CV: <http://lattes.cnpq.br/8717888176449255>

urano@fec.unicamp.br

Maria Isabel Villac

TÉCNICA, ARTE e QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA EXISTÊNCIA. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO DE PAULO MENDES DA ROCHA

RESUMO

O enfoque deste documento tem como escopo discutir a relevância da técnica e da arte no discurso na arquitetura de Paulo Mendes da Rocha. Examina os textos do arquiteto comprometido com a práxis e discute “técnica” à luz da importância que assume na configuração da arquitetura e de sua dependência a um programa de vida inerente à humanidade. A dimensão da “arte”, por sua vez, integrada à vida, é observada como a que garante a condição sempre inaugural da obra e o prolongamento de características inerentes aos processos ordinários do cotidiano. A argumentação do texto se faz a partir das palavras do arquiteto – considerados as memórias de projeto, as aulas ministradas, os depoimentos e as entrevistas publicadas. Defende a posição que as especulações e o sentido ético que revela o discurso são integrantes de um “corpo de conhecimentos” inerente ao “modus operandi” do Projeto. Para os que conhecem ou se aproximam da obra, o acolhimento das palavras do arquiteto explicita que o saber da arquitetura está na discussão de um horizonte que implica o sujeito, o gênero humano e o mundo que constrói. Este arco intencional, que se revela no traço individual da obra, se ampara na racionalidade e ensina que a espacialidade é uma condição e um valor da vida, um discurso e uma ação histórica interdependentes à sensibilidade artística da natureza humana. Na arquitetura de Paulo Mendes da Rocha, que aspira ser a expressão da objetividade como designação “radical” da técnica, é no retroceder aos textos do arquiteto comprometido com a práxis e envolvido diretamente com a produção dos sentidos da arquitetura, que o discurso revela que: na “naturalidade inclusiva” da dimensão estética se instaura a mediação entre desejo e experiência e que são os impulsos e sentidos do ser humano que organizam o fundamento de racionalidade e conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE

Rocha, Paulo Archias Mendes da, 1928-. Técnica. Arte. Discurso. Questões fundamentais da existência. Projeto.

TÉCNICA, ARTE Y TEMAS
FUNDAMENTALES DE LA EXISTENCIA.
CONSIDERACIONES SOBRE EL DISCURSO DE
PAULO MENDES DA ROCHA

TECHNIQUE, ART AND FUNDAMENTAL
ISSUES OF EXISTENCE.
THOUGHTS ON PAULO MENDES DA
ROCHA'S DISCOURSE

RESUMEN

El enfoque de este documento tiene como objetivo discutir la relevancia de la técnica y del arte en el discurso en la arquitectura de Paulo Mendes da Rocha. Examina los textos del arquitecto, comprometido con la praxis y discute la “técnica” a la luz de la importancia que asume en la configuración de la arquitectura y de su dependencia a un programa de vida inherente a la humanidad. La dimensión del “arte”, por su parte integrada a la vida, es observada como la que siempre garantiza la condición inaugural de la obra y la prolongación de las características inherentes a los procesos ordinarios de la vida cotidiana. El argumento del texto se hace a partir de las palabras del arquitecto, considerando las memorias del proyecto, las clases impartidas, los testimonios y las entrevistas publicadas. Defiende la posición de que las especulaciones y la ética que revela el discurso son miembros de un “cuerpo del conocimiento” inherente a el “modus operandi” del proyecto. Para aquellos que conocen o se acercan a la obra, el amparo de las palabras del arquitecto explica que el saber de la arquitectura está en la discusión de un horizonte que implica al sujeto, a la humanidad y al mundo que construye. Este arco intencional, que se revela en el trazado individual de la obra, se ampara en racionalidad y enseña que la espacialidad es una condición y un valor de la vida, un discurso y una acción histórica interdependientes a la sensibilidad artística de la naturaleza humana. Para la comprensión de la arquitectura de Paulo Mendes da Rocha, que aspira ser la expresión de la objetividad como designación “radical” de la técnica, es necesario retroceder a los textos del arquitecto comprometido con la praxis e involucrado directamente con la producción de los sentidos de la arquitectura. El discurso revela que: en la “naturalidad inclusiva” de la dimensión estética se establece la mediación entre el deseo y la experiencia y que son los impulsos y sentidos del ser humano que organizan el fundamento de racionalidad y conocimiento.

PALABRAS CLAVE

Rocha, Paulo Archias Mendes da, 1928-. Técnica. Arte. Discurso. Temas fundamentales de la existencia. Proyecto.

ABSTRACT

The focus of this document intends to discuss the relevance of the technique and the art in the discourse in the architecture of Paulo Mendes da Rocha. It observes the texts of the architect committed to praxis and discusses the value of the “technique” in the architecture configuration and its attachment to a program of life humanity. The dimension of “art”, in turn, also integrated into life, is seen as the one that always guarantees the condition and the extension of the attributes inherent to the ordinary processes of everyday life. The ideas of the text are based in the words of the architect – considering the published texts that mention the concepts of the projects, the lessons, the testimonies and the interviews. It advocates the position that the reasoning and the ethics revealed in the speech integrated a “body of knowledge” inherent to the “modus operandi” of the projects. For those who know or want to approach to this architecture, the hospitality of the words of the architect clarifies that the design’s knowledge is in the discussion of a horizon that implies the subject, the mankind and the fabricated world. This intentional arch, which reveals itself in the individual trait of the work, is based on rationality. It teaches that spatiality is a condition and a value of lifetime, and even a speech and a historical action interdependent to the artistic sensibilities of human nature. To get to know the architecture of Paulo Mendes da Rocha, which aspires to be the expression of objectivity as designation “radical” of the technique, it is essential to go back to the texts of the architect committed to praxis and involved directly with the production of meanings of architecture. The involvement with the speech reveals that is the “natural inclusivity” of the aesthetic dimension that introduces the negotiation between desire and experience. It also reveals that the senses of human beings are those that organize the structure of rationality and knowledge.

KEYWORDS

Rocha, Paulo Archias Mendes da, 1928-. Technique. Art. Discourse. Fundamental issues of the existence Project.

INTRODUÇÃO

“lo que me interesa es [...] ‘el poeta en un poeta’, o el ser poético aborigen.”

Harold Bloom (1973), *La angustia de las influencias*, 1991.

Os arquitetos, enquanto homens de seu tempo, se definem em relação a correntes de pensamento. O exercício da escrita não lhes é exatamente familiar, embora, hoje em dia, cada vez mais arquitetos publicam suas próprias narrativas, arriscando-se a textos teóricos, críticas, depoimentos, manifestos. No Brasil, no entanto, para muitos arquitetos o valor da arquitetura está somente na singularidade formal da obra. As considerações teóricas que acompanham a produção e que explicitam raciocínios advindos do universo cultural que se apropriam, justapõem e transformam múltiplas referências, não se publicam.

A reflexão da arquitetura brasileira é devedora de teorias e esquemas interpretativos que pertencem quase unicamente aos críticos e historiadores. No entanto, ao se considerar que *“o arquiteto se interessa muito pela distribuição das forças empregadas e à sua proporção com o resultado, enquanto o crítico considera o resultado, onde a tensão das forças já aparece aplacada”* (BENEVOLO, 1983 *apud* FAROLDI; VETTORI, 1997, p. 17), o procedimento reflexivo de projeto ganha interesse como foco da interpretação.

Na conduta de projeto se desenvolvem, em interação, duas ordens: *“a ordem do discurso encarregado de explicitar, de prescrever e de planejar; a ordem da ação que reconhece as possibilidades formalizadas em intenções, em seguida colocadas em prática”* (BOUTINET, 2002, p. 254). Como “método” que considera o primado da experiência e que reúne teoria e práxis, o raciocínio de projeto agrega um discurso à formalização. Este discurso envolve os autores como seres sociais inscritos em sistemas de referência, nos quais transparecem genealogias de influências e filiações, situações individuais singulares entendidas nos seus próprios parâmetros socioculturais.

É nesta perspectiva que o enfoque deste documento tem como escopo discutir a relevância da técnica e da arte no discurso da arquitetura de Paulo Mendes da Rocha, a partir de suas obras e seus próprios textos – considerados textos as memórias de projeto, as aulas ministradas, os depoimentos e as entrevistas publicadas. Ao retroceder aos textos do arquiteto comprometido com a práxis e envolvido diretamente com a produção dos sentidos da arquitetura, se assume considerar as direções e esperanças, as especulações e o sentido ético que revela o discurso da individualidade (SCHWARZ, 1979, p. 158-159)¹, como integrantes de um “corpo de conhecimentos” inerente ao “modus operandi” do Projeto.

A TÉCNICA UNIVERSAL E POSSÍVEL: A ESSÊNCIA DA TÉCNICA NÃO É A TÉCNICA

Numa época cujo espírito expõe o desarraigo do homem e sua entrega à instabilidade das coisas técnicas, o arquiteto de velhas raízes reconhece a importância da técnica como inerente à sua arquitetura. Por isso, a assume e a integra em seu ofício.

¹ *“a experiência do indivíduo, com sua componente de diferenciação e espontaneidade, é um elemento também do processo social, e talvez um daqueles que hoje é mais necessário aprofundar”*, SCHWARZ, Roberto (1987). “Crise e literatura”. In: *Que horas são?: ensaios*. 2ª. edição. São Paulo: Schwarcz, 2006, p. 158-159.

Para a modernidade de Mendes da Rocha, o mundo da técnica não é algo alheio à dimensão humana. O saber da técnica é transformador e a produção de conhecimentos e as descobertas pertencem ao mundo. A técnica é um saber universal, disponível, patrimonial, anônimo. E é, precisamente, esta disposição imparcial que permite que a racionalidade chegue até a humanidade².

A técnica, para o arquiteto Mendes da Rocha, não é apenas uma conquista, é um projeto de colonização. E, no Brasil, ainda no ideal moderno e vanguardista de emancipação, se configura como uma oportunidade para a igualdade social, de tal maneira que, em palavras do arquiteto:

Nós temos que [...] resolver essas questões da pobreza extrema já no quadro de uma passagem para novos momentos históricos. Ou seja, os conjuntos habitacionais pobrezinhos, a casa do pobre com cara de casebre, isso é uma besteira que não tem tamanho! O momento de inércia, a estabilidade dos materiais, a velocidade do trem, o conforto das aeronaves, não pode ser pobre ou rico. Avião de segunda classe não existe: mesmo que você empacote as pessoas mais desconfortavelmente, o avião em si, tem que ser um artefato perfeito. [...] Ou seja, ninguém é pobre mais no mundo. É uma falsidade ideológica você reconhecer “gente pobre”. [...] A qualidade da mensagem e o resultado do cálculo matemático, tem que ser o mesmo. Você não pode tocar um violoncelo de um modo pobre, de um modo rico (ROCHA, 2012, p. 51)

² “Esse logos (ou ‘razão’) só pode portanto ser neutro axiologicamente, já que está à disposição de um ser racional, que dele poderá fazer um uso terapêutico ou criminoso conforme seu desejo o conduzir numa direção ou noutra”.
LEBRUN, Gérard. “Sobre a tecnofobia”. In: NOVAES, Aduino (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional da Arte, 1996, p. 491.

O mundo da técnica é inseparável do ofício e da atuação de Mendes da Rocha. A técnica busca a ordem e a perfeição: é uma equação matemática, um modelo, um sistema eficaz racional, abstrato e reduzido da realidade. Mas é um absoluto momentâneo, contemporâneo e, como tal, uma possibilidade ensaística. A técnica e suas possibilidades permitem a imersão em sua época, não somente como elemento instrumental, senão como valor essencial, modo autêntico da determinação e do labor da criatividade do homem na inauguração dos tempos modernos. A partir dos quais, como afirma o arquiteto,

a natureza é vista enquanto é reproduzida e fabricada por nós mesmos. Nós só conseguimos contemplar, compreender o que fabricamos. A contemplação diz, com razão, que é sol que gira em torno da terra. É a máquina que mostra que não é. É o microscópio, os medidores, leitura de espectrômetros de massa que dizem pela luz da estrela, quantos anos ela tem. São máquinas (ROCHA, 2012, p. 53).

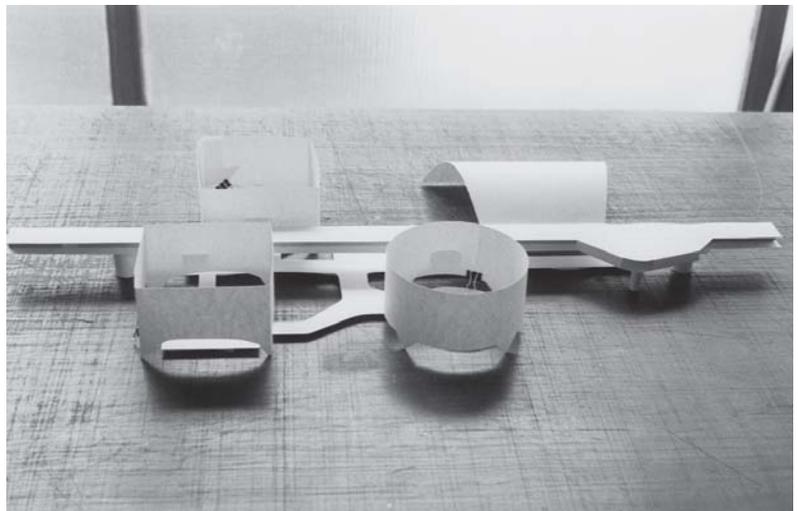
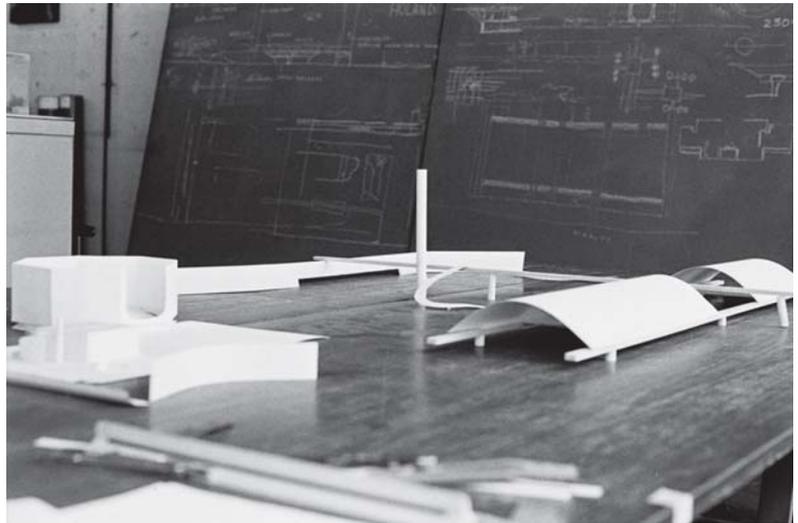
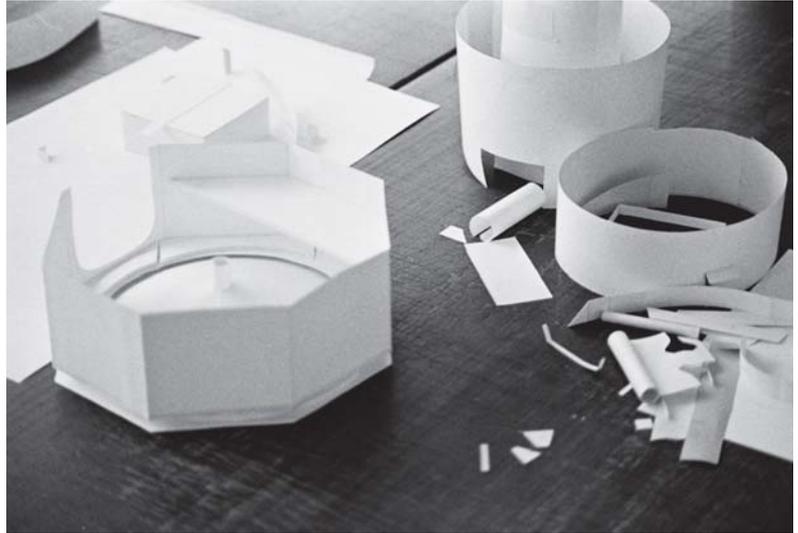
Tanto para Mendes da Rocha como para sua geração, na arquitetura as “formas surgiram do ‘engendramento’ da construção, mas, nem por isso, nada seria radicalmente cartesiano, nada” (Rocha, 2012: 38). O que revela que a relação do arquiteto com o mundo não é intelectual: é um contato real, uma decisão pela construtividade — por uma técnica. Dela resultam atos que pressupõem e levam dentro de si a invenção de um procedimento, de uma nova possibilidade, e conduzem à fabricação de artefatos.

Desde os inícios do processo de invenção do projeto de Mendes da Rocha, comparecem, “como desdobramentos de um raciocínio intrínseco à arquitetura: virtudes da técnica, da beleza da geometria construtiva e dos indispensáveis agenciamentos dos discursos e da experiência sobre as transformações da natureza e do desenho da cidade” (VILLAC, 2004).

Sob este raciocínio, para o arquiteto, “A imaginação é uma questão humana, eminentemente técnica. Quem imagina tem de imaginar uma coisa, portanto tem de saber fabricar aquela coisa” (ROCHA, 1999, p. 37).



Fotos da autora. Realizadas para ilustrar a proposta de exposição de projetos e obras de Paulo Mendes da Rocha no IUAV, Istituto Universitario di Architettura di Venezia – “Paulo Mendes da Rocha architetto” - e na ETSA, Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona - “Paulo Mendes da Rocha. Exposición em Barcelona”, concretizada em fevereiro e maio de 2004, respectivamente.



³ *“el hombre, merced a su don técnica, hace que se encuentra siempre en su alrededor lo que ha menester — crea, pues, una circunstancia nueva más favorable, segrega, por decirlo así, una sobrenaturaleza adaptando la naturaleza a sus necesidades”*, ORTEGA Y GASSET, José. *Meditación de la técnica*, Madrid: Revista de Occidente, 4ª ed., 1961, p. 17.

⁴ *“La vida humana, pues, trasciende de la realidad natural, no le es dada [...] sino que se hace él, y este hacérsela comienza por ser la invención de ella”*. ORTEGA Y GASSET, José. *Meditación de la técnica*, op. cit., p. 32.

⁵ *“la técnica no es en rigor lo primero. [...] a la técnica le es prefijada la finalidad que ella debe conseguir. El programa vital es pre-técnico [...] hay, pues, una primera invención pre-técnica, la invención por excelencia, que es el deseo original”* ORTEGA Y GASSET, José. *Meditación de la técnica*, op. cit., p. 47.

⁶ *“La cupiditas, el deseo, constituye la esencia del hombre, la razón no es su culminación, sino sólo [...] el estrato más ‘frío’ y ‘tranquilo’ [...] El hombre es, pues, un animal que desea, más que un animal racional”*. BODEI, Remo. “La razón de las pasiones”. In: JARAUTA, Francisco (Org.). *Otra mirada sobre la época*, Murcia: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos / Librería Yerba / Caja Murcia, 1994, p. 185.

⁷ *«los deseos son – en el lenguaje filosófico – un tipo particular de pasiones: pasiones de esperanza respecto a un bien futuro»*. BODEI, Remo. “La razón de las pasiones”. In: JARAUTA, Francisco (Org.). *Otra mirada sobre la época*, Murcia: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos / Librería Yerba / Caja Murcia, 1994, p. 181.

Compreendida como ato de conhecimento, a “fabricação”, quando é invenção de uma “sobrenatureza”³ (ORTEGA Y GASSET, 1961, p. 17) ou transformação da circunstância natural, é, para o arquiteto, um problema de engenharia que permite organizar um anseio antevisto. Como relata Mendes da Rocha:

eu vi obras de engenharia, transformações, desde cedo. Qual é a graça da transformação e da obra de engenharia? Primeiro, enquanto obra de engenharia, você saber que namora uma coisa, projeta sobre ela desejos realizáveis — você está mobilizando carroças, tratores, pás, ferramentas, que você sabe que possui para realizar o que deseja. Ninguém sonha fantasias puras! (ROCHA, 2012, p. 58).

O rigor da engenharia revela o modo construtivo de adaptação do meio natural à presença humana. A necessidade, que indaga a natureza, e que se propõe à sua transformação para engendrar o habitat desejado, confirma a técnica como um procedimento específico de adaptação humana. Ato técnico confirmam a humanidade do homem, já que “*não há homem sem técnica*” (ORTEGA Y GASSET, 1961, p. 29), e também o confirmam como “*inventor de sua própria vida*” (ORTEGA Y GASSET, 1961, p. 32).⁴ Pois,

[...] quando você compreende essas configurações, dentro do caráter das condições sociais, digamos assim, já integradas com os problemas da cidade, a cidade, enfim, passa a ser uma verdadeira ciência tirada dessas emoções e dessa curiosidade do homem sobre a natureza. Que no fundo é uma curiosidade em torno, principalmente, da questão “o que sou eu nesse universo”. E descobre-se que nós só somos o que fabricamos. Não somos mais nada (ROCHA, 2012, p. 59).

Por conseguinte, a técnica, não compreendida como uma visão cartesiana do mundo, é afirmação da existência; permite aceder à evidência da configuração e possibilita a materialização de um programa vital, porque “*a técnica não está em primeiro plano. [...] à técnica está estabelecida a finalidade que ela deve alcançar. O programa vital é pré-técnico [...] há, pois, uma primeira invenção pré-técnica, a invenção por excelência, que é o desejo original*” (ORTEGA Y GASSET, 1961, p. 47)⁵.

E esta intenção de atender às necessidades e desejos anímicos para construir uma nova realidade habitável, materializada pela técnica, estabelece uma relação com a natureza, vitaliza a forma abstrata já que, ao realizar um ato técnico, construtivo, o que conduz a operação técnica é, fundamentalmente, a um desejo original⁶. A capacidade técnica do homem — que exige um processo racional e o rigorismo do pensamento lógico —, possibilita realizar o que se antecipou, de maneira prévia, no horizonte da emoção⁷, uma vez que,

quando você faz uma dinamitação de um rochedo — o que, talvez seja uma pena —, e com aquele escombros, aqueles pedaços de pedra, constrói um quebra-mar lá na frente e, depois, entre o quebra-mar e o continente, você aterra tudo e drena, e ganha do mar um território plano, e expande o espaço da cidade, porque você quer que seja ali, junto ao mar, até porque aquilo que ficou lá junto ao muro se torna um cais, e aí para o barco, e eis que surge o armazém que vai vender a mercadoria que vem na canoa... você organiza aquela primeira emoção (ROCHA, 2012, p. 58-59).

ARQUITETURA É ARTE?

As obras de Mendes da Rocha nascem da emoção, são transformações da natureza e de uma determinada equação sobre a dinâmica da realidade que organizam emoções. A arquitetura que nasce da emoção, na potencialidade do desejo e na providência da necessidade, como aquilo que, em constante mutação, está ainda por fazer, estabelece que a função mediadora, entre aspiração e conhecimento, se organiza na imaginação estética e se refere ao que com ela se compromete. Portanto, concilia as aspirações dos sentidos com as leis da razão (SCHILLER *apud* MARCUSE, s/d, p. 169), como uma dimensão essencial para o exercício da liberdade e da autonomia.

A configuração da arquitetura, cujas decisões construtivas e funcionais pertencem à racionalidade da técnica, se associa, portanto, à vocação humana pela arte. São construções que dependem da dimensão técnica e construtiva, porém mediatizadas por operações artísticas e assentadas em um programa vital que se realiza na experiência. O programa vital, anterior à técnica, revela que a subjetividade humana adquire dimensão real e racional quando se assume um desejo que é argumento de sua própria vida⁸ e que, em última instância, contém a amplitude do argumento social de sua arte.

Por conseguinte,

todas as contradições da obra isolada devem, enquanto obra de arte, ser vistas no seu conteúdo de universalidade quando o possui. É por isso que se distinguem projetos com o nome de seu autor, são projetos que nós faríamos. Quer dizer, são projetos que contêm os nossos desejos e, enquanto particulares, são contribuição ao universal (ROCHA, 1974, p. 13).

A dimensão de universalidade da arte consiste em garantir um plano crítico permanente⁹, público e aberto tal que o atributo artístico deve compreender-se de modo antropológico, como manifestação da criatividade e do compromisso social. A arte da obra busca a liberdade formal necessária para descobrir, fundar e experimentar novas formas que proporcionem sentido ao mundo. A arte como construção, compreensão de procedimentos e percepção orgânica e estética revela que a ação, quando aporta um novo sentido, é histórica. Assim mesmo, deve ocupar um lugar na existência, como fenomenologia reconhecível por todos os homens, uma vez que *“A arquitetura realiza o que os homens, na totalidade de sua história, conquistaram realmente”* (ROCHA, 1974, p. 12).

Pela manifestação artística, o homem realiza *“A condição de sua existência”* (ROCHA, 1986, p. 28). É na manifestação artística que se reafirma uma condição sempre inaugural.

Ou seja, [o homem] é um ser, esse mesmo ser que somos nós, que se inventa. O homem é uma invenção dele mesmo. Isso quero dizer não em relação ao século XX, mas em relação a 2,3,4 milhões de anos, desde que a vida foi gerida por nós mesmos, pela nossa espécie. Nós nos inventamos e nos inventaremos sempre (ROCHA, 1986, p. 28).

Para o arquiteto Mendes da Rocha, a essência da humanidade é artística: *“O homem é um artista, um artista do universo, é a parte inteligente do universo”* (ROCHA, 2012, p. 42). Esta é uma proposição com uma clara base naturalista que, diferentemente do esteticismo que separa a arte da vida, concebe toda experiência humana como uma questão artística (DEWEY *apud* LEAL, 1995, p. 10). Pensar a arte integrada à vida é propor que esta está já prefigurada na vida cotidiana e que a mesma desencadeia a experiência estética como o

⁸ *“El técnico o la capacidad técnica del hombre tiene a su cargo inventar los procedimientos más simples y seguros para lograr las necesidades del hombre. Pero éstas, como hemos visto, son también una invención; son lo que en cada época, pueblo o persona, el hombre pretende ser”*, José Ortega y Gasset, *Meditación de la técnica*, op. cit., p. 47.

⁹ *“Na arte o componente crítico está sempre presente e operante”*. ARGAN, Giulio Carlo (1964). *Projeto e destino*. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2001, p. 56.

prolongamento e a intensificação de certas características inerentes aos processos ordinários da vida.

Para o arquiteto que afirma “*eu não posso fazer nada, estou condenado, não posso fazer nada que não seja uma obra de arte*” (ROCHA, 2012, p. 42), a condição artística é sentido último, “*razão da existência humana*” (ROCHA, 2012, p. 42), e sua dimensão abre o horizonte do conhecimento como revelação inexorável da criatividade natural ao ser humano.¹⁰

ARQUITETURA: TÉCNICA, ARTE E DISCURSO

Para o arquiteto Mendes da Rocha, uma emoção incita a buscar uma imagem única e diferenciada e a perfeição da técnica seduz como um meio para alcançar a finalidade inventiva da obra. Como dizer que a arquitetura está submetida a procedimentos expressivos e aspira concretizar a expressão da objetividade como designação “radical e inclusiva” da obra de arte. A arte qualifica o gênero humano e os atos técnicos confirmam a humanidade do homem. Mas “*uma arquitetura de vontades e desejos*” (ROCHA, 2012, p. 34) e que “*sempre foi uma obra, uma construção com atributos ligados à possibilidade do fazer*” (ROCHA, 2012, p. 56) é também “*um relato sobre aquilo que imaginamos ser a realidade, isto é, antes de tudo o que é a realidade: um instrumento de transformação. Nada que se cristalice para ficar. A arquitetura como discurso*” (ROCHA, 2012, p. 34).

Na condição humana, a possibilidade de manifestação artística amparada pela técnica reencontra o princípio do tempo em que se confunde com o discurso, pois “*arte sempre foi ciência..., e filosofia — se você quiser dizer assim, para se compreender, fácil com palavras —, o universo amplo que você quer dizer das coisas*” (ROCHA, 2012, p. 40).

Não há, portanto, esgarçamento entre a criação de novos valores, o conjunto de proposições de caráter científico, o estudo teórico da realidade. O olhar, que unifica técnica, arte e discurso, remete às antigas concepções da arte como *poiêin* — como “fazer” no qual não havia a distinção entre arte em seu sentido próprio e arte como técnica —, e arte como *techne* — como “ofício” ou um “modo de fazer [incluindo no fazer o pensar] algo”.

O que, finalmente, assinala que a arte e a técnica da arquitetura não tratam apenas de projetar coisas, obras, cidades, territórios, senão de despertar o sujeito e induzir a uma atitude livre e inventiva – um “hábitat” – como ação da inteligência¹¹. Isto se traduz na projeção de um raciocínio que ensina que a questão da arquitetura está, ao mesmo tempo, no rigor da engenharia – que desvela o modo construtivo –, na arte que arbitra o caráter imanente da equação forma/espço e em uma visão crítica acerca do andamento histórico, uma vez que “*a arquitetura, como forma de conhecimento, não aparece [...] [e] esteja atrasadíssima no âmbito do discurso do que seja a compreensão que temos de nós mesmos*” (ROCHA, 2012, p. 46-47).

Consequentemente, à inocência da pura força produtiva é imperioso que se lhe acrescente um discurso com um princípio de responsabilidade, que não negue a essência técnica da humanidade —, pois isso afirmaria uma posição defensiva, tecnofóbica e conservaria um estado de atraso, incompatível com a imaginação. Da mesma maneira, deve mencionar que, na era da tecnologia, a técnica necessita, por um lado, um controle através da razão de seus fins¹² e,

¹⁰ Ver: OSTROWER, Fayga (1977). *Criatividade e processos de criação*. 23ª. edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

¹¹ “*la manera más inteligente de ser inteligente es crear la dignidad humana como proyecto supremo*”. MARINA, José Antonio. *Teoría de la inteligencia creadora*. Barcelona: Anagrama, 1993, p. 235.

¹² Ver LEBRUN, Gérard. “Sobre a tecnofobia”. In: NOVAES, Adauto (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional da Arte, 1996, pp. 471-494.

por outro que, na arquitetura, quando a técnica é tecnologia, que o projeto compareça mediado por operações artísticas.¹³

Para Mendes da Rocha, entre técnica e arte não há propriamente uma dicotomia, senão que ambos os procedimentos são a *techné* e a *poiesis* da obra mesma, ocorrem no interior do mesmo ato criativo-formativo de uma intencionalidade que busca afirmar valores. O arquiteto declara que *“filosofia, ciência e arte é uma coisa só”* (ROCHA, 2012, p. 42). Em efeito, em sua arquitetura a natureza inventiva está associada a uma ação voluntária na qual a técnica é força produtiva que acerca a noção de engenho à genealogia, ao gênero humano. Esta intencionalidade define o *“estado de consciência do homem ‘em situação’, na situação objetiva do mundo [sempre] atual”* (ARGAN, 2001, p. 51). Mas, principalmente sua ‘humanidade’ revelada em discurso, uma vez que *“um projeto sai da mente para os pilares, as vigas, as paredes, e você tem que ser competente para realizar essa transformação de uma ideia em coisa. Essa ideia, entretanto, é tudo o que o homem pode pensar sobre sua própria existência”* (ROCHA, 2012, p. 39).

CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO DE PAULO MENDES DA ROCHA

Uma arquitetura em processo de formalização, complexa e em contínua fenomenização, não admite um texto conclusivo de seus sentidos, porque a obra está em movimento de realização. Não só porque o arquiteto segue configurando sua obra, senão, também porque a obra interpela a reflexão de seus atributos sensíveis permanecendo aberta a outros possíveis sentidos, à dinâmica temporal e à trama histórica em curso.

A arquitetura de Paulo Mendes da Rocha admite sínteses provisórias de sentido, cujo limite está na tensão que se estabelece com um núcleo passional e é contrario a uma visão unilateral e redutora do projeto, cujo processo criativo faz parte de um raciocínio que exige domínio da complexidade que, certamente, inclui *“o pensamento, a reflexão, por um lado, e o domínio das coisas simples que incluiria a ação, por outro”* (MORIN, 2001, p. 115).

Embora na arquitetura a resultante do projeto seja sempre uma forma e esta *“nunca é um conceito”* (OSTROWER, 2008, p. 69), há que se pensar que *“as formas [...] ‘selecionadas’ dentro de possibilidades latentes da matéria [...] referem-se a valores culturais”* (OSTROWER, 2008, p. 40), uma vez que *“não há objeto sem um sujeito (que observa, isola, define, pensa), e não há um sujeito sem um ambiente objetivo (que lhe permite reconhecer-se, definir-se, pensar-se, et., mas também existir)”* (MORIN, 2001, p. 67).

Portanto, ao considerar os discursos do arquiteto da práxis, sua capacidade de apreciação, visão de mundo e substratos de raciocínio, o papel social da arquitetura passa a integrar um universo cultural mais dilatado e, ao mesmo tempo, contesta um olhar crítico que, dentro do marco de referência interpretativo usado como postulado, se assoma ao objeto de estudo de forma determinada, tendo o sujeito subtraído do processo, *“precisamente porque este é indescritível, segundo os critérios do objetivismo”* (MORIN, 2001, p. 65).

O valor destes discursos, muitas vezes híbridos, imprecisos do ponto de vista das teorias filosóficas e das análises especializadas permanece como nos textos dos artistas, *“apesar, ou até mesmo por causa, de seus desvios intelectuais,*

¹³ *“Há no projetar da arte um sentido, um interesse, uma paixão da vida que não encontramos na lógica irrepreensível da projeção tecnológica: essa projeção que cresce sobre si mesma por sucessivas ilações ignorando a alternativa de morte que acompanha toda ação moral, e, portanto, está sempre em perigo de ultrapassar, sem sequer se dar conta, o limite da vida”.* ARGAN, Giulio Carlo (1964). *Projeto e destino*. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2001, p. 58.

bem mais próximo(os) da realidade” (CAUQUELIN, 2005, p. 133). Sua contribuição peculiar à teorização e interpretação da arquitetura está no fato de assegurarem a intermediação entre o verbal e o não verbal; de refletirem o contato estreito com a singularidade do projeto, onde a teoria aparece sob a forma de escolhas advindas de um repertório, mas também do que se elabora, como ‘consciência estruturante’ (ARGAN, 2001, p. 51)¹⁴, na experiência engajada ao imaginário sociocultural do tempo presente.

As formas, amparadas pela disponibilidade técnica e pela capacidade inventiva, permanecem. Mas são as ‘matrizes de ideias’ (MERLEAU-PONTY, 2004, p. 111), inerentes à obra e abertas à interpretação, que assinalam que a definição de hábitat que configura a obra arquitetônica depende de um ethos estético¹⁵. É o discurso que

pensa elogiar o próprio trabalho feito, ao projetar a forma de fazê-lo como um gozo da riqueza conquistada, atribuindo-lhe valor especialmente humano, com uma forma. Não como monumento a alguma circunstância, mas com a monumentalidade indispensável ao exercício da própria vida, na sociedade (ROCHA, 1981, s/n).

¹⁴ “O projeto é, no sentido mais atual e preciso do termo [...] estrutura da sociedade [...] [que] não é concebível como forma acabada e imóvel, mas como estruturação, ‘consciência estruturante’”. ARGAN, Giulio Carlo (1964). *Projeto e destino*. 2ª impressão. São Paulo: Ática, 2001, p. 51.

¹⁵ Ver: PAREYSON, Luigi (1954; 1988). *Estética: Teoria da formatividade*. Petrópolis: Vozes, 1993.

REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo (1964). *Projeto e destino*. Paulo: Ática, 2001.
- BODEI, Remo. La razón de las pasiones. In: Francisco Jarauta (Org.). *Otra mirada sobre la época*. Murcia: Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos / Librería Yerba / Caja Murcia, 1994, p. 175-190.
- BOUTINET, Jean-Pierre (1999). *Antropologia do projeto*. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- CAUQUELIN, Anne (1998). *Teorias da arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FAROLDI, Emilio; VETTORI, Maria Pilar, (1995). *Diálogos de arquitetura*. São Paulo: Siciliano, 1997.
- LEAL, José García Leal, *Arte y experiencia*. Granada: Comares, 1995.
- LEBRUN, Gérard. Sobre a tecnofobia. In: NOVAES, Adatao (Org.). *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 471-494.
- MARCUSE, Herbert. A dimensão estética. In: MARCUSE, Herbert. *Eros e civilização*. 8.ed. São Paulo: Guanabara, 198-.
- MARINA, José Antonio. *Teoría de la inteligencia creadora*. Barcelona: Anagrama, 1993.
- MERLEAU-PONTY, Maurice (1952). A linguagem indireta e as vozes do silêncio. In: *O olho e o espírito*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004, p. 65-120.
- MORIN, Edgar (1990). *Introducción al pensamiento complejo*. Barcelona: Gedisa, 2001.
- ORTEGA y GASSET, José. *Meditación de la técnica*. Madrid: Revista de Occidente, 4ª ed., 1961.
- OSTROWER, Fayga (1977). *Criatividade e processos de criação*. 23ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- PAREYSON, Luigi (1954; 1988). *Estética: teoria da formatividade*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- ROCHA, Paulo Mendes da. A construção do olhar de Paulo Mendes da Rocha. Depoimento a Maria Isabel Villac, maio de 1995; junho de 2007. In: ROCHA Paulo Mendes da.; VILLAC, M.I. (Org.). *América, natureza e cidade*. São Paulo: Estação Liberdade, 2012, p. 27-87.
- ROCHA, Paulo Mendes da. De um traço nasce a arquitetura. *Arc Design*, São Paulo, n. 1, 1999, p. 36-39.
- ROCHA, Paulo Mendes da. Exercício da modernidade, entrevista a José Wolff. *AU – Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, ano II, n. 8, p. 25-31, oct/nov. 1986.
- ROCHA, Paulo Mendes da. Ideia e desenho. *Folha de São Paulo*, Folhetim, 10/05/1981, s/n.
- ROCHA, Paulo Mendes da. A Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. *CJ Arquitetura*, n. 3, p. 10-13, nov/dez. 1973 – jan 1974.
- SCHWARZ, Roberto (1987). Crise e literatura. In: *Que horas são?: ensaios*. 2. ed. São Paulo: Schwarcz, 2006.

VILLAC, M. Isabel. *A construção do olhar: natureza, cidade e discurso na arquitetura de Paulo Mendes da Rocha*. 2002. Não paginado. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidad Politecnica de Catalunya. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Barcelona, 2002.

VILLAC, M. Isabel. *Paulo Mendes da Rocha. Exposição em Barcelona*. Barcelona: Universidad Politecnica de Catalunya. Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona, Barcelona, 2004.

Nota do Autor

Este estudo é parte de tese doutoral não publicada, com título acima mencionado, orientada pelo prof. dr. Josep Quetglas, na Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Barcelona (ETSAB). Apresenta considerações sobre o valor da técnica, da arte e das questões fundamentais da existência no discurso e na obra do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. É uma versão que contém trechos do 3º. Capítulo, “A construção do olhar do arquiteto. Natureza, Cidade e Discurso na Arquitetura” e do 4º. Capítulo “A Arquitetura de Paulo Mendes da Rocha. Uma consideração sobre limites. A modo de conclusão”.

Nota do Editor

Data de submissão: 29/01/2016

Aprovação: 09/03/2016

Revisão: Izolina Rosa Jesus

Maria Isabel Villac

Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

CV: <http://lattes.cnpq.br/2140594056419912>

belvillac@gmail.com, belvillac@mackenzie.br

criptas da f.

re. S. João em op. em de fundendo a barra daquella banda por onde se podem entrar
em forma de bu. S. I. 58 braças e meia de de palmos por braça. Tem de uso
muy pouca. D. J.

VI VINDO W C

ar 50

ra lin

las se v

a de poz

lançada

finas libras e meia a

de rocha viva
e for apoya.

Bruno Massara Rocha

*N*OVOS OLHARES *e* DESAFIOS DA COMPLEXIDADE NA EPISTEMOLOGIA PROJETUAL

102

pós-

RESUMO

No campo da arquitetura, contextos de complexidade vêm impondo limites severos às abordagens projetuais deterministas, centralizadoras e hierárquicas, demandando dos arquitetos uma revisão profunda nos seus métodos de pensamento e ação, além de habilidades cognitivas e operativas diferenciadas, que potencializem a emergência criativa, a adaptação constante, a integração com outras inteligências coletivas e um vínculo direto com a ação transformadora. Neste artigo, serão discutidas as principais características da complexidade no contexto projetual e apresentados os redirecionamentos epistemológicos que elas engendram para a prática criativa contemporânea. Considera-se que os principais desafios trazidos pela complexidade são a demanda pela adaptação, pela programação e pelo híbrido. O objetivo do artigo é trazer à tona novos direcionamentos conceituais para a prática criativa contemporânea, notadamente nas áreas de arquitetura, arte, *design* e computação.

PALAVRAS-CHAVE

Complexidade. Improvisação. Adaptação. Programação. Reflexão-em-ação.

NUEVAS MIRADAS Y DESAFÍOS DE LA COMPLEJIDAD EN LA EPISTEMOLOGÍA PROYECTUAL

NEW PERSPECTIVES AND COMPLEX CHALLENGES IN DESIGN EPISTEMOLOGY

RESUMEN

En el campo de la arquitectura, contextos de complejidad vienen imponiendo límites severos a los abordajes proyectuales deterministas, centralizadores y jerarquizados, exigiendo de los arquitectos una revisión profunda en sus métodos de pensamiento y acción. Tales contextos demandan de esos profesionales habilidades cognitivas y operacionales diferenciadas, que potencien la emergencia creativa, la adaptación constante, la integración con otras inteligencias colectivas y un vínculo directo con la acción transformadora. En este artículo, se discutirán las principales características de la complejidad en el contexto proyectual, y se presentarán los redireccionamientos epistemológicos que ellas engendran, para la práctica creativa contemporánea. Los principales desafíos que trae la complejidad son: la demanda por la adaptación, la demanda por la programación y la demanda por el híbrido. El objetivo del artículo es poner en relieve nuevos direccionamientos conceptuales para la práctica creativa contemporánea, especialmente en las áreas de arquitectura, arte, diseño y computación.

PALABRAS CLAVE

Complejidad. Improvisación. Adaptación. Programación. Reflexión en acción.

ABSTRACT

Complexity is a subject of major relevance in contemporary studies. According to several authors, the complexity of current environments has been imposing severe limits to deterministic, centralized and hierarchical design approaches. Its dynamic condition calls for a thorough review of contemporary design methods of thinking and action. This paper addresses and discusses the main features of complexity in the design context and indicates epistemological revisions of the design activity as practice and as discipline, such as: demand for adaptation, programming, and hybridization. The main objective is to bring renewed conceptual approaches to contemporary creative practice, especially in the areas of architecture, design, art, and computing.

KEYWORDS

Complexity. Improvisation. Adaptation. Programming. Reflection-in-action.

INTRODUÇÃO

Uma abordagem epistemológica da arquitetura se orienta rumo a uma análise da natureza do trabalho do arquiteto a partir de uma avaliação de seus métodos, processos, princípios, valores e de todo corpo de conhecimento que funda as bases para a prática do projeto. Esse corpo teórico-metodológico não é uma entidade estática, mas evolui com o tempo, desdobrando-se em novos desafios, novas reflexões e novos processos para a atividade profissional. O processo natural de evolução da *episteme* projetual abre possibilidades para a emergência de novos conceitos, bem como permite que conceitos antes desconsiderados venham a ganhar relevância no futuro. As análises apresentadas aqui deram suporte fundamental para a redação da tese de doutorado intitulada *Complexidade e Improvisação em Arquitetura*, desenvolvida pelo autor deste artigo, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP), sob a orientação do Prof. Dr. Carlos Zibel Costa, e defendida em 2015. Nela discute-se o potencial que processos de amplo caráter experimental, abertos e intuitivos como a improvisação possuem em situações de complexidade, notadamente no contexto da arquitetura e do *design*.

Inúmeras mudanças estruturais nos paradigmas tradicionais de projeção, surgidos principalmente a partir da segunda metade do século XX, redirecionaram a prática projetual para novos rumos de adaptação, participação e inovação. Aproximações renovadas da projeção com as artes, com o conhecimento científico e tecnológico, com as teorias da complexidade, da informação e dos sistemas, criaram um campo potencial para que práticas criativas mais ágeis e intuitivas adquirissem importância crescente em circuitos projetuais. Dentre estas práticas, destaca-se a abertura estratégica para a mudança e a adaptação continuada ou, em outras palavras, a capacidade de improvisação. Nas últimas décadas do século XX, os avanços nas tecnologias numéricas possibilitaram a emergência de abordagens originais de raciocínio projetual, bem como de novas modalidades de espaços, objetos e sistemas com qualidades híbridas, adaptativas e interativas. Em paralelo, estes mesmos avanços ampliaram enormemente o grau de complexidade das relações humanas, com desdobramentos intrincados nos modos de organização de nossa sociedade.

COMPLEXIDADE: O DESAFIO EM TRABALHAR COM A INCERTEZA

Ao afirmar que “*em um mundo imprevisível, improvisação, evolução e inovação são mais do que um luxo: são uma necessidade*”, Gerhard Fischer e Elisa Giaccardi (2004, p. 1) nos convidam a refletir sobre modos mais criativos e adequados de resolução dos problemas projetuais contemporâneos. Essa afirmação se vincula a uma questão central para a projeção contemporânea, diretamente relacionada com os princípios da complexidade: não há como antecipar completamente todos os problemas de um projeto, e, igualmente, não é mais possível prever todas as formas de apropriação de espaços e objetos por parte dos usuários. Patrik Schumacher (2012) reforça o posicionamento de Fischer e Giaccardi (2004) ao nos alertar de que não devemos assumir que o processo de projeto possa ser integralmente pré-planejado. Revela-se, portanto,

uma consciência emergente, fruto de um pensamento projetual mais flexível e experimental, que reconhece os limites do pensamento clássico disciplinar e busca novos métodos e processos por meio dos quais seja possível operacionalizar a complexidade.

Em situações de complexidade, ao contrário do exercício rígido do controle e da determinação, Schumacher sugere que as sequências de decisões projetuais devem estar sujeitas a constantes experimentações, para que, assim, seja possível inferir gradativamente qual a melhor direção a ser tomada a cada etapa. Trata-se, por conseguinte, de um método no qual não há uma sequência fechada de procedimentos a serem executados de modo linear, mas uma configuração estrutural inicial da situação-problema que vai progressivamente evoluindo de modo recursivo e integrado. Essa configuração exige que o projetista tenha não apenas uma ideia central que depois é desenvolvida linearmente, mas uma sequência concatenada de raciocínios cíclicos.

Ainda na década de 1980, o pedagogo norte-americano e professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), Donald Schön, dedicou-se a explorar tal circularidade a partir do modelo denominado *reflexão-em-ação*. Esta importante abordagem considera que cada movimento de decisão do projetista ocorre a partir de um processo contínuo de conversação com a situação-problema, tal qual um sistema cujas relações se estruturam de modo semelhante a uma rede. O objetivo principal não é resolver o problema diretamente, mesmo porque problemas complexos têm sua configuração alterada no esforço de resolvê-los, mas antes, e mais importante, desenvolver um sistema que consiga acompanhar a evolução do problema de modo eficaz e obter os melhores resultados para cada ciclo de reflexão em termos de coerência (SCHÖN, 1983).

Em seu livro *The Reflective Practitioner* (1983), Schön, que também estudou música na Universidade de Sorbonne e no Conservatório Nacional de Música, em Paris, utiliza como exemplo para o modelo reflexão-em-ação o processo de improvisação no jazz. O autor destaca, entre seus argumentos, a maneira *on-the-spot*¹ como músicos de jazz criam variações, combinações e recombinações, em conjuntos distintos de formas, a partir de esquemas estruturais de referência que agenciam a evolução e a coerência da *performance*. Schön afirma haver, mesmo em *performances* de grande complexidade, uma coerência interna nos processos de improvisação, que se encontra ancorada justamente no modo como este esquema-estrutural é programado. Nota-se, em seus argumentos, indicativos de que a prática da improvisação incorpora inúmeras qualidades, em termos práticos e cognitivos, que podem ser analogamente trabalhadas em processos projetuais e que estão notadamente relacionadas ao modo como a ação improvisacional configura esquemas estruturais com capacidade de variação e adaptação em situações abertas à incerteza.

Pesquisas recentes no contexto do *Design Thinking* apresentam investigações similares ao abordarem, por exemplo, o conceito de *frames*, os quais podem ser entendidos como princípios operativos projetuais – um conjunto de implicações que orienta, mas não determina o modo como um sistema de relações se comporta ao longo do tempo. Em um processo de projeto, Kees Dorst (2011) explica que *frames* são conjuntos de declarações que incluem a percepção específica de uma situação-problema, os esquemas que a descrevem e os

¹ A expressão *on-the-spot* significa “de forma espontânea, imediata e sem atraso”. Também significa estar em uma situação na qual é necessário tomar uma decisão difícil, ou responder a uma questão difícil (OXFORD AMERICAN DICTIONARY, 2014).

princípios operativos que sustentam sua possível solução. Esta é uma abordagem que suscita paralelos com os esquemas estruturais da improvisação descritos por Schön.

Performances de jazz são situações inegavelmente complexas. Além da variabilidade em sua execução, elas são operacionalizadas por redes subjacentes de relacionamentos temporários altamente fluidas e em constante mutação. Há uma situação de tensão inerente entre a unicidade das expressões individuais e a coesão e participação de todo o coletivo (MOLSON, 1996). Trata-se de um processo de criação e expressão informal, negociável, e que se reinventa de forma profundamente participativa, interativa, heterogênea e socialmente constitutiva. As pesquisas em *Design Thinking* têm se dedicado a investigar modos análogos de articulação da complexidade que permitam conceber estruturas (*frames*) capazes de responder dinamicamente aos paradoxos integrantes dos problemas complexos como, por exemplo, a relação entre a unicidade das partes e a coesão do todo. Nesse sentido, admitem a validade de princípios improvisacionais como mecanismos de agenciamento da incerteza, tal qual exposto anteriormente por Fischer e Giaccardi (2004).

O início de um processo projetual dedicado a enfrentar problemas de complexidade é marcado, segundo Dorst, pela estruturação de caminhos temáticos possíveis, a partir de processos de invenção, descoberta e revelação. Segundo a autora, devem ser procurados os meios para identificar e encontrar sentido nos fenômenos subentendidos (DORST, 2011). Assim, ao invés de atacar diretamente os paradoxos mais evidentes da situação-problema, a ideia de trabalhar a partir de uma ação improvisacional permite um encaminhamento mais especulativo e experimental de hipóteses paralelas que levam à emergência de possíveis caminhos de solução.

UM OLHAR IMPROVISACIONAL ORIENTADO PARA O PROJETO

Abordar o conceito de improvisação no contexto projetual é sem dúvida um desafio igualmente complexo, em razão da maior rigidez que a racionalidade e objetividade de um processo de projeção ou planejamento impõe aos arquitetos, *designers* e outros profissionais dedicados ao projeto. Esse é um fator que dificulta consideravelmente imaginar como uma associação entre planejar e improvisar poderia ser articulada. No entanto, é possível constatar que, paralelamente ao modelo racional de projeção, cujas bases teóricas repousam na tradição da determinação técnica e científica, existem outras abordagens que permitem considerar possíveis aberturas nos processos projetuais para a discussão do potencial de processos de improvisação. É o que nos revela Dorst e Dijkhuis (1995), em *Comparing Paradigms for Describing Design Activity*. Os autores afirmam que, apesar do racionalismo ter sido a influência dominante na formatação de grande parte das metodologias projetuais utilizadas até os dias atuais, abordagens diferenciadas, surgidas a partir da década de 1960, buscaram refletir sobre os limites do pensamento científico na prática projetual. Os argumentos expostos esclarecem que, se, por um lado, Herbert A. Simon, pesquisador norte-americano, autor de *The Sciences of the Artificial* (1969), deu grandes contribuições para a

sistematização dos processos de resolução de problemas projetuais segundo princípios científicos, por outro, Donald Schön desenvolveu uma abordagem diferenciada que descrevia o processo de projeto como parcialmente operacionalizado por pensamentos não científicos, intuitivos e experimentais. Trata-se, neste caso, de seu *modelo de reflexão-em-ação*.

Dorst e Dijkhuis (1995) consideram estas duas abordagens referências centrais no entendimento de dois paradigmas projetuais específicos: o de Simon, focado no positivismo e na racionalidade técnica, e o de Schön, embasado no construcionismo e na experimentação intuitiva. O primeiro recorre à estrutura lógico-positivista da ciência clássica como modelo para a projeção, considerando as situações-problema como entidades estáveis, descritivas e passíveis de generalização. Já o segundo considera a unicidade das situações-problema, e a necessidade de que o processo de projeto seja uma constante conversação entre o arquiteto ou *designer* e a estrutura a partir da qual ele aborda o problema, como pode ser confirmado no seguinte trecho:

A essência da teoria de Schön é que os projetistas são ativos na estruturação do problema, e que eles não avaliam apenas conceitos, mas suas próprias ações na estruturação e resolução do problema. A unidade do "fazer o projeto" não é um conceito de projeto, mas uma ação (DORST; DIJKHUIS, 1995, p. 271, tradução nossa).

² Problemas "perversos", ou mal-definidos (*ill-defined*) que, segundo a abordagem de Rittel, são situações-problema que exigem esforços de delineamento de seus limites e identificação de suas causas diretas (SCHUMACHER, 2012).

A ação circular de refletir, testar e avaliar faz com que a estrutura inicial criada para agenciar a situação-problema seja constantemente aperfeiçoada e reprogramada. Na análise comparativa de Dorst e Dijkhuis, é possível considerar que os métodos racionais de Simon são mais adequados para situações nas quais os problemas têm contornos nítidos, enquanto o modelo de *reflexão-em-ação* elaborado por Schön adequa-se melhor à falta de nitidez na definição dos problemas, ou o que pode ser entendido como *wicked problems*². O modelo de Schön implica necessariamente reconhecer o papel ativo que a dimensão tácita do conhecimento do projetista exerce na reprogramação da estrutura da situação-problema, estando diretamente atrelada ao seu envolvimento na percepção e na experiência desta situação não como uma entidade estanque, mas como uma estruturação dinâmica.

O modo como Schön encara o conhecimento projetual dialoga com o entendimento de Cross, Naughton e Walker (1981) acerca da natureza não exclusivamente científica, mas também tecnológica/produtiva do projeto, cujos pensamentos se apoiam em processos relativos de reflexão, induções, descobertas espontâneas e acidentais que, frequentemente, transgridem padrões estabelecidos, visando um benefício maior. Um ponto imprescindível para fundamentar um processo criativo baseado na improvisação na prática projetual contemporânea é discutir o fato de que métodos de projeto e métodos científicos podem ser considerados atividades distintas. Os autores julgam que métodos projetuais se aproximam mais das atividades tecnológicas pois ocorrem em um contexto organizacional, objetivando tarefas práticas, e cuja dimensão tácita permite uma relativa indisciplina em relação às regras e aos códigos preestabelecidos. Já os métodos científicos se estruturam a partir de atividades analíticas, conjecturas, que são objeto de testes, podendo ser comprovadas ou refutadas. Métodos científicos de verificação empírica e lógica tendem a desconsiderar os desvios de comportamento em favor da regularidade dos fatos. É intrínseco ao conhecimento científico permitir que suas

descobertas possam ser racionalmente reconstruídas (CROSS; NAUGHTON; WALKER, 1981). Os autores refutam a noção de que a tecnologia e, conseqüentemente, o projeto, seja uma aplicação direta da ciência, e justificam sua posição afirmando que a prática projetual faz uso de diversos tipos específicos de conhecimentos não científicos.

Projetistas fazem uso de uma variedade de tipos de conhecimento, do conhecimento científico relativo às propriedades dos materiais ao inefável conhecimento de ofício (derivado da aprendizagem, experiência, erros e acertos, etc.) que permitem ao profissional habilidoso saber se uma determinada solução de projeto 'parece' correta (ou incorreta) (CROSS; NAUGHTON; WALKER, 1981, p. 198, tradução nossa).

A visão crítica do projeto, como uma atividade de caráter não científico e não respaldada exclusivamente em processos passíveis de validação, é também compartilhada por diversos autores pertencentes a uma geração extremamente influente para o pensamento projetual nos anos 1960, denominada *Design Methods Group*. Fazem parte dela Victor Papanek, Donald Schön, Christopher Jones, Christopher Alexander, Henry Sanoff, entre outros. Em todos eles podem ser identificados princípios de projeto mais abertos à experimentação, ao erro, à intuição e, assim, à possibilidade de incorporação de ações criativas baseadas na improvisação. Henry Sanoff (2007) comenta, por exemplo, que a produção do conhecimento projetual funda-se num processo de aprendizado constante, de educação continuada e de desenvolvimento de uma consciência que casa simultaneamente o entendimento do problema com suas possibilidades de transformação. A abordagem do autor revela uma visão da prática projetual afastada da mera aplicação normativa e situada como uma estratégia de mobilização diretamente articulada com a ação investigativa e experimental em tempo real, tal qual um músico de *jazz* ao improvisar sobre um tema. Ou seja, não se trata de um processo convergente de eliminação de erros, mas de um processo divergente de hibridação de formas.

A analogia da improvisação auxilia no entendimento de como é possível operacionalizar essa indisciplina que se faz presente em todo processo criativo, do qual o projeto faz parte, a partir da definição de estruturas mais flexíveis nas metodologias de projeto. A dualidade paradoxal entre disciplina e indisciplina deve ser articulada em processos de projeto, e esta articulação entre posições contraditórias é um dos principais atributos da complexidade. A indisciplina ocupa o domínio que escapa ao rigor metodológico e, por esta razão, desafia o caráter científico que alimenta parte significativa da epistemologia projetual. No contexto brasileiro, autores como Fernando Lara (2003) nos revela uma clara visão de que o projetar em arquitetura deve ser pensado como um processo cujo caráter é eminentemente fundado na complexidade, ou seja, na busca por metodologias de produção de conhecimento que associam disciplina e indisciplina. Ao afirmar "*sejamos disciplinados para então celebrarmos nossa deliciosa indisciplina*" (LARA, 2003, p. 7), Lara reforça a importância de considerarmos esta condição de complexidade presente na interação entre oposições. Para que a arquitetura possa dar conta desse outro posicionamento diante da realidade, mais complexo e articulado, é necessário superar determinados comportamentos tradicionais como a abordagem autoral, essencialmente estilística e deslocada de uma maior responsabilidade social. Para Lara, o interesse de uma grande

parcela de arquitetos em conceber formas que “emocionam” ou que exaltam o “gesto do criador”, em busca pelo prestígio, confere um *status*, a nosso ver, perverso e anacrônico ao arquiteto, transformando-o numa espécie de maestro ou autoridade incontestável. O mesmo autor nos apresenta uma definição alternativa para o arquiteto-maestro que nos parece mais coerente a sintonizada com a complexidade dos problemas e dos contextos contemporâneos: o arquiteto-de-*garage-band* (LARA; MARQUES, 2015, p. 6). Nesta condição, ele assume uma posição com maior margem de adaptação, compartilhamento, experimentação e interação horizontal com os demais envolvidos no processo.

A DEMANDA POR ADAPTAÇÃO

Se pudermos ser capazes de aprender e improvisar, a vida poderá ser profundamente significativa e recompensadora (RIJKEN, 2011, p. 154, tradução nossa).

Nos processos projetuais, o conceito de adaptação nos foi apresentado de modo mais sistemático por Christopher Alexander na década de 1960, através da publicação *Notes on the synthesis of form* (1964). O autor se baseava na ideia de que a maneira mais viável para obter adaptação é criar estruturas programáticas configuradas por sistemas e subsistemas interligados, mas relativamente independentes uns dos outros. Alexander considerava que, para que uma determinada forma projetada se adapte de modo coerente ao contexto, o projetista deve ser capaz de organizar as suas diversas camadas de enfrentamento, de modo que cada uma delas possua uma estrutura de resolução própria, independente, mas articulada com as demais. A abordagem do autor trata especificamente da adaptação como esquema metodológico que coordena os processos de concepção da forma e cujas aplicações independem da escala do projeto em desenvolvimento.

Em processos projetuais, a adaptação implica necessariamente um posicionamento aberto à interação e ao diálogo, seja nas articulações do arquiteto com os princípios de organização do projeto (endógeno), seja na apropriação de elementos e informações existentes no contexto no qual se insere (exógeno). Em termos endógenos, há uma demanda pela elaboração de métodos mais dinâmicos de reflexão, de estruturação e encadeamento de ideias que se revelem compartilhados, sendo importante, para isso, explorar métodos de produção do conhecimento projetual a partir da inteligência coletiva e das plataformas-rede de troca de informações. Em termos exógenos, é fundamental conceber espaços, objetos e sistemas abertos às interferências de seus usuários, que se colocam em um regime de mutualidade com o contexto e permitam agregar valor social, cultural e fenomenológico à nossa experiência da realidade.

A adaptação permite aos arquitetos assumir um papel maior de agenciadores dos processos criativos, ao invés de controle absoluto sobre todas as instâncias. Oferece condições para agregar novas escalas de diálogo e interlocução com os usuários, criando mecanismos inéditos de engajamento e capacitação, tornando-os, assim, progressivamente, coautores e participantes. Além disso,

permite construir um olhar mais crítico sobre nossa cultura material, reconhecendo potencialidades e valor naquilo que existe, na sua reapropriação, reutilização, na reciclagem e na ideia de pós-produção. De outra parte, a adaptação remete à improvisação em sua capacidade de reconfiguração circular e dinâmica dos modos de criação e expressão. Ela nos permite avançar sobre os modelos estáticos e lineares de projeção, cuja vinculação estritamente morfológica-funcional se constitui como um campo fechado de experimentação e neutro de diálogo.

No contexto contemporâneo de projeção há uma crescente demanda pela elaboração de estruturas dotadas do que pode ser considerado como abertura sistêmica, ou seja, a capacidade de agenciar uma adaptação continuada com o contexto no sentido de modelá-lo, mas também de serem modeladas por ele. O conceito de sistema introduz, segundo Niklas Luhmann (2009), um novo modelo de ordenação de estruturas com ênfase no intercâmbio, que pode ser traduzido em sistemas que interpretam o mundo e reagem conforme essa interpretação. A ideia de produzir artefatos ou estruturas com qualidades adaptativas leva a uma das principais alterações epistemológicas da prática projetual, qual seja, passar da noção de projeto como *forma* para a noção de projeto como *sistema*.

Métodos de aproximação projetual apoiados em abordagens sistêmicas podem ser identificados nas publicações de Christopher Alexander, Yona Friedman, Nicholas Negroponte e Gordon Pask. Suas abordagens tinham em comum o fato de serem inspiradas no princípio do *feedback*, conceito, por sua vez, derivado dos estudos cibernéticos. Estudos posteriores, realizados por John Frazer (1995) e inspirados nas pesquisas científicas sobre sistemas adaptativos realizadas por John von Neumann e John Holland, deram grande contribuição para a evolução dos métodos de projeto concebidos como estrutura de informações abertas às variações externas.

A viabilidade e a pertinência das análises sistêmicas na cultura projetual contemporânea podem ser identificadas nos dois volumes de *The Autopoiesis of Architecture*, de Schumacher (2011, 2012). O autor recorre a Luhmann como referência fundamental para considerar a arquitetura como um *sistema funcional diferenciado*, dedicado a “*projetar modelos de ordenação que visam agenciar os espaços e as formas produzidas enquanto interfaces para intermediação do humano com todos os outros sistemas*” (SCHUMACHER, 2011, p. 171). Ele se refere especificamente à relação da arquitetura, como disciplina, com outros sistemas diferenciados responsáveis pelo agenciamento de nossa sociedade, tais como: sistema econômico, político, artístico, legal etc. Cada um deles, dotados de regras próprias e particulares, configuram um sistema autônomo que, apesar de se diferenciarem uns dos outros em função destas regras e particularidades, operam entre si de modo articulado. Segundo Schumacher, é função da arquitetura:

[...] *estruturar as comunicações sociais, ou, mais precisamente, continuamente adaptar e reordenar a sociedade contribuindo através da provisão e inovação continuada de ambientes construídos enquanto sistemas estruturados de relações espaciais organizadas e articuladas* (SCHUMACHER, 2011, p. 371, tradução nossa).

Ao considerar a arquitetura como um sistema estruturado de relações espaciais, o autor agrega novos níveis de complexidade à visão até então enfatizada pela herança do modernismo fundada em princípios exclusivamente formais, funcionais e estéticos. A abordagem de Schumacher permite considerar espaços e objetos como sistemas dotados de um comportamento e uma capacidade responsiva exógena que possibilita a eles não apenas articular relações espaciais, mas integrá-las com relações informacionais. Essa visão pode ser também explorada a partir da noção de congruência e interação elaborada por Humberto Maturana. Admitindo que a arquitetura seja um sistema, temos como meio o espaço no qual ela está inserida e que compreende elementos contextuais, usuários, o ambiente social etc. Sob a ótica de Maturana, o sistema e o meio estão em mudança estrutural contínua, cada um se comportando de acordo com sua própria dinâmica estrutural, mas sendo modulados pelas mudanças estruturais desencadeadas pelos encontros recursivos de suas interações (MATURANA, 2001). Assim, todos os sistemas em interação recursiva mudam juntos, congruentemente.

Todavia, é importante considerar que grande parte da produção arquitetônica atual não é sequer imaginada de tal forma, muito menos apresenta tais qualidades recursivas. A arquitetura atual caminha a passos lentos na aquisição de potencial sistêmico que lhe permita incorporar, em suas estruturas, uma dimensão congruente e recursiva na sua interação com o contexto. Consequentemente, vem havendo um comprometimento significativo tanto da qualidade do contexto em que vivemos quanto da nossa própria condição de habitabilidade nesses mesmos contextos.

Em razão desta demanda por sistemas congruentes nas estruturas artificiais, a adaptação vem sendo considerada uma condição fundamental para agregar valor aos processos de projeto e para incorporar, no arquiteto, uma função social mais coerente com a complexidade de nossa realidade. A concepção e o desenvolvimento do projeto devem estar articulados com questões diretamente ligadas à sua experiência, e ao modo como ele evolui congruentemente em relação ao contexto em que se encontra. Essa dimensão cibernética das estruturas e ambientes artificiais envolve novos desafios para a prática projetual, e delinea caminhos para uma outra epistemologia da projeção.

Simultaneamente aos desafios sistêmicos e adaptativos da projeção, evoluem paralelamente as linguagens de programação e computação, cujas qualidades abertas e interativas engendram novas possibilidades de adaptação e evolução para sistemas artificiais. O caminho a ser traçado em direção à qualidade sistêmica dos espaços e objetos artificiais produzidos pelo humano pode ser realizado via sua intermediação pelos recursos computacionais e tecnologias numéricas. Existem precedentes históricos que revelam que, desde os primeiros projetos dedicados a investigar a adaptação em processos e sistemas artificiais, ainda nos anos 1960, até as mais recentes experiências com a parametrização, sempre houve uma articulação estreita entre o discurso cibernético e sua operatividade via computação. O crescente acesso de arquitetos ao universo dos programadores tem revelado um novo campo de forças com potencial de elaboração de modelos abertos de ordenação, outras formas de trabalho e compartilhamento de informações a partir de redes e plataformas articuladas em níveis globais.

A DEMANDA POR PROGRAMAÇÃO

Nos dias atuais, a programação na arquitetura se tornou um processo muito mais aberto, inspirado pela capacidade de gerar modos de expressão novos e sem precedentes (SILVER, 2006, p. 9, tradução nossa).

Ao fazer esta afirmação, Mike Silver aponta para um campo de possibilidades de reflexão que ainda tem muito a oferecer para aos processos projetuais contemporâneos. As tecnologias numéricas ampliaram o entendimento e os modos de aplicação do conceito de programação na arquitetura. Em uma cultura especialmente modelada pela tecnologia numérica, o arquiteto dispõe de habilidades para analisar e propor novos modos de criar, distribuir, acessar, compartilhar, remixar, produzir, projetar conteúdos e objetos materiais e imateriais diretamente saídos da cultura do *software*. É na ciência da computação que podemos encontrar termos, categorias e operações inéditos que caracterizam nossa cultura e nossos métodos de ação (MANOVICH, 2008).

De acordo com Flusser (2007), o conceito de programa tornou-se central no debate contemporâneo. Muito embora os arquitetos já estejam há muito tempo familiarizados com a utilização do conceito de programa no contexto projetual, com a computação ele assume uma outra dimensão ontológica, mais central e mais tática. Se, no passado, a programação de computadores era uma área do conhecimento restrita aos estudiosos da computação, atualmente ela vem ocupando uma parte significativa do trabalho de um grupo crescente de arquitetos, *designers*, artistas, inventores, *makers* e *hackers*. A programação se tornou um importante meio para criar sistemas interativos, configurar e parametrizar *softwares* e mecanismos de *hardware*, controlar sistemas de fabricação digital, agenciar redes e plataformas colaborativas de trabalho, e para a visualização de dados, simulações complexas etc. Além disso, a programação caminha no sentido de ser a linguagem padrão para todos aqueles que não se limitam a apenas utilizar *softwares* e *hardwares*, mas também desejam criticá-los, discuti-los, reconfigurá-los, reinventá-los, ou seja, aprofundar-se no universo digital. As linguagens digitais trouxeram outras formas de raciocínio não linear, agenciaram a configuração de uma inteligência coletiva extremamente potente, instauraram outras referências estéticas e desencadearam toda uma lógica de comportamento que, em função de sua variabilidade, abre caminho para um pensamento mais dinâmico, adaptativo, experimental e improvisacional.

Segundo Schumacher (2012), processos projetuais via *scripts* de programação computacional vêm “substituindo” a manipulação direta de morfologias individuais. Na verdade, cabe ressaltar que não se trata propriamente de uma substituição, como coloca o autor, mas de um acoplamento das funções recursivas computacionais ao processo de geração e teste dos modelos e simulações tradicionais, oferecendo a eles uma condição de experimentação muito mais dinâmica. Essa condição estende-se, também, aos equipamentos de *hardware*, como microcontroladores, atuadores, sensores, impressoras 3D, máquinas de corte a *laser*, que ainda demandam um conhecimento de programação para que possam ser explorados profundamente. Mas, mais

importante que obter acesso aos *softwares* e *hardwares*, a programação é o recurso que permite a emergência dos movimentos de código livre, da cultura *hacker*, de práticas alternativas e subversivas da cibercultura, incluso o *do-it-yourself*, *do-it-with-others*, *opensource*, *openhardware*, que, juntos, consolidam as bases das práticas improvisacionais contemporâneas.

Concorda-se com o pensamento de Pla-Catala (2013), para quem uma nova cultura não analógica de projeto, fundada na experimentação de procedimentos digitais, emerge abarcando todas as esferas da prática projetual. Essa evolução traz, segundo a autora, uma nova dimensão para o pensamento projetual, mais cibernética, distribuída, em que a linearidade na resolução dos problemas se converte em recursividade e encadeamento de informações. Uma transformação epistemológica importante ressaltada pela arquiteta catalã é a maior relevância dada pelos arquitetos para uma processualidade implícita voltada para a programação do projeto, ao invés de para a modelagem explícita de uma forma específica. Fato é que as linguagens computacionais têm realmente um papel determinante na revisão epistemológica dos processos de projeto. A linearidade e a composição morfológica tradicional do período clássico, moderno e pós-moderno dão lugar a uma correlação muito mais dinâmica entre os condicionantes projetuais e as possíveis soluções para o sistema a ser desenvolvido. A evolução ontológica da programação nos processos projetuais permite considerar que o programa, tradicionalmente compreendido como a primeira etapa de projeto, no qual são definidos os requisitos funcionais, torna-se, agora, o próprio ato de projeção, e envolve toda a rede de comportamentos e adaptações possíveis de serem executadas em um sistema.

Pensar o projeto como programação oferece condições para o desenvolvimento do que Greg Lynn (2013) denomina de sistemas maleáveis, aqueles que possuem a qualidade de gerar conexões imprevistas diante das contingências contextuais, culturais, funcionais, estruturais e econômicas, ou seja, a qualidade de ser variável, inconstante, em resposta a situações favoráveis e desfavoráveis que acontecem por acaso. Para Lynn, a vicissitude de um sistema configura uma astúcia tática para envolver a complexidade.

O conceito de programação remete a uma ação inerentemente metodológica, que ganhou ênfase com as linguagens computacionais. Trata-se basicamente da divisão de um problema em subproblemas, definindo variáveis e funções que, submetidas a uma rotina pré-determinada, visam cumprir condições específicas. É um processo de redação de um conjunto complexo de regras e funções que irão coordenar um determinado processo de cálculo. No contexto da arquitetura, ele assume uma compreensão análoga, embora não restrita aos domínios do cálculo matemático, uma vez que envolve um sistema de relações e interdependências comunicacionais, semiológicas e fenomenológicas presentes como requisitos e condicionantes projetuais. Entendido como princípio operativo que coordena o comportamento de um processo de resolução de problemas projetuais, o programa pode ser relacionado ao conceito de *frames*, ou estruturações. Uma análise da expressão “um programa roda no computador”, permite discutir um aspecto inerente ao conceito de programação e que conecta a lógica dos sistemas digitais e dos processos de projeto: as operações

recursivas. Ambos operam por ciclos autorreferenciais, girando continuamente as análises entre *inputs* e *outputs*. Donald Schön (1983) comenta que o processo de produção do conhecimento projetual é também um processo de conversação recursiva entre o arquiteto e a situação-problema. Nos termos de Schön (1983, p. 131, tradução nossa), “o processo espirala através de estágios de apreciação, ação e reapreciação”.

A difusão do pensamento projetual baseado em programações se tornou mais recorrente com as investigações de Marcos Novak que, ainda nos anos 1990, defendeu a necessidade de encontrar novos meios para descrever, gerar e transformar o caráter fluido e metamórfico da arquitetura. Suas reflexões consideravam que “*pela primeira vez na história o arquiteto é demandado a projetar não o objeto em si, mas os princípios pelos quais ele é gerado e variado ao longo do tempo*” (NOVAK, 1991, p. 2, tradução nossa). Estes processos são também identificados como abordagens metaprocessuais, às quais Novak frequentemente se referia como *metamorphosis*: uma mudança em um aspecto de uma entidade como uma função que altera outros aspectos. Na visão de Novak, o desenvolvimento de novos meios computacionais recodifica o conhecimento arquitetônico de tal forma que nossa concepção da arquitetura torna-se cada dia mais próxima da música. O autor considera que a arquitetura vem adquirindo outras qualidades morfológicas que permitem a ela ser alterada em função de estruturas de referência, algo equivalente a uma partitura.

As reflexões de Novak encontram-se totalmente atreladas ao conceito de ciberespaço e, a partir dele, ao de cibernética. Considerando o ciberespaço como este espaço de múltiplas relações e interações, a cibernética é o corpo teórico que permite entender como estas relações e interações acontecem. Dentre as muitas definições da cibernética apresentadas por Paul Pangaro e Hugh Dubberly (2010), destaca-se aquela em que a cibernética é considerada como “*o estudo dos aspectos imateriais dos sistemas*” (PANGARO; DUBBERLY, 2010, p. 5, tradução nossa). Recuperada dos estudos de W. Ross Ashby, essa definição traz à tona a ideia de que sistemas artificiais podem apresentar um domínio comportamental. Esta qualidade comportamental é adquirida via programações complexas, por meio das quais tais sistemas passam a perceber o contexto, processar as informações nele coletadas, responder a elas e, ainda, redefinir seus parâmetros internos a partir da análise continuada dessas informações. As principais contribuições que a cibernética oferece para o pensamento projetual contemporâneo residem na consideração deste domínio comportamental das estruturas projetadas. Além disso, sistemas cibernéticos têm como fundamento básico a circularidade processual e as relações de *feedback* ou retroalimentação que, em um nível mais ampliado, podem ser pensadas também como processos de reflexão, pensamento e produção de conhecimento. Tanto em termos das estruturas projetadas quanto dos processos de reflexão, há uma demanda pela investigação de mecanismos que promovam a circularidade e a evolução das formas. Por trás deste enorme potencial de variabilidade, as linguagens eletrônicas têm comprovado que há um arranjo programático complexo que merece ser explorado.

A DEMANDA PELO HÍBRIDO

A pergunta não é “o que fazer de novidade”, mas “o que fazer com isso”? (BOURRIAUD, 2009, p. 9).

Em uma cultura inflacionada por informações, códigos, signos e referências, Nicholas Bourriaud considera que a produção de singularidades é tão ou mais importante do que a criação de novas informações. A análise da cultura contemporânea, realizada pelo autor, revela traços característicos de uma cultura da acumulação. Neste contexto de acumulação, o autor identifica um conjunto diversificado de produções artísticas que nascem e se desenvolvem a partir da apropriação de todo tipo de objeto produzido pela nossa cultura, tendo como objetivo *pós-produzi-los*. As práticas artísticas de pós-produção adotam procedimentos repletos de referências improvisacionais que nos auxiliam a introduzir e contextualizar modalidades operativas contemporâneas extremamente hibridizadas.

A pós-produção consiste na apropriação de objetos e formas culturais existentes e em circulação como ponto de partida para a criação de novos repertórios e versões atualizadas. Ela opera em um campo de intensa experimentação processual e seus objetivos ultrapassam, tanto crítica quanto operativamente, a relação com objetos existentes, estabelecida em ações de restauro ou recomposição, por exemplo, e recupera parcialmente o caráter de deslocamento de sentido do objeto apropriado, em Marcel Duchamp, na série *readymades*. Naquilo que poderia ser superficialmente chamado de uma outra versão atualizada dos *readymades*, Bourriaud avalia que as práticas artísticas de pós-produção buscam uma concordância com a visão de que atribuir uma nova ideia a um objeto e inseri-lo em novos enredos é um ato semelhante à uma micropirataria. Retomando a ideia proposta por Vilém Flusser, em *O Mundo Codificado*, de que cada objeto produzido pelo humano é dotado de um programa, ou um conjunto de “*possibilidades prescritas*” (FLUSSER, 2007, p. 64), a pós-produção age no sentido de desprogramá-los, remover seus códigos, para em seguida reprogramá-los sob novas condições. Trata-se, portanto, de uma forma de recodificação, ao molde dos *hackers*.

Destaca-se o caráter híbrido e circular da pós-produção, que desafia, no cerne da cultura da acumulação, a predominância da novidade e da busca heroica pelo inédito e pelo sublime (BOURRIAUD, 2009). A pós-produção busca reinserir os temas sobre os quais trabalha em novos ciclos e narrativas. Bourriaud destaca que a tecnologia eletrônica teve papel determinante nas práticas de pós-produção, potencializando a emergência da cultura híbrida a partir de personagens como o *deejay*, os programadores, e suas táticas de sampleamento, remixagem, *scratching* e reutilização de fragmentos artísticos. Aprofundando sua descrição acerca do *deejay*, Bourriaud (2009, p. 39) nos conta que seu trabalho:

[...] consiste em mostrar seu itinerário pessoal no universo musical e encadear esses elementos numa determinada ordem, cuidando da construção de um ambiente (ao vivo, com o público, que reage aos seus movimentos) [...] seu estilo revela-se na capacidade de habitar uma rede aberta e na lógica que organiza as ligações.

O *deejay* é um personagem paradigmático da cultura híbrida. Ele é o sujeito principal da tecnocultura e da prática da remixagem. Seu modo de trabalho desafia valores tradicionais estabelecidos como a cultura da autoria. A tecnocultura, por sua vez, potencializa a abertura de novas redes de informação, de relação e comunicação, complexificando o modo como nossa cultura material e imaterial é pensada e produzida. Todavia, ela cria forças cujos sentidos se opõem, como democracias singulares de acesso a dados e, ao mesmo tempo, novos mecanismos de controle. Muitas das iniciativas improvisacionais de tecnocultura derivam de um desejo de driblar estas estratégias de controle, como, por exemplo, as práticas *opensource*, os *softwares sharewares* e as licenças *creative commons*. São táticas originais de ação que merecem uma análise aprofundada na atualidade, muito em função do modo hibridizado como se manifestam (CERTEAU, 2011). Apesar das recorrentes tentativas de controle e das constantes críticas a estas produções por apropriação, é importante reconhecer o *hacker* como um personagem central da improvisação contemporânea. O seu desafio, imposto aos limites da autoria e do controle, permite-nos entrever uma rica habilidade de apropriação, reprogramação e recodificação de sistemas, o que o torna protagonista nos processos de pós-produção. Além disso, destacam-se a capacidade de agregação entre *hackers* e suas habilidades em construir redes de trabalho com alto grau de autonomia e cooperação.

Muitas são as implicações desta tecnocultura da acumulação na atividade projetual contemporânea. Mesmo considerando que grande parte da atividade projetual ainda repouse no modelo da originalidade, do inédito e do autoral, as práticas de pós-produção arquitetônica têm se tornado mais comuns a cada dia e, mais do que isso, vêm sendo reconhecidas como parte importante da autopoiese da arquitetura.

Contrárias a essa postura, pesquisas realizadas por Eric von Hippel (2005) comprovam que processos significativos de inovação vêm ocorrendo em circuitos menos espetaculares, mais compartilhados e informais. Hippel afirma que projetos de código aberto (*opensource*) são práticas que vêm nos ensinando caminhos por meio dos quais profissionais e usuários podem criar, difundir, cooperar e desenvolver mutuamente sistemas e produtos complexos no contexto de comunidades de inovação. Infelizmente, uma parcela significativa dos profissionais de projeto ainda não se convenceu da importância destas redes de inovação para a cultura projetual e o seu potencial para lidar com a complexidade crescente dos problemas de projeto. O autor nos alerta que, em contextos de complexidade, é necessário reconhecer as limitações de processos de projeto *topdown*³ e buscar novas alternativas de agenciamento dos problemas em modelos de organização *bottom-up*⁴.

Os modelos de organização emergente e os modos alternativos de produção não estandardizada são objetos de estudo de Charles Jencks e Nathan Silver (2013). Os autores realizam um estudo comparativo entre construtos pós-produzidos realizados em diversas culturas e produtos serializados derivados das grandes corporações. Neste estudo, comprova-se que, se, por um lado, há uma tendência mundial orientada no sentido de angariar o máximo de consumidores através de produtos estandardizados, nos moldes do que, na

³ *Topdown* significa metodologia “de cima para baixo”, isto é, caracterizada por hierarquias rígidas e sistemas de decisão centralizados (JOHNSON, 2003, p. 36).

⁴ *Bottom-up* está relacionado com metodologias baseadas no princípio da emergência. A emergência é tratada por Johnson (2003) como uma manifestação ascendente, a antítese do *topdown*. Para o autor, a emergência é um comportamento “debaixo para cima”, em que interações paralelas entre agentes locais dão origem a padrões de nível global (JOHNSON, 2003, p. 14).

arquitetura, é definido como *Estilo Internacional*, por outro, há uma crescente parcela da sociedade que vem buscando mecanismos competitivos para desenvolver soluções personalizadas, únicas. Esta parcela vem se organizando em redes e plataformas digitais, explorando mecanismos de auto-organização e emergência, e dando forma a um novo imaginário possível baseado na apropriação e customização de bens, produtos e serviços. Sobre estas produções voltadas para propósitos específicos, os autores comentam:

Atualmente estamos imersos em forças e ideias que impedem o cumprimento dos propósitos humanos; grandes corporações padronizam e limitam nossa escolha; filosofias do behaviorism condicionam as pessoas a negarem sua liberdade potencial; ‘arquiteturas modernas’ tornam-se a convenção para o ‘bom gosto’ e uma desculpa para a negação da pluralidade das necessidades atuais. Mas um novo modo de ação direta está emergindo, o renascimento de uma moda e um estilo democrático, onde todos podem criar seus ambientes pessoais fora dos subsistemas impessoais, sejam eles novos ou velhos, modernos ou antiquados. Através da compreensão das necessidades imediatas, pela combinação de partes adhoc, o indivíduo cria, sustenta e transcende a si mesmo. Dar forma ao ambiente local rumo a finalidades desejadas é a chave para a saúde mental; o meio ambiente atual, inexpressivo e indiferente, é a chave para a estupidez e a lavagem cerebral (JENCKS; SILVER, 2013, p. 15, tradução nossa).

⁵ *Adhoc*: locução latina que significa “para isso”, ou “que se destina a um fim específico” (Dicionário Priberam da Língua Portuguesa).

Destaca-se, nesta passagem, o modo de ação direta, que é como agem estes modelos *ad hoc*⁵. Os autores comentam que estes modelos renovados de produção possuem qualidades em criar conjunções entre sistemas existentes, reutilizar objetos que se encontram em estado de abandono, pôr em prática acoplamentos, ajustes e adaptações em infraestruturas degradadas, e podem ser vistas em diferentes escalas: desde objetos de uso cotidiano, como cadeiras e eletrodomésticos, até intervenções urbanas.

CONCLUSÃO

As reflexões apresentadas aqui convergem para o entendimento de que é não apenas possível, mas desejável que práticas de caráter improvisacional, ou seja, fundadas na adaptação continuada e na articulação entre conhecimentos diferenciados, venham a ser incorporadas com maior ênfase em processos projetuais, notadamente em contextos de complexidade. Através da associação entre flexibilidade, instantaneidade e complementaridade, revela-se um campo ampliado de possibilidades de reflexão-e-ação para a prática criativa contemporânea que, impulsionada pela diversificação de mecanismos computacionais de processamento, cria um solo fértil para abordagens renovadas dedicadas aos estudos de complexidade. É neste sentido que se considera uma revisão epistemológica da prática projetual: a partir de um novo olhar sobre procedimentos até então vistos com resistência, como é o caso das práticas de improvisação, cuja dimensão espontânea, tática e hibridizante ganha hoje relevância e suporte operativo através das amplas possibilidades de reprogramação do ambiente tecnológico, cultural e material que nos cerca.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, Christopher. *Notes on the synthesis of form*. 3. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1964.
- BOURRIAUD, Nicholas. *Pós-produção: como a arte reprograma o mundo contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- CROSS, Nigel; NAUGHTON, John; WALKER, David. Design method and scientific method. *Design Studies*, v. 2, n. 4, p. 195-201, 1981.
- DICIONÁRIO PRIBERAM DA LÍNGUA PORTUGUESA. [online]. Adhoc [verbete]. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/adhoc>>. Acesso em: 19 out. 2014.
- DORST, Kees. The core of 'design thinking' and its application. *Design Studies*, v. 32, n. 6, p. 521-532, 2011.
- DORST, Kees; DIJKHUIS, Judith. Comparing paradigms for describing design activity. *Design Studies*, v. 16, n. 2, p. 261-274, 1995.
- FISCHER, Gerhard; GIACCARDI, Elisa. Meta-design: a framework for the future of end-user development. In: LIEBERMAN, Henry; PATERNO, Fabio; WULF, Volker. (Eds.). *End user development - empowering people to flexibly employ advanced information and communication technology*. Dordrecht: Kluwer Academic Publisher, 2004. p. 427-447.
- FLUSSER, Vilém. *O mundo codificado: por uma filosofia do design e da comunicação*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- FRAZER, John. *An evolutionary architecture*. Londres: AA Publications, 1995.
- HIPPEL, Eric von. *Democratizing innovation*. Cambridge: The MIT Press, 2005.
- JENCKS, Charles; SILVER, Nathan. *Adhocism: the case for improvisation*. Cambridge: MIT Press, 2013.
- JOHNSON, Stephen. *Emergência: a vida integrada de formigas, cérebros, cidades e softwares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- LARA, Fernando; MARQUES, Sonia. O ensino de arquitetura no Brasil: na vida real, a história é diferente. In: SEMINÁRIO PROJETAR. 7., 2015, Ponta Negra, Natal. *Anais...* Natal: PPGAU/UFRN, 2015. P. 1-9. Disponível em: <<http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/1968/1/M009.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2016.
- LARA, Fernando. Condenados à eterna (in)disciplina. Reflexões a respeito do ato de projetar com eixo do conhecimento arquitetônico. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE ENSINO E PESQUISA EM PROJETO DE ARQUITETURA, 1., 2003, Natal. *Anais...*, Natal: PPGAU/UFRN, 2003. Disponível em: <<http://projedata.grupoprojetar.ufrn.br/dspace/bitstream/123456789/1111/1/MR11.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2016.
- LYNN, Greg. Curvilinearidade arquitetônica: o dobrado, o maleável e o flexível. In: SYKES, Krista. (Ed.). *O Campo ampliado da arquitetura: Antologia Teórica 1993-2009*. São Paulo: Cosac Naify, 2013. p. 27-51.
- LUHMANN, Niklas. *Introdução à teoria dos sistemas*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MANOVICH, Lev. Estudos de software. In: BARRETO, Ricardo; PERISSINOTO, Paula. (Eds.). *Festival Internacional de Linguagem Eletrônica*. São Paulo: File/Sesi, 2008. p. 253-263.
- MATURANA, Humberto. *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2001.
- MOLSON, I. *Saying something - jazz improvisation and interaction*. Chicago: University of Chicago, 1996.
- NOVAK, Marcos. Liquid architecture in cyberspace. In: BENEDITK, Michael (Ed.). *Cyberspace: first steps*. Massachusetts: MIT Press, 1991. p. 225-254.
- OXFORD AMERICAN DICTIONARY. [online]. On-the-spot [verbete]. Disponível em: <http://www.oxfordlearnersdictionaries.com/us/definition/english/spot_1#spot_1__542>. Acesso em: 10 fev. 2015.
- PANGARO, Paul; DUBBERLY, Hugh. *Introduction to cybernetics and the design of systems*. 2010. Disponível em: < http://pangaro.com/CUSO2014/Cybernetics_Book_of_Models-v4.6b-complete.pdf >. Acesso em: 17 out. 2013.

PLA-CATALA, Anna. Computation/Performance. In: STOUFFS, Rudi; SARIYILDIZ, Sevil. (Eds.) *31st eCAADe Conference*. vol. 2. Delft, Holanda: Faculty of Architecture, Delft University of Technology, 2013. p. 579-586.

RIJKEN, Dick. Design literacy: organizing self-organization. In: ABEL; Bas Van et al. (Eds.). *Open Design Now: why design cannot remain exclusive*. Netherlands: BIS Publisher, 2011. p. 152-158.

SANOFF, Henry. Special issue on participatory design. *Design Studies*, v. 28, n. 3, p. 213-215, 2007.

SCHÖN, Donald. *The reflective practitioner: how professionals think in action*. New York: Basic Books, 1983.

SCHUMACHER, Patrik. *The autopoiesis of architecture: A New Framework for Architecture*. v. 1. Chichester: John Wiley & Sons, 2011.

SCHUMACHER, Patrik. *The autopoiesis of architecture: A New Agenda for Architecture*. v. 2. Chichester: John Wiley & Sons, 2012.

SILVER, M. Towards a programming culture in design arts. In: SILVER, M. (Ed.). *AD Programming Cultures, Art and Architecture in the age of software*, v. 76, n. 4, p. 5-11, 2006.

Nota do Editor

Data de submissão: 26/01/2016

Aprovação: 30/03/2016

Revisão: Ana Godoy

Bruno Massara Rocha

Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo.

CV: <http://lattes.cnpq.br/9615675251535367>

bmassara@gmail.com

Bruno Amaral de
Andrade
Renata Hermann de
Almeida

P

ATRICK GEDDES e A ESCOLA
TERRITORIALISTA ITALIANA:
APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS e
METODOLÓGICAS. REFLEXÕES A
PARTIR DA PARTICIPAÇÃO DE
CRIANÇAS NA REPRESENTAÇÃO DE
VALORES PATRIMONIAIS DA CIDADE
DE SANTA LEOPOLDINA – ES / BRASIL

RESUMO

O estudo de Patrick Geddes sobre a criança na cidade reporta às Mostras sobre o Bem-Estar da criança, bem como ao interesse por estudos acerca das origens históricas e geográficas das cidades, a partir de fábulas ligadas às condições simples e naturais da relação do homem com o meio ambiente, por exemplo, estórias de caçador, mineiro, lenhador, pastor, camponês e pescador. A Escola Territorialista Italiana, de Alberto Magnaghi, revisita de maneira crítica e reflexiva a abordagem participativa precursora do pensamento geddesiano e desenvolve método, técnica e instrumento para a participação de crianças como atores-protagonistas na representação e no projeto do território. Com efeito, este artigo discute a representação de valores por crianças em sítio histórico de valor patrimonial, originalmente ocupado por imigrantes de origem germânica, a cidade de Santa Leopoldina, no Estado do Espírito Santo, Brasil. Isso é feito tendo por referência desenhos elaborados por alunos de faixa etária entre 11 e 15 anos, desenvolvidos individual e coletivamente. Os desenhos, produzidos por diferentes estratégias lúdico-pedagógicas, revelam maior relação afetiva com o ambiente paisagístico do que com o ambiente urbano.

PALAVRAS-CHAVE

Geddes, Patrick, 1854-1932. Escola Territorialista Italiana. Representação de valores. Participação de crianças. Santa Leopoldina – ES/Brasil.

PATRICK GEDDES Y LA ESCUELA TERRITORIALISTA ITALIANA: ENFOQUES CONCEPTUALES Y METODOLÓGICOS. REFLEXIONES DESDE LA PARTICIPACIÓN DE NIÑOS EN LA REPRESENTACIÓN DE LOS VALORES PATRIMONIALES DE LA CIUDAD DE SANTA LEOPOLDINA – ES / BRASIL

PATRICK GEDDES AND THE ITALIAN TERRITORIALIST SCHOOL: CONCEPTUAL AND METHODOLOGICAL APPROACHES. REFLECTIONS ON THE PARTICIPATION OF CHILDREN IN THE REPRESENTATION OF HERITAGE VALUES AT SANTA LEOPOLDINA CITY – ESPÍRITO SANTO STATE /BRAZIL

RESUMEN

El estudio de Patrick Geddes sobre el niño en la ciudad, que se remonta a las Exhibiciones del Bienestar del Niño, así como el interés por los estudios de los orígenes históricos y geográficos de las ciudades desde fábulas vinculadas a las condiciones simples y naturales de la relación del hombre con el medio ambiente; por ejemplo, historias de cazador, minero, leñador, pastor, agricultor y pescador. La Escuela Territorialista Italiana, de Alberto Magnaghi, revisita de manera crítica y reflexiva el abordaje participativo precursor del pensamiento geddesiano, y desarrolla el método, la técnica y herramienta para la participación de los niños como actores-protagonistas en la representación y en el proyecto del territorio. De hecho, este artículo aborda la representación de los valores por los niños en sitio histórico, originalmente ocupado por inmigrantes de origen germánico, la ciudad de Santa Leopoldina, Espirito Santo, Brasil. Esto es hecho con diseños de referencia desarrollados por estudiantes de edades comprendidas entre 11 y 15 años, desarrollados individual y colectivamente. Los dibujos producidos por diferentes estrategias recreativas y educativas, revelan una mayor relación emocional con el ambiente paisajístico que con el ambiente urbano.

PALABRAS CLAVE

Geddes, Patrick, 1854-1932. Escuela Territorialista Italiana. Representación de valores. Participación de los niños. Santa Leopoldina – ES / Brasil.

ABSTRACT

The study conducted by Patrick Geddes of the child in the city, dates back to the *Child-Welfare Exhibitions*, as well as his interest in studies of the historical and geographical origins of cities, based on fables linked to the simple and natural condition of man in his relationship with the environment, in narratives of hunters, miners, lumberjacks, shepherds, farmers and fishermen. The Italian Territorialist School, from Alberto Magnaghi, revisits critically and reflectively the pioneering participatory approach of the Geddesian thought, and develops methods, techniques and tools for the participation of children as actors-protagonists in the representation and in designing the territory. Indeed, this article discusses the representation of heritage values by children, at a historical site originally occupied by Germanic immigrants, which is the city of Santa Leopoldina, located in the state of Espirito Santo, Brazil. In order to conduct the research, we have made use of the drawings executed by students, age between 11 and 15 years, developed individual and collectively. The drawings, produced through different recreational and educational strategies, reveal greater emotional relationship with the landscape environment than with the urban environment.

KEYWORDS

Patrick Geddes. Italian Territorialist School. Representation of Values. Children's Participation. Santa Leopoldina City – Espirito Santo State / Brazil.

A ATUALIDADE DE PATRICK GEDDES NO CAMPO DO PLANEJAMENTO URBANO

A relevância da obra de Patrick Geddes, no que tange à discussão da dupla temática “Participação cidadã e Representação de Valores”, é considerada contemporânea, dada a atualização de suas proposições e ações ao *patrimônio urbano* articulados aos endereços projetuais de conservação, valorização, requalificação e transformação, com suporte ativo de atores sociais locais (MAGNAGHI; GIACOMOZZI, 2009; MAGNAGHI, 2010). Da criação da *Civics*, ramo da sociologia que estuda a cidade, à constituição da *Outlook Tower*, observatório e laboratório urbano, o pensamento geddesiano tece uma correlação entre pensamento e ação, ciência e prática, sociologia e moral, tendo como lema “*Levantamento Urbano para o Serviço Urbano*” (GEDDES, 1994). Este artigo propõe um recorte temático no que se refere à participação das crianças, com o intuito de investigar a releitura da proposição de Geddes pela Escola Territorialista Italiana, com um particular interesse na compreensão da relação de valores com o território, por meio da técnica de livre expressão, representada por desenhos infantis relativos à cidade de Santa Leopoldina, no Estado do Espírito Santo, Brasil.

Choay (2008, p. 11-12) classifica o pensamento geddesiano no urbanismo *antropopoli*, identificado como uma linha teórica-crítica de “segundo grau” correspondente ao modelo culturalista de “projeção espacial, de imagens, da cidade futura”. Em consonância com Marcel Poète, Lewis Mumford, Jane Jacobs, Leonard Duhl e Kevin Lynch, Geddes buscar e integrar o problema urbano no seu contexto global, com referências fornecidas pela antropologia descritiva. O seu caráter empírico e a variedade de angulação teórico-metodológica permitem a identificação de três tendências correspondentes a três abordagens metodológicas. Geddes está presente na abordagem *Assentamento humano como raiz temporal: uma urbanística de continuidade*, e a afirmação da necessidade de reintegrar o homem concreto e completo no processo de planejamento urbano, valorizando a história e o patrimônio. Propõe um projeto urbano a partir de um levantamento analítico acerca de um conjunto complexo de fatores, com referência ao método *sociological surveys*.

Geddes (1994, p. 117-118) salienta ser a verdadeira cidade aquela governada pelos próprios habitantes, cujo ideal da relação cidadão e autogoverno remonta à antiga acrópole grega. Explica que os esquemas de planejamento vigentes no início do século 20 são unilaterais e direcionados majoritariamente ao desenvolvimento industrial, com insuficiente proposição de espaços públicos, considerados elementos essenciais para a sobrevivência humana e a participação da comunidade local. O estudo sobre a criança na cidade remonta às “Mostras sobre o Bem-Estar da criança”, bem como seu interesse por estudos das origens históricas e geográficas das cidades a partir da perspectiva das crianças, ligadas às condições simples e naturais da relação do homem com o meio ambiente, que narram histórias de caçador, pastor, mineiro, lenhador, camponês e pescador. Operacionalmente, sugere a realização de um “Levantamento Urbano” como uma forma de conhecimento sistemático da história e do desenvolvimento da cidade, dotado de teoria urbana e interpretação sociológica. O “Levantamento de Edimburgo”, realizado na *Outlook Tossir* e apresentado na “Mostra de Planejamento Urbano: informes e

objetivos”, realizada em Ghent, em 1913, é apresentado como um projeto piloto para a análise de cidades, grandes e pequenas, nas quais “[...] a arquitetura [...] não é mais do que a expressão cambiante desse grande processo, e o seu planejamento não é mais que um registro, ou melhor, é o palimpsesto” (GEDDES, 1994, p. 118). Defende, ainda, a criação da *Outlook Tower* como observatório e laboratório urbanos, instituição necessária em cada cidade, tecendo uma correlação entre pensamento e ação, ciência e prática, sociologia e moral, com o lema “*Levantamento Urbano para o Serviço Urbano*” (GEDDES, 1994, p. 131). Para evitar a estagnação ou o declínio das cidades, Geddes (1994, p. 143) cita, respectivamente, o caso de Edimburgo e Dundee, e o de Dublin, explicando ser somente possível propor diagnóstico e respectivo tratamento por meio de um levantamento prévio, estudando causas e efeitos de cada caso.

Ao definir como finalidade do planejamento urbano o atendimento às necessidades da vida na cidade, o ajuste de seu crescimento e o fomento ao seu progresso, Geddes não só posiciona a compreensão da cidade como objetivo, como afirma o papel fundamental da educação para o planejamento urbano, no que se refere à formação técnica de planejadores e à instrução da população. Sugere uma *School of Civics*:

[...] com seu observatório e museu de levantamento, seus escritórios de desenho e escritório comercial, deve tornar-se uma instituição familiar em cada cidade, com sua biblioteca especializada, em franco desenvolvimento, com muitos usuários, tudo como se fosse uma verdadeira central elétrica de pensamento e empreendimentos urbanos (GEDDES, 1994, p. 143-144).

Geddes reflexiona ainda a respeito do conceito de *Centro Urbano*, para além de um amontoado de monumentos, como um *locus* de interação vital entre pensamento e ação. Esse entendimento é promovido a partir de estudos relacionados às cidades clássicas e grandes capitais; raça, população e bem-estar da criança; e origens geográficas e históricas. Da mesma maneira, salienta a importância da investigação da “Ciência das Cidades”, para rever as atividades urbanas do passado, as necessidades do presente, e as possibilidades do futuro; apontando caminhos projetuais para o reencontro com a visão e realização da arte do passado de construir cidades - que supôs cidadania - como uma possibilidade de orquestrar sentimento social e projeto racional.

Para compreender a memória e o espírito da cidade, suas qualidades e defeitos, seu lugar na história da civilização, é preciso vivenciá-la, pois “*se estamos em Roma, sejamos como os romanos*”; “*sintamo-nos em casa, integrados na vida e nas atividades características da cidade, nos movimentos culturais e sociais desse lugar que nos acolhe por um pouco de tempo*”. O planejador urbano deve partilhar da vida e do trabalho na comunidade, a fim de realizar uma avaliação e discernir as potencialidades social, econômica e cultural do lugar, pois “*o desapego científico é apenas uma postura, embora muitas vezes necessária; nosso propósito não pode ser atingido sem uma participação na vida ativa dos cidadãos*” (GEDDES, 1994, p. 148).

Não obstante, segundo Geddes, o estudante e o urbanista necessitam de experiências profundas, abrangendo o campo educacional, político e social,

pois “(...) há muito o que se dizer sobre o valor das fundações, de seus cooperadores, das pessoas e organizações que elas influenciam” (GEDDES, 1994, p. 149). Munido dessa constatação e do estudo comparativo de cidades na Europa e nos Estados Unidos, desenvolve método de pesquisa e estudo urbano, com um sistema de prática e aplicação, exemplificado na *Outlook Tower* da velha Edimburgo, um velho e imponente edifício, onde é possível enxergar a cidade e grande parte de sua região, e, assim, cada visitante possui uma experiência do valor educativo da visão sinóptica. Enaltece, ainda, a abordagem estética e emocional da visão do alto da torre para a cidade por cada visitante, principalmente pelas crianças, pois, como não pode haver estudo geográfico separado do amor e da beleza da natureza, o alcance perceptivo cognitivo das crianças pode ser exatamente o que falta ao estudante e urbanista (GEDDES, 1994, p. 150).

Quanto às pesquisas escolares sobre métodos pedagógicos e o significado dos levantamentos na educação e na filosofia, Geddes revela que a opção mais rica de esperança e possibilidades está no trabalho com a escola primária. Sugere que no movimento de estudo da cidade, e da natureza, através da participação das crianças, é possível correlacionar e vitalizar investigações dinâmicas e aplicáveis, como as experiências de viagens escolares e o de escotismo. Cita o experimento de *Valentine Bell*, em uma escola primária de Lambeth, onde os alunos auxiliam em levantamento do bairro, cuja repercussão provoca admiração e motivação em docentes e escolas na Europa, principalmente na Grã-Bretanha, constituindo-se em precursora de movimentos do tipo “Conheça sua cidade”. A atualidade do discurso de Geddes (1994, p. 156) é reafirmada quando defende a existência de energias vitais advindas do entusiasmo pela cidade, presentes, principalmente, nos trabalhadores, nos artistas, nas mulheres e nas crianças.

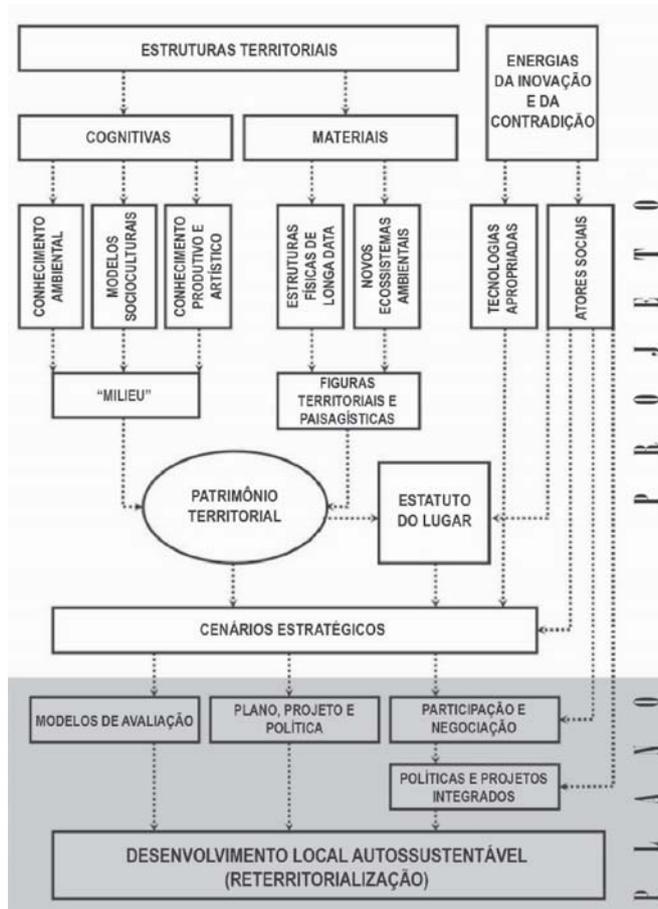
Por fim, além das questões ambiental e participativa, destaca-se a abordagem multidisciplinar de Geddes, denotativa da necessidade de ruptura das barreiras entre as disciplinas envolvidas no planejamento urbano, contribuindo para o desenvolvimento de um princípio básico de unidade; abordagem essa retomada, discutida e ampliada pela Escola Territorialista Italiana. Essa, desde sua criação, envolve diversos laboratórios e conduz pesquisas e projetos por meio de integração disciplinar. Associada à escola, a Sociedade dos Territorialistas (SdT), grupo estendido para além da Itália com o intuito de estudar a problemática do território e propor saídas de desenvolvimento sustentáveis, dedica-se à formação de especialistas em ciência do território e projeto participativo, inclusive com escolas primárias.

O PLANEJAMENTO URBANO SEGUNDO A ESCOLA TERRITORIALISTA ITALIANA

Alberto Magnaghi, urbanista italiano, cria a Escola Territorialista Italiana, no final do século 20, para debater a problemática no território italiano numa visão multidisciplinar. Esta escola origina a constituição de uma constelação metodológica denominada abordagem territorialista italiana (endógena) ou antropobiocêntrica (abrangente), estruturada em cinco movimentos de pesquisa e intervenção, por meio da observação e da representação da

identidade em suporte ao planejamento e gestão do território (MAGNAGHI, 2001, 2005, 2007, 2010). A abordagem endógena propõe endereços projetuais de conservação, valorização, requalificação e transformação para figuras territoriais e paisagísticas inseridas em ciclos territorialização, desterritorialização e reterritorialização, de longa duração ou não. Já a abordagem abrangente se configura a partir de um conjunto de métodos, técnicas e instrumentos teórico-científicos direcionados à salvaguarda e desenvolvimento do patrimônio territorial (MARGUCCIO, 2009).

Segundo Magnaghi (2005, p. 7-8) o retorno do lugar no projeto ocorre em cinco movimentos: 1) definição, a nível teórico e metodológico, do significado do conceito de desenvolvimento local autossustentável; 2) definição de metodologia e técnica de representação identitária do lugar, organizada em formato de um atlas do patrimônio territorial; 3) elaboração do estatuto do lugar (regras para a transformação; 4) elaboração de visões estratégicas do futuro (cenários) fundamentados na valorização do patrimônio, definidos no estatuto do lugar; e 5) redefinição dos instrumentos e do processo de planejamento a partir da revisão dos primeiros quatro movimentos. Os cinco movimentos são sintetizados no esquema de processo analítico projetual para o desenvolvimento local autossustentável (Figura 1).



Como explicado por Magnaghi (2005, p. 8), o esquema distingue o processo de planejamento em plano, projeto e política, com intuito de conduzir a uma reterritorialização direcionada em desenvolvimento local autossustentável. O plano está relacionado à metodologia, o projeto ao cenário estratégico e a política à criação de um estatuto do lugar. Com efeito, o processo é auto estruturado a partir do reconhecimento dos valores patrimoniais e da criação de regras estatutárias pela comunidade local, para a conscientização de sua capacidade para projetar o próprio futuro. Todos os cinco movimentos para o retorno do lugar no projeto são caracterizados por um axioma: a comunidade local, sujeitos portadores de auto sustentabilidade e autogoverno.

O território não é um asno, não é um animal de carga, um mero instrumento passivo e suporte de exploração pelas atividades

Figura 1: Processo metodológico para um desenvolvimento local autossustentável. Tradução. Fonte: MAGNAGHI, 2005.

humanas. É fruto de uma relação sinérgica entre as dimensões ambiental, antrópica e socioeconômica, que requer um diálogo constante, um relatório ativo, referenciada no entendimento de que o território é um ser vivente de alta complexidade (MAGNAGHI, 2010, p. 62). No que se refere a essa relação sinérgica, os territorialistas propõem “fazer sociedade local”, o que significa orientar e incentivar a comunidade a respeito de sua parcela de responsabilidade pela conservação e transformação da cidade, dado esse importante ao entendimento da participação na gestão do território. Ou seja, o objetivo principal do projeto territorialista, o “desenvolvimento local autossustentável” fundado no reconhecimento e na valorização da identidade local, deve ser primeiramente um “desenvolvimento da sociedade local”, o que significa a recuperação de sua capacidade de plasmar seu próprio ambiente de vida e de relações socioeconômico-culturais.

Magnaghi (2010), Choay (2008) e Geddes (1904) estão em consonância no referente à concepção de patrimônio, a qual inclui o conceito de continuidade do tempo e da história, e exclui radicalmente a ideia de conservação como repetição, e adotando o princípio da reinterpretação e transformação. Esta concepção comprova a atualidade do pensamento geddesiano, desta vez, relacionada à abordagem da dimensão patrimonial do planejamento urbano e territorial, no projeto territorialista, relacionado ao cenário estratégico e seus quatro possíveis endereços, podendo ser correlacionados conservação, valorização, requalificação, transformação (MAGNAGHI; GIACOMOZZI, 2009).

EDUCAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PLANEJAMENTO URBANO

Com vistas a ilustrar o interesse de Geddes nas crianças, Ferraro (1998, p. 245) revela que há uma influência interessante de Nietzsche, observada em sua passagem pela Índia, entre 1914 e 1924, por meio do aceite a um convite zarathustriano de ser: uma criança, aberta à maravilha do mundo e à exaltação da vontade, com energia de interpretação e de ação, *wherethereis a will, thereis a way*. Ferraro (1998, p. 257) complementa a análise do que denomina antropologia geddesiana, em seu aspecto vitalista, segundo a qual se aprende vivendo, trabalhando, desenhando, cantando, e dançando, da infância em diante, culminando em crianças felizes, jovens alegres e homens eficazes, arquétipos dionisíacos e apolíneos. Por fim, ao enviar cartas a sua filha Norah, Geddes pontua que inicia uma busca por observar as coisas como uma criança e se libertar da divisão masculina do trabalho, mecânica e institucional, esforçando-se a pensar *re-sinteticamente* (FERRARO, 1998, p. 103).

Revisitado, Geddes tem sido apontado como o pai da educação ambiental. Em 1904, explana pedagogicamente que as crianças, em contato com a realidade de seu ambiente, possuem não somente uma melhor possibilidade de aprendizagem, como desenvolvem atitudes criativas em relação ao mundo. Frente a isso, apresenta sua preocupação com os efeitos do processo de urbanização e suas consequências para o ambiente natural, decorrente da revolução industrial (DIAS, 2002). O termo educação ambiental é internacionalmente aceito a partir da Conferência de Educação Ambiental de Tbilisi, de 1977, e dos enunciados da Unesco. Autores da última década

demonstram a atualidade do pensamento pedagógico geddesiano: Kindel (2006), ao afirmar que a educação atual é um modelo de aprendizado fragmentado, que não propicia uma articulação entre o ambiente local e o contexto global; e Lindner (2000), ao apresentar a educação ambiental como uma nova filosofia de vida, de visão ecológica, relacionando o desenvolvimento das relações de conhecimento entre o homem e o ambiente natural.

Da constelação conceitual e metodológica do ideário de Geddes, retomada e provada na atualidade pela Escola Territorialista Italiana; e da busca por um desenvolvimento local autossustentável (MAGNAGHI, 2010), destaca-se: 1) a questão ambiental, recordada em particular pela definição *bio-anthropocentric valley section*, que propõe uma relação histórica coevolutiva entre as dimensões ambiental, econômica e antrópica, e constitui a conceituação dos territorialista de biorregião urbana (MAGNAGHI, 2014, p. 8); e 2) a questão da participação, ampliada à educação e à pedagogia, ao estabelecer uma dialética conceitual como pensamento geddesiano, referente à proposição de um percurso de transformação cultural dos habitantes, dos valores patrimoniais, dos bens comuns territoriais (materiais e cognitivos), enquanto elementos essenciais para a reprodução da vida individual e coletiva, biológica e cultural.

O conceito de participação é definido por Pecoriello e Rubino (2011) como um instrumento de superação da crise da política e construir um consenso, e, também, de *empowerment* da comunidade local por meio da construção de conhecimento compartilhado entre especialistas e habitantes sobre valores patrimoniais do território, definido como “consciência de lugar”. O diálogo da escola territorialista com Geddes se refere à participação de crianças, na representação e projeto da cidade e do território, como atores protagonistas para o reconhecimento da identidade e a transformação cultural. As autoras revelam a dificuldade de combinação de processos de aprendizagem e de planejamento, que possuem temporalidade e linguagem diferentes, e enfrentam essa problemática por meio de instrumentos como o *community map*, uma construção de cenários de desenvolvimento, envolvendo os habitantes em ações de organização, com o protagonismo das crianças.

A temática e metodologia da participação em processos de produção e projeto do espaço urbano (PECORIELLO, 2002; PECORIELLO; PABA, 2006) se fundamentam na criação de um laboratório de projeto participativo com crianças de escolas públicas, para a construção de um *community map*, com os seguintes objetivos: 1) para um melhoramento do espaço público: realização de percursos casa-escola, apropriação de espaços verdes, apropriação da rua para o divertimento, projeto de requalificação de pátios escolares, e crítica às barreiras arquitetônicas e urbanísticas; 2) para um melhoramento da cognição do ambiente: programas escolares que incentivem percursos ambientais, estudo de iconografia (cartografia, mapas e fotos), realização de entrevistas, construção de narrativas, e desenho de mapas mentais; 3) para uma participação na vida pública: realização de entrevista a lideranças políticas, e participação em conselhos comunitários; 4) para uma formação e transmissão de conhecimento sobre o uso da cidade pelas crianças: realização de cursos de formação e informação, concursos, e campanha de sensibilização.

METODOLOGIA DE REPRESENTAÇÃO DE VALORES COM CRIANÇAS

Além de Geddes, outros autores influenciam a metodologia de representação do território com crianças proposta por Anna Lisa Pecoriello, como Piaget (1976), com a concepção de desenvolvimento da personalidade da criança, e a identificação de um modelo de cognição correspondente à de um adulto, baseado em habilidades como habilidade lógica e matemática, analisadas por meio de desenhos de representação do espaço. Pecoriello alerta, todavia, para o denominado pessimismo piagetiano, que subestima a capacidade de interação, experiência, e aprendizagem da criança, e pode se equivocar ao classificá-la como sujeito que “ainda não é”, mas “se tornará”. O trabalho de Pecoriello e Paba (2006, p. 26-27) possui como argumento basilar a defesa de que a criança é sujeito e ator social relativamente autônomo, um *humanbeing*, não um *humanbecoming*, nem um quase adulto ou um futuro cidadão; ao contrário, pesquisas e práticas inovadoras recentes revelam as crianças como atores sociais em senso pleno, protagonistas da vida da cidade, portadores de exigências específicas, possuidoras de uma visão específica, diversa e irreduzível, comparada com a dos adultos, o que justifica a necessidade de negociação de uma justa distribuição de recursos, tempo e espaço, de liberdade e responsabilidade.

Magnaghi (2005, p. 10) aponta que a motivação pelo estudo da representação identitária é o fortalecimento da hipótese da produção da riqueza pela valorização sustentável do patrimônio territorial de cada lugar. Para tanto é preciso compreender a concepção territorialista do conceito de patrimônio territorial, definido como um sistema de relações sinérgicas entre qualidade e peculiaridade do ambiente físico (clima, flora, fauna, aspectos geomorfológicos e hidromorfológicos), do ambiente construído (estrutura e infraestruturas de longa data, técnicas e materiais, morfologia urbana e territorial, características da paisagem), e do ambiente antrópico (modelos socioculturais, peculiaridades linguísticas, características do meio social). O tratamento do patrimônio territorial, para utilizar os valores como recursos, requer a construção de quadros cognitivos interpretativos, de forma integrada, dos três aspectos do patrimônio, no formato de mapeamento.

A argumentação adotada para a defesa da inclusão das crianças na fase de representação do território, segundo Poli (2006, p. 81), surge da inadequação da utilização da representação técnica como único recurso de obtenção de informação acerca da percepção e do desejo espacial da comunidade local, principalmente das crianças. Assim, torna-se justificável o interesse pela percepção espacial das crianças, principalmente a relação de identidade e pertencimento ao lugar, como oportunidade de acrescentar uma visão sensível e emotiva ao projeto urbano.

O desenho infantil é uma modalidade comunicativa com a qual a criança revela o seu mundo interior, um mundo complexo e não claramente organizado, no qual convergem interioridade, relação ambiental, sonho, experiência, dificuldade, níveis de socialização. Desde cedo, a criança percebe a presença de um mundo exterior e procura se apropriar do mesmo por meio de jogos, em forma duradoura e empiricamente documentável, por meio de desenho (POLI, 2006, p. 81). Como toda representação desse tipo, a infantil não é registro

objetivo da realidade, mas já é uma interpretação com a qual a criança se relaciona fortemente. O desenho é um meio eficiente entre a dimensão fantástica e a real, portanto, se corretamente decifradas, as imagens permitem penetrar no complexo mundo infantil. Os aspectos simbólicos, juntamente com os estruturais e formais, como o posicionamento da folha e da figura, a cor, a dimensão dos objetos representados, a modulação dos detalhes, são indicadores importantes para compreender a mensagem contida no desenho.

A representação do adulto, normalmente, se dá por dois horizontes. O primeiro é o infantil (o homem, a árvore e a casa), e o segundo é o geométrico-objetivo da carta topográfica (mapa de percursos com estradas e pontos de referência, frequentemente desenhados em planta). Inicialmente, o sistema de referência é o egocêntrico, em que o corpo é a bússola orientadora do movimento. Depois passa por vários estados: sistema de referência aloccêntrico, sistema de referência fixo, e sistema coordenado de referência, que utilizam referências externas para definir o horizonte espacial (POLI, 2006, p. 84).

Quanto às fases evolutivas da criança, há muitos modos de categorização da representação. O rabisco, entre 02 e 03 anos, tem caráter não intencional, sem finalidade de restituir o real; a prospectiva, entre 09 e 14 anos, é uma tentativa intencional de reproduzir o mundo circundante mediante técnicas mais sofisticadas. Sobretudo, as crianças tendem a produzir imagens bidimensionais em que os objetos vêm alinhados numa folha com a intenção mais de classificação do que descrição, o que enfatiza a importância do objeto em si e não tanto sua relação com o entorno. Dentre as possibilidades de técnicas para atuação das crianças em processos de planejamento, entende-se que o desenho é um dos instrumentos ideais para decodificar a sua percepção espacial. A justificativa para usar o desenho como instrumento é que muitos estudos demonstram ser o mais adequado para obter informação das crianças, muito mais do que outras modalidades “frias” como o questionário, a entrevista, ou ainda o relatório (POLI, 2006, p. 83-84).

Para Poli (2006, p. 86), alguns estudos demonstram que para um sujeito entre 06 e 11 anos a descrição da memória do percurso casa-escola é mais correta e rica em informação se reproduzida por meio de desenho livre, ao invés de recurso verbal ou reconhecimento em uma foto aérea ou um mapa. Pois, o uso da carta topográfica ou da foto aérea, como jogo pode criar interferência na percepção do lugar, por parte dos pequenos, abstrém seu senso de orientação espacial peculiar, caracterizado pela imersão no lugar. A produção cartográfica recortada somente pela visão constitui um expectador objetivo e insensível, onde a paisagem visível é analisada e avaliada cientificamente e não emocionalmente. A simples carta topográfica é vista, então, como um instrumento redutivo, incapaz de abranger a multidimensionalidade do espaço.

Nesse contexto, revela-se a gênese da representação do território – a cartografia histórica – que comunica uma visão egocêntrica do espaço em que o corpo, com todos os sentidos, desempenha um papel relevante na percepção e restituição do contexto circundante. A representação nasce de um contínuo oscilar entre subjetividade e objetividade, por esse motivo, analogicamente, algumas cartas históricas recordam o desenho das crianças. É um desenho que nasce da recordação, da memória, que se dispõe na folha seguindo um escaneamento do lugar, mantendo a orientação do corpo que se move no espaço, sem recorrer a

referências geográficas externas. É um método que manifesta a atribuição subjetiva de valores, por meio da dimensão – maior ou menor – e com certa independência às formas geométricas (POLI, 2006, p. 87).

REPRESENTAÇÃO DO PATRIMÔNIO TERRITORIAL DE SANTA LEOPOLDINA COM CRIANÇAS

Com relação ao objeto de estudo (SERRA, 2006), Geddes defende a ideia de pesquisa em cidades menores e em processo de crescimento, como *locus* que possa auxiliar no entendimento de cidades maiores; por exemplo, no contexto inglês, Birmingham e Londres, e no brasileiro, Santa Leopoldina e Vitória. Essa concepção está presente no que se refere à *civics*, isto é, a qualidade não é totalmente função direta com a quantidade. Ainda, a partir do conhecimento de cidades maiores, é possível repensar o crescimento das menores, a partir do método de levantamento urbano unificado. A escola territorialista atualiza a valorização de Geddes ao contexto local, propondo um “retorno ao lugar”, por meio do patrimônio ambiental, territorial e socioeconômico em suas dimensões locais, e do *empowerment* da comunidade local, como pilares para o projeto de um desenvolvimento local autossustentável (MAGNAGHI, 2010).

A cidade de Santa Leopoldina compreende sítio histórico de interesse patrimonial, caracterizado pela ocupação de imigrantes alemães, pomeranos, austríacos, holandeses, suíços, a partir da metade do século 19, com o objetivo de ocupar o interior do estado do Espírito Santo, e para a produção do café (ANDRADE, 2012; ANDRADE, 2012a).

O método condutor para pesquisa em Arquitetura e Urbanismo encontra em Serra (2006) o *corpus* metodológico necessário para caracterizar o objeto-modelo e o objeto-concreto. O objeto-modelo trata-se do elenco de uma experiência precedente, consolidada, que permite análise crítica e definição de parâmetros a serem utilizados na abordagem empírica. O objeto-concreto trata-se do elenco de um objeto para aproximação empírica, a fim de aplicar e/ou adaptar o método modelo no experimento. Com efeito, o modelo são as experiências de Pecoriello (PECORIELLO, 2002; PECORIELLO; PABA, 2006); e o concreto é a abordagem empírica¹ desenvolvida com crianças, de 11 anos de idade, em média, da Escola Alice Holzmeister, na cidade de Santa Leopoldina, no Estado do Espírito Santo, Brasil.

Dentre as técnicas propostas por Pecoriello (2002), destacam-se, no recorte temático deste artigo: 1) *ir até a escola sozinho*: exercício onde os alunos de determinada escola realizam desenhos do percurso casa-escola, e depois assinalam em mapa cadastral, com barbante e prego, enriquecida com desenhos e fotos, o percurso de suas respectivas casas até a escola, a fim de agrupar pontos de encontro, e escolher caminhos seguros e agradáveis para todas as crianças caminharem até a escola autonomamente; 2) *o oásis ecológico*: atividade em que as crianças de determinada escola participam de projeto de recuperação de uma quadra, em que, inicialmente, analisa-se o ambiente construído e a qualidade de habitação existente, a história, a evolução tipológica, e os materiais, tendo como produção um mapa com representação da intervenção na área.

¹ Este experimento é desenvolvido no âmbito de trabalho de dissertação de mestrado “Mapeando o Patrimônio Territorial: método e técnica de representação de valores em Santa Leopoldina/ES – Brasil”, num primeiro momento em agosto de 2014 e num segundo momento em maio de 2015.

Ao final do desenvolvimento do trabalho com crianças, é produzido um mapa coletivo afetivo, que é resultado de um percurso de experimentação de diversas técnicas que desenvolvem a capacidade de observação e restituição artística, não intencional, não manipulada, e não mimética, mas sim interpretativa. Vale ressaltar, algumas crianças podem ter dificuldade de desenhar; assim, para apoiar a produção dos desenhos, utiliza-se a técnica da narrativa e da reflexão coletiva para fazer emergir os aspectos significativos do lugar.

Com efeito, a classe escolhida para trabalho experimental é o 6º ano, justamente o ano em que diversos alunos de núcleos rurais escolhem a cidade de Santa Leopoldina e a Escola Alice Holzmeister para continuar seus estudos. Esta recebe alunos do próprio centro urbano e, principalmente, de núcleos rurais mais próximos, como Suíça e Luxemburgo. A intenção é justamente observar a dialética entre esses alunos de lugares diferentes, para identificar se os atores sociais possuem relação de afetividade patrimonial ou ruptura com a identidade local. A perspectiva de aproximação com as crianças de Santa Leopoldina se refere à aplicação e ajuste da metodologia e das técnicas da abordagem territorialista (PECORIELLO, 2002; PECORIELLO; PABA, 2006; POLI, 2006), num esforço de reflexão para sua aplicação aos objetos-concretos do experimento.

Como ponto de partida, são elencadas duas técnicas, decodificadas de estudos realizados em Bolonha (POLI, 2006), a do desenho do percurso casa-escola e a do mapa mental coletivo. Após a realização da primeira técnica é possível estruturar a montagem da segunda técnica, tendo em vista a observação do número de repetição dos mesmos elementos no desenho das crianças.

Num segundo momento, de interpretação dos desenhos produzidos nas técnicas acima descritas é realizado com o embasamento metodológico de decodificação de desenhos infantis indicada por Stern (1962 apud COLA, 2003, p. 50), que consiste em uma aproximação analítica de características formais, tais como: 1) forma e tamanho dos desenhos; 2) vigor ou leveza de aplicação do material sobre a superfície; 3) monocromia ou policromia – tons dominantes ou cores variadas; 4) estrutura do espaço e organização. Por meio da identificação e interpretação dessas características formais é possível alcançar uma síntese de hierarquização de valores patrimoniais no centro urbano de Santa Leopoldina.

Realiza-se a prática de livre-expressão “desenho do percurso casa-escola” (Figura 2a), para a identificação tanto de elementos arquitetônicos, urbanos e paisagísticos referencias para as crianças, quanto de sua relação com a cidade, bem como possíveis problemas, para a identificação dos principais elementos constitutivos da percepção espacial. A maioria dos desenhos destaca no que tange ao patrimônio ambiental: a presença do Rio Santa Maria da Vitória e dos afluentes, e a vegetação; e, no que tange ao patrimônio territorial: igrejas e estabelecimento comercial, espaço público para divertimento, a própria casa, a Escola Alice Holzmeister.

Em particular um desenho se preocupa com os “problemas da minha cidade”, como o caso de enchentes recorrentes e a dificuldade de sair de casa e chegar até à escola, como consequência da chuva e da topografia acidentada, em estrada onde o ônibus escolar trafega (Figura 2b). Em geral, nos desenhos da figura 2, destaca-se a importância facultada pelas crianças ao patrimônio

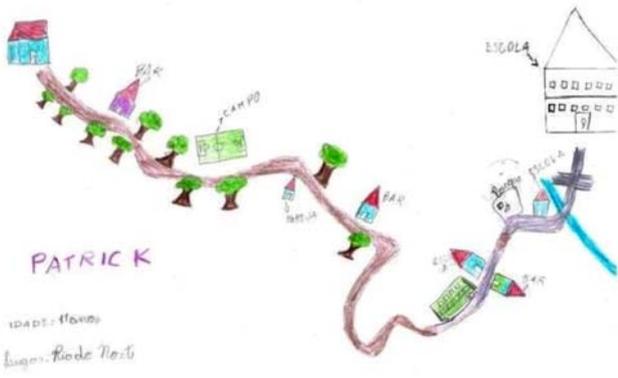


Figura 2a – 11 anos

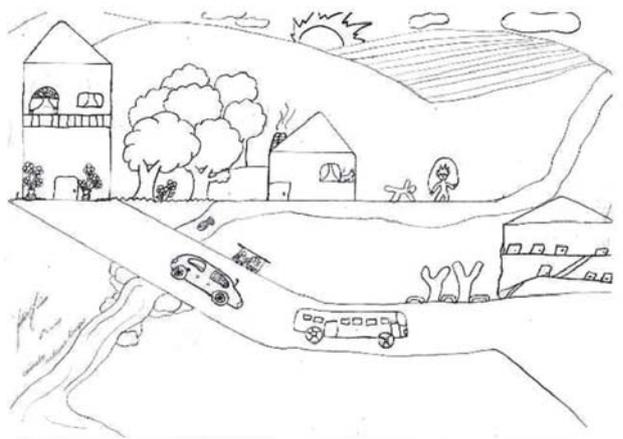


Figura 2b – 11 anos



Figura 2c – 12 anos

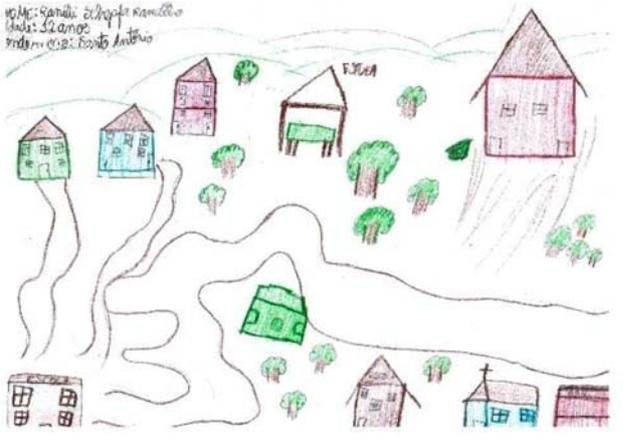


Figura 2d – 12 anos



Figura 2e – 13 anos

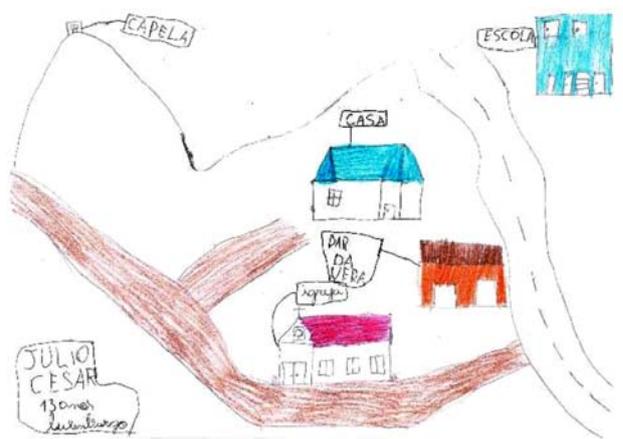


Figura 2f – 13 anos

Figura 2: Percurso casa-escola.
Fonte: ANDRADE, 2015.

ambiental; a preocupação com a poluição do rio, e a má poda das árvores; a presença da religião, espacializada em diversos edifícios, emanando as tradições religiosa católica e protestante trazidas pelos imigrantes europeus, principalmente de origem germânica; estabelecimentos comerciais, como pontos de referência do percurso casa-escola, já que não há muitos edifícios no caminho da casa, em áreas rurais, para a escola no centro urbano; e, por fim, a presença de espaços abertos, para recreação, como a praça na parte baixa do rio, próxima à escola, utilizada como *playground*, e o campinho, utilizado para jogos esportivos, revela a necessidade de apropriação de espaços não pertencentes a escola para lazer e exercícios.

No que se refere ao mapa coletivo afetivo (Figura 3) atendendo aos critérios de análise das características formais do desenho de crianças, como: 1) Forma e tamanho dos desenhos: há busca por formas geométricas, com a utilização de régua para determinados edifícios, como Hospital, e áreas de lazer, como o campo de futebol. A sinuosidade é percebida para além do centro urbano, nos percursos sem asfaltamento, e nos afluentes do Rio Santa Maria. A identificação da geometria e da sinuosidade são indicadores para digitalização no Sistema de Informação Geográfica (QGIS), com ênfase ao córrego que tangencia a escola das crianças identificada como valor de maior importância; 2) Vigor ou leveza de aplicação do material sobre a superfície: há maior predominância de vigor no desenho das formas, principalmente a malha viária, e as quadras; 3) Monocromia ou policromia – tons dominantes ou cores variadas: há predominância de policromia, e o azul como tom dominante, presente nos afluentes, na igreja e no hospital, cujas cores reais não são em azul; 4) Estrutura do espaço e organização: o espaço é estruturado em um recorte onde há presença do que as crianças consideram “casario” de Santa Leopoldina, e organizado em torno da malha viária e dos cursos d’água.

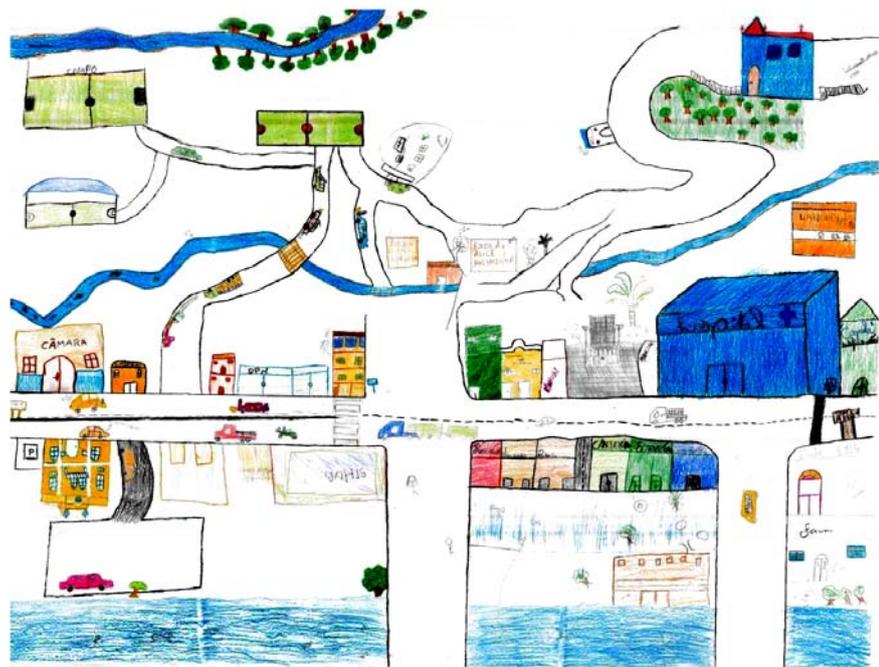


Figura 3: Mapa coletivo afetivo. Fonte: ANDRADE, 2015.

É possível observar a relação de afetividade das crianças com os elementos naturais paisagísticos, como o Rio Santa Maria da Vitória e os afluentes, e com espaços públicos para divertimento, identificados nos campinhos para jogar futebol. Destaca-se, arquitetonicamente, além de edifícios comerciais: a) Igreja Sagrada Família, como “marco na paisagem”, segundo um dos alunos descreve, todavia a fachada é pintada de azul, quando a cor original é branca; b) Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, desenhada nas cores originais amarelo e branco, inclusive com riqueza de detalhes de janelas e ornamentos; c) Hospital, desenhado desproporcionalmente em relação aos edifícios vizinhos, e pintado em cor não original, de azul, quando a cor real é verde claro, tanto a escala quanto a cor revelam a importância na memória das crianças desse edifício; d) Museu do Colono, com correspondência de escala, cor e inclusive relação na fachada superior com ornamento original do edifício, que comporta a antiga residência da família Holzmeister, imigrantes austríacos vindos em meados do século 19; e) Fórum, apesar do erro da localização, é lembrado dada a relevância histórica do uso e do edifício na dinâmica da cidade; f) Câmara, desenhada com apuro de detalhes e cores; g) Escola Alice Holzmeister, desenhada como referência para o início dos desenhos, ao centro do papel A0; h) Escadaria, desenhada com régua com precisão formal, proporção dos degraus, e referência a ornamentos originais; i) Capela, em cor mais aproximada à real, em verde claro, ao lado do Hospital; j) Departamento de Política Militar (DPM), com contorno azul e preenchimento em cinza claro, com referência à cor azul de alguns detalhes arquitetônicos do edifício.

Em suma, a aplicação de metodologia de Pecoriello (PECORIELLO, 2002; PECORIELLO; PABA, 2006) permite aproximação ao corpo pedagógico da Escola Alice Holzmeister e desenvolvimento de trabalho de aplicação de técnicas de desenho, cuja representação, tanto dos desenhos individuais quanto do coletivo, é decodificada no sentido da relação de valorização do patrimônio ambiental e de crítica ao espaço urbano da cidade de Santa Leopoldina. É possível interpretar indicadores de preservação e limpeza do rio, de conservação da vegetação nativa e das árvores no centro urbano, da interação social a partir das igrejas, da crítica quanto à estética e ao espaço público insuficiente para lazer, mas principalmente, a revelação da problemática de deslocamento no centro urbano, devido ao tráfego de veículos, ao ruído, compreendidos como barreiras arquitetônicas e urbanísticas. Não obstante, identifica-se o conhecimento e relação de identidade com a história da cidade, que remonta à ocupação por imigrantes, majoritariamente germânicos, de meados do século 19.

AS CRIANÇAS E OS VALORES PATRIMONIAIS DA CIDADE

Patrick Geddes é identificado como precursor de nexos teóricos a respeito da inserção de crianças como atores a serem ouvidos, com demandas a serem consideradas, de uma origem lúdica de sonho e fantasia, a realização de uma utopia, denominada *Eutopia* (GEDDES, 1994). A qualidade positiva do sonho para inserção no planejamento urbano, gerada a partir de processos participativos de crianças, é enriquecida pela isenção de valores econômicos e técnicos. O ideário geddesiano, da passagem do século 19 para o século 20,

confronta-se com a ciência positivista, com o desenvolvimento industrial, e com a gênese do Pensamento Moderno, na busca de vanguarda por reposicionar o homem na centralidade do planejamento urbano, segundo uma abordagem antropológica, e a relação do homem com o meio ambiente, segundo uma abordagem pedagógica e ambiental. Portanto, o discurso de Geddes é a favor não de um homem abstrato, advindo do urbanismo funcional, consolidado pela Carta de Atenas (1933), mas de um homem possível, um homem eutópico, munido de sua capacidade de participação no planejamento da cidade.

Trata-se de um discurso de vanguarda para a época em que tal ideário é abordado, ao passo que continua sendo considerado atual, principalmente ao ser reconhecido e incorporado pela escola territorialista, e operacionalizado em um *corpus* metodológico, no que diz respeito a uma abordagem participativa, instaurando procedimentos, técnicas e instrumentos de envolvimento de crianças na representação e no projeto da cidade. Os experimentos propostos por Pecoriello, com crianças de Florença, mostram-se eficazes com relação a essa busca e ao enfrentamento da problemática de projeto participativo, por meio do elenco de técnicas de desenho e intervenção na cidade capazes de serem interpretadas como subsídios e indicadores de projeto. A consideração da criança como cidadã de direito à cidade, com seu protagonismo, desejo, sonho e perspectiva peculiares, permite a criação de um *Manifesto para a Cidade Criança* (PECORIELLO; PABA, 2006), que dialoga com as “Mostras do Bem-Estar da Criança” de Patrick Geddes.

A interpretação dos desenhos individuais, do experimento com a Escola Alice Hozmeister, em Santa Leopoldina, revela um contraste entre a exposição de uma perspectiva positiva em relação ao patrimônio ambiental e urbano, e uma perspectiva crítica evidenciando os problemas da cidade. Ainda, o produto deste experimento pode ser categorizado numa leitura teórico-metodológica e numa leitura projetual. A primeira questiona em que medida os desenhos revelam a experiência infantil na cidade, e a segunda questiona em que medida os desenhos revelam um entendimento particular para intervenção projetual. Com efeito, a maioria dos desenhos individuais se afina com a exposição positiva, a exemplo do desenho de Patrick, com o destaque para a relação da criança com os valores ambientais, um indicador projetual de preservação da dimensão do patrimônio ambiental; enquanto uma minoria se afina com a exposição crítica de Natália relativa aos problemas presentes na cidade, um indicador projetual de transformação de dimensão do patrimônio urbano.

O trabalho de construção do mapa coletivo afetivo também revela um contraste entre uma visão positiva e uma crítica, observado no desenho das crianças na divisão em duas áreas, uma de referência ao ambiente paisagístico, e outra ao ambiente urbano. No primeiro, há destaque para rio, vegetação e espaço de lazer; e, no segundo, destaca-se a crítica com relação à inexistência de espaço público, a problemática de deslocamento na cidade, somada à de tráfego de pequeno, médio e grande porte, o ruído e a poluição. Há, contudo, uma indicação de reconhecimento da história, na disposição dos edifícios e na presença de ornamentos arquitetônicos que rememoram o estilo neocolonial e eclético. Como expresso no ideário de Geddes e sua teoria a respeito da relação da criança com as histórias e fábulas; ambos os desenhos manifestam uma relação afetiva com o ambiente paisagístico maior do que com o ambiente urbano, ou seja, uma relação maior com a natureza do que com a própria

história, cultura e economia local, expressas ou não na arquitetura e na forma urbana da cidade de Santa Leopoldina.

A abordagem empírica evidencia a relevância da investigação realizada, no âmbito da participação da comunidade local na representação e no projeto da cidade; e evidencia o caráter de inovação, ao experimentar, no contexto de uma cidade brasileira, no campo da arquitetura e do urbanismo, uma metodologia de aproximação com crianças advinda da Itália, de perspectiva territorialista, como instrumento de análise e projeto do território, ainda não realizados no Brasil. Ressalva-se o caráter intuitivo da interpretação dos desenhos infantis, porque direcionado pela ótica de especialistas. A potencialidade de desdobramento desta investigação direciona-se à: ampliação de abordagem quantitativa do experimento participativo a outros atores indicados por Guedes e pelos territorialistas, na discussão contemporânea da cidade insurgente (PABA, 2002), e suas contradições e conflitos; e ampliação e aprofundamento técnico-metodológico, para além do desenho, com vistas ao desenvolvimento de instrumentos de incentivo à participação e intervenção direta da comunidade local na cidade, seja por uma aproximação virtual, por meio de *Volunteered Geographyc Information* (VGI) (MOURA *et al.*, 2014), seja por uma aproximação real, em um Laboratório de Projeto Integrado (POLI, 2006).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Bruno Amaral de. *Rio Santa Maria da Vitória, patrimônio protagonista do desenvolvimento regional de Santa Leopoldina/ES*. Relatório de Iniciação Científica (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- ANDRADE, Bruno Amaral de. *Uma rota patrimonial para o baixo rio Santa Maria da Vitória/ES*. Instrumento de conservação, valorização, requalificação e/ou transformação do Patrimônio Territorial. Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Departamento de Arquitetura da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012a.
- ANDRADE, Bruno Amaral de. *Representando o patrimônio territorial com tecnologia da geoinformação*. Experimento em Santa Leopoldina – Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.
- CHOAY, Fraçoise. *La città. Utopie e realtà*, Turim: Giulio Einaudi Editore, 2008.
- COLA, César. *Ensaio sobre o desenho infantil*. Lorena: CCTA, 2003. 1014 p.
- DIAS, Genebaldo Freire. *Pegada ecológica e sustentabilidade*. São Paulo: Gaia, 2002.
- FERRARO, Giovanni. *Rieducazione alla speranza: Patrick Geddes, planner in India, 1914-1924*. Milão: Jaca Book, 1998.
- GEDDES, Patrick. *Cidades em evolução*. São Paulo: Papyrus, 1994.
- GEDDES, Patrick. *City Development: a study of parks, gardens and culture institutes. A report to the Dunfermline Carnegie Dunfermline Trust*. Edimburgo: Geddes and company; Birmingham: Saint George Press, 1904. 231 p.
- KINDEL, Eunice Aita Isaia. *Educação ambiental*. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- LINDNER, Nelcio. *Educação ambiental como meio de integração do sistema de gestão ambiental à cultura organizacional: uma proposta metodológica*. 2000. 184 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Centro Tecnológico da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. 184 p.
- MAGNAGHI, Alberto. *Rappresentare i luoghi*. Metodi e tecniche. Florença, Alinea Editrice, 2001.
- MAGNAGHI, Alberto. *La rappresentazione identitaria del territorio*. Atlanti, codici, figure, paradigmi per il progetto locale. Florença: Alinea Editrice, 2005.

- MAGNAGHI, Alberto. *Scenari strategici*. Visioni identitarie per il progetto di territorio. Florença: Alinea, 2007.
- MAGNAGHI, Alberto. *Il progetto locale: verso la coscienza di luogo*. Turim: Bollati Boringhieri, 2010.
- MAGNAGHI, Alberto. *La regola e il progetto: un approccio bioregionalista alla pianificazione territoriale*. Florença: Firenze University Press, 2014.
- MAGNAGHI, Alberto; GIACOMOZZI, Sara. *Un fiume per il territorio: Indirizzi progettuali per il parco fluviale del Valdarno empoiese*. Florença, Firenze University Press, 2009.
- MARGUCCIO, Antonio. *Il progetto di territorio tra intuizione e metodo*. Lisboa: Inseadcity, 2009.
- MOURA, Ana Clara Mourão; ALMEIDA, Rafael Novais Martins de; CORRÊA, Isadora Monteiro. VGI (Volunteered Geographic Information) aplicado para promover a participação cidadã em Belo Horizonte - MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 26., 2014. *Anais...* Gramado, Rio Grande do Sul. Disponível em http://www.cartografia.org.br/cbc/trabalhos/6/723/CT06-118_1404418005. Acesso em: 15 jun. 2015.
- PECORIELLO, Anna Lisa. *La città in gioco. Prospettive di ricerca aperte dal riconoscimento del bambino come attore nella trasformazione della città*. Tese (Doutorado em Progettazione Urbana e Territoriale e Ambientale), Facoltà di Architettura da Università degli Studi di Firenze, 2002.
- PECORIELLO, Anna Lisa; RUBINO Adalgisa. Esperienze di partecipazione, In: *Contesti 2/2010 - Il progetto territorialista*. Florença, All'Insegna del Giglio, 2011. 128 p.
- PECORIELLO, Anna Lisa; PABA, Giancarlo. *La città bambina*. Esperienze di progettazione partecipata nelle scuole. Florença, Masso delle Fate, 2006. 216 p.
- PIAGET, Jean. *La rappresentazione dello spazio nel bambino*. Florença: Giunti Barbera, 1976.
- PABA, Giancarlo. *Insurgent City: racconti e geografie di un'altra Firenze*. Florença, Media Print, 2002.
- POLI, Daniela. *Il bambino educatore*. Progettare con i bambini per migliorare la qualità urbana. Florença: Alinea, 2006.
- SERRA, Geraldo G. *Pesquisa em arquitetura e urbanismo: guia prático para o trabalho de pesquisadores em pós-graduação*. São Paulo: Edusp & Mandarim, 2006.
- STERN, Arno. *Uma nova compreensão da arte infantil*. Tradução de Lya Freire. Lisboa: Livros Horizontais, 1962 apud COLA, César. Ensaio sobre o desenho infantil. Lorena: CCTA, 2003. 1014 p.

Nota do Editor

Data de submissão: 29/07/2015

Aprovação: 03/05/2016

Revisão: Izolina Rosa

Bruno Amaral de Andrade

Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo.

CV: <http://lattes.cnpq.br/2883004910881772>

deandradebruno@outlook.com

Renata Hermanny de Almeida

Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo.

CV: <http://lattes.cnpq.br/6084375628734298>

renatahermanny@gmail.com

cripção da z.

re S. João em op. em d. fendendo a barra daquella banda, por onde se podem entrar
em forma de bñ. 8. 8. braças e meia de des palmos por braça. Tem fusa
muy pouca para D.

Y V A I D N W C
ar 50

realin
das sei

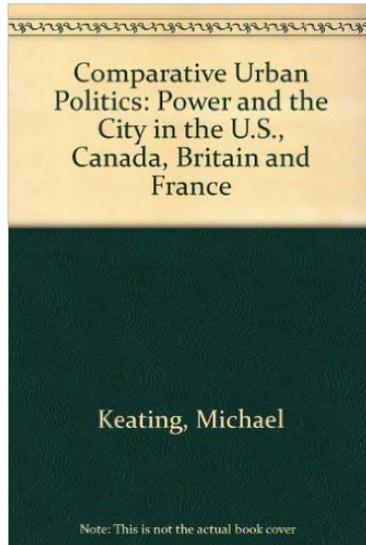
a depoz
sua pte. te.

cincoenta
finis libras e meia a

de rocha viva

de az apoyado.

3 | *Re*SENHAS



COMPARATIVE URBAN
POLITICS: POWER AND THE
CITY IN THE U.S., CANADA,
BRITAIN AND FRANCE.

KEATING, MICHAEL. LINCOLN:
EDWARD ELGAR PUBLISHING LIMITED,
1991, 256P.

Tomás Antonio Moreira

A NECESSIDADE DE UM CONCEITO AMPLIADO DE ESPAÇO PÚBLICO DENTRO DE UM SISTEMA DE VALORES COLETIVOS

Professor de Ciências Políticas na Universidade de Western Ontario, Micheal Keating se propõe a examinar o lugar do poder local em um contexto de crescente complexidade das sociedades modernas. Por meio de um estudo comparativo de quatro governos locais nos países industrializados (Estados Unidos, Canadá, França e Grã-Bretanha), seu principal objetivo é destacar a capacidade dos governos locais em gerenciar as cidades cada vez mais sujeitas às mudanças econômicas e sociais. Para isso, ele analisa as estruturas e poderes concedidos aos governos dentro de diferentes sistemas econômicos e políticos nacionais. À luz desta questão, ele apontou um segundo objetivo, mais normativo, o da identificação dos fatores que fornecem uma abertura para as políticas urbanas progressistas.

Comparando dois países europeus e dois países americanos Michael Keating sugere um novo olhar, uma vez que os estudos comparativos nesta área estão confinados às discussões regionais. Além disso, ele baseia seu estudo comparativo sobre um quadro tridimensional: a cultura, estrutura e opções políticas.

Keating parte da constatação que a globalização teve o efeito de reduzir a autonomia dos governos eleitos, enquanto as mudanças que estão ocorrendo contribuem para aumentar e diversificar as demandas sociais. Enquanto alguns estipulam a incapacidade crescente de desenvolver políticas urbanas, Keating prefere abordar a questão em termos de governança urbana para gerenciar conflitos e articular políticas públicas. Além disso, considerando que os governos locais estão buscando um caminho intermediário entre as políticas de

desenvolvimento econômico e políticas de redistribuição social, Keating se interessa pela capacidade de governar as localidades, recuperando a ideia de “Urban Regime”, de Clarence N. Stone, que é definida como um conjunto de regras pelas quais as decisões políticas são feitas integrando as estruturas formais e informais, bem como as relações informais das elites políticas e econômicas dentro de uma coalizão de governo. Deste ponto de vista, trata-se, portanto, de avaliar a capacidade de coalizões para resolver problemas e gerir a transformação.

Os diferentes capítulos do livro se referem aos múltiplos fatores que afetam a autoridade urbana em cada um dos países estudados: a organização da estrutura política; políticas urbanas; os interesses econômicos e sociais; a consolidação urbana; as políticas de distribuição; e as políticas de desenvolvimento econômico. Para cada tema são relacionados diferentes conceitos, os quais permitem compreender a dinâmica urbana de cada país. Nesta ótica, o autor elucida as diferenças de culturas urbanas que prevalecem entre os quatro países, que vão desde uma concepção individualista a um coletivista. A estrutura de governo local mostra que o grau de integração ou fragmentação, assim como as responsabilidades políticas variam muito de um país a outro, bem como dentro do mesmo país. No tocante as responsabilidades, as políticas urbanas destes países são vistas sobre dois eixos. O primeiro compreende a mobilização e controle dos recursos. O segundo trata do antagonismo entre a política de produção (crescimento) e a política de distribuição (demanda social). Além disso, Keating examina as inter-relações entre a cidade e o setor privado, bem como as estratégias de desenvolvimento econômico implementadas.

À luz destes diferentes temas abordados, embora seja difícil de resumir cada uma das políticas urbanas apresentadas, o estudo comparativo mostra notadamente que os EUA, com um sistema de valores mais individualista, o governo local dispõe de uma grande autonomia formal, mas os poderes são limitados em função da grande fragmentação territorial.

O Canadá ilustra certa hibridação das estruturas e das políticas urbanas dos dois continentes, mas Keating aponta a fraca autonomia formal das cidades deste país. Na Grã-Bretanha, os governos locais têm poderes claramente definidos com capacidade de desenvolver políticas que envolvem diferentes níveis de governo. Na França, apesar do caráter centralizador e a fragmentação dos governos locais, este país tem um sistema mais coletivista e a tendência de descentralização favoreceu a expertise local e uma autonomia crescente.

De uma perspectiva regional, parece que os países europeus se beneficiam de um sistema intergovernamental mais integrado que na América do Norte. Entretanto, em termos mais gerais, a análise apresentada coloca em evidência o fato que as políticas urbanas são muito influenciadas tanto pelo ambiente econômico como pelas políticas nacionais. No entanto, as políticas de redistribuição locais não são impossíveis, mas requerem uma vontade política, cultural e estrutural para ser viável. Para melhorar o controle do desenvolvimento urbano, a criação de um governo metropolitano pode, em princípio, melhorar a capacidade de gestão das cidades, mas as análises empíricas mostram pontos fracos, incluindo a frágil legitimidade política e a falta de uma solidariedade social metropolitana. No contexto atual, sobre o

efeito da reestruturação econômica, as cidades conhecem uma recombinação de políticas locais. Neste contexto, Keating, querendo ir além da noção muito restrita de "Growth Machine", de John R Logan e Harvey L Molotch, desenvolve a noção de desenvolvimento de coalizão para dar conta de novas dinâmicas de desenvolvimento que emergem das/nas cidades. Estas são definidas como uma mobilização que ultrapassa as tradicionais divisões de classe e visam uma melhoria da competitividade de uma cidade, para atender o contexto estrutural atual.

Keating termina seu livro fazendo um convite para novas políticas urbanas progressistas, visando reconciliar a capacidade de governar com o pluralismo, o crescimento e a justiça social. Ele ressaltou a importância de um conceito ampliado do espaço público dentro de um sistema de valores coletivos.

Além disso, ele solicita a criação de estruturas políticas mais abertas e a integração das políticas urbanas locais e nacionais, permitindo, entre outras coisas, reduzir a dependência dos governos locais do setor privado. Ao fazê-lo, sua concepção de assemelha de uma concepção liberal clássica (Alexis de Tocqueville), querendo reconciliar o desenvolvimento econômico e as políticas sociais. Assim, Keating defende o desenvolvimento de uma cultura urbana, de uma urbanidade, que responderia melhor a uma concepção metropolitana que, em si, seria mais capaz de satisfazer as exigências da reestruturação em curso.

Um dos elementos interessantes é que Keating, ao longo de seu livro, refere-se a vários estudos e concepções relacionadas com múltiplas dimensões da política urbana. Em particular, ele põe em questão as teorias da escola do "Public Choice" (Eamonn Butler), muito focada em uma concepção individualista e reducionista da dinâmica política. Além disso, à luz das várias experiências urbanas examinadas, o livro oferece uma visão sobre algumas questões fortemente presente no Canadá, como a anexação dos subúrbios de Toronto.

No entanto, sua abordagem metodológica estruturada sobre uma análise temática simultânea para os quatro países nem sempre permite construir uma visão geral das políticas urbanas de cada país. Teria sido adequado fazer um resumo analítico para cada país afim de melhor destacar as diferenças entre eles, bem como as implicações comuns. Além disso, em nosso ponto de vista, o Canadá é parente pobre na análise comparativa, porque às vezes é difícil identificar a especificidade das políticas urbanas em comparação com outros países.

Finalmente, a abordagem comparativa de Keating é esclarecedora e permite localizar corretamente as diferentes facetas da política urbana, mas, acima de tudo, mostra que os governos locais ainda têm um papel a desempenhar no desenvolvimento urbano. Seu apelo no final do livro é sem dúvida interessante, mas como muitos, devemos questionar se é realmente possível reconciliar os interesses privados e coletivos, mesmo no âmbito da política urbana.

Tomás Antonio Moreira

Universidade de São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo.

CV: <http://lattes.cnpq.br/7348817908541292>

Secretaria de Pós-Graduação FAUUSP

Cilda Gonçalves de Oliveira
Cristina Maria Arguejo Lafasse
Diná Vasconcellos Leone
Elias da Silva Fontes
Isaide Francolino dos Reis
Ivani Sokoloff
Lúcia Aparecida Nepomuceno
Robson Alves de Amorim

Seção Técnica de Produção Editorial

Coordenação Didática
Profa. Dra. Clíce de Toledo Sanjar Mazzilli
Supervisão Geral
André Luis Ferreira
Supervisão de Projeto Gráfico
José Tadeu de Azevedo Maia
Supervisão de Produção Gráfica
Roseli Aparecida Alves Duarte
Diagramação
José Tadeu de Azevedo Maia
Fotolito, Montagem e Cópia de Chapas
Francisco Paulo da Silva
Impressão Offset (capa)
Arnaldo Machado de Lima Jr.
Impressão Digital (miolo)
Canon (ImagePRESS 1135+ / ADV C5051)
Francisco Paulo da Silva
Acabamento
Ércio Antonio Soares
Mário Duarte da Silva
Roseli Aparecida Alves Duarte
Valdinei Antonio Conceição
Secretária
Eliane de Fátima Fermoselle Previde

Composição, fotolito e impressão offset e digital
Laboratório de Programação Gráfica da
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade de São Paulo
Pré-matriz (capa)
Linotronic Mark-40 sobre filme Kodak Pagi-Set
Papel
Pólen Soft 80 g/m²
Alta Alvura 90 g/m²
Papelcartão Supremo 250 g/m² (capa)
Tiragem
1.000 exemplares
Data
junho 2016

EDITORIAL

URBANIDADE E CRISE
Leandro Medrano

ARTIGOS

NEXOS ENTRE A REDISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL E A
PRODUÇÃO IMOBILIÁRIA RESIDENCIAL NOS DISTRITOS DO
MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
Anderson Kazuo Nakano

TRÂNSITO DE IDEIAS E CONFORMAÇÃO DE PRÁTICAS:
ARQUITETURA E URBANISMO NA AÇÃO HABITACIONAL
DO IAPI
Nilce Aravecchia Botas

CONJUNTO RESIDENCIAL SANTA CRUZ: DA ORIGEM AOS
DIAS ATUAIS
Maria Isabel Imbronito

DOIS PROJETOS: OS ANOS DE FORMAÇÃO DE MANFREDO TAFURI
Rafael Urano Frajndlich

TÉCNICA, ARTE E QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA
EXISTÊNCIA. CONSIDERAÇÕES SOBRE O DISCURSO DE
PAULO MENDES DA ROCHA
Maria Isabel Villac

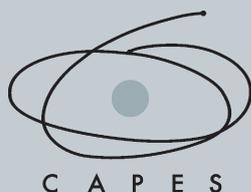
NOVOS OLHARES E DESAFIOS DA COMPLEXIDADE NA EPISTEMOLOGIA
PROJETUAL
Bruno Massara Rocha

PATRICK GEDDES E A ESCOLA TERRITORIALISTA ITALIANA:
APROXIMAÇÕES CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS.
REFLEXÕES A PARTIR DA PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS
NA REPRESENTAÇÃO DE VALORES PATRIMONIAIS DA
CIDADE DE SANTA LEOPOLDINA – ES / BRASIL
Bruno Amaral de Andrade, Renata Hermann de Almeida

RESENHAS

IMAGEM DA CAPA

DETALHE DA MAQUETE PARA AS EXPOSIÇÕES DE PROJETOS E OBRAS DE
PAULO MENDES DA ROCHA NO ISTITUTO UNIVERSITARIO DI ARCHITETTURA
DI VENEZIA E NA ESCUELA TÉCNICA SUPEIOR DE ARQUITECTURA DE
BARCELONA, 2004



ISSN 1518-9554



9 771518 955083



0039